

MAIÊUTICA
SERVIÇO SOCIAL



UNIASSELVI

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89130-000 - INDAIAL/SC
www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Curso de Serviço Social

Publicação de Divulgação Científica e Cultural do Núcleo de Educação a Distância do Centro
Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

UNIASSELVI 2015

Reitor da Uniassevi

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Hermínio Kloch

Editor-Chefe

Prof. Evandro André de Souza

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Vera Lucia Hoffmann Pieritz

Cristiana Montibeller

Marinês Selau Lopes

Joelma Crista Sandri Bonetti

Editoração e Diagramação

Igor Clécio Thiem Silva

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

Diógenes Schweigert

José Roberto Rodrigues

Publicação Online

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Partindo de um dos princípios norteadores do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – de que “não basta saber, é preciso saber fazer”, a Revista Maiêutica vem consolidando diferentes experimentações de nossos acadêmicos, professores e supervisores que vivenciaram diversas experiências técnico-operativas, tanto nas atividades práticas, visitas técnicas como nos estágios curriculares correlacionados ao Curso de Bacharelado em Serviço Social. Por intermédio desta Revista, proporcionaremos uma aproximação com estas experiências e produções acadêmicas.

Não adianta nos apropriarmos apenas da teoria, precisamos também vivenciar na prática o que prediz todo o arcabouço teórico da profissão. Assim, nesta terceira edição foi selecionada uma gama de artigos nos quais se trabalharam questões pertinentes à ética e o sigilo profissional do assistente social; a violência doméstica e contra as crianças e adolescentes; os direitos humanos; as questões étnico-raciais; a questão da educação e da inclusão das pessoas com deficiências; o Assistente Social no Superior Tribunal de Justiça; os espaços ocupacionais do assistente social na atualidade; entre outras questões, além de trazer uma discussão relativa ao olhar docente sobre o processo de ensino-aprendizagem na educação a distância no curso de Serviço Social da UNIASSELVI.

Demonstramos assim que a pesquisa evidenciada nestes relatos está atrelada ao ensino e à prática, e que estes elementos são fatores fundamentais no desenvolvimento da ação profissional, principalmente no sentido da desmistificação da racionalidade do instrumental e das técnicas interventivas da profissão.

Profª Vera Lúcia Hoffmann Pieritz
CRESS N° 4016 da 12ª Região
Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social



SUMÁRIO

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL - Politics of inclusion education of people with disabilities and the social worker role

Patricia Souza Munhós

Rejane Pereira 7

A TAREFA DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NA FORMAÇÃO DA CULTURA: ALGUMAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS E SOCIOLÓGICAS TENDO COMO APORTE MARX E GRAMSCI - The task of education and the role of intellectuals in cultural formation: some philosophical and sociological reflections based on Marx and Gramsci

Werner Schrör Leber

Cristiana Montibeller 12

CRAS E A CEAPA: A POSSIBILIDADE DE UM TRABALHO INTERSETORIAL - CRAS and Ceapa: an intersectoral work possibility

Andréia Moraes S. Soares

Edsônia dos S. Lacerda 24

ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES A RESPEITO DA EXCELÊNCIA MORAL E DA EXCELÊNCIA INTELLECTUAL - Professional ethic of social worker: some reflections about the excellence moral and intellectual

Vivian Nessler Donade

Jaciane Geraldo dos Santos 39

O ACOLHIMENTO NO CENTRO DE APOIO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE MAUS TRATOS – CAIF EM JI-PARANÁ-RO - The reception in the center of comprehensive support for families, children and youth victims of abuse - CAIF in Ji-Paraná-RO

Eliane Araújo de Andrade Barbosa

Priscila Caliman Lopes Rodrigues

Regina Pinheiro Custódio 51

O ASSISTENTE SOCIAL, A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DIREITOS HUMANOS - The social worker, domestic violence and human rights

Deuzerina Fonseca Conceição

Andréia Morais 57

O ASSISTENTE SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS: A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PRÁTICA PROFISSIONAL COM DEFICIENTES - The social worker and human rights: the importance of the ethic in the professional praxis to disabled	
Jacqueline Santana de Souza	
Andreia Moraes da Silva Soares	67
O ASSISTENTE SOCIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES DENTRO DAS APAES - The social worker and responsibilities within APAES	
Joelma Crista Sandri Bonetti	
Andreia Zanluca	74
O ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA - The social worker in defence of human rights: A reflection on homophobic violence	
Jacqueline Santana de Souza	
Andreia Moraes da Silva Soares	81
O OLHAR DOCENTE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIASSELVI - The teacher view on the learning process in distance education of the social service course at Uniasselvi	
Vera Lúcia Hoffmann Pieritz	
Cristiana Montibeller	87
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - The social worker role in superior court	
Celita Salvaro	
Daiane Bento	95
O PROJETO PROFISSIONAL E OS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE - The professional project and occupational areas of social worker in the present	
Kátia Leide dos Santos da Silva	
Jaciane Geraldo dos Santos	102
O SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES ETNICORACIAIS - Social service and ethnic-racial issues	
Alessandra dos Santos	
Daniela do Amaral Alves	
Selina Camargo	
Silvana da Silva Guimarães	
Luíza Maria Lorenzini Gerber	115

OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI FRENTE ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - Teenagers in conflict with the law against educational measures Simone Cristina Schreiner Edna da Luz Lampert	124
PROGRAMA DE RÁDIO “MENTES E VERTENTES”: UMA EXPERIÊNCIA EM REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL -“Minds and sheds” radio program: an experience in psychosocial rehabilitation Bruna Camila Schuhardt Alessandra Maria de Sousa	135
PSICOLOGIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR - Social psychology and social service: an interdisciplinary relationship Ana Paula Aparecida Magalhães Angelina Markiv Kotcz Germach Cleonice Gonçalves de Oliveira Ivone Sebold da Silva Marisa Paula Castilho Schwawbach Silmara Marques	145
RESILIÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES FRENTE AO SABER E FAZER PROFISSIONAL NA PÓS-MODERNIDADE - Resilience: some reflections about the professional performance in post-modernity Cristiana Montibeller Graciela Fochi Edilson Duarte dos Santos	151
SERVIÇO SOCIAL E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS - Social services and reproduction of corporate relations Viviane Orizenco Diana Ceolin	162
SIGILO PROFISSIONAL NO DESEMPENHO DA PROFISSÃO DO ASSISTENTE SOCIAL - Professional secrecy in social worker performance Maria Lúcia Machado Airoldi Ivete Eloí Cruz	167
VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: NUANCES E CONSEQUÊNCIAS - Violence against children: shades and consequences Josiane Ferreira Rosana Rosa Silveira	172

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Politics of inclusion education of people with disabilities and the social worker role

Patricia Souza Munhós
Rejane Pereira

Resumo: Este trabalho tem como abordagem a política de educação de inclusão das pessoas com deficiências e atuação do assistente social. Tem como objetivos conhecer os serviços ofertados, bem como explorar as leis que amparam a política da inclusão das pessoas com deficiência. Traz também a importância da atuação do profissional de Serviço Social diante das políticas de educação voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência. Foram realizadas consultas bibliográficas, ou seja, prática documentada. Percebeu-se que o Brasil vem construindo ao longo da história as políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiência. Conclui-se que existem muitos avanços na aplicabilidade das leis, visto que a realidade da inclusão de crianças e adolescentes no ensino regular da rede pública ainda deixa muito a desejar.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com deficiência. Atuação do assistente social.

Abstract: This work is to approach the inclusion of Education Policy for Persons with Disabilities and performance of social worker. It aims to know the services offered, and to explore the laws that support the policy of inclusion of people with disabilities. It also brings the importance of the professional practice of social work focused on the education policy for the inclusion of people with deficiency. It was performed bibliographic queries, ie documented practice. We have seen that Brazil has been building throughout history the targeted public policies for people with deficiency. It is possible to conclude that there have been many advances in the applicability of the laws, as the reality of inclusion of children and adolescents in regular education in public schools, still leaves much to be desired.

Keywords: Inclusion. People with disabilities. Role of the social worker.

Introdução

Iniciaremos este trabalho buscando um resgate histórico de algumas leis que se destacaram na discussão dos direitos das pessoas com deficiência. Em seguida enfatizamos principalmente a LDB, destacando suas diretrizes sobre a inclusão das pessoas com deficiências na escola regular de ensino público. Discutiremos sobre a atuação do assistente social na inclusão dos alunos com deficiência na escola, seu papel com as famílias.

Resgate histórico

Conforme o Programa de Ação Mundial para as pessoas com Deficiência (BRASIL, 1996), a Carta Magna de 1824 instituiu a compreensão de que pessoas portadoras de deficiência eram consideradas incapazes, ou seja, não possuíam direitos.

O ano de 1854 ficou marcado pelo início das ações voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil. Dom Pedro II inaugurou o Asilo da Pátria, voltado para soldados feridos e mutilados. Fundou o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto de Surdos-Mudos.

No início do século XX não houve ações por parte do Estado voltadas para a assistência

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

dos portadores de deficiência; ao contrário, as políticas públicas eram excludentes. Em 1932 foi criado por Helena Antipoff um novo modelo de atendimento, o Movimento Pestalozzi do Brasil. Estes trabalhos perduraram até o ano de 1954.

Na década de 50 surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. A principal característica das APAEs é o foco educativo de crianças deficientes por meio de atividades pedagógicas. Atualmente, as APAEs são reconhecidas como a maior rede de assistência brasileira. Hoje, além das atividades pedagógicas, muitas APAEs contam com a diversidade de equipes técnicas especializadas para o atendimento, como psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, nutricionistas.

Em 1952, em São Paulo, foi fundada a Associação de Amparo à Criança Defeituosa (AACD), e em 1954, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Segundo Tavares (2010, p. 213), “a atenção direcionada para o público dos deficientes sempre foi desenvolvida por entidades filantrópicas e beneficentes, caracterizando a omissão do Estado”. Característica esta que perdura até os dias atuais.

Destacamos que, em 1978, o acompanhamento das pessoas com deficiência é deslocado para a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Somente após a Constituição Federal Brasileira de 1988 é que as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos.

Segundo Brasil (1990 apud TAVARES, 2010, p. 217), atualmente, o conceito de deficiência é apresentado pela Organização Mundial da Saúde como sendo a “existência de alteração estrutural ou fisiológica de parte do organismo”. Dentre os tipos de deficiência destacam-se: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla.

O Censo de 2010 divulgou que 45,6 milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira. A taxa de alfabetização entre a população de 15 anos ou mais com pelo menos uma das deficiências foi de 81%.

A inclusão na escola

A CF/88 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, sendo que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola.

A LDB (1996) e a Convenção de Guatemala (2001) proíbem qualquer tipo de diferenciação de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência de pessoas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – dispõe sobre todos os aspectos do sistema educacional, desde os princípios gerais da educação escolar às finalidades, recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais do setor. Toda legislação deve ser aprimorada, e não é diferente com a LDB, que constantemente é atualizada, conforme pode ser verificado nos arts. 58 e 60 desta lei:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º- Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º- A oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

Art. 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atua-

ção exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo Único - O poder público adotará, como medida preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Podemos observar que os artigos citados da LDB não isentam o Estado de receber suas crianças e adolescentes com deficiência na rede pública de ensino regular. Eventos e acordos internacionais também foram fundamentais para fomentar a criação de uma política educacional mais justa para todos, sobretudo para os educandos com necessidades especiais. Entre elas, destacam-se a Declaração Mundial de Educação para Todos, que ocorreu na Tailândia (1990), e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca (Espanha) ressalta que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser tarefa partilhada por pais e profissionais. Esta proposta educacional tem como base acessibilidade, Projeto Político-Pedagógico, criação de redes e de parceiros, formação de professores e atendimento educacional especializado.

É importante salientarmos que o acesso das pessoas com deficiências ao ensino formal é também garantido pela legislação penal, que, em seu artigo 8º da Lei nº 7.853/89, prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência. Podemos afirmar, então, que exclusão é crime.

De acordo com a Revista Criança, do Ministério da Educação (2007), a inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil aponta um exemplo da vida real de uma mãe de um filho com Síndrome de Down. Por meio da Recomendação nº 05/2007/MPF/PR/SP, foi recomendado ao diretor da novela Páginas da Vida que a personagem Clara, com Síndrome de Down, fosse recusada em várias escolas. A novela passou, então, a deixar claro que o acesso de alunos com deficiência nas escolas regulares não é mera opção de seus pais ou responsáveis, e que a conduta excludente das escolas poderá ter consequências cíveis, penais e administrativas.

Em um passado próximo, tivemos o exemplo de uma personagem chamada Linda, que representava uma adolescente autista, na novela Amor à Vida. Nesta trama, o autor trabalhou a questão de os pais restringirem o acesso da filha ao convívio social, bem como demonstrou o anseio dos pais em superprotegê-la, limitando sua capacidade de desenvolver suas habilidades.

A atuação do assistente social na inclusão de pessoas com deficiência na educação

A inclusão abrange conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio e equidade. Podemos dizer então que inclusão é um valor social. As escolas são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, sendo que as crianças devem aprender a valorizar a diferença, pela convivência das relações estabelecidas na comunidade.

A sociedade deve acreditar que todas as crianças e adolescentes têm a possibilidade de aprender, deve-se romper uma cultura preconceituosa que diz que o aluno com deficiência é considerado incapaz de aprender na escola regular.

Segundo Freire e Faundez (1985), “[...] é preciso rejeitar de qualquer forma estas atitudes discriminatórias, pois a prática preconceituosa ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

É neste contexto que o projeto ético-político profissional do Serviço Social deve empenhar-se na transformação da sociedade. Por meio da mediação, o assistente social, na prática com as pessoas com deficiência, deve estar atento às mudanças sociais e buscar novas possibilidades de intervenção.

O assistente social possui habilidade profissional para propor e implementar políticas públicas no atendimento das crianças e adolescentes com deficiência.

Trabalhar junto das pessoas portadoras de deficiência é atuar na perspectiva de garantia de direitos historicamente constituídos, modificando a realidade, transformando o sujeito em autor de sua história, instigando autonomia. Ressalta-se a importância da constante e permanente formação técnica do assistente social, garantindo o aprimoramento de competência técnica, operativa e intelectual, consolidando assim o compromisso político com as pessoas portadoras de deficiência (TAVARES, 2010, p. 236).

Tavares (2010) destaca a importância de o profissional assistente social estar atento à garantia dos direitos já estabelecidos, e também buscar o aprimoramento constante das competências para acompanhar com eficiência o atendimento das pessoas com deficiência.

Ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

O Serviço Social é uma profissão fundamental para trabalhar a garantia da educação como direito social preconizado nas leis brasileiras, bem como auxiliar diretamente na inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Uma ferramenta importante que o assistente social poderá aplicar é o trabalho com as famílias. O profissional deve inserir as famílias de pessoas com deficiência nos trabalhos do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Por exemplo: fortalecer a família na importância da inclusão de seus filhos na rede regular de ensino público. Podem ser abordados temas referentes à importância da educação como direito e dever de todos, inclusive dos pais e/ou responsáveis.

Nesse espaço, o profissional de Serviço Social aproxima-se da família e intervém com o objetivo de identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, deve trabalhar em ações preventivas.

Só será possível a construção da verdadeira inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino com o trabalho efetivo do assistente social na busca pela participação conjunta da sociedade nessas ações.

Uma sociedade só será inclusiva quando o cidadão for respeitado e valorizado por sua pessoa e não por seu físico ou condição social. No entanto, para podermos realmente caminhar nessa direção, devemos primeiro combater os tabus e os preconceitos mais escondidos (BRAGANÇA, 2009 apud MARGAREZZI, 2010, p. 57).

Conforme a abordagem de Bragança, o profissional assistente social deve buscar apoio da sociedade no enfrentamento da exclusão social das pessoas com deficiência, principalmente no que diz respeito à inclusão na educação.

Considerações finais

Observando os levantamentos bibliográficos realizados, ficou evidente que a realidade atual não tem acompanhado o avanço das novas leis que surgiram para garantir os direitos das pessoas com deficiência. No que tange à educação, o Brasil ainda precisa avançar para alcançar um índice consideravelmente promissor na luta pela defesa de igualdade para todos. É preciso salientar que muito ainda se espera das organizações filantrópicas sem fins lucrativos, para que elas deem conta deste mercado de alunos.

O Estado é o primeiro a se esconder por trás das instituições, na medida em que acredita que, ao financiar as demais instituições, não precisa investir na escola regular pública. Conforme o art. 60 da LDB, o apoio à rede pública regular de ensino é independente do apoio prestado

às instituições previstas neste artigo.

Cabe ao profissional assistente social desmistificar este conceito, sendo que muitos acreditam que, se uma criança frequenta a APAE, por exemplo, não é necessária sua matrícula na rede de ensino regular pública.

Este artigo apresentou a questão do fortalecimento da família, trabalho este que pode ser conduzido pelo profissional assistente social com êxito, uma vez que possui habilidades técnico-operativas, formação ético-política e teórico-metodológica. O profissional assistente social deverá desempenhar seu papel de estimular a construção de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Diante do contexto apresentado neste trabalho, podemos afirmar que uma sociedade que não dá tratamento igualitário aos seus educandos nunca alcançará a justiça social de acesso ao ensino público. Então, fica o questionamento: Por que as crianças e os adolescentes com deficiência não estão todos frequentando o ensino regular? Será que as escolas públicas do Brasil possuem condições adequadas para acolher estes alunos?

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9344, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Brasília, 2007.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

GONZAGA, Andréia Karla de Souza. **O processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência e a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: < <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4962>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

LEMONS, Rafael. **Educação e trabalho**: obstáculos para pessoas com deficiência no Brasil. Disponível em: < veja.abril.com.br/noticia/brasil/ibge-educacao-e-trabalho-obstaculos-para-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LODI, Lúcia Helena. **Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade - Inclusão Social. Módulo 4. 2003. Disponível em: < http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MARGAREZI, Andréia Letícia. **Educação Inclusiva e as possibilidades de intervenção para o assistente social**. Brasília, 2010.

TAVARES, Fabrício André. **Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência**. Indaial: UNIASSELVI, 2010.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A TAREFA DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DOS INTELECTUAIS NA FORMAÇÃO DA CULTURA: ALGUMAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS E SOCIOLÓGICAS TENDO COMO APORTE MARX E GRAMSCI

The task of education and the role of intellectuals in cultural formation: some philosophical and sociological reflections based on Marx and Gramsci

Werner Schrör Leber¹
Cristiana Montibeller¹

Resumo: Este artigo propõe instigar algumas reflexões filosóficas e sociológicas, tendo como aporte Marx e Gramsci, sobre a tarefa da educação e o papel dos intelectuais na formação da cultura. A enorme desvalorização dos profissionais da educação na atualidade se deve exatamente a quê? Gramsci entendeu que aos educadores caberia a função de serem críticos e orgânicos, uma espécie de guardiões revolucionários da questão socialista. Gramsci, assim, via na educação e nos seus profissionais uma chance de livrar a humanidade da opressão dos dominadores e mercadores do mundo. Conforme entendemos, a educação nunca é neutra. Daí se segue que ela deveria representar os objetivos amplos de uma sociedade e não somente de grupos de poder, que se apossam do Estado, das universidades, dos sistemas educativos e depois discursam “em nome de todos”. O perigo do ensino laudatório da filosofia e de outras inúmeras ciências é incorrer no equívoco de se achar um intelectual autônomo e desvinculado dos interesses e do poder que está sempre em jogo. O professor é intelectual e sua função é a crítica saudável, antidogmática e plural, ou pelo menos acreditamos que deveria ser assim.

Palavras-chave: Educação. Cultura. Docentes. Intelectuais. Marx. Gramsci.

Abstract: This article proposes instigating some philosophical and sociological reflections, with the contribution Marx and Gramsci on the task of education and the role of intellectuals in shaping culture. What exactly is the massive devaluation of education professionals today? Gramsci understood that educators would fit the role to be critical and organic, a kind of revolutionary guardians of socialist issue. Gramsci thus via education and its professionals, a chance to free humanity from the oppression of the rulers of the world merchants. As we understand, education is never neutral. It follows that it should represent the broad objectives of a society, not only to power groups, who take over the state, the universities, the Education Systems and then speeches “on behalf of all.” The danger of laudatory teaching of philosophy and many other numerous science is incurring the mistake of finding an autonomous intellectual and detached from the interests and power that is always at stake. The teacher is also intellectual and its function is healthy criticism, anti-dogmatic and plural, or at least we believe should be like that.

Keywords: Education. Culture. Teachers. Intellectuals. Marx. Gramsci.

Introdução

Professores são, acima de tudo, intelectuais (CORTELLA, 2014), ou então deveriam ser. Os cadernos de estudo para o fortalecimento do Ensino Médio apoiam, explícita ou implicitamente, os legados que remontam às ideias de Marx e sua herança em nosso sistema de ensino.²

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

² Esse é o aspecto dogmático do problema. O ponto de partida está dado. São as condições sociais, dilaceradas pelas diferenças sociais produzidas pelo modelo produtivo capitalista, o problema. Embora o texto nunca fale em capitalismo abertamente, basta ter um pouco de leitura e vontade de refletir que essa perspectiva presente nas garantias individuais de nossa Constituição de 88, na Lei 9.394/96 e na Lei Complementar 170 e todos seus adendos e anexos, mostra-se de modo enfático. O que se chama de interacionismo nada mais é que a caricatura desse tipo de visão pedagógica que só descreve enredos, mas é por demais pobre, impotente e inculta para produzir

Com isso não está se dizendo que os autores deste texto estão integralmente de acordo com aquelas prerrogativas. Trata-se antes, apenas, de apontar que esse aspecto é bem evidente como eixo interpretativo nos autores que elaboraram aquelas apostilas.³

É bom que se diga que há muitas vozes hoje contra a influência das perspectivas marxistas, por elas terem sido uma espécie de fio vermelho que sempre guiou a intelectualidade brasileira. Entre os mais ferozes críticos dessa perspectiva está Olavo de Carvalho (2014). Todavia, a dissonância deste autor com Gramsci é tão imensamente crítica que nos limitaremos apenas a mencionar que a educação nacional não está inteiramente dominada pela educação sociológica e interacionista vinda da concepção de história do marxismo.

A enorme desvalorização dos profissionais da educação na atualidade se deve exatamente a quê? Gramsci entendeu que aos educadores caberia a função de serem críticos e orgânicos, uma espécie de guardiões revolucionários da questão socialista. Gramsci, assim, via na educação e nos seus profissionais uma chance de livrar a humanidade da opressão dos dominadores de mercados do mundo. Passadas muitas décadas, estamos longe de ter conseguido valorizar os professores enquanto intelectuais e formadores de opinião. Há certamente muitos fatores que contribuíram para isso.

Nesse estudo, limitar-nos-emos a percorrer alguns dos passos do pensador marxista italiano para compreender o ideário educacional que até hoje defende a supremacia da interação sócio-histórica como o princípio segundo o qual a educação deve se dar. (ARANHA; MARTINS, 2015).⁴ E não é difícil perceber isso em outras partes nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

O marxismo como referencial interpretativo em Gramsci

Gramsci foi um pensador político e também um preso político. Mondin (1987, p. 234) afirma que Gramsci “[...] é, sem dúvida, a maior autoridade italiana em marxismo”. Como que as ideias de Marx encontram Gramsci? Essa é a questão que marcará a filosofia de Gramsci e sua interpretação de como o poder se dissimula e age.⁵ Gramsci, nem tanto comentado em nossos manuais de filosofia para a educação básica, é um importante pensador do poder da cultura, sua formação e suas formas de disseminação por meio do aparato ideológico que a escola (educação) sempre representou nos processos históricos e civilizatórios da humanidade. Sua análise dá-se sobre o que denomina “intelectualidade orgânica”. Segundo ele, sempre somos intelectuais em algum sentido. Perceber a serviço de quem está a ideologia educacional é a questão.

conhecimentos mais incisivos para um mundo cada vez mais complexo, tecnológico e violentamente veloz em suas relações e transformações. Enquanto a relação ser humano-natureza precisa urgentemente de um novo ensino (paradigma), ficamos aqui a falar sobre interações de diferenças sociais, sem saber que assuntos lógicos, epistêmicos e científicos ensinar. O que defendemos aqui é o seguinte: o método histórico e interacionista não pode ser o único crivo de análise e de proposta para o ensino e suas demandas. Eis aí o nosso limite, porque a lei assim o define. Ficamos, então, feito baratas que tomaram chineladas, correndo para o lado que puder, sem perceber o que, afinal, significa hoje estudar (ser professor) para poder ensinar.

³ Trata das apostilas de estudo para o fortalecimento do Ensino Médio, impressas e editadas pela Universidade Federal do Paraná. Como exemplo, veja-se: **BRASIL**. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do Ensino Médio, Etapa II** – Caderno I: Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

⁴ Por exemplo, página 97, onde se lê: “*Os conflitos entre burgueses e proletários exigem destes últimos a elaboração intelectual de seus próprios valores, uma vez que a ideologia vigente reflete os interesses da classe dominante, a burguesia*”.

⁵ As linhas que acima desenvolvemos baseiam-se na seguinte obra: GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção: Perspectivas do Homem, n. 48). Citaremos, mesmo em notas, como Gramsci (1982).

Não se pode sustentar a visão tradicional segundo a qual haveria intelectuais e não intelectuais.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *Homo faber* do *Homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p. 7-8).

Desse modo, pensar e fazer são relações interligadas. O ser humano situa-se no mundo e nunca está numa situação de neutralidade em relação a ele. Se estivermos certos, a visão política de Antonio Gramsci mantém a visão descrita por Karl Marx, segundo a qual a história é resultado das ações humanas. O ser humano organiza-se de acordo com aquilo que elabora, escreve, constrói; enfim, tudo o que se chama de modo genérico cultura.

É preciso ver que o início do século XX foi marcado por violentos combates ideológicos a respeito do capitalismo. Ainda nos tempos de Antonio Gramsci, surge, por exemplo, a Escola de Frankfurt, na Alemanha. Liderada por intelectuais como Max Horkheimer, Walter Benjamin, Adorno, mantinha uma crítica marxista sobre a sociedade de consumo, ou seja, sobre a massificação da educação e da arte como produto de “série do capitalismo”. O que estamos dizendo não significa que os dialéticos de Frankfurt estejam na mesma linha de interpretação de Marx e Gramsci. Estamos apenas apontando como que as ideias de Karl Marx foram o centro de várias perspectivas no início do século XX. Até existencialistas como Sartre e Ponty estiveram alinhados com o marxismo.⁶

As ideias políticas de Karl Heinrich Marx (1818-1883) marcaram e continuam a marcar gerações. Não importa agora o quanto estamos familiarizados, alinhados ou contra as teses socialistas de Marx. O que importa é reconhecer que as ideias de Marx, forjadas a duras penas com seu fiel colaborador Friedrich Engels, deram origem a uma doutrina que atravessa o tempo: o marxismo. Karl Marx pôs-se a investigar a origem da exploração capitalista, seus meandros, suas técnicas, sua ideologia. Enfim, Marx queria decifrar e traduzir em conceitos acadêmicos a trajetória que tornou possível a construção de um sistema tão forte, competitivo e injusto: o capitalismo.

Entre os conceitos que Marx criou se encontra o materialismo histórico e dialético. Antonio Gramsci terá no horizonte de sua crítica a visão dessa perspectiva marxiana nas suas assertivas. E mesmo em um texto como esse em que se analisa “Os intelectuais e a organização da cultura”, transparece o materialismo histórico e dialético de Marx nos pressupostos de Gramsci. Conforme nos informa Costa (1998, p. 83), “O materialismo histórico foi a corrente mais revolucionária do pensamento social, tanto no campo teórico como no da ação prática”. Vamos situar sucintamente a crítica de Marx ao capitalismo, ou seja, à organização capitalista.

A crítica ao estado e à organização liberal em Karl Marx

Situaremos sucintamente o ideário de Marx a partir de sua crítica à opressão da maquinaria capitalista. Karl Marx vê o capitalismo como um processo antagônico e de conflito entre opressores e oprimidos, que representam a burguesia e o proletariado, respectivamente. A for-

⁶ SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 97-191. (Coleção: Os Pensadores). Para o caso a que nos referimos, Parte I, *Marxismo e Existencialismo*, páginas 113-126, em que Sartre traz um panorama de como entende a relação da dialética de Hegel e a de Marx com a filosofia existencialista. Sartre chegou a dizer que o marxismo seria a filosofia insuperável de nosso tempo.

ma e os meandros que tornaram possível essa dominação são complexas e descritas por Marx com detalhes no “O Capital” e “Escritos Econômicos Filosóficos”. Não será possível analisar em detalhes essa questão, e julgamos também desnecessário fazê-lo. O que queremos é situar como Marx descreve a opressão capitalista e como que aportes, frestas dessa perspectiva atingem o centro argumentativo da intelectualidade orgânica que Gramsci (1982) analisa em “Os intelectuais e a interpretação da cultura”. Para Marx, a burguesia forma a classe dominante, e o proletariado forma a classe de dominados. Essa relação se construiu ao longo da história quando uma grande quantidade de riquezas se concentra na mão de uns poucos, o que gera uma acumulação desmedida de terra e dinheiro. A manutenção dessa opressão é mantida pela ideologia. A ideologia funciona como mentora, como manipuladora das situações, tentando distorcer situações e inverter juízos. As teorias liberais, como as de Hobbes, Locke, Voltaire e Diderot eram favoráveis ao Estado como organização política da sociedade. Para eles, o Estado é a instância que deve garantir a propriedade privada. Marx vê o Estado como organização de grupos – e isso Gramsci mantém como centro de sua crítica às funções dos intelectuais – que se apossaram do Estado – e dele fazem um instrumento para seus interesses particulares. Marx leu também Rousseau, de quem, com argumentos diferentes, mantém a seguinte visão:

E foi assim que os chefes, tornando-se hereditários, acostumavam-se a ver sua magistratura como um bem de família, a verem-se eles mesmos como proprietários do Estado, do qual eram inicialmente apenas funcionários, a chamar seus concidadãos de escravos e a contá-los como gado entre as coisas que lhes pertenciam e a chamarem-se eles mesmos iguais aos deuses e rei dos reis. (ROUSSEAU, 2011, p. 106).⁷

Tanto em Rousseau como em Marx, uma manipulação ideológica, que teria se aproveitado da ingenuidade e da pureza das pessoas, mantém o domínio: apagar a origem da desigualdade. Em Rousseau, os discursos dos reis e dinastias políticas impedem de ver como que alguns chegaram a dominar o que antes pertencia “a todos” por meio daquilo que as próprias classes já detentoras de propriedade denominavam “revoluções”. Assim escreveu Rousseau (2011, p. 107): “Se seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, veremos que o estabelecimento da lei e do direito foi seu primeiro termo; que a instituição da magistratura, o segundo; que o terceiro foi a mudança do poder legítimo em poder arbitrário”. Em linhas gerais, tanto Rousseau quanto Marx condenam a propriedade privada por verem nela a origem dos desequilíbrios econômicos e sociais. Rousseau observa que várias manobras foram responsáveis por essa situação. A mais cruel, conforme ele, transformou os cargos de governo e de magistratura, que antes só existiam por contrato e por consentimento, em cargos hereditários de famílias que usurparam o poder em detrimento da confiança depositada neles. Trocou-se a situação da natureza, a felicidade natural, pela felicidade do Estado. Assim escreve Chauí (2000, p. 412), no que ela está associada às ideias de Karl Marx: “[...] a nação não é natural, nem existe desde sempre, mas foi inventada pelo capitalismo, no século XIX”. Nesse momento, depois da invenção do Estado, a população já acostumada à dependência preferiu o repouso e aumentar a sua servidão para assegurar a sua tranquilidade, pois se sentia incapaz de romper as amarras. Essa é a visão de Rousseau. Marx, e nem Gramsci, mantêm o naturalismo de Rousseau. Certamente o acham ingênuo demais, mas mantêm a possibilidade: sem alterar as consciências não será possível mudar as estruturas políticas, pois, conforme Chauí (2000, p. 409), “[...] o poder político existe como poderio dos economicamente poderosos para servir seus interesses e privilégios e

⁷ Há muitas traduções deste texto para o português. Seguimos a seguinte versão: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [Tradução de Paulo Neves]. Porto Alegre: LP&M, 2011.

garantir-lhes a dominação social”.

Para Marx, os detentores dos aparelhos ideológicos do Estado agem sempre persuadindo e dissimulando por meio do discurso como se as ações e as intenções fossem de todos, e para todos se voltassem. Assim diz Chauí (2000, p. 411): “Os estados são a expressão política da luta econômico-social das classes, amortecida pelo aparato da ordem (jurídica) e da força pública (policial e militar)”.

Em Marx, por exemplo, a justiça e todo o seu aparato técnico-jurídico e burocrático estão tão somente a serviço de uma classe: os detentores de riquezas, de máquinas, de equipamentos e da manipulação intelectual (COSTA, 1998). Quem está de posse da propriedade dos meios de produção forma a classe detentora de capital e, portanto, opressora. Disso se segue que, para Marx, propriedade (terra; meios de produção; capital) é fundamental para se entender o que ele denomina de luta de classes, pois se trata de uma relação de forças entre os que detêm máquinas, equipamentos, enfim, capital, e os que nada possuem além da força de trabalho a oferecer. Aos despossuídos resta vender a força de trabalho ao capitalista. O capitalismo, conforme nos informa Costa (1998, p. 88), “[...] transformou o trabalho em mercadoria”. Àquele e àquela que não têm capital não resta alternativa a não ser “vender” (alienar-se) sua força produtiva em troca do salário. A justiça, em Marx, também representa sempre tão somente uma parcela da população: aquela parcela que ele denomina burguesia. As questões jurídicas – relações de força entre dominados e dominantes – são decisivas para se entender que nunca haverá justiça em um sistema de classes antagônicas, de interesses opostos e onde a ideologia está sempre a serviço das classes dominantes, aquelas que detêm o poder político e econômico nas sociedades capitalistas. Em síntese, as relações de produção dizem respeito às relações políticas, ideológico-culturais e econômicas, e estas não podem ser reduzidas, para Marx, apenas ao montante de renda ou à posição no mercado. Nisso ele está em oposição a sociólogos importantes, como Weber, por exemplo. A crítica de Marx situa-se nas leituras que fez de David Ricardo e Adam Smith. Marx soube combinar a dialética da história de Hegel com a organização capitalista liberal, que leu nos teóricos ingleses (CHAUÍ, 2000).⁸ O que isso significa? Que a ideologia (aquilo que se pensa de si e da sociedade) é, às vezes, mais determinante que a renda em si. Ela faz com que trabalhadores (explorados e oprimidos) não vejam a real situação em que vivem (alienação) e também não percebam a sua força: a produção vem somente pelas mãos dos trabalhadores; toda riqueza é produzida por trabalhadores no capitalismo. A ideia de “riqueza” e a ideia de “pobreza” já é uma construção ideológica de quem detém os meios de produção (proprietários) e não uma situação real de economia. Para Marx, não há pobres, mas empobrecidos em detrimento daqueles que detêm os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. Desse modo, os trabalhadores, os empobrecidos, passam a acreditar que “todos somos iguais” (que a lei é igual para todos) e, assim, acreditam que as possibilidades de oportunidades são iguais para todos também. Esse seria o discurso ideológico das classes dominantes que se apropriaram do Estado.

Intelectuais, sociedade e educação em Gramsci

Somos docentes, “intelectuais” da cultura? Como podemos entender então o sentido cultura e da intelectualidade na docência, seja ela no ensino presencial ou semipresencial? Na educação de modo geral?

Cultura, quando aplicada ao nosso estilo de vida, ao convívio social, nada tem a ver com a leitura de um livro ou aprender a tocar um instrumento, por exemplo. Na realidade, o trabalho do antropólogo, estudioso da cultura humana, começa pela investi-

⁸ Por exemplo, p. 410, coluna B.

gação de culturas, ou seja, pelo modo de vida, padrões de comportamento, sistemas de crenças característicos de uma sociedade (CALDAS, 2008 apud MONTIBELLER, 2011, p. 68).

O termo cultura (*colere*, cultivar ou instruir; *cultus*, cultivo, instrução) pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger. Etimologicamente falando, é um conceito derivado da natureza “lavoura” ou “cultivo agrícola”, é considerada como uma das palavras mais complexas de nossa língua (EAGLETON, 2005). O significado de cultura não se restringe ao campo da antropologia, várias áreas do saber humano (filosofia, agronomia, biologia, artes, literatura, história, entre outras ciências) valem-se dela, embora cada uma direcionando a conotação.

Para os antropólogos, a cultura tem significado amplo, engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade; representa a totalidade de padrões diversos, aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano, incluindo conhecimento e formas de transmissão, padrões éticos, mitos, crenças, criações artísticas, produção de seus bens, leis, regras morais, costumes, aptidões e hábitos etc. A cultura, portanto, pode ser analisada sob vários aspectos: no campo das ideias (conhecimento e filosofia); nas crenças (religião e superstição); relativa aos valores (ideologia e moral); conforme as normas (costumes e leis); de acordo com atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições diversas (família, educação, sistemas econômicos e políticos); diversificadas técnicas (artes e habilidades); e criação de artefatos (machado de pedra, telefone) (MONTIBELLER, 2011).

Geertz (2001 apud MONTIBELLER, 2011) enfatiza que ambas as disciplinas (antropologia e psicologia) têm como objetos a cultura e a mente, e que não é fácil o tratamento para nenhuma das duas, uma vez que são conceitos que não têm sentidos rigidamente fixos, mas se desenvolvem e modificam no tempo e espaço. A cultura é dotada de vontade criativa, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração a outra e perpetuada em sua forma original ou modificada; sendo assim, os indivíduos aprendem a cultura ou os aspectos da cultura no transcurso de suas vidas, no processo de socialização e integração social.

Nesse sentido, vamos discutindo sobre qual a tarefa da educação e o papel dos intelectuais na formação da cultura?

Olavo de Carvalho (2010), em seu livro *Jardim das Aflições*, constrói uma desconcertante narrativa sobre a falência intelectual dos indivíduos na atualidade e especifica a consolidação de uma nova era, em que o indivíduo é destruído dentro de uma nova concepção de império, cujo senso do real não repousa na moral e muito menos na responsabilidade, pois estamos vivendo numa sociedade em que valores são distorcidos do compromisso com a verdade e a coerência, assim como na educação as pessoas fogem do conhecimento objetivo e real e esperam professores passivos, compactuantes com um comportamento da lei do mínimo esforço possível. Assim surgem e são recriados os desejos na cultura de massa, o trio sexo-dinheiro-fama, caracterizando uma nova ética baseada em novos valores, provocando o rompimento com as tradições que davam suporte, segurança, identidade para as pessoas. Nesse sentido, Carvalho denuncia o uso das modernas técnicas de psicologia como arma de convencimento e o epicurismo como ideologia do prazer dito de forma moderada, como a origem na história da humanidade da manipulação das mentes, visto que não demorou muito para que a sociedade, em âmbitos gerais, as nações, o Estado, as empresas e os movimentos de massa passassem a utilizar as técnicas de moldagem de personalidade com o objetivo de subjugar a mente humana em um culto universal do engano e do faz de conta.

Nesse sentido, como intelectuais da cultura, como estamos disseminando os valores? E que valores?

Antonio Gramsci escreve ao longo de seu texto sobre intelectuais tradicionais, cujo objetivo seria manter a visão ideológica das classes opressoras.⁹

Formam-se, assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1982, p. 8-9)

A educação, a escola, o ensino de modo geral precisa dos intelectuais orgânicos. Entretanto, os intelectuais tradicionais representam apenas uma visão: a de uma classe que é sempre ideologicamente dominante. Via de regra, em Marx, a alienação, um conceito capitular na visão marxista da história, faz com que o indivíduo perca a noção da força e da importância que ele (produtor, trabalhador) tem na produção de bens e de riquezas, como mencionamos antes. Como entra Antonio Gramsci nesse enredo da opressão capitalista, que sumariamente tentamos descrever em nossa sinopse acima? É aqui que cabe a função que Gramsci estipula para os intelectuais e a educação. A cultura também não é um produto natural, mas uma construção social ampla cujo alcance não pode ser negligenciado.¹⁰ Os intelectuais são geralmente funcionários burocráticos de programas cujos contornos lhes escapam.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p. 11).

A intelectualidade, se nossa análise tiver procedência, deveria funcionar como luz, como guia, como crítica para não dar a entender que apenas uma parcela da população pensa ao passo que à outra cabe a submissão incondicional. E a educação, enquanto elemento formador de opinião e disseminador da cultura, tem função basilar. Esse é o contexto em que a cultura, a educação e os intelectuais são decisivos. Resta saber que intelectuais, conforme Gramsci (1982). Ele menciona que quem denomina os intelectuais tradicionais são os eclesiásticos. Se tivermos claro que a Igreja desempenhou ao longo de décadas também funções educativas, é preciso então perceber a serviço de quem estiveram os intelectuais eclesiásticos, que para Gramsci sempre foram orgânicos a serviço de uma estrutura que ele pretendeu denunciar. Que significado tem

⁹ “A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano” (GRAMSCI, 1982, p. 15-16).

¹⁰ “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, diz Gramsci (1982, p. 5).

o termo “intelectuais tradicionais” em Gramsci, conforme falamos aqui? Deixemos que ele mesmo explique:

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade (GRAMSCI, 1982, p. 5).

A educação é, para Gramsci, um instrumento político de alta monta e que não pode ser desperdiçado. A interpretação que Antonio Gramsci dá aos intelectuais logo nas primeiras páginas de sua análise é interessante. Assim sendo, Gramsci vê determinados intelectuais equiparados ao se definirem como autônomos, como se a intelectualidade não fosse tributária de questões maiores: os interesses das classes dominantes. Assim, não são autônomos, mas ligados a interesses que, ou não querem admitir, ou simplesmente ignoram, conforme a passagem a seguir:

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, revestidos de características próprias etc. (GRAMSCI, 1982, p. 6).

Esse elemento sempre foi forte em Marx e em seus seguidores: a história é o picadeiro no qual se desenrola não a história dos grandes homens, mas de todos os que fazem a história. A história não é um aspecto abstrato, mas resultado do fazer humano. O quanto se tem consciência disso é o que define a visão que se terá sobre o processo ou não. É aqui, a meu ver, que entra a intelectualidade orgânica que Gramsci defende. O processo educacional encontra-se ancorado nas críticas acima arroladas e se situa na seguinte situação, conforme as palavras que seguem:

O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado estado (GRAMSCI, 1982, p. 9).

Se a nossa análise estiver certa, Gramsci vai em um sentido diferente do de Marx. Ele não apela aos proletários, mas aos intelectuais. É neles que está a chave de interpretação e da

disseminação do saber. Visto que há como fugir das ideologias, pois sempre se estará situado em espaços históricos que são também ideológicos, é melhor que se opte pela preparação da classe intelectual em um sentido em que a educação esteja a serviço de todos. Ela é formadora de opinião e precisa estar a serviço da crítica e das ações ideológicas do Estado.

A organização da cultura sob a perspectiva de Gramsci

Gramsci percebeu que a educação cumpre funções dentro de um sistema. Certamente sempre cumprirá. O problema é identificar que função e a serviço de quem está essa função educativa. A organização do currículo escolar não é neutra. Está pressupondo sempre ideias e interesses de alguém. Na Itália dos anos 20 ou 30 manifestava-se fortemente uma tendência: dividir a escola entre saberes intelectuais e saberes técnicos, considerando-se esses últimos de menor valor social.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização (GRAMSCI, 1982, p. 118).

Não será possível desenvolver essa concepção em todas as suas dimensões. Todavia, não seria difícil ver que no Brasil isso também ocorreu. Ela decorre daquela visão do positivismo de Durkheim, segundo a qual a educação deve respeitar a vocação “natural” das pessoas. Nesse sentido, algumas pessoas seriam naturalmente mais propensas aos trabalhos manuais e outras aos trabalhos intelectuais. Isto até pode ser, mas a hierarquização que daí decorre é o problema. A desvalorização de um em detrimento do outro caracteriza a crítica de Gramsci. Há uma entrevista feita com José Saramago em que ele também, por ser pobre e associado a ideias comunistas (socialistas), não pôde fazer o Ensino Médio Normal Português, mas teve de fazer um Curso Técnico de Serralheiro. Segundo ele, foi isso que o impediu de chegar a ser reconhecido como escritor quando ainda era jovem. Não seria tão difícil ver que a criação de várias escolas agrícolas nos governos de Getúlio Vargas e seus sucessores no Brasil se deu sob a égide de quem vê a educação entre intelectuais que devem mandar (os acadêmicos) e os que devem estudar para exercer funções – os que serão trabalhadores manuais. E por que a ditadura militar no Brasil, tão logo chegada ao poder, proibiu o ensino de Ciências Humanas e Filosofia, e implantou o Ensino Técnico em larga escala? É a mesma coisa. Fingir que a escola existe apenas para preparar para o mercado de trabalho.¹¹ Em tempos liberais pode até ocorrer de fingirem também abandonar o Estado para fazê-lo ainda mais presente na vida das pessoas. Como observa Apple (1999, p. 136), “algumas vezes, os grupos dominantes percebem que eliminar o Estado, ao invés de reforçar suas formas de controle, pode trazer mais pessoas para abrigarem-se sob seu guarda-chuva ideológico”. Essa perspectiva é a liberal, chamada neoliberal, que atingiu o mundo nos anos oitenta e se espalhou rapidamente pelos quatro cantos do planeta. Gramsci não conheceu essa perspectiva tão diretamente. Em linhas gerais, ele sustenta que a intelectualidade

¹¹ Outro autor que transita na linha de Paulo Freire e Gramsci também é Michael Apple. O **conhecimento oficial**: a educação democrática em uma era conservadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

não pode só ter um sentido acadêmico teórico. Os jovens em idade escolar – enfrentando ainda a crise da puberdade - já são levados à academia quando sua formação biológica ainda não está suficientemente madura para o ensino dogmático de uma academia tradicional, conforme Gramsci (1982).

Por causa de sua rapidez, se se pretende efetivamente atingir os resultados a que se propõe a atual organização da escola clássica, mas que não são atingidos. Pode-se dizer, porém, que o conjunto da nova organização deverá conter em si mesmo os elementos gerais que fazem com que, hoje, pelo menos para uma parte dos alunos, o curso seja muito lento. Quais são estes elementos? Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no “ar”, como se diz, uma grande quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem, e desenvolvem ainda mais, o conhecimento da língua literária, isto é, do meio de expressão e de conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar dos seis aos doze anos. Assim, os alunos urbanos, pelo simples fato de viverem na cidade, absorveram já – antes dos seis anos — muitas noções e aptidões que tornam mais fácil, mais proveitosa e mais rápida a carreira escolar. Na organização interna da escola unitária devem ser criadas, pelo menos, as mais importantes destas condições, além do fato, que se deve dar por suposto, de que se desenvolverá paralelamente à escola unitária – uma rede de auxílios à infância e outras instituições nas quais, mesmo antes da idade escolar, os meninos se habituam a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares. De fato, a escola unitária deveria ser organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de aplicação chamada individual etc. (GRAMSCI, 1982, p. 122-123).

Gramsci defende aqui aquilo que chama de Escola Unitária ou Humanista. Para ele, a educação é função do Estado sempre. Se é para comparar com a visão atual, é fácil verificar que a educação praticamente deixou de ter uma função formadora para tornar-se um negócio. As desregulamentações feitas ao longo do século XXI, essas denunciadas por Apple (1999), nada mais foram que uma forma de ideologia com a qual se afasta aparentemente o Estado da sua função pública para torná-lo uma espécie de parceiro dos negócios privados. As partes finais do texto de Gramsci abordam a escola tradicional, que ele condena, e que teria, entre outras, a seguinte função:

Na velha escola, o estudo gramatical das línguas latina e grega, unido ao estudo das literaturas e histórias políticas respectivas, era um princípio educativo na medida em que o ideal humanista, que se personifica em Atenas e Roma, era difundido em toda a sociedade, era um elemento essencial da vida e da cultura nacionais. Inclusive a mecanicidade do estudo gramatical era vivificada pela perspectiva cultural. As noções singulares não eram aprendidas visando-se a uma imediata finalidade prática profissional: esta finalidade não se revelava, pois o que contava era o desenvolvimento interior da personalidade, a formação do caráter através da absorção e da assimilação de todo o passado cultural da civilização europeia moderna. Não se aprendia o latim e o grego para saber falar estas línguas, para servir de camareiro, de intérprete ou de correspondente comercial. Aprendia-se a fim de conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, a fim de ser e de conhecer conscientemente a si mesmo (GRAMSCI, 1982, p. 133).

Trazidas aos dias atuais, as palavras de Gramsci acima descritas podem nos levar à seguinte interrogação: como ensinar filosofia hoje? Manter o laudatorismo tradicional, isto é,

explicar aos nossos alunos Sócrates, Platão, Marx, Hegel, Nietzsche de modo acadêmico tradicional conforme cartilhas já prontas, ou saber fazer desses autores uma porta para estudar problemas que os afligem diretamente? Parece-nos que aqui está o problema. Ensinar, e sobretudo ensinar filosofia, tem o perigo de se cair no academicismo e retratar ideias de autores completamente desvinculadas de contextos concretos de vivências.

Considerações finais

O que concluir desse texto político de Gramsci? Fica claro o caráter prático que ele dá ao ensino. Os intelectuais estão a serviço de alguém. Nisso Gramsci está próximo das críticas de Apple (1999), mas que não pudemos desenvolver nesse texto. O que compete seria encontrar forças revolucionárias, como aquelas que ele vê nos jornalistas, para trabalhar com a informação de um modo a não permitir a manipulação capitalista dos detentores de produção material e ideológica. Se nossa visão corresponder, Gramsci deu ao ensino, à educação, à organização cultural de um povo a dimensão crítica que ele tomou de Marx, a saber, só é possível que o homem modifique aquilo que conhece.

Nessa perspectiva, Gramsci, conforme é fácil constatar, tornou-se referência ao fazer do ensino uma arma prática da construção histórica das civilizações, pois o perigo da educação é a politização no sentido dos grupos dominantes, que, para ele, conforme frisamos, é a escola tradicional com os ditos intelectuais tradicionais que se julgam autônomos e desvinculados da sociedade e de seus interesses. Para evitar que os intelectuais sejam apenas burocratas de estruturas burguesas sem o saber, Gramsci, se o entendemos corretamente, propõe o organicismo intelectual como princípio ativo, como crítica permanente dos sistemas para evitar que se dogmatizem em estruturas curriculares tradicionais e desses apenas repitam velhas tábuas cujo teor há muito tempo deixou de ser relevante para a situação histórica concreta das pessoas.

Ademais, isso está em Gramsci, conforme entendemos, a educação nunca é neutra. Daí se segue que ela deveria representar os objetivos amplos de uma sociedade e não somente de grupos de poder, que se apossam do Estado, das universidades, dos sistemas educativos e depois discursam “em nome de todos”. O perigo do ensino laudatório da filosofia e de outras inúmeras ciências é incorrer no equívoco de se achar um intelectual autônomo e desvinculado dos interesses e do poder que está sempre em jogo. O professor também é intelectual, e sua função é a crítica saudável, antidogmática e plural, ou pelo menos acreditamos que deveria assim ser.

Referências

APPLE, Michael. **O conhecimento oficial: a educação democrática em uma era conservadora**. 2. ed. Tradução de Maria Bujes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de; MARTINS, Maria Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2015. (Livro Didático do PNLD para 2015, 2016 e 2017).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II – Caderno I: Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

CARVALHO, Olavo de. **Apoteose da vigarice**: cartas de um terráqueo ao Planeta Brasil. São Paulo: CEDET, 2014, volume I.

_____. **O jardim das aflições**. De Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil. 3. ed. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática: 2000.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, escola e docência**: novos tempos, novos desafios. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1998.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção: Perspectivas do Homem, n. 48).

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia**: os filósofos do Ocidente. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1987, v. 3.

MONTIBELLER, Cristiana. **A filosofia da linguagem de Wittgenstein**: um pensar cultural sobre os “jogos de linguagem”. Joinville: UNIVILLE, 2011. 99f.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [Tradução de Paulo Neves]. Porto Alegre: LP&M, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Seleção de textos feita por José Américo Motta Pessanha. Tradução de Rita Guedes, Luiz Salinas e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 97-191 (Coleção: Os Pensadores).

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

CRAS E A CEAPA: A POSSIBILIDADE DE UM TRABALHO INTERSETORIAL

CRAS and Ceapa: an intersectoral work possibility

Andréia Moraes S. Soares¹

Edsônia dos S. Lacerda¹

Resumo: O presente trabalho versa sobre a importância da intersectorialidade entre os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e a Ceapa (Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas), no município de Ilhéus/BA. Discute a política de assistência social, tendo como foco a intersectorialidade, e identifica desafios para ambas as políticas. Objetiva contribuir para a discussão de uma gestão articulada, intersectorial, integral e que perpassasse os campos de saberes e práticas profissionais. Para tanto, a pesquisa bibliográfica proporcionou a discussão da intersectorialidade como estratégia de gestão a ser inserida e efetivada nas políticas públicas aqui estudadas.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Penas alternativas. Rede social.

Abstract: This paper deals with the importance of intersectionality between CRAS (Reference Centers of Social Assistance) and Ceapa (Central Support and Follow-up to the feathers and Alternative Measures), in the city of Ilhéus/BA. It discusses the social welfare policy, with the focus on intersectoral and identifies challenges for both policies. This contributes to the discussion of an articulated management, inter-sectoral, comprehensive and which pervades the fields of knowledge and professional practices. Therefore, the literature provided the discussion of intersectionality as a management strategy to be inserted and studied here in effective public policies.

Keywords: Intersectoral. Alternative Sentences. Social Network.

Introdução

Este artigo busca analisar a importância da intersectorialidade entre os CRAS e a Ceapa, no município de Ilhéus/BA. Para isso, pretende-se discutir a política de assistência social, tendo como foco a intersectorialidade. E, ao final, identificar os desafios apresentados para a política de assistência social na busca da articulação intersectorial e os desafios apresentados à Ceapa para a efetivação do cumprimento das penas alternativas.

Salienta-se a importância de os equipamentos/instituições trabalharem de forma articulada, conhecerem as ações que desenvolvem e como atuam no território, para então operarem de forma intersectorial. Neste sentido, o desconhecimento por parte dos profissionais que atuam na área de assistência social sobre o paradigma da intersectorialidade tem impossibilitado a apropriação das ações desenvolvidas a partir dessa nova forma de organizar as políticas sociais. Percebe-se, então, que se faz necessária uma divulgação e capacitação sobre como desenvolver a intersectorialidade e a importância dessa estratégia na efetivação dos direitos sociais.

Para tanto, analisa-se a intersectorialidade como paradigma administrativo e organizacional para as políticas de assistência social e das penas alternativas. Entender como

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

a intersetorialidade pode ser utilizada na Proteção Social Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e na Ceapa é fundamental para sua legitimação como paradigma dominante, pois ambas as políticas possuem objetivos e demandas semelhantes, embora cada uma na sua especificidade.

Para este estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, capítulos de livros, revistas científicas, monografias, textos publicados, artigos e relatórios de pesquisa, acervo disponível em bibliotecas, internet e coleção pessoal. Utilizou-se também a pesquisa de documentos publicados pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

Inicialmente, esboçam-se os avanços da Política de Assistência Social desde a promulgação da Constituição Federal até os dias atuais. Revisitam-se também alguns conceitos primordiais para o entendimento desta política, como a matricialidade sociofamiliar, a territorialidade, a proteção social e a intersetorialidade.

Na sequência, apresentam-se a política de penas alternativas e os seus progressos no Brasil, na Bahia e no município de Ilhéus. As penas alternativas têm se mostrado uma política de ressocialização/reinserção social de ex-reclusos do sistema prisional. Essas políticas também têm contribuído para a diminuição do número de egressos neste sistema, oportunizando alternativas de se punir melhor, sem necessariamente retirar os indivíduos da sociedade.

Por fim, discutem-se os desafios apresentados aos gestores e aos profissionais da política de assistência social na tarefa de garantir/fortalecer esta política e os desafios apresentados aos profissionais da Ceapa para garantir o cumprimento das penas alternativas. Acredita-se que os profissionais dessas áreas, juntos, poderão superar os entraves existentes na efetivação das políticas sociais.

A política de assistência social no Brasil: um breve histórico

A assistência social, durante décadas relegada às ações pontuais e beneméritos, passa a ter estatuto de política pública de seguridade social a partir da Constituição Federal de 1988. A promulgação da Carta Magna torna-se um marco na história do país, os direitos sociais são ampliados e garantidos, e, por consequência, ela passa a ser conhecida como a “Constituição Cidadã”. Este avanço, iniciado pelo movimento de descentralização e abertura democrática do país, com grande participação dos movimentos sociais, sindicatos e categorias profissionais de diversas áreas, é apenas o primeiro passo para a construção de um campo novo: o campo do direito a ter direitos.

A assistência social passa a ter estatuto de política pública de seguridade social, que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, conforme art. 194 (BRASIL, 1988). Além de atribuir à assistência social caráter não contributivo, esta

passa a ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, conforme art. 203. (BRASIL, 1988).

Ainda era necessário avançar para garantir que os direitos sociais se tornassem efetivos. Era essencial que a assistência social deixasse de ser vista como assistencialismo clientelista para se tornar efetivamente uma política social. Neste sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) trouxe a assistência para um campo novo, o campo da seguridade social e da proteção social pública (COUTO, 2011). Ela passou a ser definida como direito do cidadão e dever do Estado, “política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Somente após a aprovação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social), em 2004, é que vão “se explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (COUTO, 2011, p. 87). Com esta aprovação, passa-se a reafirmar a relevância da articulação com outras políticas, através de ações múltiplas e integradas para o enfrentamento da questão social.

A PNAS e, em sequência, a regulação do Sistema Único da Assistência Social, através da NOB-SUAS, em 2005, trazem mudanças significativas nas “referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações na área” (BRASIL, 2008a, p. 18). De acordo com Pereira (2007 apud SOUZA, 2010), o SUAS é, nos termos da lei, um mecanismo organizador dos preceitos, disposições, ações e procedimentos previstos na LOAS e na PNAS. Seu objetivo é garantir, do ponto de vista operacional e em caráter sistêmico (funcionalmente interligados), a implementação e a gestão da política. Assim, os princípios e as diretrizes contidos na LOAS são reafirmados, e incorporadas a esses a matricialidade sociofamiliar, a dimensão socioterritorial, uma nova concepção sobre os serviços socioassistenciais e a estruturação hierárquica da proteção social básica e especial através da “implantação de equipamentos públicos estatais, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS” (BRASIL, 2008a, p. 19).

A matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante do SUAS passa a dar destaque à família como núcleo fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. O reconhecimento da família como unidade/referência fundamenta-se na ideia de que esta, para cumprir suas funções de proteção e socialização dos seus membros, precisa ser protegida. A família passa então a ser “considerada como o elo básico na reconstituição de vínculos pessoais e sociais interrompidos ou fragilizados” (SÃO PAULO, 2009, p. 21). Essa ênfase tem como pressuposto a prevenção, a proteção, a promoção e a inclusão dos membros do grupo familiar como forma de garantir condições de sustentabilidade a este grupo (BRASIL, 2004a). Assim, a matricialidade sociofamiliar desloca a abordagem do indivíduo isoladamente para o núcleo familiar, “entendendo-o como mediação fundamental na relação entre sujeitos e

sociedade” (COUTO, 2011, p. 38). Todavia, essa centralidade na família só será garantida se a assistência social conseguir desenvolver uma política que valorize a convivência familiar e comunitária. Outro eixo que deve ser destacado é a territorialidade.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p. 96).

Deste modo, o território deve ser visto não apenas sob o aspecto geográfico, mas também como um processo de construção de relações, de pertencimento a dado lugar, espaço de vivências transcendentais, de necessidades e resistências coletivas (COUTO, 2011, p. 39). O território é um espaço de construção e desconstrução de vínculos, de disputas, contradições e conflitos, de sonhos e “terreno das políticas públicas”, pois se trata do local onde se materializa a questão social e se criam formas e possibilidades para o seu enfrentamento (BRASIL, 2008a, p. 53).

Sendo o território o “chão da política pública”, é preciso compreender as particularidades de cada território, seus recursos, população, relações sociais, demandas, carências e potencialidades. Para Sposati (2004a, p. 175), território deve ser o espaço de proximidade do cotidiano de vida do cidadão e o espaço para a oferta capilar de serviços que “podem antecipar as respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social proativa” (BRASIL, 2008a, p. 57).

A proteção social proativa, outro princípio da proteção social, um dos pilares do novo paradigma da assistência social, trabalha na perspectiva da prevenção através de um conjunto de ações capazes de prevenir/reduzir/monitorar a ocorrência de riscos sociais e pessoais²; proteger pessoas/famílias; criar medidas/possibilidades de ressocialização, reinserção e inclusão social (SPOSATI, 2004a, p. 40-41).

A proteção social proativa refere-se ao trabalho social sintonizado com a realidade, “que monitora e atua no território para reduzir e eliminar a presença de fatores de risco”, através de um conjunto de ações capazes de fortalecer a cidadania (SÃO PAULO, 2009, p. 20). Entretanto, essa proteção se dá principalmente no campo da Proteção Social Básica (PSB) de caráter preventivo e inclusivo, a qual tem como objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004a, p. 33).

² “A noção de riscos sociais não implica somente a iminência imediata de um perigo, mas quer dizer também uma possibilidade de, no futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva” (SPOSATI, 2004a, p. 44).

As situações de risco “se instalam no campo relacional da vida humana” e podem ser desencadeadas por diversos fatores: ausência ou precariedade de renda; desemprego ou trabalho informal e inseguro; fragilidade/inexistência do acesso aos serviços sociais públicos; perda ou fragilidade nos vínculos afetivos e sociais; discriminações, preconceitos; ou qualquer outra forma que possa se caracterizar como desproteção social e, portanto, exige atenção estatal diferenciada no seu enfrentamento (BRASIL, 2008a, p. 45).

Neste artigo, destaca-se a segurança de convívio, pois esta tem como objetivo garantir a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais e comunitários, inclusive famílias com marido/pai ou filhos em regime de reclusão, preparando-os para recebê-los de volta. É imprescindível que a assistência social desenvolva uma política ativa que “ressignifique a vida, a dignidade, a resistência, o *empowerment* dos ainda estruturalmente excluídos” (grifo do autor). Para isso, o atendimento recebido deve reconhecê-lo em suas singularidades individuais e identidade social (SPOSATI, 2004a, p. 44).

Os serviços de Proteção Social Básica devem ser executados, de forma direta, nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), unidade pública estatal, ou de forma indireta através das entidades e organizações de assistência social, sempre sob coordenação do órgão gestor (COUTO, 2011, p. 42).

A importância dessa unidade estatal na construção do SUAS está “na sua centralidade em cada território, na medida em que processa e efetiva direitos de assistência social”; também executa serviços e benefícios socioassistenciais e “desempenha a função de referência para os cidadãos de determinado território, para os quais essa unidade deve se constituir em acesso básico, ou a principal porta de entrada aos serviços de assistência social” (SÃO PAULO, 2009, p. 18).

Nessa lógica, os CRAS devem estar integrados a outros serviços da rede público-privada. A eficácia deste sistema dependerá, principalmente, dos gestores que, após as novas mudanças apresentadas na PNAS e no SUAS, possuem novas demandas somadas ao aumento da sua responsabilidade, agora visto como responsável pela política de assistência em sua totalidade. Sposati (2004 apud BRASIL, 2008a, p. 21) destaca que “o gestor público da assistência social deixa de ser operador indireto da política e passa a ter que exercer a responsabilidade de Estado”. Um Estado forte na regulação, coordenação e execução da política; um Estado dedicado ao social e dotado de um sistema de gestão ágil e eficaz. Todavia, com uma perspectiva de fortalecimento das relações entre os integrantes das redes, cabe aos gestores, principalmente na esfera municipal, e ao CRAS, o “papel estratégico na articulação das redes socioassistenciais³” (BRASIL, 2008a, p. 45).

Redes socioassistenciais, segundo a PNAS (BRASIL, 2004a, p. 94), são “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços,

³ “A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas, projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social [...]” (NOB/SUAS, 2004. p. 94).

programas e projetos”, e supõem a articulação entre todas as unidades de proteção social, com o objetivo de superar a fragmentação dessa política e, para tanto, é necessário constituir ou redirecionar essa rede (BRASIL, 2004, p. 94). Tendo em vista que a assistência social possui como público usuário, em sua maioria, os segmentos mais pobres da sociedade, com um perfil marcado por demandas multifacetadas, exige-se, portanto, respostas que extrapolam a ação setorial.

Neste sentido, passa-se a dar destaque à construção de uma estratégia intersetorial, através da articulação entre diversas políticas públicas e diversos sujeitos, com o desenvolvimento de ações conjuntas que visem ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas por diversas áreas, potencializando os resultados e respondendo à totalidade das demandas sociais.

A intersetorialidade supõe também a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado [...]. (COUTO, 2011, p. 40)

O reconhecimento da multissetorialidade e interdisciplinaridade como metas prioritárias a serem trabalhadas pela assistência social passa a ser visto como essencial pela LOAS, PNAS e SUAS. Assim, através da intersetorialidade é possível abordar de forma mais ampliada os problemas sociais em sua complexidade e multidimensionalidade. Nesse sentido, “a conexão entre territorialidade/rede/intersetorialidade, voltada à inclusão social, redimensiona as intervenções”, ao mesmo tempo em que amplia a qualidade e a efetividade das ações (BRASIL, 2008a, p. 39).

Assim, apesar da PNAS apresentar a intersetorialidade como requisito fundamental para a garantia dos direitos de cidadania, “a preocupação com a promoção da intersetorialidade extrapola os planos e os programas do MDS e se expressa como um dos objetivos do próprio ministério” (SOUZA, 2010, s.p.).

Para uma atuação articulada em rede, faz-se necessária uma estreita parceria entre instituições de modo que não haja superposição ou isolamento de ações e, ao invés disso, ocorra uma relação de complementaridade e/ou desenvolvimento de ações que possam impulsionar inovações, agregar experiências e saberes, trocar informações, conjugar esforços/recursos e compartilhar resultados.

Sposati (2004a, p. 175) destaca a importância de se manter um sistema de gestão de relações “interinstitucionais, intersecretariais e intermunicipais”, pois a intersetorialidade supõe também vontade e decisão políticas dos agentes públicos, sem desconsiderar o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor (COUTO, 2011, p. 40). Nessa área, Sposati (2004a, p. 176) salienta a relevância da “articulação interinstitucional de competências e ações complementares com o Sistema Nacional e Estadual de Justiça”, em uma gestão combinada com cada esfera e instância de poder que, entre outras finalidades, objetiva garantir a aplicação de penas alternativas (prestação de serviços à comunidade).

A política de penas alternativas no Brasil

Segundo Nucci (2010 apud MATEUS, 2010), as penas alternativas são aquelas que têm como objetivo evitar o encarceramento de sujeitos autores de infrações penais leves⁴, promovendo-lhes a recuperação através da restrição de direitos. Nesse aspecto, salienta-se que há muito tempo discute-se a falência do sistema prisional brasileiro em sua missão de ressocializar o sujeito. Acrescenta-se a isto a superlotação dos presídios, cadeias e penitenciárias e a transformação destas em “faculdades do crime”, ao permitir o contato de infratores que não apresentavam grandes riscos à sociedade com criminosos perigosos.

Nesse sentido, a própria sociedade passa a cobrar mudanças e soluções para restringir a aplicação da pena de prisão e minorar fatores que favorecem a instalação de atos criminosos nos sistemas prisionais. Assim, é apresentado ao Ministério da Justiça, em 1972, o anteprojeto de lei com a proposta da interdição de direitos como pena principal. Em 1973, a Moção de Goiânia I recomendou a introdução de medidas mais humanas para a “reintegração social do condenado”. Tais ideias foram reafirmadas na Moção de Goiânia II, realizada em 1981 (MATEUS, 2010).

Entretanto, somente em 1984 as penas alternativas surgem no Brasil, através da Lei nº 7.209/84, com o objetivo de reduzir a aplicação de penas privativas de liberdade. Essa lei criou as penas restritivas de direito: prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos (proibição do exercício do cargo, função ou atividade pública, proibição de exercício da profissão e suspensão da habilitação para dirigir veículo) e limitação de fim de semana, como soluções alternativas para os infratores que não ponham em risco a segurança social (MATEUS, 2010).

Todavia, era necessário criar instrumentos para operacionalizar e fiscalizar essas penas. Assim, surgiu a Lei nº 9.099/95, que instituiu os juizados especiais cíveis e criminais com competência para julgar as infrações com menor potencial ofensivo⁵ e as medidas alternativas, sem a cominação de pena de prisão, quais sejam: transação penal e suspensão condicional do processo por dois a quatro anos.

Em 1998 foi criada a Lei nº 9.714/98, que promoveu a reforma do Código Penal e a introdução de mais quatro modalidades de penas substitutivas à prisão: perda de bens e valores, prestação pecuniária, proibição de frequentar determinados lugares e prestação de outra natureza.⁶ Conforme salientado no relatório da comissão de estudos sobre as penas alternativas, para os crimes de menor gravidade, estas se revelam como a melhor solução, pois impõem restrições sem

⁴Infrações penais leves: lesões corporais culposas, delito de trânsito (art. 129); periclitacão da vida e da saúde (arts. 130-137); crimes contra a honra (arts. 138-145); crimes contra a liberdade pessoal (arts. 146-149); crimes contra a inviolabilidade do domicílio (art. 150); contra a inviolabilidade de correspondência (art. 151-154); do dano (art. 163-167) da apropriação indébita (arts. 168-170); estelionato (art. 171); e contravenções penais.

⁵Art. 61 da Lei nº 11.313/06: “Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.

⁶ §2º, do Art. 1º da Lei nº 9.714/98.

retirar o condenado do convívio social. “Sua conduta criminosa não ficará impune, cumprindo, assim, os desígnios da prevenção especial e da prevenção geral. Contudo, a execução da pena não o estigmatizará de forma tão brutal como a prisão” (BRASIL, 2002, p. 1).

Em 2000 foi criada a Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Cenapa), produto do Programa Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, com o objetivo de criar uma política de promoção para ampliação e fiscalização das penas e medidas alternativas. Através de capacitação de técnicos nos estados, da coleta e produção de dados sobre resultados, da permanente integração com a Central Nacional, do desenvolvimento de uma metodologia eficaz de execução das penas e medidas, foi possível ampliar a sua quantidade de aplicação. Com esse objetivo, foram realizados seminários e reuniões, no intuito de sensibilizar/capacitar os operadores do direito, que culminou na instalação, em todos os estados, de centrais de penas alternativas, bem como a instalação de varas especializadas na execução de penas e medidas alternativas nas cidades de Fortaleza (1998), Recife (2001), Porto Alegre (2001), Salvador (2001), Belém (2002), Curitiba (2004) e Aracaju (2005) (BRASIL, 2006).

De acordo com o Levantamento Nacional sobre Execução de Penas Alternativa (ILANUD), o perfil dos apenados e dos cumpridores de penas alternativas oriundos das varas de execuções penais se diferem em relação aos crimes cometidos, mas no que tange aos dados socioeconômicos, assemelham-se estreitamente. Em sua maioria são homens jovens, pardos ou negros, com baixa escolaridade, provenientes de estratos sociais baixos, no desempenho de atividades que não demandam qualificação e são mal remuneradas e, ainda, em situação de trabalho vulnerável.

Penas alternativas na Bahia

Na Bahia, este trabalho passa a ser realizado pela Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), criada inicialmente como projeto, para operacionalizar e fiscalizar o cumprimento dessas medidas, com o objetivo de proporcionar um monitoramento mais eficaz, de acordo com o ato cometido e capaz de promover a ressignificação do ato delituoso, porém com caráter socioeducativo e orientador.

A inauguração da Ceapa-BA ocorreu em 5 de fevereiro de 2002, por meio de uma parceria firmada entre o Ministério da Justiça e a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia⁷, com convênio firmado com o Conselho Arbitral da Bahia. Essa parceria garantiu a implantação e o funcionamento até 31/07/2002, e, a partir de então, a Ceapa passou

⁷ Com a modificação da estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo Estadual, o sistema prisional e a Ceapa foram desvinculados da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, em que era gerido por meio da Superintendência de Assuntos Penais (SAP), e criou-se a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, pela Lei nº 12.212, de 4 de maio de 2011, com a finalidade de formular políticas de ações penais e de ressocialização de sentenciados, bem como de planejar, coordenar e executar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado (BAHIA, 2011).

a ser mantida com recursos estaduais, tendo sido estabelecido, no período de junho a setembro de 2003, convênio com recursos federais e estaduais.

O êxito das ações desenvolvidas pela Ceapa levou à transição desta a uma política pública de penas e medidas alternativas no Estado da Bahia, através da Lei estadual nº 10.693/2007. Para a eficácia desta política, as Ceapas contam com uma equipe técnica interdisciplinar composta por profissionais da área de direito, serviço social e psicologia, que atendem aos cumpridores; encaminham às instituições da rede social parceiras e monitoram durante toda a pena ou medida aplicada - prestação de serviços à comunidade (PSC) ou prestação pecuniária (PP), ou mesmo os comparecimentos periódicos para informações decorrentes de *sursis*. Esse trabalho interdisciplinar é imprescindível para que ocorra a ressignificação, pois esta só se torna possível quando o monitoramento é realizado por uma equipe técnica especializada, capaz de conduzir o sujeito no percurso do cumprimento.

Na Bahia, existem hoje a Central de Salvador e dez núcleos que funcionam nas cidades de Ipirá, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus, Valença, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Barreiras, Feira de Santana e Bom Jesus da Lapa e, até fevereiro de 2010, atendeu a 7.570 cumpridores de penas e/ou medidas alternativas, sendo que 1.505 em acompanhamento regular (BAHIA, 2010, p. 7-10).

Conforme Brasil (2002, p. 15), a Ceapa possui três princípios fundamentais, sobre o processo de monitoramento:

- Interinstitucionalidade: refere-se ao modo como o sistema de justiça interage entre si.
- Interatividade: refere-se ao modo como o sistema de justiça interage com o sistema social.
- Interdisciplinaridade: refere-se ao modo como o discurso e a prática do mundo jurídico interagem com o discurso e a prática do mundo dos fatos.

Salienta-se que a interatividade da Ceapa envolve apenas a articulação com a rede parceira no sentido de receber os cumpridores para o cumprimento das penas alternativas.

Ao serem encaminhados à Ceapa pelo sistema judiciário, os sujeitos são submetidos, inicialmente, a uma entrevista de avaliação com um assistente social e psicólogo, que determinarão se o sujeito tem condições para cumprimento de pena/medida alternativa, através de um parecer psicossocial. Em sequência, o cumpridor é encaminhado a uma instituição parceira, parte integrante da rede social. Inicialmente, a instituição é responsável pelo acolhimento do cumpridor e, sequencialmente, contribui no acompanhamento mensal da prestação de serviços, através dos relatórios de frequência encaminhados mensalmente.

Nesse sentido, o papel da rede social é imprescindível para o avanço dessa política pública, assim como da rede de atenção. Esta é composta por equipamentos/serviços públicos para os quais os cumpridores poderão ser encaminhados, a depender das demandas apresentadas. Segundo Alencar (2008, p. 133), as penas e as medidas alternativas de prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade “dependem da estruturação de uma rede

social – governamental e não governamental – que ofereça as vagas e os serviços necessários à estruturação e ao monitoramento” dessas.

Outro ponto a ser destacado é a questão da estigmatização dos cumpridores oriundos das penas privativas de liberdade. Alguns autores das ciências sociais e do direito discutem este problema, pois o cárcere provoca efeitos sobre o encarcerado, que, além de ter sua liberdade cerceada, perde o emprego, o convívio sociofamiliar e carrega o estigma de presidiário. Com respeito à família (companheira e filhos), também carrega o estigma, seguido da hostilização da sociedade. Nesse caso, quando os cumpridores oriundos do cárcere têm a pena de privação de liberdade substituída por prestação de serviço à comunidade, enfrentam grandes dificuldades, entre estas se destaca a restauração dos laços de pertencimento à família e à comunidade e a reinserção ao mercado de trabalho.

Nesse aspecto, o perfil dos cumpridores de penas restritivas de direito permite incluí-lo como usuários da Política de Assistência Social que, conforme a PNAS, constitui-se de:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos de étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social (BRASIL, 2004b, p. 33).

Além disso, em uma análise mais aprofundada da LOAS, Couto (2011, p. 45) destaca que são definidos como usuários da assistência social todos “aqueles que dela necessitam”, ou seja, “todos os cidadãos que se encontram fora dos canais correntes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais”.

Cumprir salientar que, segundo a PNAS, cabe aos CRAS, entre suas funções, promover ações intersetoriais para o êxito da promoção das famílias em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, a Política de Cumprimento de Penas Alternativas deve ser gerida e executada em parceria com a Assistência Social do município através, principalmente, dos seus equipamentos/serviços da Atenção Básica e Especial e com base na estratégia da intersetorialidade (BRASIL, 2004b, p. 35).

Há ainda outros procedimentos realizados pela equipe técnica da Ceapa: captação, que constitui uma visita institucional para conhecer a estrutura física e as ações de reconhecimento da instituição na comunidade; cadastramento, que se refere à entrega de documentos, preenchimento de cadastro e assinatura do termo de convênio; e capacitação das entidades parceiras, que pode ser realizada através de palestras, seminários e visitas às entidades cadastradas, com o objetivo de explicar os procedimentos, desmistificar ideias preconcebidas, prepará-las para receber e acompanhar os cumpridores e fortalecer a rede social de apoio.

O desenvolvimento da Ceapa no município de Ilhéus/BA

O Estado da Bahia iniciou o processo de interiorização através da Lei estadual 11.042/2008. Assim, o Núcleo Ilhéus, inaugurado em 21 de novembro de 2008, possui uma trajetória consolidada de trabalho com os ex-reclusos advindos do sistema prisional e cumpridores⁸ de penas alternativas por infrações leves provenientes do Juizado Especial Criminal e da Justiça Federal.

A área de abrangência deste núcleo contempla 27 municípios que compõem a região sul do Estado. De acordo com a Cartilha Ceapa, entre novembro/2008 a fevereiro/2010, foram atendidos 228 novos cumpridores; entre estes, 86 estão em efetivo acompanhamento (BAHIA, 2010, p. 15). Apesar de não haver ainda um levantamento do perfil dos cumpridores no município de Ilhéus, de acordo com as observações realizadas no campo de trabalho, o perfil deste não difere muito do nacional. Salienta-se, no entanto, o grande número de usuários de substâncias entorpecentes, a falta de conhecimentos sobre seus direitos e a ausência de acompanhamento pela rede socioassistencial do município.

Os desafios da intersetorialidade

Salienta-se que a questão da intersetorialidade é responsabilidade, inicialmente, dos gestores (municipais, estaduais e federais). Nesse sentido, um dos desafios para os municípios é o “aprofundamento da intersetorialidade da assistência social com as demais políticas sociais e a articulação interinstitucional com as entidades da assistência e organizações não governamentais, na perspectiva de consolidar o trabalho em rede” (BRASIL, 2008a, p. 51).

Em outras palavras, a questão da intersetorialidade entre os diferentes sistemas e políticas sociais públicas depende da atuação dos gestores em cada uma das esferas de governo, na articulação com demais secretarias/ministérios, “para que seja possível avançar com consistência em um processo que tenha *locus* institucional e não ocorra apenas pontualmente [...]” (COUTO, 2011, p. 266).

Assim, o avanço da assistência social como política pública e direito social esbarra em questões estruturais: a reestruturação e a revitalização dos quadros profissionais, pois, assim como não se pode fazer política pública sem recursos, não se pode operar esta política sem profissionais estáveis e qualificados para exercer suas funções e romper com a subalternidade que, de forma histórica, marcou essa área; a formação/capacitação dos trabalhadores como área estratégica e prioritária; pactuações políticas entre os gestores das três esferas e as entidades de assistência social; a gestão do trabalho, como também das “formas e modos de organização e das condições em que este trabalho se realiza” (COUTO, 2011, p. 59).

⁸ Expressão utilizada para referir-se aos sujeitos em cumprimento de pena/medida.

Contudo, apesar de se reconhecer que a efetivação da ação integrada entre as políticas setoriais depende de decisões governamentais claras, o reconhecimento pelos profissionais da importância desta estratégia, bem como iniciativas de ações intersetoriais no território onde atuam, certamente têm impactos sobre o lugar ocupado pela intersetorialidade na agenda política municipal. A construção de redes socioassistenciais e intersetoriais dependerá de equipes que compartilhem intencionalidades, objetivos e valores, pois “a adesão a uma rede só nasce em função de fatores que consigam reunir em torno de si expectativas, necessidades e demandas de cada um dos participantes”.

Couto (2011), após denso estudo sobre o desenvolvimento do SUAS no Brasil, destaca as múltiplas dificuldades encontradas pelos profissionais para a implantação/estruturação dos equipamentos, principalmente dos CRAS, por conta da precariedade dos espaços físicos – funcional e estético (indisponibilidade de veículo, inexistência de internet); relações de trabalho precarizadas; equipes incompletas ou insuficientes; alta rotatividade em função dos baixos salários que gera desmotivação para o trabalho. Nesse sentido, há um desperdício de recursos com os constantes recomeços de qualificação para as mesmas funções, também há a quebra do vínculo de confiança entre os profissionais e os usuários, bem como entre os profissionais dos equipamentos e profissionais de outras instituições parceiras. Ressalta-se também o despreparo dos técnicos, com atividades rotineiras, atendimento de demandas apenas espontâneas, abordagens individuais e reuniões grupais através de palestras, o que revela a dificuldade de proposição e ampliação dos atendimentos. Nesse aspecto, a capacitação profissional, para a geração de renda, é realizada com cursos tradicionais que levam a uma inserção precária e instável no mercado de trabalho.

Há ainda pouco domínio sobre a política e sobre a legislação; dificuldade em conhecer o próprio território; desconhecimento/fragilidade da rede socioassistencial, dos equipamentos e recursos sociais públicos que possibilitem articulações e atividades político-organizativas com as populações usuárias, pois não há articulação/organização desta, tampouco apropriação dos territórios ou mobilização social de grupos/organizações; também há o ativismo e a improvisação, bem como ações assistencialistas e filantrópicas; ausência de uma política de capacitação; iniciativas de intersetorialidade isoladas ou desenvolvidas com base em relações pessoais entre técnicos e gestores. Nesses casos, “a intersetorialidade não se coaduna com o que é preconizado pelo SUAS” e ainda é confundida com afinidades político-partidárias entre gestores de diferentes secretarias.

Permanece também o desafio da compreensão do significado social e político da rede socioassistencial e de sua efetivação, ao se considerar as complexas e intrincadas relações público-privadas como estratégia integrante das políticas sociais no atual contexto. Essa falta de compreensão ocorre tanto entre os gestores como entre os profissionais da rede pública e privada (COUTO, 2011, p. 106).

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se analisar a importância da intersetorialidade entre os CRAS e a Ceapa, no município de Ilhéus/BA; também discutiu-se a política de assistência social, tendo como foco a intersetorialidade; identificou-se os desafios apresentados para a política de assistência social na busca da articulação intersetorial; e, por fim, identificou-se os desafios apresentados à Ceapa para a efetivação do cumprimento das penas alternativas.

Com relação à intersetorialidade entre os CRAS e a Ceapa, no município de Ilhéus, as sinalizações apresentadas até o momento destacaram a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia intersetorial entre a política de assistência social, especialmente os CRAS, e a política de apoio e monitoramento às penas alternativas, através das Ceapas.

As dificuldades vivenciadas no campo de trabalho sinalizam alguns desafios para os profissionais de ambas as áreas, pois a política setorial das penas alternativas, apesar de ter conseguido uma boa visibilidade no campo jurídico, ainda encontra dificuldades e resistências na articulação com os profissionais da área de assistência social. Em alguns casos, percebe-se a falta de conhecimento dos profissionais da área de assistência sobre essa política pública, o que impossibilita a apropriação das ações desenvolvidas a partir da intersetorialidade. Há também uma visão tradicionalista e preconceituosa sobre cumpridores oriundos das penas privativas de liberdade.

Ressaltou-se ainda que assistência social como política pública tem avançado na sua trajetória rumo à consolidação dos direitos sociais. Essa política tem realizado intensas mudanças com a implantação e a estruturação do SUAS e tem conseguido materializar seus princípios e diretrizes, mas não sem dificuldades.

Ainda há alguns nós a serem desatados, o deslocamento da visão do indivíduo isoladamente para o indivíduo dentro de um contexto familiar e social, ou seja, coletivo. E, além disso, inserido num território, não apenas como espaço físico, mas como espaço do cotidiano de vida do cidadão. Neste sentido, tanto a matricialidade familiar como a territorialidade precisam ser compreendidas pelos profissionais da assistência social como fundamentos de trabalho na busca da promoção/proteção/prevenção e inclusão dos sujeitos.

Para os profissionais da assistência social, muitos desafios precisam ser superados, entre estes se destacam a precariedade das relações de trabalho, a ausência de uma gestão ativa, que coloque a intersetorialidade como meta a ser alcançada, bem como a pouca compreensão do que vem a ser intersetorialidade.

Com relação à Ceapa, pode-se inferir que algumas das atividades desenvolvidas por esta mostraram-se ainda incipientes e necessitam do desenvolvimento de uma ação voltada para, inicialmente, divulgar e capacitar os profissionais que compõem a rede social, pois é imprescindível que tanto o CRAS como a Ceapa conheçam as ações desenvolvidas e os serviços disponíveis em cada território. Há também um déficit de publicações e pesquisas sobre

o desenvolvimento do trabalho na Ceapa/Bahia. A divulgação de trabalhos, artigos e pesquisas, com indicadores de avaliação do trabalho realizado nessa área, contribuiria para um maior conhecimento da política de penas alternativas.

Ressaltou-se também que a questão da intersetorialidade ainda não está amplamente incorporada no trabalho da Ceapa/Bahia, pois esta estratégia de gestão ainda não integra os princípios do monitoramento desta política. A articulação com a rede é vista ainda com o objetivo apenas de promover o cumprimento das penas alternativas, sem visualizar o sujeito em sua totalidade, como cidadão autônomo de direitos e com demandas específicas a serem atendidas.

Por último, ressaltou-se a necessidade do engajamento de todos os atores envolvidos para se desenvolver uma articulação intersetorial entre os profissionais das instituições/equipamentos e buscar meios para efetivá-la, pois sem o trabalho conjunto desses profissionais essa articulação não se materializará.

Referências

ALENCAR, Márcia de. Alternativas penais e rede social. In: **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. v. 1, n. 21. Brasília: 2008.

BAHIA. **Ceapa**: a construção de uma política pública. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Salvador, 2010.

_____. **Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia**. Salvador: SEAP, 2011. Disponível em: <www.seap.ba.gov.br/index.php/historico>. Acesso em: 5 dez. 2012.

BRASIL. **Capacita SUAS Volume 1**. SUAS: Configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008a.

_____. **Capacita SUAS Volume 2**. Desafios da Gestão do Suas nos Municípios e nos Estados. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008b.

_____. **Código Penal de 1940**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/deo2848.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Levantamento Nacional sobre Execução de Penas Alternativas.** Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. Brasília: ILANUD, 2006. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/alternativas-penais-1/anexos-alternativas-penais/levantamento-nacional-sobre-execucao-de-penas-alternativas.pdf>>. Acesso em: 21 de nov. 2012.

_____. **Manual de Monitoramento das Penas Alternativas e Medidas alternativas.** Secretaria Nacional de Justiça, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas. Ministério da Justiça. Brasília: 2002. Disponível em: <<http://www.tj.rj.gov.br/institucional/vep/cpma.jsp>>. Acesso em: 8 de nov. 2012.

_____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004a.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004b.

_____. **Relatório da Comissão Especial do Poder Judiciário.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/vepa_arq/artigos/Relatorio%20de%20Comissao%20Especial.doc>. Acesso em: 21 nov. 2012.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATEUS, Kellen Patrícia Rodrigues. **A solução não é punir menos, é punir melhor.** As penas alternativas e sua eficácia na ressocialização do condenado. Centro Universitário de Brasília. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 10 de set. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO. A atuação do assistente social no CRAS. **Cadernos CRESS-SP**, 2009.

SOUZA, Rosimary Gonçalves; SILVA, Taiane Queithe Faustino; MONNERAT, Giselle Lavinhas. A intersectorialidade na visão dos profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS): descompassos entre o legal e o real. In: **13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 2010 (CD-ROM).

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano XXV. n. 77, p. 30-53, mar./jun. 2004a.

_____. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano XXV. n. 78, p. 171-179, jul./out. 2004b.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES A RESPEITO DA EXCELÊNCIA MORAL E DA EXCELÊNCIA INTELECTUAL

Professional ethic of social worker: some reflections about the excellence moral and intellectual

Vivian Nessler Donadel¹
Jaciane Geraldo dos Santos¹

Resumo: A ética é um assunto de extrema importância tanto para o assistente social como para outros profissionais, e ainda assume grande papel na vida da sociedade. É um pouco complicado entender a ética; trata-se da consciência moral, está diretamente ligada ao comportamento e ao modo de agir em sociedade; é regada por boa índole, boa conduta, pela justiça. Ao analisar livros do Serviço Social e documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pode-se compreender mais a fundo o porquê de a ética estar relacionada a todo convívio social. O Código de Ética do Assistente Social foi criado para direcionar a atuação do profissional. Se não houvesse este código, seria muito difícil encontrar um equilíbrio no agir profissional, pois cada pessoa e cada sociedade têm diferentes compreensões quanto à ética.

Palavras-chave: Ética. Comportamento. Código. Ética profissional. Excelência moral e intelectual.

Abstract: Ethics is a matter of great importance for the social worker and for other professionals and also assume big role in the life of society. It's a bit complicated to understand ethics; it is the moral conscience, it is directly linked to behavior and how to act in society; It is watered by good-natured, good conduct, for justice. By analyzing books of Social Work and documents of the Federal Council of Social Service (CFESS), one can understand more deeply why ethics is related to all social life. The Social Work Code of Ethics was created to direct the work of the professional. If there was not this code, it would be very difficult to find a balance in the act professional, for each person and society have different understandings as to ethics.

Keywords: Ethics. Behavior. Code. Professional ethics. Moral and intellectual excellence.

Introdução

Primeiramente identificaremos qual o significado de ética, qual sua função na sociedade e qual sua importância na atuação do assistente social. Num segundo momento descreveremos a trajetória do Código de Ética do Assistente Social, quando iniciou e as mudanças que ocorreram ao passar dos anos. Num terceiro momento conceituaremos e relacionaremos o Código de Ética atual e seus princípios fundamentais. Finalizaremos descrevendo “Os Dez Mandamentos da Ética”, livro de Gabriel Chalita, especificando o segundo mandamento: “Agir com Moderação”.

O que é ética e qual sua importância no campo de atuação do assistente social?

Ética é uma área da filosofia que estuda a ação humana, suas normas, seus costumes e como o homem vive em sociedade. Desta forma, descobrindo o que é certo ou errado, bom

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

ou mau, vai formando a consciência moral de cada um. Consciência moral são normas de conduta criadas por um grupo social, que direcionam a vida em sociedade, colaborando para uma melhor atuação mediante os diversos fatos do cotidiano.

A ética não é facilmente explicável, ao sermos indagados, mas todos nós sabemos o que é, pois está diretamente relacionada aos nossos costumes e às ações em sociedade, ou seja, ao comportamento, ao nosso modo de vida e de convivência com os outros integrantes da sociedade (PIERITZ, 2012, p. 3-4).

A ética leva o homem a refletir quanto ao seu modo de agir, fazendo com que ele se torne responsável por suas ações, fundamentado pelos seus princípios morais que o conduzem a um melhor comportamento diante de cada situação vivida em sociedade.

“E esta moral é constituída pelos diferentes modos de viver e agir dos homens em sociedade, que é formada por suas diretrizes morais da vida cotidiana, transformando-se no decorrer dos tempos” (PIERITZ, 2012, p. 19).

Portanto, cada ser humano age em determinada situação de forma diferente, norteados pelas normas e costumes do grupo social no qual está inserido. Pode então haver divergências de opiniões em diversos casos, pois, o que parece ético para um indivíduo, pode parecer antiético para outro.

“Sabe-se que o principal problema da ética é a definição do que é certo ou errado, bom ou mau, e que todos os homens desejam fazer o bem e a justiça, observando sempre que esta problemática permeia toda a história da humanidade” (PIERITZ, 2012, p. 63). O homem se constitui a partir de sua relação com outros indivíduos, formando assim sua consciência moral e compondo suas vontades, seus sonhos, todo seu caráter.

Partindo deste entendimento, verificamos que a ética proporciona maior visibilidade no esclarecimento da direção social e, em consequência, da qualificação da prática profissional de uma determinada sociedade, ou seja, por meio da ética, existe todo um posicionamento social que forma e determina seus valores, hábitos e princípios, e estes, por sua vez, compõem as normas e as diretrizes profissionais daquela comunidade (PIERITZ, 2012, p. 66).

Diante desse pressuposto, observa-se a necessidade da criação de um código de ética, para direcionar cada profissional dentro de sua área de atuação, apontando uma conduta igual para todos. Pode-se ver que cada profissão possui seu próprio código de ética, e não é diferente para o assistente social, que tem em seu código de ética a base para atuação junto à comunidade.

A ética profissional é alcançada através de vários eventos sociais históricos e contrastes que vão criando a identidade da profissão, legitimando seus contornos e seus ideais. Portanto, o assistente social atua na relação do trabalho *versus* capital, e nas contradições geradas pelos trabalhadores e patrões, pois os trabalhadores produzem, mas as riquezas ficam nas mãos dos patrões, não permitindo que os trabalhadores usufruam do fruto de seu trabalho.

Finalizando, podemos afirmar que é imprescindível que o serviço social intervenha também na esfera das desigualdades sociais, em suas mais diversas expressões, pois sua atuação se dá intrinsecamente na busca constante das transformações da sociedade, através da luta dos direitos sociais e de cidadania, desejando o equilíbrio e a mediação dos conflitos advindos da relação do trabalho *versus* capital, por meio de diversas políticas sociais do Estado (PIERITZ, 2012, p. 107).

É diante desta ótica que o assistente social atua com programas assistenciais e políticas públicas, permitindo que o indivíduo se confronte com sua realidade, buscando sua emancipação e melhorando sua qualidade de vida.

A trajetória do Código de Ética do Assistente Social

A primeira escola de Serviço Social da América Latina foi criada em 1925 pelo médico Alejandro Del Rio, no Chile. No Brasil, as primeiras escolas foram a de São Paulo, fundada em 1936, e a do Rio de Janeiro, em 1937, com grande influência da Igreja Católica. A profissão teve sua origem baseada na ação da Igreja e na adequação das alterações econômicas e políticas que modificavam a estrutura brasileira da época. Os Estados Unidos também influenciaram na formação, no planejamento e na prática dos profissionais, compondo equipes multidisciplinares (PIERITZ, 2012).

“O Serviço Social brasileiro nasce sob a égide do movimento católico e corporativista para a edificação moral do proletariado” (FALEIROS, 1989, p. 116). Neste primeiro momento, o Serviço Social beneficiava o capitalismo e o avanço industrial, posicionava-se de forma imediatista e não crítica.

“Tornava-se impossível, desta forma, desenvolver identidade de interesses, objetivos comuns e, especialmente, consciência política, crítica, uma vez que seus elementos fundantes eram tragados pela força da alienação” (MARTINELLI, 1989, p. 121). Em 1947 é criado o primeiro Código de Ética do Assistente Social, que definia uma moral conservadora pautada no pensamento católico.

Na década de 60, pensa-se num novo projeto ideológico profissional:

Nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da Revolução Cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como ‘bombeiros’, chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo (FALEIROS, 1989, p. 117).

Então, este movimento conhecido como reconceitualização faz com que o Serviço Social rompa com o assistencialismo e paternalismo para assumir uma nova dimensão profissional; que luta pela transformação social das classes subalternas e atende aos anseios dos mais necessitados. No ano de 1965 é realizado o Seminário Regional Latino-Americano de Serviço

Social, que suscitou o Movimento de Reconceituação nos países latino-americanos, e no Brasil neste mesmo ano surge o segundo código de ética, que instituiu os direitos fundamentais do homem e as exigências do bem comum (PIERITZ, 2012).

Em 30 de janeiro de 1975 é formado o terceiro código de ética, que traz em sua formulação os princípios e os valores fundamentais para a prática profissional.

Os direitos e deveres do assistente social – em que se trabalham os direitos com relação ao exercício e *status* profissional e os deveres no que tange às questões do exercício profissional, nas relações com os clientes, colegas, entidades de classe, instituições, comunidade, justiça, a publicação de trabalhos científicos, além de apontarem o que o assistente social não poderia fazer. O segredo profissional. As medidas disciplinares (PIERITZ, 2012, p. 162)

Com o quarto códigos de ética, de 1986, foram rejeitadas as concepções do neotomismo, que eram válidas desde o primeiro código de ética e em que se empregavam valores abstratos, como bem comum e pessoa humana. Este código também trouxe outras observâncias, tais como os direitos das responsabilidades, o sigilo profissional, as relações profissionais, a verificação, a aplicação e o cumprimento do código de ética (CFESS, 1993).

Na quinta edição, de 1991, foi realizada uma revisão no seminário nacional de ética. Neste mesmo ano foi criado o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), pela Lei n. 8.213/91, com o objetivo de democratizar e descentralizar a administração previdenciária. A sexta edição saiu em 1992, e houve novamente uma revisão do código, e o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CFESS, 1993).

A sétima edição ocorreu em uma nova resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a de nº 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Nele constam os princípios fundamentais da profissão, direitos e responsabilidades do assistente social, relações profissionais, sigilo profissional. Lembrando que houve ainda mais duas edições, porém o código de 1993 é aquele que permanece vigente até os dias atuais (CFESS, 1993).

Na oitava edição, de 1996, realizou-se uma revisão e ampliação, incluindo os atributos da resolução do CFESS nº 333/96, que afetou o art. 25 do Código de Ética, de acordo com propósito do XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS (setembro de 1996 – Fortaleza/CE) (CFESS, 2009).

Por fim, em 2011, na nona edição, ocorreram as seguintes modificações: correção ortográfica referente a novas regras de ortografia da língua portuguesa, sequência numeral dos princípios fundamentais do código, adotou-se em todo o texto a forma masculina e feminina ao mesmo tempo, trocou-se a nomenclatura de opção sexual para orientação sexual, incluiu-se “identidade de gênero” para não haver discriminação no que se refere ao exercício da profissão, foram feitas modificações que reafirmam os princípios e os valores do projeto ético-político e foram incorporadas evoluções nas discussões dos direitos da população lésbica, gay, bissexual,

transexual (LGBT) (CFESS, 1993).

Código de Ética atual do assistente social

Para nortear a profissão e a conduta do assistente social, o código de ética foi criado, e ao longo do tempo desde a sua criação sofreu diversas edições e atualizações, conforme já explicitado. É ele e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que direcionam a atuação do assistente social. O Código de Ética, em seus diversos artigos, vem tratando de uma série de situações vividas no dia a dia do profissional.

No Artigo 1º relata as responsabilidades cabíveis ao CFESS; já no Art. 2º fala sobre os direitos do assistente social, tais como a garantia de atuação segundo o que diz a Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste código; a liberdade no exercício da profissão; elaboração, participação e gerenciamento de políticas sociais; garantia do sigilo profissional (CFESS, 1993).

O terceiro artigo lembra os deveres dos assistentes sociais; o desempenho de suas atividades com responsabilidade; a utilização do número de registro profissional; a importância de ser ponderado no seu comportamento, sem censurar ninguém; a participação nos programas de socorro à população em situação de calamidade pública (CFESS, 1993).

O quarto artigo mostra o que é vedado ao assistente social: infringir este código e a lei que regulamenta a profissão; praticar e ser conveniente a conduta antiética; ser conveniente ao exercício ilegal da profissão; facilitar emprego ou cargo para o colega; modificar resultados e fazer declarações falsas; assinar ou publicar documentos que não tenham sido feitos por si próprio (CFESS, 1993).

O quinto artigo fala sobre os deveres do assistente social com os usuários: contribuir para que a população participe das decisões institucionais; informar sobre consequências dos problemas apresentados e respeitar as escolhas do usuário; informar sobre a forma de pesquisa que foi feita para se chegar aos dados coletados; dar devolutiva do trabalho realizado pelo Serviço Social quando solicitado pelo usuário; auxiliar na criação de formas facilitadas de relacionamento com o usuário; esclarecer ao usuário objetivos e a amplitude de atuação profissional (CFESS, 1993).

Diante do sexto artigo - É proibido ao assistente social: atuar com autoridade; conseguir vantagens para si ou para outro através de atendimento ao usuário; dificultar, coagir e desrespeitar a busca de acesso aos direitos dos usuários (CFESS, 1993).

Para o Art. 7º - É direito do assistente social: possuir condições de trabalho adequadas, ter liberdade de se aproximar dos usuários, receber informações sobre programas e políticas sociais que se façam necessários para a atuação profissional, fazer parte de comissões interdisciplinares tanto para avaliar a conduta profissional como para relacionar decisões referentes às políticas (CFESS, 1993).

Segundo o 8º artigo, são deveres dos assistentes sociais: coordenar, gerenciar e transferir os serviços sociais aos assegurados; denunciar erros cometidos contra programas, normas e regulamentos da instituição em que atua; apoiar o interesse da população; comprometer-se em possibilitar que se cumpram os direitos sociais dos usuários; empregar com clareza as verbas que estão sob sua conta, de acordo com as necessidades dos usuários (CFESS, 1993).

Mediante o nono artigo, é proibido ao assistente social: conceder seu nome ou registro profissional para qualquer organização que tenha o interesse em simular o exercício da profissão; influenciar na obtenção de emprego para outros; aplicar recurso financeiro em partidos, em eleições, em clientelismos (CFESS, 1993).

Conforme o décimo artigo, são obrigações do assistente social: ser caridoso, auxiliar os outros profissionais sem se omitir diante de situações contrárias ao código de ética; transferir ao profissional reserva todos os esclarecimentos para que possa dar continuidade ao trabalho; quando dispuser de cargo de chefia, liberar subordinado para estudos e pesquisas; estimular a prática profissional interdisciplinar; ter consideração às normas e ética de outros profissionais; ao criticar publicamente um colega de trabalho ou outros profissionais, fazê-lo de forma objetiva, construtiva (CFESS, 1993).

Além destes dez artigos já citados, o Código de Ética do Assistente Social tem em sua composição mais 26 artigos, que, com suas especificidades, conduzem o agir profissional. Segue uma breve explanação sobre os artigos faltantes: os artigos 12, 15 e 16 tratam dos direitos do assistente social, dando o direito da participação em sociedades científicas, entidades representativas, organização da categoria, movimentos sociais e organizações populares, bem como ainda o direito de manter sigilo profissional (CFESS, 1993).

Os artigos 13, 19 e 21 denotam os deveres do profissional, são eles: denunciar ao Conselho regional formas de trabalho indignas, violação dos direitos humanos; respeitar a independência dos movimentos populares e organizações de classe; prestar depoimento e apresentar-se à justiça quando intimado. Conforme os artigos 11, 14, 17 e 20, fica proibido interferir em serviços que já estejam sendo realizados por outro profissional; abusar de seu cargo para destratar os outros; admitir erros técnicos cometidos por outro profissional; obter vantagens para si ou para outro. E mais, divulgar sigilo profissional; praticar perícia que não seja de sua área de atuação (CFESS, 1993).

As infrações são apresentadas nos artigos 22 e 23 e se constituem em: exercer a profissão sem autorização ou quando impedido; não cumprir determinações do CFESS/CRESS; não pagar anuidade ao Conselho; fazer parte de instituições não inscritas no CRESS; apresentação de documentos falsificados; o não cumprimento deste Código ocasionará desde multas até a cassação profissional (CFESS, 1993).

Do artigo 24 ao 34 fala-se a respeito das penalidades em que o assistente social fica sujeito se não cumprir o código de ética profissional, informando que pode haver multas, advertências, suspensão e até mesmo cassação do registro profissional, dependendo do tipo de infração cometido. (CFESS, 1993).

Princípios fundamentais do código de ética

O código de ética utiliza-se de 11 princípios que determinam a atuação do assistente social, permitindo que ele haja com liberdade, justiça e respeito para com as pessoas da sociedade e as demais classes profissionais. Compõem estes princípios: a liberdade, os direitos humanos, a cidadania, a democracia, a equidade e a justiça social, o respeito à vida, o pluralismo, o projeto profissional, os movimentos sociais, a qualidade dos serviços prestados, a discriminação.

Vamos conhecê-los melhor. Através da liberdade: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993). Todo homem pode escolher livre e conscientemente o que quer fazer, temos em nosso cotidiano incalculáveis opções de escolhas a serem feitas, cabe a cada um escolher o que lhe parece melhor.

A liberdade é constituída no relacionamento direto entre os homens em sociedade, por meio de suas atividades humanas. Podemos considerar que o ser humano é um ser livre e tem o poder de escolha, desde que seja sempre consciente. Portanto, pelo meio do trabalho, o ser humano se constitui em um homem consciente e livre (PIERITZ, 2012, p. 128-129).

Suas escolhas influenciam na comunidade onde está inserido; no seu trabalho, na família, com os amigos etc. Por isso é muito importante tomar decisões com responsabilidade, sabendo que estas definirão sua existência. O Serviço Social tem a liberdade como um de seus alicerces profissionais, um valor ético que posiciona o exercício profissional do assistente social, buscando autonomia, progresso e emancipação dos indivíduos.

Em defesa dos direitos humanos: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993). A Declaração Universal de Direitos Humanos, que foi promulgada em 1948, pela Organização das Nações Unidas, é fundamentada na liberdade, justiça e paz no mundo; é também base de fundamento para o assistente social, que luta para que cada indivíduo viva de forma digna, respeitando os direitos fundamentais dos seres humanos.

Com a cidadania: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993). Viver de forma cidadã é respeitar direitos e deveres estabelecidos para a vida em sociedade; para que haja um bom relacionamento com outros indivíduos foram criadas normas de conduta. Cidadania é respeito com o próximo, preservação de locais públicos, ter consciência social, fazer parte das decisões sociais, respeitar sinalizações de trânsito, entre outras.

Há três aspectos de cidadania: cidadania civil – é o direito de liberdade que cada indivíduo tem: de ir e vir, de escolher sua própria religião, direito de comprar ou vender algo, entre outros; cidadania política – é o direito de votar e ser votado, independente da instituição em que exerça suas atribuições; cidadania social – são os conjuntos de direitos que os cidadãos têm referentes à

vida econômica e social. É nesta dimensão que o assistente social atua, assegurando os direitos e os deveres dos cidadãos.

Vivendo a democracia: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993). Democracia vem do grego demos = povo, e cracia = governo; é um sistema de governo em que o cidadão elege um representante para governar, o povo tem liberdade de expressão para manifestar suas opiniões. Existem dois formatos de democracia: democracia direta e indireta; na direta o povo tem influência direta sobre as decisões por meio de plebiscito/referendo a favor ou contra; na indireta o povo vota para eleger um representante.

A democracia engloba ainda a distribuição de riquezas produzidas por meio do trabalho; o assistente social defende a democracia política, econômica e social, permitindo que se cumpram os direitos de transformação democrática.

Defender a equidade e justiça social: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993). Equidade é reconhecer o direito de cada um de forma imparcial, é adaptada à regra de forma justa para não prejudicar nenhum indivíduo.

A equidade é vista nas formas horizontal e vertical; horizontal – é aquela que trata um problema da mesma forma, independente da classificação do indivíduo; vertical – a mesma dificuldade é analisada de forma diferente, dependendo da conjuntura social do indivíduo. Então se pode dizer que o assistente social está ligado à equidade e à justiça no que se refere à garantia de direitos de forma universal e sem distinção.

Garantir o respeito à diversidade: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993). Este é um princípio fundamental da prática profissional, para extinguir de vez todo e qualquer preconceito e discriminação, seja de raça, etnia, religião, cultura, e também respeitar toda diversidade humana.

Respeitar o pluralismo: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993). O pluralismo é aceitar que existem diferentes referências e doutrinas conceituais, que cada fato pode ser visto de forma distinta de uma pessoa para outra, dependendo de sua constituição moral. O assistente social deve buscar e assegurar o pluralismo conceitual, para aprimorar-se cada vez mais pessoal e intelectualmente.

Assumir o projeto profissional: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993). O assistente social procura sempre trabalhar a favor do desenvolvimento social, de uma sociedade mais justa, igualitária, sem diferenças e sem enganação.

Compartilhar de movimentos sociais: “Articulação com os movimentos de outras

categorias profissionais que partilhem dos princípios de código e com a luta geral dos trabalhadores” (CFESS, 1993). O movimento social se forma da união de um grupo que tem os mesmos princípios e objetivos em comum, para desenvolver suas atividades. O assistente social trabalha em conjunto com esses movimentos sociais, com a sociedade civil e o Estado.

Garantir a qualidade dos serviços prestados: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Todo assistente social tem por objetivo realizar um serviço com ética, qualidade e responsabilidade, para garantia da qualidade de vida dos indivíduos que forem atendidos por ele.

Lutar pela indiscriminação: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (CFESS, 1993). Vivemos numa sociedade onde ainda é muito forte a questão do preconceito; como o nome já diz, é um pré-conceito; forma-se um juízo ou ideia, um julgamento diante do diferente, daquilo que é contrário aos nossos valores ético-morais. Além de serem crimes, o preconceito e a discriminação são uma falta de amor e respeito com o outro.

Identificar as formas de se agir com moderação

Conforme Chalita (2003), a ética é um conjunto de valores e moral que se constroem ao longo da história, pois quanto mais se conhece, mais se ama, mais se respeita. A ética é pautada na bondade e no respeito pelo outro, suas ideologias, costumes, pensamentos.

O avarento, o covarde, o apático ou aqueles que vivem da falta ou do excesso e não do equilíbrio, fruto das excelências morais, fazem as escolhas erradas. A escolha certa vem da harmonia entre razão e emoção. A razão sem a emoção é fria; a emoção sem a razão é perigosa. A escolha correta vem da deliberação – o pensar que antecede o fazer (CHALITA, 2003, p. 16).

Pode-se afirmar que para se agir de forma ética é necessário o equilíbrio diante de cada atitude, deve-se pensar não somente com a mente, mas também com o coração, agir de forma justa. Aquilo que não se deseja para si, não deve ser desejado para o outro. É preciso ser correto, pois todo o mal realizado agride a consciência e ela própria o acusa de seus atos de injustiça e desamor.

A suposta verdade individual se sobressai e o outro deixa de ter importância. Resulta daí que a busca pelo prazer único é um equívoco. A nossa constituição individual é social, somos seres gregários e políticos, precisamos uns dos outros e da inteligência intrapessoal. Sou gerado pelo outro e o outro é gerado por mim. Isso não sufoca o indivíduo nem abala a sociedade, porque existe o meio-termo (CHALITA, 2003, p. 38-39).

Infelizmente, a ganância, o desejo de sempre querer mais e mais, cega o homem e o faz esquecer que nenhum ser humano consegue viver totalmente só; precisa sempre do outro. Para tanto, é preciso abrir mão de alguns costumes e regras que se julgam certas para ter uma convivência harmônica com o outro.

Acreditar nas habilidades humanas de construir uma convivência justa e feliz não é simples e, tampouco, tarefa para pessoas superficiais, que apenas assistem ao espetáculo cambiante das ações humanas, tendo a oportunidade de ora vaiar, ora aplaudir. Fazem isso, mas não sobem ao palco, porque têm medo de serem aplaudidas ou vaiadas. Acreditar nessas habilidades é acreditar que há outra paisagem que pode ser construída. A semente que gera planta, que gera flor, que gera fruto, e que alimenta alma e corpo (CHALITA, 2003, p. 40).

Todos nós sonhamos com uma sociedade mais justa e mais fraterna, em que o amor vença o ódio, a esperança vença o desespero, a generosidade vença a ganância, um mundo melhor, cheio de justiça e paz. Para isso, é importante que observemos alguns mandamentos. Conforme o livro de Chalita (2003), existem alguns passos que podem ensinar a viver melhor a ética; este livro intitulado *Os Dez Mandamentos da Ética* é composto de dez atitudes que ajudam no convívio dos seres humanos, e é formado por: 1 - fazer o bem, 2 - agir com moderação, 3 - saber escolher, 4 - praticar as virtudes, 5 - viver a justiça, 6 - valer-se da razão, 7 - valer-se do coração, 8 - ser amigo, 9 - cultivar o amor, 10 - ser feliz.

Vejam um pouco sobre como agir com moderação; para agir moderadamente é necessário cultivar a excelência intelectual, que se vale do conhecimento, das habilidades, da aprendizagem por meio do ensino, de poder concretizar algo, por exemplo: um professor, um carpinteiro, entre outros.

A excelência intelectual é uma parte fundamental de nossa conduta, e devemos buscá-la sempre. Quem gostaria de ser, por exemplo, deliberadamente um mau profissional, que não aperfeiçoa suas habilidades manuais e mentais? Por isso, a civilização moderna, a pedagogia, a própria política recomendam a importância de estudar com afinco, de adquirir novos conhecimentos, de trocar experiências sobre como fazer as coisas e de exercitar o que se sabe (CHALITA, 2003, p. 63).

O conhecimento nos torna grandes, livres, seguros, confiantes. Contudo, a felicidade não está só na excelência intelectual, abrange também ser bondoso, honesto, gentil, ter uma boa índole, colocar o amor à frente de todo o agir; pois de nada adianta possuir grande excelência intelectual se esta não for pautada na moral. “A excelência moral se relaciona mais com o coração, com as emoções, com os afetos” (CHALITA, 2003, p. 65). Coração e mente caminham juntos no que diz respeito à ética e às decisões de como agir frente às situações mais adversas enfrentadas no dia a dia. A vida é cercada dos mais diferentes acontecimentos, que nos moldam e nos fazem tomar novas atitudes. Precisamos buscar o equilíbrio intelectual e moral em todas as nossas ações.

Por exemplo, se repetidamente tomamos precauções demasiadas diante de tudo, porque nos falta firmeza para enfrentar situações delicadas ou perigosas, podemos nos tornar covardes, e isso estará em desacordo com a excelência moral. Por outro lado, se deixamos que nossas disposições interiores sejam excessivas, a excelência moral também estará arruinada, porque fará com que atuemos inteiramente dominados por uma emoção, por um instinto ou por uma paixão, o que também impede que nossa atividade esteja de acordo com a ética. (CHALITA, 2003, p. 70-71).

É preciso viver o meio-termo, encontrar um ponto de equilíbrio entre a excelência intelectual e moral. Todos nós somos impulsionados pelo desejo de felicidade, mas precisamos analisar até que ponto devemos chegar para alcançá-la, pois nascemos com a vocação para o bem, e nem sempre temos facilidade em equilibrar nossas emoções e sentimentos. Contudo, o ser humano precisa ter a capacidade de afastar-se das tentações e de tudo o que o inclina para o mal, de reconhecimentos ilegais, de dúvidas que demonstram suas fragilidades morais, atos que dominam seus impulsos naturais. É preciso equilibrar razão e emoção, sabedoria e esperança, consciência e vontade para agir com moderação na vida em sociedade.

Considerações finais

A partir deste estudo pode-se compreender melhor a definição de ética, que está relacionada ao modo de agir do homem, o que o torna responsável por suas ações. As formas de agir de cada ser humano estão associadas aos tipos de costumes do grupo social em que cada um está inserido, e que é preciso ter na relação com outros indivíduos o que se consegue desenvolver na consciência moral.

Observou-se como se elaborou o Código de Ética do Assistente Social, que foi se transformando ao longo dos anos, tendo a visão que hoje se tem; para isso rompeu com o assistencialismo e assumiu uma dimensão profissional de transformação social às classes menos favorecidas, e o movimento de reconceituação teve papel fundamental nestas mudanças, que também foram impulsionadas pelas contribuições dos seminários realizados pelo CFESS.

Pode-se conhecer na íntegra o Código de Ética atual do assistente social, aprovado pela Resolução CFESS nº 273/1993, de 13 de março de 1993, em que cada artigo traz a forma correta de se agir diante das mais variadas situações cotidianas do assistente social, e seus princípios norteiam a profissão.

O livro de Gabriel Chalita permite diferenciar a excelência moral da excelência intelectual, percebendo que se deve equilibrar a razão e a emoção para viver em harmonia com as pessoas.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução 273, de março de 1993. **Institui o Código de Ética do Assistente Social e dá outras providências.**

CHALITA, Gabriel Benedito Isaac. **Os dez mandamentos da ética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Ética profissional do assistente social**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O ACOLHIMENTO NO CENTRO DE APOIO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE MAUS TRATOS – CAIF EM JI-PARANÁ-RO

The reception in the center of comprehensive support for families, children and youth victims of abuse - CAIF in Ji-Paraná-RO

Eliane Araújo de Andrade Barbosa¹

Priscila Caliman Lopes Rodrigues¹

Regina Pinheiro Custódio¹

Resumo: Neste artigo mostramos a trajetória de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos negados e sua vida marcada por interferências e traumas sofridos dentro do seio familiar. Abordamos os fatos ocorridos desde a sua chegada à instituição, trajetória e intervenções realizadas pelos profissionais para alcançar o objetivo principal, que é a restituição dessas crianças e adolescentes à família. Outro ponto importante que procuramos mostrar é o cotidiano dessas crianças e adolescentes dentro da instituição, como são tratados, quais atividades são realizadas com eles e como é importante o trabalho realizado cotidianamente para garantir que essas crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos perante a lei e a sociedade. Importante também é conscientizar a sociedade acerca das dificuldades que a instituição passa para acolher, cuidar e manter essas crianças e adolescentes. Este artigo tem como foco abordar o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da garantia e acesso aos direitos da criança e do adolescente. Também conhecer as ações do profissional de Serviço Social que atua no CAIF.

Palavras-chave: Acolhimento. Apoio integral. Intervenção profissional. Família. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract: In this article we show the trajectory of children and adolescents who have had their rights denied and their lives marked by interference and trauma suffered within the family. We cover the events since its arrival at the institution, course and interventions by professionals to achieve the main objective, which is the return of these children and adolescents in the family. Another important point is that we try to show the daily life of these children and adolescents within the institution, they are treated, which activities are carried out with them and how to work daily to ensure that these children and adolescents have their rights guaranteed under the law is important and the society. It is also important to make society aware of the difficulties that the institution is to receive, care for and maintain these children and adolescents. This article focuses on addressing the Statute of Children and Adolescents in view of the guarantee and access to rights of children and adolescents. Also know the actions of the Professional Social Work which operates in CAIF.

Keywords: Home. Integral support. Professional intervention. Family. Statute of Children and Adolescents.

Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em entender melhor o que acontece com crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e suas consequências, pretendendo contribuir na conscientização da população quanto à importância de tratar nossos jovens com respeito e dignidade humana.

Diante desta problemática, apresentaremos o trabalho realizado pela Instituição CAIF,

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

onde é feito um trabalho de acolhimento dessas crianças e adolescentes pela profissional do Serviço Social, que faz um papel fundamental na vida desses jovens, pois, além de acolhê-los e encaminhá-los para o melhor tratamento possível, é feito todo um planejamento para que essas crianças e adolescentes sintam-se felizes e como se vivessem em família.

Para termos uma melhor reflexão e compreensão do tema proposto, apresentaremos, por meio de tópicos, citações e entrevista, a problemática com relação às crianças e aos adolescentes que são levados para a instituição por algum tipo de problema familiar, problemas estes que vêm crescendo e desafiando autoridades, profissionais do Serviço Social, psicólogos e autoridades judiciais responsáveis por garantir a segurança destas crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a garantia de direitos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto lei, veio para tratar dos direitos das crianças e dos adolescentes. Direitos individuais, políticos e sociais, até então privilégios do adulto, passam a ser atribuídos à criança e ao adolescente e deverão ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado. O “novo olhar” deve substituir o “velho olhar” para a infância e a juventude, provocando transformações.

O processo desencadeado para a efetivação do estatuto vem provocando manifestações de posições adversas a ele, por parte de diferentes setores. Elas podem ser notadas nos vários meios de comunicação e até mesmo entre aqueles intimamente ligados à criança e ao adolescente, tal como pais, professores, dirigentes de entidades sociais, entre outros. Ainda hoje o estatuto não é suficientemente conhecido pela sociedade, em virtude da precária divulgação e por haver poucos debates a respeito. O Art. 4º (Lei nº 8.069/90) do estatuto discorre sobre a questão do dever da família e da sociedade perante a criança e o adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Toda criança e todo adolescente têm direito a ter suas necessidades básicas supridas, bem como serem tratados com dignidade, respeito, serem cuidados e protegidos, direitos estes garantidos e assegurados em lei, conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nenhuma criança deverá ser objeto de exploração, sendo protegida pelo meio em que está inserida. O ECA, em seu Art. 5º, cita que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Este artigo retrata que toda criança deve ser protegida e salvaguardada em seus direitos.

Nas palavras de Bonavides (2002, p. 514), “os direitos fundamentais almejam criar e manter pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana”. Além de gozarem de todos os direitos fundamentais assegurados à pessoa humana, a criança e o adolescente recebem a proteção especial conferida pelo estatuto e devem ter todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

A institucionalização do CAIF no município de Ji-Paraná

O Centro de Apoio Integral à Família, com sede à Rua Monte Castelo, nº 1256, Bairro

Jardim dos Migrantes, em Ji-Paraná, denominada CAIF, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, fundada em 16/04/1984. Por ser uma instituição² sem fins lucrativos, o CAIF é mantido por meio de doações, sendo estas de empresas, comércios, entidades de ordem religiosa e a sociedade ji-paranaense.

O CAIF tem por finalidade principal a promoção humana e assistência integral das famílias³ que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, sem qualquer distinção de cor, sexo, condição social, crença religiosa ou política.

Assistindo e orientando as famílias, respeita-se a individualização e a necessidade de cada uma, a fim de que se tornem independentes financeiramente e operantes em sua comunidade de uma forma digna e cidadã. Cientes do número crescente em nossa cidade de crianças e adolescentes em abandono, o CAIF mantém sob sua responsabilidade integral as casas lares, protegendo, orientando e promovendo estes menores, respeitando sua individualidade, a fim de reintegrá-los à sociedade e até mesmo a suas famílias de origem.

O CAIF tem a finalidade de estudar o problema social que envolve a criança e o adolescente e seus familiares, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para a integração socioeconômica entre estes, seus familiares e a comunidade, providenciando orientação técnica adequada para a profissionalização ou semiprofissionalização de cada indivíduo assistido.

O trabalho da assistente social no CAIF

Atualmente, o CAIF conta com uma assistente social que faz o primeiro atendimento das crianças e adolescentes, sendo esta responsável por acolhê-los na instituição e também responsável por fazer o relatório bimestral solicitado pelo Tribunal de Justiça por meio do Juizado da Vara da Infância e Juventude. Neste relatório deve constar o processo de adaptação da criança e do adolescente, bem como informações colhidas pelo PIA (Plano Individual de Atendimento), sendo esta uma exigência do juizado, que determina que cada adolescente tem que ter o PIA.

As crianças e os adolescentes chegam ao CAIF acompanhados pelo Conselho Tutelar⁴ por meio de ordem judicial, agindo por meio de denúncias. Estas denúncias são apuradas e caso verdadeiras, ou seja, confirmadas, a criança ou o adolescente é recolhido e levado para a instituição com o seu histórico. Ainda é de responsabilidade da assistente social fazer o acolhimento das crianças, inclusive as que chegam à instituição nos finais de semana. Destas são colhidas as informações referentes ao caso, e em seguida a justiça é informada e encaminhadas as informações em 48 horas à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ji-Paraná. Com base no histórico fornecido pelo conselho tutelar, é feito um atendimento psicossocial no próprio CAIF, e, sendo necessário atendimento de saúde especializado, estas crianças e adolescentes são encaminhados para atendimento fora da instituição.

² “As instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. [...] mesmo quando privadas, as instituições são reconhecidas pelo poder público, ou recusadas por ele. Elas se organizam como aparelhos das classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social necessário à sua hegemonia e direção sobre os processos sociais (FALEIROS, 2011, p. 32).

³ “Considera-se como unidades domésticas o conjunto constituído por famílias, pessoas que moram sozinhas e duas ou mais pessoas que moram juntas sem relação de parentesco. O termo família aplica-se somente àquelas unidades em que há relação de parentesco entre seus membros” (KALOUSTIAN, 2011, p. 136).

⁴ “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos nesta Lei” (BRASIL, 2009 - Lei nº 12.010/2009).

Após o recebimento destas crianças e adolescentes na instituição, a assistente social faz a visita domiciliar à família, para obter dados e entender qual violação de direito gerou o acolhimento familiar. Segundo Mioto (2001, p. 148), a “visita domiciliar tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e aprender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete”. Se ocorrer de a criança e o adolescente residirem em outro município, a profissional faz este contato via telefone.

Na maioria das vezes, essa reaproximação é difícil, devido aos traumas sofridos ou até mesmo por causa das condições financeiras vivenciadas pelos menores, pois para alguns a vida em casa era tão difícil que a última coisa que eles querem é voltar. A instituição realiza esse trabalho de aproximação com a família, tentando fazer com que haja uma reaproximação para que ocorra a restituição familiar.

A metodologia adotada pelo CAIF tem como objetivo contribuir para que a casa funcione como uma família, sendo contratado um pai e uma mãe social que residem na instituição. Por isso, as crianças são tratadas como filhos dos pais sociais. A casa também conta com uma mãe folguista, que trabalha no lugar da mãe social a cada 15 dias, tendo a responsabilidade de cuidar das crianças para que a mãe social possa tirar sua folga.

Com relação ao pai social, a assistente social relatou que este é voluntário na casa e tem que trabalhar fora. Esta metodologia é utilizada para que as crianças tenham na figura do pai social uma referência. Assim como em toda casa, cada um tem suas obrigações a serem executadas, cada criança arruma sua cama e lava suas próprias roupas.

Eles também participam de várias atividades, dentre elas alguns cursos oferecidos pelo CRAS. Simões (2010, p. 328) afirma que “o CRAS, também denominado de Casa de Famílias, é um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial”.

As crianças e os adolescentes praticam esportes, estudam, vão à igreja regularmente, sendo todos cristãos. Podemos observar que os jovens do CAIF têm mais oportunidades que muitas crianças e adolescentes carentes, que na maioria das vezes, por não conhecerem e não terem quem os oriente e faça valer esses direitos, não usufruem dos mesmos.

A casa recebe apenas crianças e adolescente até 14 anos, podendo permanecer até os 18. Os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos não são recebidos por questões de sexualidade, e os que estão na instituição com essas idades é porque foram recebidos antes. A casa não recebe homossexual, pois eles não contam com um terceiro quarto, para fazer a separação. Eles têm apenas um quarto feminino e um masculino.

Quanto às questões de sexualidade entre os adolescentes, no decorrer da entrevista⁵ com a assistente social esta relata que:

Se a casa tivesse estrutura para recebê-los, gostaria de poder ajudar, mas os problemas causados são muitos grandes, pois a intenção é tirar a criança ou adolescente do risco e não colocar no risco. E já houve casos de acolher e ter problemas de desviar outras crianças que nunca haviam se envolvido com a homossexualidade (RELATO DE XY).

Atualmente a instituição está com seis crianças e adolescentes, dois completam 18 anos este ano. Quando esses adolescentes completarem 18 anos, eles receberão um terreno que é

⁵A entrevista é um diálogo, um processo de comunicação direta entre o entrevistado e o entrevistador (SOUSA, 2008).

doado pelo senhor Aurélio Bernardes. O dinheiro que é poupado em seu nome, em virtude de trabalho prestado como menor aprendiz ou que provêm de pensão, é usado em seu próprio benefício, na maioria dos casos na construção da casa própria no terreno que recebeu como doação. A adoção só é feita em último caso. Após ter recorrido a todas as instâncias, a proposta é que a criança volte para sua casa. Atualmente, a casa tem apenas duas crianças para adoção.

A assistente social disse ainda que nos casos de adoção e guarda os procedimentos adotados são:

Se for parente ou familiar, pode pedir a guarda da criança, nos casos de a mãe ou o pai não querer saber da criança, ou no caso de a criança ainda não poder voltar para sua casa; enquanto existir família, a proposta é que a criança fique na família, só acontece a destituição quando acontece a ordem judicial (RELATO DE XY).

Em se tratando de adoção para os adolescentes, o processo é mais fácil, pois é muito rara a adoção de adolescentes, sendo a procura maior por crianças menores de três anos.

Há pais que voltam para tentar reaver seus filhos, mas a destituição é feita pela justiça. Na certidão de nascimento de uma criança destituída não constam os nomes dos pais nem dos avós. Para a justiça destituir um adolescente, primeiro precisa ser comprovado que os pais não têm condições psicológicas de ter o filho em sua companhia.

Impõe-se a destituição do poder familiar, em atenção ao princípio do melhor interesse da criança, quando os pais, que sofrem problemas mentais, não prestam aos filhos os cuidados mínimos que eles necessitam para crescer de forma saudável e feliz (VERONESE; MOTA, 1998, p. 30).

A destituição do poder familiar ocorre quando há o abandono e a falta de condições psicológicas dos pais. Estas destituições ocorrem dentro da própria instituição, por meio de audiências, sendo deslocadas todas as autoridades responsáveis para desenvolver este trabalho.

No momento, a maior dificuldade enfrentada pela instituição é a questão financeira. Roupas, calçados, brinquedos, vêm de doações da comunidade. Quanto à alimentação, pagamentos de energia, água, telefone e internet, estas vêm de doações mensais de igrejas, pessoas jurídicas e físicas. Existem também as doações em valores, que são usadas para pagamento de funcionários e outros tipos de despesas administrativas.

Outro problema enfrentado pela instituição é a falta de mais profissionais, pois os únicos que existem são sobrecarregados, por serem pagos através das doações feitas em dinheiro e pelo fato de essas doações serem recebidas em menor quantidade. Assim, não é possível a contratação de novos profissionais. Até recentemente, nada era custeado pelo governo, porém foi assinado um convênio há pouco tempo, não para custear recursos humanos, mas para ajudar na alimentação, no combustível e no material de escritório.

Sem dúvida, o trabalho realizado pela profissional do Serviço Social na instituição CAIF é importante para a sociedade, pois, infelizmente, a cada dia o número de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de mau trato e ameaça à sua integridade física e mental dentro de sua própria casa é cada vez maior. Tal fato ocasiona assim um número crescente de jovens que necessitam cada vez mais de ajuda para se restabelecer e ter seus direitos preservados e assegurados perante a sociedade em que vivem.

Considerações finais

Em suma, o trabalho foi realmente de grande valor, pois conseguimos perceber o olhar arguto que uma assistente social precisa ter para planejar, analisar, montar uma estratégia e intervir sobre a realidade de uma sociedade. Tratando-se do futuro de um país cujas crianças e adolescentes vivem em situação de negligência e/ou violência, percebemos o valor que essas instituições possuem, pois através delas é possível mudar a história desse ser humano, dar-lhe um lugar onde haja alguém para dar um respaldo e defender seus direitos garantidos pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O trabalho realizado pela instituição CAIF é valioso nesses casos, pois ajuda e auxilia essas crianças e adolescentes a passarem por esta fase de suas vidas, dando apoio, buscando ajuda de profissionais na área psicológica e preparando-os para a vida. Ser uma “Casa Lar”, como é o caso da Instituição CAIF em questão, não é um trabalho fácil, visto que atendem a crianças e adolescentes com diversos graus de traumas e perdas, abandono, rejeição, exclusão e discriminação, e essas ações exigem muito preparo e dedicação.

Através de todos os pontos que abordamos e percebemos no decorrer deste estudo, podemos concluir que é preciso que as famílias procurem viver em harmonia, tratando seus filhos com carinho, respeito e dedicação, que haja a conscientização da população de que, muitas vezes, a realidade pode ser bem diferente do que imaginamos. O que parece pouco para nós, para essas crianças e adolescentes, apesar de tão pouca idade, pode ser demais, por vivenciarem e experimentarem uma realidade tão dura, e esse pouco ofertado pode fazer toda a diferença na vida deles.

Referências

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. São Paulo, Cortez, 2011.
- KALOUSTIAN, Silvio Manouge. **Família Brasileira: a base de tudo**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.
- MIOTO, Regina Celia Tamasso. **Perícia social: proposta de um percurso operativo**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUSA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- VERONESE, Josiane Rose Petry; MOTA, Moacyr. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Ltr, 1998.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O ASSISTENTE SOCIAL, A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DIREITOS HUMANOS

The social worker, domestic violence and human rights

Deuzerina Fonseca Conceição¹

Andréia Morais¹

Resumo: O Movimento de Reconceituação tornou possível à profissão reflexões e redefinições da prática profissional. A profissão do Serviço Social possui um Código de Ética formulado em 1986 e 1993. Em 1993 foi constituído um novo Código de Ética pela Resolução CFSS nº 273/93, de março de 1993. O Serviço Social atua num posicionamento ético-político muito bem definido pela categoria, em que a questão social é o objetivo de intervenção do Serviço Social, que é construído de acordo com o seu projeto ético-político. Uma das suas áreas de atuação é o atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica. Por volta dos anos 70, o movimento feminista trouxe a público esse problema social, que atinge mulheres de todas as classes sociais. Uma das conquistas da luta feminista foi a criação das Delegacias de Polícia Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). A primeira Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher foi criada em São Paulo, em agosto de 1995, sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina. A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, foi instituída após muitas lutas do movimento feminista. O Serviço Social passou a atuar no combate à violência doméstica, inserido nas instituições que prestam atendimento à mulher vítima de violência, depois da reconceituação da profissão e a defesa de um projeto ético-político a favor de uma sociedade mais justa. Este artigo foi elaborado com o objetivo de abordar o Serviço Social e a violência doméstica contra a mulher. Sua elaboração se deu através de procedimentos técnicos bibliográficos e quantitativos. Então, conclui-se que o Serviço Social é uma profissão que está na luta contra a violência doméstica, pois a violência doméstica é uma questão social.

Palavras-chave: Violência doméstica. Serviço Social. Direitos humanos.

Abstract: The Reconceptualization Movement made it possible for professional reflection and redefinition of professional practice. The profession of social work has a Code of Ethics formulated in 1986 and 1993. In 1993 he was made a new resolution by the CFSS Code of Ethics 273/93 in March 1993. Social Services operates an ethical-political positioning very well defined by category, in which the social question is the purpose of intervention of Social Services, which is built in accordance with its ethical-political project. One of his areas of expertise is the assistance to victims of domestic violence. By the 70s, the feminist movement brought to the public this social problem that affects women of all social classes. One of the achievements of the feminist struggle were the Specialized Police Stations for Assistance to Women Police (DEAM). The first police station specialized for Assistance to Women was established in Sao Paulo in August 1995, under pressure from the women's movement and the State of Women Council. The law Maria da Penha Law No. 11 340 of August 7, 2006, after many struggles of the feminist movement. The Social Service started to act in combating domestic violence inserted in the institutions that provide care to women victims of violence after the reconceptualization of the profession and the defense of an ethical-political project in favor of a more just society. This article was prepared with the aim of addressing social work and domestic violence against women, which is elaborated through bibliographic and quantitative technical procedures. So it is concluded that social work is a profession that is in the fight against domestic violence, because domestic violence is a social issue.

Keywords: Domestic violence. Social Service. Human rights.

Introdução

O presente artigo foi elaborado com a intenção de fazer com que o leitor identifique as várias formas de violência doméstica contra a mulher, pois este é um problema enfrentado por

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

mulheres de todas as classes sociais, sendo de fato um problema social.

Este artigo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica e quantitativa. Serão utilizados estes métodos por se tratar de material já publicado e por ser focado na mensuração de fenômeno, sobre este tema em questão.

Tem por objetivo levar a uma discussão maior sobre o tema, que tem sido muito discutido no nosso dia a dia, por se tratar de um fenômeno que está afligindo muitas famílias.

Serão abordados neste artigo temas envolvendo o Serviço Social e a ética profissional: o assistente social e os direitos humanos, cujos focos de análise e discussão envolverão a violência doméstica contra a mulher.

O seu referencial teórico está dividido em sete tópicos. No primeiro falaremos sobre o movimento de reconceituação e o código de ética do Serviço Social. No segundo, sobre a violência doméstica contra a mulher. No terceiro: tipos de violência doméstica. No quarto, o movimento feminista na luta contra a violência doméstica. No quinto, a Lei Maria da Penha. No sexto, a atuação do assistente social na luta contra a violência doméstica contra a mulher. E, por fim, no sétimo e último tópico apresentaremos as considerações finais, bem como as referências usadas para que fosse possível a realização deste artigo. A partir deste, veremos alguns pontos deste extenso problema social e a atuação do Serviço Social no combate a esse fenômeno.

A violência doméstica é um dos problemas que mais preocupam as mulheres brasileiras, pois se trata de um problema social que não escolhe classes sociais para se manifestar. A violência doméstica pode ser física, psicológica ou sexual. E por medo, muitas vítimas não denunciavam o seu agressor, por falta de políticas públicas que as amparassem. Entretanto, nos anos 80, um movimento feminista lutou e exigiu das autoridades providências para as políticas públicas, para que essa violência pudesse ser combatida.

Uma das conquistas da luta feminista foi a criação das Delegacias de Polícia Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Outra vitória desse movimento foi a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O profissional do Serviço Social atua frente a esse problema social, através de uma apresentação como ele ocorre, quais as formas de violência cometidas contra a mulher e quais são as maneiras de combatê-las.

O movimento de reconceituação e o Código de Ética do Serviço Social

O Movimento de Reconceituação oferece um novo caminho para a prática profissional do Serviço Social, que vai em direção aos acontecimentos provocados pela sociedade organizada e classe trabalhadora, e vividos pela sociedade brasileira. O movimento tornou possível à profissão reflexões e redefinições da prática profissional.

A profissão forma alianças com a classe trabalhadora, na confirmação de um posicionamento ético-político e a construção de um projeto ético-político na categoria do Serviço Social. A reconceituação surgiu da necessidade do afastamento do modelo de atuação tradicional, que a profissão desenvolvia a partir dos modelos e teorias franco-belga e americana, pois foram estes modelos que serviram de base para a formação profissional dos assistentes sociais no Brasil.

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses de classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração política e econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Ser-

viço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade (SILVA, 2006, p. 89).

O autor acima nos mostra como a reconceituação forma uma perspectiva de transformações propostas pela hegemonia da categoria. Com essas transformações, abrem-se várias possibilidades na formação de novas ações comprometidas com a classe trabalhadora, e a organização de um projeto ético-político para a profissão.

Segundo Barroco (2008), a ética e a política estão associadas e são fundamentais para que o projeto contra-hegemônico da profissão possa criar corpo, e assim objetivar projetos humanos que tornem possível o ideal emancipatório, em face da barbárie da exploração, e possa caminhar para a busca de superação da realidade capitalista.

A profissão do Serviço Social possui um Código de Ética formulado em 1986 e 1993. A ética é fundamental para uma atuação com maior comprometimento no Serviço Social. Em 1993 foi constituído um novo Código de Ética, pela Resolução CFSS nº 273, de março de 1993, trazendo em seu texto uma perspectiva para uma atuação profissional compromissada com a classe trabalhadora, a ética, a liberdade, a emancipação, a autonomia, a democratização, a justiça social, a socialização da riqueza, a participação política, o pluralismo e não a discriminação.

Estes valores são o alicerce para o trabalho do assistente social na busca pela igualdade, na luta por projetos sociais que levam à igualdade e ao fim da exploração de qualquer ser humano, mantendo o respeito e a construção de uma sociedade sempre em igualdade.

A ética se objetiva na intervenção profissional, teórica (através de uma dada concepção ética, crítica e histórica) e praticamente (através das ações que viabilizem a apropriação, por partir dos indivíduos, de suas capacidades e potencialidades, de suas necessidades e direitos). Na medida em que a ética profissional vincula-se a um ideário emancipatório, objetiva contribuir para a preservação desse ideário, buscando alargar as suas bases sociais na sociedade, junto aos movimentos e sujeitos defensores destes valores e desse projeto, o que é evidentemente um objetivo ético-político (BARROCO, 2008, p. 230).

Na contemporaneidade, o Serviço Social atua num posicionamento ético-político muito bem definido pela categoria, contando com profissionais que em sua maioria são profissionais adeptos e defensores, que fazem dessa ética uma ética revolucionária que busca a garantia de direitos sociais e também a defesa das minorias.

A questão social é o objetivo de intervenção do Serviço Social, que é construído de acordo com o seu projeto ético-político, com alternativas e estratégias. Segundo Yamamoto (2001), a questão social é entendida como um conjunto das desigualdades da sociedade. Portanto, os assistentes sociais trabalham em diversas áreas, das mais variadas expressões sociais existentes na sociedade.

Sendo uma das suas áreas de atuação o atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica, o profissional atua em diferentes setores e políticas públicas sociais, como no atendimento a essas vítimas e no combate a esse tipo de violência, que aflige todo mundo.

Violência doméstica contra a mulher

A violência doméstica contra a mulher é diferente da violência que ocorre em âmbito público e com pessoas variadas. Essa violência é cometida, em muitos casos, por quem a devia proteger, ou seja, a violência doméstica, que acontece no ambiente privado, apresenta sempre

o mesmo perfil de vítima: a mulher espancada, ou as filhas, ou abuso sexual contra mulheres e crianças da família.

É um dos problemas que mais preocupam as mulheres brasileiras, por se tratar de um problema social que atinge as mulheres de todas as classes sociais e em todo o mundo. Mesmo sendo um problema antigo, atualmente vem sendo problematizado e amplamente discutido, não só pelo profissional do Serviço Social, mas também por profissionais de todas as outras profissões que atuam com essa questão, provocando debates nas sociedades modernas.

Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

Pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, revelou que sete em cada 10 entrevistados consideram que as brasileiras sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos, sendo que metade avalia ainda que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa.

Os dados revelam que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados, de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres (COMPROMISSO E ATITUDE, 2013) (grifo do autor).

Mediante os fatos relatados pela pesquisa, podemos afirmar que a violência doméstica está em todas as classes sociais, países e culturas, e mesmo assim a mulher geralmente ainda permanece numa relação íntima com o agressor.

A agressão do parceiro íntimo – também conhecida como violência doméstica, maus tratos ou espancamento da esposa – é quase sempre acompanhada de agressão psicológica e, de um quarto a metade das vezes, também por sexo forçado.

A violência contra as mulheres é diferente da violência interpessoal em geral. Os homens têm maior probabilidade de serem vítimas de pessoas estranhas ou pouco conhecidas, enquanto que as mulheres têm a maior probabilidade de serem vítimas de membros de suas próprias famílias ou de seus parceiros íntimos. Na sua forma mais grave, a violência leva à morte da mulher [...] (DAY, 2003, p. 67).

Diante deste apontamento, podemos ver que a mulher está desprotegida dentro do lugar onde ela deveria ser e se sentir protegida: o seu lar. Para muitas das mulheres que sofrem a violência doméstica, cometida por algum familiar ou por parceiro íntimo, o lar, em muitos casos, se torna um cárcere, em que esta mulher será agredida de várias maneiras, e em muitos casos com requintes de crueldade.

Os homens, quando sofrem algum tipo de violência, estão quase sempre fora do seu domicílio e, geralmente, quando agredidos, o são por pessoas estranhas com quem dificilmente têm alguma relação de parentesco ou amizade, ao contrário da mulher.

Denunciar as situações de violência pelas quais as mulheres passam é fundamental para se conhecer essa realidade e garantir o fim da impunidade dos agressores. Não apenas procurar as delegacias, mas também tornar pública a situação de violência é a maneira mais direta de reagir. Deixar o tempo passar não acaba nem diminui a violência, ao contrário. Quando o homem dá o primeiro grito, faz a primeira ameaça, caso a mulher não reaja, ele aumenta seu controle sobre ela, aumentando a violência (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2014, p. 1).

Por medo, muitas mulheres acometidas com o mal da violência doméstica não denunciam o seu agressor, e é esse medo que acaba impedindo que a mulher tenha a sua própria identidade social com liberdade de usufruir dos seus direitos. A violência contribui para que a mulher não consiga se perceber como ser social possuidor de direitos, pois o medo colabora para aniquilar sua capacidade crítica, e fazer com que entenda sua condição de vítima, de isolamento social.

Em uma entrevista com duas mulheres casadas há mais de 15 anos e mães de um a quatro filhos, para as quais foram feitas as mesmas perguntas, uma delas relata que já foi agredida pelo companheiro e que já chegou a denunciá-lo, mas resolveu voltar atrás e retirou a queixa, pois mesmo trabalhando, ainda depende do agressor.

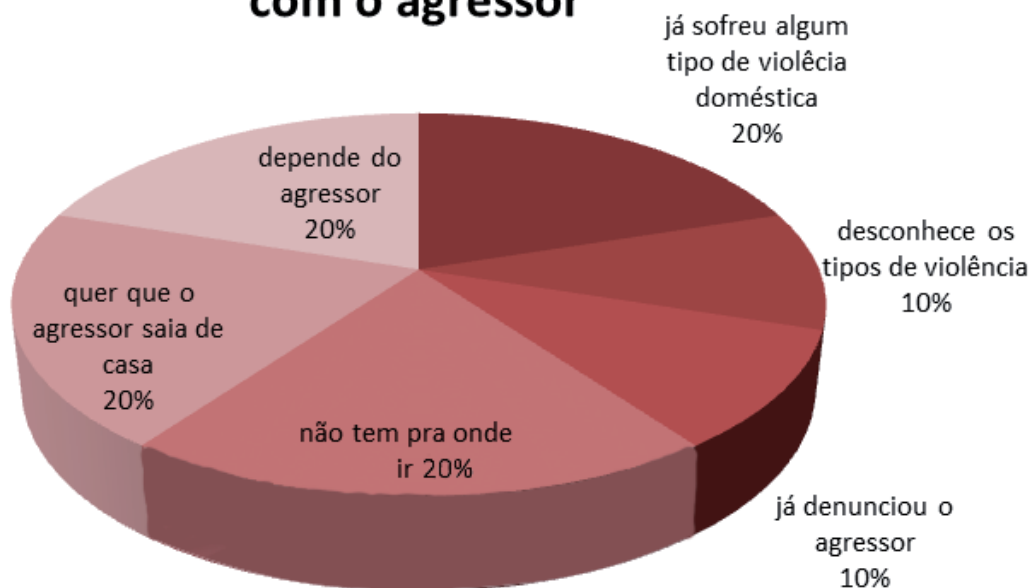
Questionada sobre o atendimento que recebeu no ato da denúncia, respondeu que ficou decepcionada. A vítima relatou que a delegada que a atendeu disse que ela deveria dar graças a Deus por ter arrumado um homem que acolheu o seu filho, e ainda citou que tem um enteado e sabe como é aturar filhos dos outros. Ela disse com olhos lacrimejantes:

[...] eu saí dali arrasada, me sentindo um nada, pois fui buscar ajuda e fui tratada daquela forma, me senti ainda pior porque foi uma mulher que me falou dessa forma, até hoje eu não consegui esquecer o tom de voz dela falando, foi muito constrangedora aquela situação (VÍTIMA X, 2014).

Outra vítima diz que nunca foi agredida pelo companheiro fisicamente, mas ela relata que o companheiro fala coisas que a deixam muito triste, que quase sempre a ofende, dando-lhe empurrões. Esta segunda vítima relata que para ela a violência só acontece quando chega a ser uma agressão física. Estas vítimas também chegaram a relatar que os filhos já presenciaram esses atos cometidos pelos companheiros, e que já foram agredidos por tentarem defender as mães.

Figura 1. Causas da violência doméstica

Motivos que levam a vítima a permanecer com o agressor



Fonte: As autoras.

A violência doméstica pode ser física, psicológica ou sexual, praticada na maioria dos casos dentro do domicílio, por pessoas próximas, como um familiar ou por um parceiro íntimo da vítima.

A violência sexista pode tomar diversas formas: violência física, psicológica, sexual; doméstica ou não; assédio sexual, abuso sexual.

a) Violência doméstica

Os tipos de violência descritos abaixo (física, psicológica, sexual) acontecem, na maior parte das vezes, dentro de casa, e os agressores são pessoas muito próximas das vítimas (marido, namorado, irmão, ex-marido). Esses são casos de violência doméstica. [...]

b) Violência física

Espancamento com a mão ou objetos, tentativas de estrangulamento, arremesso de objetos contra a mulher, pontapés... podendo chegar a assassinato. Muitas vezes, ocorre paralelamente à violência psicológica.

c) Violência psicológica

É quando o homem desqualifica a mulher por meio de ameaças, xingamento, gritos, imposição do medo, humilhação, reclamação excessiva das coisas que ela faz; e também quando o homem fala da relação dele com outras mulheres, diz que a mulher é incapaz de viver sozinha e que apenas ele a quer; quando o homem impede a mulher de trabalhar, de sair de casa, de se vestir como gosta (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2014, p. 01).

Assim, pode-se esclarecer que os diversos tipos de violência física acontecem por meio de pancadas com mãos, pés e objetos, como tapas, socos, chutes, arremessos de objetos, estrangulamentos etc. São várias as maneiras de um agressor ferir uma mulher, agressões que podem levar à morte; de violência psicológica, através de ameaças, gritos, xingamentos, quando reclama de tudo que ela faz, fazendo com que se sinta uma pessoa incapacitada, humilhações, impedimento do seu direito de ir e vir, isolamento dos amigos e familiares etc., e de violência sexual, quando um homem pratica um ato sexual contra a vontade da mulher, por sexo forçado, através da força, ameaça ou intimidação, mesmo que estes sejam casados.

Movimento feminista na luta contra a violência doméstica

As respostas sociais à violência contra a mulher surgiram por volta dos anos 70, através da atuação do movimento feminista, trazendo a público esse problema social. Todavia, foi nos anos 80 que as feministas, por meio de reivindicações da categoria, começaram a chamar atenção das autoridades para esse problema, exigindo destes a adoção de políticas públicas.

Uma das conquistas da luta feminista foi a criação das Delegacias de Polícia Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). A primeira Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher foi criada em São Paulo, em agosto de 1995, sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Foi o movimento feminista que, nos anos 1970, trouxe para o cenário público e político os problemas que até então eram considerados particulares, como a violência que as mulheres sofrem dentro de casa, o trabalho doméstico que realizam sozinhas, a falta de creche para poderem sair para trabalhar, entre outros. [...] Nos anos 1980, as feministas começaram a elaborar políticas públicas e exigir do Estado que as colocassem em prática. Assim nasceram as primeiras delegacias especiais da mulher, para que as mulheres tivessem mais coragem e não fossem maltratadas, como costumava acontecer nas outras delegacias. O chamado, naquele momento, e que ainda é um de-

safio, era: “Vamos romper o silêncio para acabar com a impunidade”. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2014, p. 96).

Depois de tantas lutas, as primeiras políticas públicas para que fosse possível combater essa violência contra a mulher começaram a surgir. Enfim, a luta trouxe resultados, pois até a década de 80 as políticas públicas no combate à violência contra a mulher eram praticamente inexistentes, e suas primeiras conquistas foram instituídas nas áreas ligadas à justiça e segurança. Até o ano de 2006, no Brasil não existia uma lei específica de combate à violência doméstica, as denúncias eram julgadas pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais nº 9.099/1995.

Segundo *Diálogos Sobre Violência de Gênero* (2003, apud CZAPSKI, 2014, p. 323), o impacto causado pela implantação das delegacias na viabilização do combate à violência doméstica e no aumento das denúncias foi positivo, mas as delegacias também têm seus limites: se operadas de forma isolada e sem qualificação de seus integrantes para o atendimento especializado, dispensado à mulher vítima, levam a um atendimento que provoca a rota crítica – exposição da vítima, novas agressões, isolamento social, constante deslocamento, visando à fuga do agressor, provocados pela debilidade no sistema de proteção.

A Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, após muitas lutas do movimento feminista, foi aprovada. Este é mais um dos méritos creditados ao movimento feminista, que luta incansavelmente pelos direitos das mulheres para que os agressores sejam punidos. Essa lei cria mecanismos para proibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas ainda é uma lei que encontra muitos desafios.

Na proteção à mulher, a lei prevê as medidas protetivas de urgência, que devem ser solicitadas na delegacia de polícia ou ao próprio juiz, que tem o prazo de 48 horas para analisar a concessão da proteção requerida. A Lei Maria da Penha também protege as mulheres ao estabelecer que a vítima não pode entregar a intimação ou notificação ao agressor, ao tornar obrigatória a assistência jurídica à vítima e ao prever a possibilidade de prisão em flagrante e preventiva. Além da preocupação com a prevenção da violência e proteção das vítimas, o Estado também tem a responsabilidade de ajudar na reconstrução da vida das mulheres. Para isso, prevê a assistência de forma articulada entre as áreas de assistência social, com inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal; atendimento especializado na saúde, com objetivo de preservar a integridade física e psicológica da vítima; além de assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, caso seja necessário o afastamento do local de trabalho (ONU MULHERES, 2014).

Mesmo com a criação e a promulgação desta lei, os assistentes sociais e outros profissionais que também atuam no combate à violência doméstica contra a mulher encontram desafios por falta da efetivação de uma rede de serviços interdisciplinar que reúna todos os programas e projetos das diferentes áreas que compõem a política pública de atendimento e combate à mulher vítima de violência doméstica.

Esta lei leva o nome de uma mulher que se chama Maria da Penha Maia Fernandes, a qual sofreu várias agressões do marido, e uma dessas agressões a deixou paraplégica.

A atuação do assistente social na luta contra a violência doméstica contra a mulher

A violência doméstica contra a mulher é um fator que aflige as mulheres em todo o mundo, e a profissão do Serviço Social trabalha no atendimento e no combate dessa violência abominável que ainda acontece nos dias de hoje.

O profissional do Serviço Social atua frente a esse problema social através de uma apresentação de como ele ocorre e como a construção de uma cultura patriarcal instiga ainda mais esse problema, quais as formas de violência cometidas contra a mulher e quais são as maneiras de combatê-las.

O Serviço Social passou a atuar no combate à violência doméstica inserido nas instituições que prestam atendimento à mulher vítima de violência, depois da reconceitualização da profissão e a defesa de um projeto ético-político a favor de uma sociedade mais justa. Desde então, a profissão tem sido mais reconhecida, valorizada e requisitada, merecendo a confiança das outras profissões, conquistando o seu espaço e demarcando a identidade da assistência social.

Deve-se compreender que a profissão do assistente social na violência doméstica atua baseada em três dimensões: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão técnico-operativa e a dimensão ético-política. Para que se possa fazer o manuseio destes instrumentais, é necessária a utilização da ética profissional e do posicionamento ético-político, pois estes são fundamentais para se estabelecer estratégias que possam responder às demandas e, assim, criar uma identidade profissional com compromisso no combate à violência doméstica.

É preciso que o profissional escute os problemas relatados pelos usuários, mantendo a sua ética profissional, sem fazer julgamentos de valores, mantendo uma relação de respeito com a usuária dos seus serviços, para que ela perceba que o profissional está ali para ajudá-la e não para julgá-la.

Os assistentes sociais devem se apropriar dos instrumentais corretamente, fazendo uma ponte com as orientações teórico-metodológicas traçadas no projeto ético-político da profissão, para que possam estimular a denúncia, mostrando às mulheres vítimas de violência doméstica que elas possuem direitos, esclarecendo sempre as suas dúvidas.

Ainda são muitos os desafios que os assistentes sociais enfrentam no combate à violência doméstica, pois os serviços em que este profissional é inserido, seja nas áreas da segurança pública, da assistência social e da saúde, ainda não conseguem atender às vítimas de violência doméstica de forma integral e articulada.

Considerações finais

A violência doméstica contra a mulher é um ato covarde que o homem usa para coagir a sua vítima, impondo à mulher agredida medo e a aterrorizando. Por isso, ainda nos dias de hoje muitas mulheres não denunciam os seus agressores por medo, mesmo havendo uma delegacia especializada neste tipo de violência. A luta contra essa violência começou no passado, mais precisamente por volta dos anos 70, com o Movimento Feminista, que exigiu uma providência com a adoção de políticas públicas por parte das autoridades, e depois de muitas lutas as primeiras conquistas começaram a surgir.

Em uma entrevista com duas mulheres, para as quais foram feitas as mesmas perguntas, percebeu-se que ambas acham que um dia o agressor vai mudar. Elas acreditam que eles vão mudar, mas convivem com medo deles. Estas vítimas também relatam que não têm parentes na cidade, que não têm para onde ir caso saiam de casa. Elas estão dispostas a se separarem, desde que eles saiam de casa.

Percebeu-se também que as vítimas acreditam que a violência só é entendida de fato como uma violência quando ela acontece fisicamente, ou seja, acreditam que as palavras ofensivas e os empurrões, assim como os outros tipos de violência, não se caracterizam de fato como violência.

Também foi verificado nessas entrevistas que falta preparo de alguns dos profissionais que recebem essas denúncias lá na DEAM, pois estes estão ali para defender os direitos das usuárias, conforme o que estabelecem os DH e a CF, e não para julgá-las ou recriminá-las.

A profissão do Serviço Social é uma profissão compromissada com toda a questão social, na busca pela igualdade e liberdade de qualquer ser humano, visando à justiça social. Este é o motivo pelo qual a profissão é parceira nessa luta contra a violência contra a mulher. O assistente social vem atuando frente a esse problema, investigando como ele ocorre e quais são as suas formas de agressão, para assim combatê-las.

Em meio a muitos desafios, o assistente social se faz cada vez mais presente no combate a essa violência, pois está cada vez mais inserido em instituições que prestam atendimento às vítimas de violência doméstica.

A reconceitualização da profissão foi importante para esta área de atuação, pois possibilitou para o Serviço Social uma nova prática profissional; bem como o novo Código de Ética, pois a ética é fundamental para uma atuação com maior comprometimento no Serviço Social, que defende um projeto ético-político para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária. Tais fatos favorecem muito mais esta profissão que luta por uma sociedade justa, sem preconceitos e violência entre os seres humanos.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço social e ética**: um convite a uma práxis. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dentro-de-casa-do-que-em-espacos-publicos-no-brasil/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos. O assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. **Revista Travessias Ed. XIV**. Disponível em: <[www.http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/5672/4855](http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/5672/4855)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiátr.** Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2014.

IAMAMOTO, Marilda. Carvalho. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <<http://agencia-patriciagalvao.org.br/>>. Acesso: 1 mar. 2014.

ONU MULHERES. **Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República.** Disponível em: <<http://www.mulheresdireitos.org.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/system/resources/BAhbBlSHOgZmSSIzMjAxMi8wMy8xMi8xMF80MF81NV82NDJfQ-2FydGlsaGFfdmlvbGVuY2lhLnBkZgY6BkVU/Cartilha_violencia.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SILVA, Maria Ozanira. **O serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O ASSISTENTE SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS: A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PRÁTICA PROFISSIONAL COM DEFICIENTES

**The social worker and human rights:
the importance of the ethic in the professional praxis to disabled**

Jacqueline Santana de Souza¹
Andreia Moraes da Silva Soares¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo geral discutir acerca da importância da ética e dos direitos humanos aplicados à prática do assistente social com vistas à qualidade de vida e de assistência às pessoas com necessidades especiais, buscando evidenciar soluções para que o indivíduo “especial” tenha seus direitos respeitados, frente às suas necessidades. Por isso, faz-se urgente a divulgação no contexto social do conhecimento do que venha a ser esse direito de igualdade presente na Constituição Federal de 1988, partindo do pressuposto do respeito mútuo entre os cidadãos, os princípios de ética e direitos humanos, e sua aplicabilidade frente às obrigações legais, visando ao bem comum e à construção de uma sociedade mais igualitária e fraterna, sobretudo no que tange aos direitos das pessoas com necessidades especiais. Assim, a justificativa se fundamenta na ampliação das discussões na sociedade contemporânea, no que diz respeito à prática do assistente social enquanto um profissional que viabiliza eticamente a adoção de ações objetivas relacionadas aos direitos humanos para com os portadores de necessidades especiais. Concluiu-se que o papel do assistente social é de suma importância para que eticamente os direitos das pessoas com necessidades especiais sejam assegurados de maneira concreta na sociedade.

Palavras-chave: Assistente social. Prática profissional. Direitos humanos. Ética. Pessoas deficientes.

Abstract: This work has the objective to discuss about the importance of ethics and human rights applied to the practice of social worker views the quality of life and care for people with special needs, to disclosing solutions for the “special” individual has his rights respected, meet their needs. Therefore, it is urgent disclosure in the social context of knowledge of what will be the right to equal this in the Constitution of 1988, assuming mutual respect among citizens, the principles of ethics and human rights, and its applicability in the face of legal obligations for the common good and to build a more egalitarian and fraternal society, especially regarding the rights of persons with special needs. Thus, the rationale is based on the expansion of the discussions in contemporary society, with regard to the practice of social worker as a professional ethically enables the adoption of objective actions related to human rights towards people with special needs. It was concluded that the role of the social worker is of paramount importance to ethically the rights of persons with special needs are secured in a concrete way in society.

Keywords: Social worker. Professional practice. Human rights. Ethics. Disabled persons.

Introdução

No mundo pós-moderno, muito se tem discutido acerca da ética e dos direitos humanos. Contudo, pouco se sabe sobre tais temas, porque, por vezes, estes parecem ser apenas conteúdos trabalhados na teoria e muito pouco aplicados à vida prática. Desse modo, abrangendo para a área de Serviço Social, é importante ressaltar acerca dos valores e diretrizes do Código de Ética, bem como do processo de respeitabilidade aos princípios fundamentais dos direitos humanos.

Todo assistente social tem por obrigação saber e aplicar as diretrizes do Código de Ética (BRASIL, 2011, p. 7), o qual diz que “ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficie, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social”. Em outras

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIasselvi. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

palavras, é partindo das concepções teóricas que o assistente social tende a por em prática a qualidade de seus serviços no que diz respeito ao bem-estar da comunidade.

Contudo, o código ainda assegura, em seu conteúdo, a importância de um tratamento igualitário, visando ao desenvolvimento da pessoa humana, uma vez que “o assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais” (BRASIL, 2011, p. 7). Fica assim evidenciada a importância do estímulo ao ideal de que todas as pessoas, independentemente de classes sociais, diferenças físicas, psíquicas e motoras, têm direitos iguais, sem que sofram algum tipo de segregação na forma como devem ser tratadas.

Diante disso, esse trabalho tem por objetivo geral discutir acerca da importância da ética e dos direitos humanos aplicados à prática do assistente social com vistas à qualidade de vida e de assistência aos portadores de necessidades especiais, buscando evidenciar soluções para que o indivíduo “especial” tenha seus direitos respeitados, frente às suas necessidades.

É preciso considerar que a Carta Magna de 1988 assegura, em seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 1988). Desse modo, todos têm direito, perante a lei, de serem tratados com respeito e dignidade humana, independente de sua condição física, social e/ou biológica.

Assim, esse trabalho se justifica pela ampliação das discussões na sociedade contemporânea, no que diz respeito à prática do assistente social enquanto um profissional que viabiliza eticamente a adoção de ações pragmáticas relacionadas aos direitos humanos para com pessoas que têm necessidades especiais.

Considera-se então que é urgente a divulgação, no contexto social, do conhecimento do que venha a ser esse direito de igualdade presente na Constituição Federal de 1988, partindo do pressuposto do respeito mútuo entre os cidadãos, bem como da aplicabilidade de suas obrigações legais, visando ao bem comum e à construção de uma sociedade mais igualitária e fraterna.

A ética nas relações humanas

Antes mesmo de falar sobre a ética, faz-se necessário saber o que significa teoricamente essa pequena palavra.

A origem da palavra ética vem do grego “*ethos*”, que quer dizer o modo de ser, o caráter. Os romanos traduziram o “*ethos*” grego para o latim “*mos*” (ou no plural “*mores*”), que quer dizer costume, de onde vem a palavra moral. Tanto “*ethos*” (caráter) como “*mos*” (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas que é “adquirido ou conquistado por hábito” (MAUTNER, 2005, p. 6).

Desse modo, ao tratar-se do tema ética, é preciso considerar que ela se dá a partir das relações sociais vivenciadas pelos seres humanos, com o objetivo de gerar regras de bem viver. A ética é fundamentalmente necessária em todas as instâncias do contexto de coexistência, uma vez que é ela que de alguma forma delimita e molda o comportamento dos seres sociais. Ainda que não haja concordância de alguma parte em relação a uma dada situação, pelo princípio da ética, o bem-estar e o respeito têm de ser imperativos para que as relações interpessoais aconteçam de modo firme e eficaz para a prevalência do bem comum.

Como ação prática, a ética é a objetivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela ação consciente dos homens diante de situações de afirmação/negação da vida, dos direitos e valores. Conceber a ética como uma ação crítica de um sujeito histórico que reflete teoricamente, que faz escolhas conscientes, se responsabiliza, se compromete socialmente por elas e age praticamente para objetivá-las, é conceber a ética como componente da práxis (BARROCO, 2008, p. 38).

Pode-se assim dizer, seguramente, que o princípio da ética deve ser uma constante nas relações interpessoais, já que é uma necessidade vital para que haja uma determinada organização. Por isso, constantemente as pessoas passam por um processo de observância em relação às suas atitudes para avaliar se foram ou não adequadas ao contexto social no qual se está inserido. Dito de outra forma, tal atitude é boa ou ruim? Benéfica ou maléfica? Certa ou errada? Justa ou injusta? Considerando o bem-estar comum, dentro daquilo que se pode denominar de consciência moral.

A ética e o Serviço Social

O princípio do exercício do assistente social tem de estar fundamentado na respeitabilidade às diferenças, sejam sociais, de gênero, religião, etnia, entre outras. A não discriminação é um princípio de ética básico para o assistente social, de sorte que deve haver um grande comprometimento em minimizar e até mesmo extinguir toda e qualquer forma de segregação, promovendo assim debates acerca da inclusão dos ditos “diferentes” da sociedade.

De acordo com o Código de Ética do Serviço Social, ao assistente social cabe:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2011, p. 23-24).

Nessa pesquisa está se considerando como princípio ético fundamental a defesa dos

direitos humanos com vistas à garantia de todos os direitos previstos na Carta Magna Brasileira, sobretudo no que diz respeito ao favorecimento da equidade e da justiça social. Ademais, é imprescindível o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e a inviolabilidade de informações referentes às pessoas, que confiam seus segredos aos assistentes sociais, uma vez que estes estão presentes em momentos marcantes, sejam de alegria ou de dor, na vida dos indivíduos assistidos.

O Serviço Social tem um papel fundamental para a sociedade, por isso é uma profissão de nível superior, regulamentada pela Lei Federal nº 8.662/93, que visa a contribuir para a implementação e execução de políticas sociais junto a variadas organizações, sejam estas públicas ou privadas. Muitas são as atribuições do assistente social, dentre elas:

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais, no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos seus direitos. Realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 2011, p. 44-45).

Sendo assim, o assistente social desempenha uma função de auxiliar pessoas que de alguma forma não tenham acesso aos direitos de todo cidadão, como saúde, moradia, educação, entre outros, bem como ser promotor de ações que proporcionem o bem-estar físico e emocional de indivíduos que se encontram em situação de risco, ou grupos sociais que de alguma forma são desprovidos de capacidade de resolução ou mesmo de decisão, a exemplo de idosos, crianças e portadores de necessidades especiais que sofrem algum tipo de violência ou preconceito.

A defesa dos direitos humanos

É bastante ampla a discussão acerca dos Direitos Humanos (DHs), posto que o referido tema fosse tecido ao longo da constituição da humanidade, ou seja, há muito tempo se tem discutido sobre os direitos básicos que toda pessoa possui. Por isso, em 1948, precisamente em 10 de dezembro, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1975) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 1º estabelece: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”. Portanto, as pessoas devem respeito mútuo e assim a obrigatoriedade de tratar a seus semelhantes com ética e dignidade, propagando o princípio de fraternidade e igualdade entre os seres humanos, independente de estados e nações.

Direitos humanos passaram então a ser valor e princípio legal que transcende as fronteiras dos estados e nações. Os direitos civis englobam os direitos mais fundamentais de todos, pois são o direito à vida, à liberdade e à igualdade. Os direitos políticos são aqueles que compreendem o direito de votar, ser eleito, influenciar na administração pública etc. Já os direitos sociais são o direito à educação, à moradia, à saúde, à alimentação. Os econômicos dizem respeito ao direito de as pessoas terem uma renda e trabalho, assim como condições mínimas de sobrevivência. Os direitos culturais compreendem o direito ao lazer, educação, manifestação cultural e acesso à cultura. Diz-se que os direitos sociais são aqueles que devem ter uma “realização progressiva” por parte do Estado. Já os direitos civis e políticos exigem satisfação imediata por parte dos poderes constituídos (FANTAZZINI, 2004, p. 2).

Não deve haver fronteiras para o processo de aplicabilidade das prerrogativas constantes nos documentos sobre os DHs, isto significa dizer que o tratamento justo e igualitário deve existir em qualquer nação do mundo, com vistas à preservação da dignidade do ser humano. Dessa forma, todos os direitos supracitados na citação têm ligação com a promoção da vida e do respeito à pessoa humana, até porque, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1975), em seu artigo 3º, assegura que: “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança da sua pessoa”.

Os direitos humanos e as pessoas deficientes

Quando um indivíduo faz parte de um determinado grupo segregado socialmente por não ter ou desempenhar determinadas funções e habilidades ditas normais, este sofre por consequência do preconceito e mesmo por ser impedido de tentar desenvolver tais habilidades.

Assim, a atuação do assistente social, no referido contexto, deve ser incisiva no que tange ao processo de não permitir a inviolabilidade dos direitos desses cidadãos, garantindo a preservação dos princípios éticos e legais. Isto posto, ao assistente social cabe, segundo o Código de Ética Profissional em seu capítulo II, artigo 4º: desempenhar as tarefas inerentes à sua profissão e deve respeitar a dignidade da pessoa humana que, por sua natureza, é um ser inteligente e livre (BRASIL, 2011).

Não é incomum ouvirmos notícias sobre ações discriminatórias para com pessoas que possuem necessidades especiais, contudo os meios sociais têm aberto oportunidades para esses indivíduos, dadas as políticas públicas como as de inserção no mercado de trabalho.

Para promover a inserção social, o Ministério da Saúde regulamentou a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, onde constituiu normas de proteção dos direitos das pessoas com deficiência no que concerne ao bem-estar pessoal, social e econômico. Estabelece também, como princípio, respeito às pessoas com deficiência, conferindo-lhes igualdade de oportunidades, sem privilégios ou paternalismos (FRANÇA et al., 2010, p. 22).

Não se pode deixar de considerar que a pessoa com necessidades especiais não tem espaço trabalhista efetivamente concretizado, pois para muitas empresas essas pessoas são vistas como geradoras de despesas, uma vez que “obrigam” os estabelecimentos a realizarem as adaptações necessárias para a viabilidade e acessibilidade, sem contar o preconceito que ainda perpassa por todo o senso comum.

Em contrapartida, quando esse mesmo indivíduo passa a ter seus direitos assegurados legalmente, a sua qualidade de vida tende a dar um salto qualitativo, uma vez que pode lutar por seu espaço de direito no âmbito social. É relevante lembrar que tal direito é assegurado pela Constituição Federal.

Desse modo, a cultura, o esporte, o turismo e o lazer devem ser garantidos com prioridade e serem apropriados. Deve-se possibilitar, ainda, garantia à informação e ao sistema de transportes. Portanto, a facilidade do acesso em tais aspectos decorre da eliminação de barreiras, tanto preconceituosas como barreiras físicas (FRANÇA, 2010, p. 20).

Assim, partindo da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 9 de dezembro de 1975, muitos outros documentos foram adaptados às realidades contextuais de cada nação.

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008, p. 134) teve por propósito:

Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Mesmo com todos os percalços da sociedade brasileira, as pessoas com necessidades especiais têm vivenciado, gradualmente, a execução de seus direitos em todo o contexto social no qual estão inseridas na atualidade. Isso se deve à execução de políticas públicas que desenvolvem ações práticas para com as pessoas com deficiência, pois estas são, antes de tudo, pessoas, e devem ter seus direitos aplicados à prática social. Estas políticas públicas de competência das três esferas do governo visam, entre outras ações, a “cuidar da saúde e assistências públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências. E ao longo dos anos, vem sendo amplamente discutido e regulamentado através de outros instrumentos legais” (BRASIL, 2008, p. 43).

Frente a tais transformações, a sociedade se vê impelida a valorizar o ser humano em seu todo, abrindo espaços para a inclusão de indivíduos ditos “especiais”, respeitando a sua dignidade ao fomentar ações que propiciam o direito à igualdade entre as pessoas. Para isso, esse sujeito assume a postura, outrora negada, de sujeito social ou cidadão, pois, de acordo com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em seu artigo 8º: “As pessoas deficientes têm o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social” (ONU, 1975).

Neste contexto, a atuação do assistente social é de suma importância no que concerne ao apoio às pessoas com deficiências e sua integração ao meio social, contribuindo para a promoção e o acesso aos segmentos, que já são direitos assegurados pela Constituição Federal. Ademais, é função do assistente social trabalhar para que haja respeito às pessoas com deficiência, conferindo-lhes igualdade de oportunidades, obedecendo ao princípio de lei que confere a integração e a permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

Considerações finais

Ao assistente social, do ponto de vista profissional, os princípios éticos têm compromisso com a competência, base do aprimoramento intelectual, e com a formação acadêmica qualificada, que o capacita a promover a análise concreta da realidade social, permeada por uma postura investigadora (ABEPSS, 2004).

Desta forma, aparece o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluindo o uso da publicidade dos recursos institucionais (instrumento necessário à democratização, universalização e participação dos usuários), convocando-os à participação nas decisões institucionais.

Netto (2005) assegura que o empenho ético-político do assistente social somente se potencializará se advier de uma articulação com outras categorias e com os movimentos que se solidarizam com a luta geral pelos que têm seus direitos negados ou violados; neste caso, os sujeitos com necessidades especiais.

Referências

ABPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do processo ético-político. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, ano XXV, n. 79, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo, Cortez, 2008.

BONETTI, Dilsea (org.). **Serviço Social e Ética Profissional**: Convite a uma nova práxis. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. **Código de ética do assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FANTAZZINI, Orlando. Dep. Federal PT/SP. **Para que um sistema nacional de direitos humanos?** Membro titular da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), 2004. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/textos/orlando_fantazzini_pq_sndh.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

FRANÇA, I. S. X. et al. **Aplicação da bioética principialista às políticas públicas para pessoas com deficiência**: Revisão sistemática. *On-line Brazilian Journal of Nursing*. v. 9, n. 1, 2010.

MAUTNER, Thomas. **Dictionary of Philosophy**. Tradução e adaptação de Desidério Murcho (Org.). 2005. Disponível em: <<http://babeto.blogs.unipar.br/files/2008/11/%C3%89tica-e-moral.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral, 1975. Disponível em: <<http://195.23.253.118/documentos/apoios/Documentos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Direitos%20das%20Pessoas%20Deficientes.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O ASSISTENTE SOCIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES DENTRO DAS APAES

The social worker and responsibilities within APAES

Joelma Crista Sandri Bonetti¹

Andreia Zanluca¹

Resumo: O assistente social traz na sua prática um arsenal de possibilidades, deixando, muitas vezes, alguns responsáveis pelo setor confusos diante de tantas formas de atingir o objetivo proposto. Devido a este fato, tivemos como objetivo para este artigo descrever as principais atribuições do assistente social dentro da APAE. Usamos como método a pesquisa bibliográfica e a pesquisa participante. Como resultado da atuação profissional apresentado neste artigo, podemos afirmar a garantia dos direitos e a emancipação do usuário atendido, como também podemos dizer que não existe uma regra única de atuação, pois as atribuições mudam assim como muda a realidade do usuário, tornando-se um processo dinâmico. Desse modo, usamos a experiência de uma atuação e a adaptamos a outra situação, pois nada é igual, o direito pode ser o mesmo, mas o usuário e sua realidade são bem diferentes.

Palavras-chave: Direitos. Profissional. Assistente social.

Abstract: The social worker brings in their practice an arsenal of possibilities, leaving often responsible for some confused sector with so many ways to achieve this purpose. Due to this fact, our objective for this article describe the main duties of the social worker in the APAE. Used as a method to literature and participatory research. As a result of professional practice presented in this article, we can say the guarantee of rights and the emancipation of the serviced user, and can also say that there is no single rule of action, because assignments change as well as change the user's reality, making is a dynamic process. So we use the experience of acting and adapt to another situation, for nothing is the same, the right can be the same, but the user and his reality are quite different.

Keywords: Rights. Professional. Social worker.

Introdução

Na contemporaneidade, é possível identificar que existem instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, pois a sociedade vem apresentando demandas contínuas, que necessitam de respostas imediatas que são repassadas do Estado para as instituições de terceiro setor. Para os demais setores é conveniente estabelecer parcerias, já que estas vêm a executar uma atribuição das políticas públicas, que se encontram fragilizadas, porém passíveis de serem executadas pelas organizações de terceiro setor ou as populares organizações não governamentais - ONGs.

Nesse sentido, traremos para reflexão as atribuições do profissional assistente social dentro do ambiente familiar e social do indivíduo, porém de maneira específica dentro das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES –, pois ele tende a desenvolver estratégias que minimizam ou resolvam as expressões multifacetadas da questão social que envolvem a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla.

Atualmente vem se discutindo muito o papel profissional e institucional na vida dos indivíduos e seus familiares, sendo que a intervenção profissional de um assistente social tende a modificar a organização individual e familiar do indivíduo, mesmo porque este indivíduo com deficiência intelectual e/ou múltipla tem um espaço institucional preparado tecnicamente, com profissionais multidisciplinares, para atender aos anseios e às dificuldades inerentes à deficiência.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Outras informações que precisam ser consideradas referem-se às informações divulgadas pela Organização Mundial de Saúde (2010), que apresentam que 4% da população é diagnosticada com deficiência intelectual e/ou múltipla. Entretanto, é necessário considerar que existem indivíduos que apresentam a deficiência, mas não têm diagnóstico.

O número de pessoas diagnosticadas vem aumentando significativamente, pois um grande número de adolescentes já teve relação sexual antes dos 18 anos. Cabe lembrar que entre adolescentes essa prática do sexo tende a ser escondida e não planejada, o que leva a uma série de situações de risco vividas pelos jovens. Todos os setores e as políticas públicas, principalmente a educação, a saúde e a assistência social, devem estar diretamente envolvidos com essa questão.

A maioria dos jovens não planeja o sexo com segurança. Muitos não possuem responsabilidades, informações e orientações básicas de contracepção. Após algumas situações de risco, muitas vezes geram gestações ou abortos, além do risco de contraírem DSTs e AIDS, aumentando assim o risco de gerarem crianças com deficiências.

Pesquisas realizadas recentemente pela Organização Mundial de Saúde – OMS – revelam que pelo menos 70% das deficiências poderiam ser evitadas se o tema fosse identificado como primordial desde os anos iniciais da escolarização.

Acredita-se que a disseminação do conhecimento teórico-metodológico pode servir de parâmetro para esclarecer pontos importantes que podem ser interpretados na adolescência e na fase adulta. A conscientização prepara a fase pré-concepcional, orientando sobre os cuidados necessários antes, durante e depois da gestação. Nesse sentido, pretende-se esclarecer também que a deficiência, quando diagnosticada cedo na infância, tende a surtir melhores resultados nos atendimentos.

Outra situação que precisa ser considerada é a questão das deficiências adquiridas, principalmente através de acidentes domésticos, que em sua maioria poderiam ser evitados. Os acidentes domésticos são classificados atualmente como causas externas, definidos, culturalmente, como situações inevitáveis. No entanto, um novo conceito tem considerado os acidentes como possíveis de serem controlados e evitados através de cuidados físicos, materiais, emocionais e sociais, colocando em discussão a “acidentalidade” dessas ocorrências e destacando a necessidade de prevenção.

“Os fatores de risco para acidentes na infância em químicos (medicamentos, produtos de higiene, produtos de limpeza doméstica), físicos (líquidos quentes, locais perigosos como janelas, escadas, elevadores, banheiro, áreas de serviço, jardins, piscinas e cozinha com armários e gavetas contendo objetos cortantes e perfurantes), biológicos (plantas venenosas, animais domésticos, animais peçonhentos, insetos, roedores) e estruturais (formação da família, fatores culturais, estilo de vida, hábitos e crenças) (SOUZA; BARROSO, 1999, p. 58).

Com base nestes dados, queremos proporcionar à comunidade informações visando o conhecimento de métodos preventivos, bem como esclarecer que, com ações concretas, identificado um possível atraso neuropsicomotor, é possível intervir e prevenir deficiência.

Outra atribuição bastante clara para o profissional assistente social dentro das APAES é o trabalho de conscientização da prevenção das deficiências, na medida em que o profissional tende a ser um multiplicador de informações.

Essas transformações interferem diretamente na ausência da deficiência, tratamento e no aumento da expectativa de vida da população, pois até então tinha-se a ideia de vida curta para as pessoas com deficiência, surgindo assim novas demandas de atendimento às necessidades

específicas deste grupo: pessoas idosas com deficiência.

Nosso intuito é nortear os profissionais assistentes sociais e os acadêmicos quanto às possibilidades de intervenção específica com relação às pessoas com deficiência institucionalizadas na APAE, ampliado as possibilidades de intervenção e atendimento, bem como descrever a intervenção na linha do direito.

O Serviço Social e sua história

O bacharelado em Serviço Social forma os assistentes sociais, que são profissionais com autonomia de atuação e seguem a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão do assistente social.

O assistente social faz o planejamento e a execução de políticas públicas e de programas sociais voltados para o bem-estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade. Ele trabalha com questões como exclusão social, acompanhando, analisando e propondo ações para melhorar as condições de vida de crianças, adolescentes e adultos. Cria campanhas de alimentação, saúde, educação e recreação e implanta projetos assistenciais. Em penitenciárias e abrigos de menores, propõe ações e desenvolve a capacitação para a reintegração dos marginalizados. É obrigatória a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social para o exercício da profissão (GUIA DO ESTUDANTE, 2015).

O profissional segue o Código de Ética, documento que traz os direitos, os deveres e os vetos da profissão. Para contribuir com o profissional, há os conselhos que têm jurisdição sobre a área de atuação, em que o acadêmico, após formado, solicita a carteirinha de identificação profissional.

Os Conselhos Regionais são fiscalizados pelo Conselho Federal em Serviço Social, e os dois têm o objetivo de disciplinar e defender o exercício profissional em todo o território nacional (BRASIL, 1993).

Além dos conselhos regionais e locais que regulamentam e fiscalizam, o Serviço Social é aquela profissão que trabalha na garantia de direitos, sempre com uma perspectiva de não permitir a violação do direito do sujeito.

O assistente social e seu papel enquanto garantidor de direitos

O assistente social formado na década de 60, que foi um período de guerra e conflitos entre as atribuições do assistente social, tinha que vigiar e controlar a população, um perfil de agente comunitário. O profissional agia seguindo as orientações do governo, conhecido como Período da Higienização, quando orientava para arrumar e organizar os armários, dar banho ou cuidar das crianças, ou mesmo como limpar e desinfetar a casa.

Na década de 70 começou um período de reforma no entendimento e aceitação das diferentes realidades com que o profissional se depara. Assim, passamos por um período de reconceitualização, momento em que os profissionais são chamados para repensar o seu fazer profissional. Diante da realidade de uma sociedade carente, cansada, reprimida com o período da ditadura, a liberdade foi o primeiro direito retirado. Desse modo, “para o Serviço Social, o princípio da autodeterminação é básico e expresso o reconhecimento do direito à liberdade do homem, que decorre de sua dignidade inerente como ser humano” (PAVÃO, 1981, p. 35).

Muitos ainda acreditam que o assistente social tem que orientar a família em como organizar e limpar suas casas e como manter as crianças educadas e organizadas. Hoje podemos

dizer que o assistente social tem múltiplas funções, dependendo do lugar em que trabalha. Como exemplo, quando o assistente social está na assistência do município, este tem como função atender à demanda dentro de determinados critérios, como o valor total de rendimentos da família. Então, a família tem que receber até determinado valor para ser inserida nos programas do governo, como bolsa família, auxílios eventuais, auxílio moradia, entre outros.

Quando está no setor de Recursos Humanos, participa da seleção e treinamento, organiza e/ou coordena as reuniões de equipe, faz os agendamentos de reuniões e planejamentos, além de projetos que condizem com a necessidade do espaço em que a pessoa está inserida.

Nos asilos ou ancionatos, o assistente social atende às famílias dos idosos, faz os encaminhamentos em caso de falecimento, conversa com a família sobre todo o assunto pertinente à entrada, à saída ou à morte do idoso, além da necessidade de roupas, remédios etc.

Na empresa privada, geralmente o assistente social está na seleção e no treinamentos ou na construção e execução de projetos.

O assistente social nas APAES

O assistente social na APAE tem uma possibilidade enorme de atuação, tanto dentro da sala com os alunos, como nas visitas domiciliares, nas visitas nas escolas, construção de projetos, acompanhamento dos alunos em questões relacionadas à saúde (consultas, exames etc.).

[...] o trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso a direitos e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seu comportamento, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organização, sua prática de resistência (CARVALHO, 2008, p. 7).

Cabe ao assistente social o respeito e a responsabilidade diante do poder que lhe cabe no momento de atuação com as famílias, sabendo que o Código de Ética do assistente social traz todos os deveres, direitos e proibições que competem ao profissional.

Nas salas de aula, o assistente social também faz sua intervenção. Para tanto, o profissional tem que ter dinâmica e muita imaginação para inserir no espaço estudantil a noção de respeito e empoderamento, assim como outros valores que são específicos de cada realidade.

Nos espaços da sala de aula dentro da APAE, os profissionais formados em Serviço Social apresentam uma análise que vai além do aparente. Enquanto a pedagoga trabalha com o tangran com os alunos a textura fina, o assistente social pode trabalhar também o tangran com o objetivo de incentivar a troca com o outro, o respeito pelo colega e suas ideias, a responsabilidade e a autonomia. Podemos verificar, no nosso período de trabalho na APAE, que os alunos entendem o proposto para eles, através de jogos e desafios, que os estimulam e concretizam os valores na prática.

Muitos alunos somente conversam e respondem às perguntas quando estão inseridos nos jogos e brincadeiras, pois fora deste contexto não dizem uma só palavra. As maiores vulnerabilidades aparecem nas conversas informais, aquelas informações imprescindíveis para entender o contexto da situação, garantindo o direito.

Visita domiciliar é um dos instrumentos utilizados pelo profissional para ter uma aproximação da realidade da família, pois muitas vezes não entendemos por que o aluno vem para a aula sujo ou com mau cheiro, porém, quando chegamos na casa o aluno nem tinha banheiro instalado.

Como cobrar dos alunos situações que eles não têm como conseguir? Como estabelecer

critérios e objetivos para alunos que vivem embaixo da ponte? Como solicitar aos pais alimentação de qualidade se o aluno não tem o que comer?

Muitas pessoas ainda acreditam que, quando visitamos, temos o objetivo de fiscalizar. Na verdade, quando vamos à casa de alguém, temos objetivos a serem cumpridos, sejam eles o preenchimento de um cadastro atualizado, uma verificação das condições de saúde do aluno e/ou familiar, entre outras situações, mas sempre com um olhar nos direitos sociais de cada um que vive naquele espaço, sempre com a perspectiva do aluno estar e ficar bem.

Quando fazemos uma visita domiciliar, olhamos para além do aparente, verificamos a cultura daquela família, seus sonhos, suas decepções, suas demandas, sobretudo suas vulnerabilidades.

[...] a situação de vulnerabilidade se apresenta na medida em que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar, para ser efetiva e eficaz, depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 360).

Muitos profissionais ainda estão atrelados à procura de vulnerabilidades econômicas, não enxergando o além, as vulnerabilidades sociais, as territoriais, as fragilidades nos vínculos afetivos e as construções de relação de poder.

Outros estão à procura de uma violação sexual, a fim de mostrar que descobriram e tomaram as providências, porém não se importam com a vulnerabilidade familiar diante da assistente social, pois quando se acusa uma família indevidamente, destrói-se muito mais que a relação familiar, quebra-se o vínculo afetivo do grupo familiar, rompe-se também com as amizades ao redor, assim como cria-se uma situação de exposição das pessoas envolvidas.

Badinter (1985) nos fala muito sobre a relação de poder que aparece quando temos um que pode mandar, ou assim pensa, e um que se vê na condição de mandado.

Chauí (2006, p. 7) chama este poder de ideologia, que é o poder de uns aceito por outros, assim conceitua que as pessoas se colocam em tal posição de inferioridade, que são mantidas e exploradas economicamente, acreditam na desigualdade social, e a dominação política se torna tão forte que se torna difícil uma reflexão sobre o contrário.

[...] toda a maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1972, p. 11).

Quando realizamos uma visita, com certeza esta relação aparece e alguns profissionais podem se deixar levar pelo gostinho do poder, mas um profissional eticamente correto empoderará as famílias para que elas se sintam no poder de suas vidas.

Outra atividade em que o assistente social pode atuar dentro de uma APAE é na equoterapia, ou melhor, na terapia a cavalo. Nesta atividade, o assistente social deverá fazer um curso de equoterapia para estar adequadamente orientado sobre riscos e benefícios para que a pessoa com deficiência esteja protegida.

Considerações finais

O propósito deste artigo era descrever as principais atribuições do assistente social den-

tro da APAE, uma vez que, como mostramos ao descrever algumas atividades, temos um leque de possibilidades na garantia dos direitos.

Podemos concluir que o assunto sobre as atribuições do profissional vão além das possibilidades apresentadas, pois cada profissional é livre para montar suas estratégias de atuação, sendo que o importante é garantir o direito do sujeito que está sendo atendido.

Cada lugar e cada região têm uma realidade e demanda, o que possibilita ao assistente social trabalhar de forma articulada com outros profissionais, abrindo assim outras possibilidades, que abrirão outras e quanto mais, mais o sujeito garante os seus direitos.

Assim, cada vivência, cada momento, cada família com suas especificidades necessita de uma determinada intervenção, para atingirmos nosso objetivo enquanto garantidor de direitos. Temos que ter criatividade, envolvimento e muita disposição.

Apresentamos neste artigo que somente o conhecimento das leis que garantem o direito dos usuários não se mostra suficiente para amparar e garantir o direito das pessoas que mais necessitam. Podemos afirmar que o trabalho do assistente social é importante para as famílias mais vulneráveis, uma vez que, na maioria das vezes, são pessoas sem o domínio da leitura e da escrita, o que necessita de uma abordagem mais sensível e humanizada para instigar o processo de reconhecimento do direito, para depois partir para a garantia deste.

O assistente social, neste processo de envolvimento com as famílias e usuários, traz o benefício do acolhimento, da fala simplificada, a descomplicação da lei, o empoderamento da família, porém, para tanto, tem que ser conhecedor das leis que garantem o direito.

Para finalizarmos, podemos afirmar que toda ação de um profissional dentro da APAE ou em qualquer outro espaço, quando feita com conhecimento da ética profissional, conhecimento das leis de garantia de direitos, conhecimento das leis que determinam as regências da profissão, é importantíssima para o espaço de contratação, pois afirma diante da sociedade o papel social da empresa ou instituição. São ações importantíssimas para o usuário que terá a garantia de seus direitos, além do empoderamento sobre sua vida e futuro. O desafio para o profissional é, diante de cada realidade, montar estratégias diferenciadas de enfrentamento, uma vez que cada um é único e sua garantia de direitos tem finalidades específicas.

Referências

BADINTER, Elisabeth. Tradução de Waltensir Dutra. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993. Lei que regulamenta a profissão do assistente social**. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

CARVALHO, Laura Barbosa de. **Diversificação ou especialização**: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GOMES, Monica A.; PEREIRA, Lucia D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**. 10 (2) p. 357-393, 2005.

GUIA DO ESTUDANTE. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/servico-social-688043.shtml>>. Acesso em 25 mar. 2015.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. 2010. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/en/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio da autodeterminação no serviço social**: visão fenomenológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

SOUZA L. J. E. X., BARROSO, M. G. T. **Acidente doméstico em crianças**: abordagem conceitual. São Paulo: Acta Paul Enfermagem, 1999.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

The social worker in defense of human rights: A reflection on homophobic violence

Jacqueline Santana de Souza¹
Andreia Moraes da Silva Soares¹

Resumo: O presente artigo reflete sobre a importância da observância e comprometimento do assistente social com a ética e com os direitos humanos na tentativa de diminuir ou acabar com a violência praticada contra os homossexuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e qualitativa, caracterizada pelo estudo bibliográfico. Na contemporaneidade, os homossexuais solicitam seus direitos sociais, civis, jurídicos, pois ao assumirem a sua orientação sexual diferente da “normalidade” heterossexual, têm os seus direitos dissimulados. A promoção da defesa dos direitos humanos exige dos assistentes sociais esforços, em virtude das desigualdades. Na década de 80 ocorreu no Brasil a criação do movimento LGBT, e desde a fundação do movimento os discursos vêm sendo destaque nas pautas de reivindicações nos contextos sociais e políticos, trabalhando em prol da criação de políticas públicas capazes de atribuir respostas para a sociedade em termos dos direitos de cidadania. O assistente social, à luz dos direitos humanos, faz valer os direitos dessa classe, procurando contextualizá-la com relação às mudanças ocorridas desde o surgimento do movimento e as transformações aplicadas pelo Estado. Neste sentido, o Serviço Social, através de entidades, tem realizado trabalhos com objetivo na defesa da democracia e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Serviço Social. Ética profissional. Direitos humanos. Violência homofóbica.

Abstract: This article reflects on the importance of compliance and commitment of the social worker to ethics and human rights in an attempt to reduce or end violence against homosexuals. The methodology used was descriptive and qualitative research, characterized by bibliographical study. In contemporary times, homosexuals request their social, civil, legal, because to assume their different sexual orientation “normal” heterosexual, have their concealed rights. The promotion of human rights requires social workers efforts, because of inequalities. In the 80s, occurred in Brazil the creation of the LGBT movement, and since the movement’s founding speeches have been featured on the agendas of claims in social and political contexts, working for the establishment of public policies that will give answers to society in terms of citizenship rights. The social worker in the light of human rights asserts the rights of this class, trying to contextualize it with regard to the changes that have occurred since the emergence of the movement and the transformations applied by the state. In this sense, social work through entities has performed work in order to defend democracy and human rights.

Keywords: Social Service. Professional ethics. Human rights. Homophobic violence.

Introdução

O artigo aborda a importância da observância e comprometimento do assistente social com a ética e com os direitos humanos na tentativa de diminuir ou acabar com a violência praticada contra os homossexuais.

Profissional qualificado com capacidades de nível superior, o assistente social atua na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que visam à preservação, à defesa e ao alargamento dos direitos humanos, bem como à justiça social. Ele usa a intervenção investigativa através da pesquisa e análise da realidade social.

Um dos elementos indispensáveis da prática profissional de todos os assistentes sociais

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

é a consciência ética. A sua capacidade de proceder em concordância com a ética é um aspecto eficaz à qualidade do serviço que é prestado aos usuários. Ela desarma qualquer tentativa de anular o direito de alguém ou de algum grupo.

Com o objetivo de incorporar questões como gênero e outras análises que contribuíram no desenvolvimento do projeto profissional, construído no decorrer dos tempos pela categoria de assistentes sociais, este trabalho propõe uma reflexão sobre a diversidade, discriminação e violência.

Inicialmente, busca-se elementos que expliquem a trajetória do Serviço Social e os desafios colocados para a construção dos avanços. Desde a necessidade do conhecimento sobre as questões de gênero que se torna fundamental para desenvolver a consciência social das formas de desigualdades entre pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto, incrementando os debates com dimensões políticas e sociais. As diversas maneiras de expressar a sexualidade constituem muitas discussões que envolvem a participação da sociedade como um todo. A conquista do espaço da livre expressão sexual iniciou no decorrer dos anos 70, 80 e 90, por meio das lutas homossexuais. Por fim, discute-se a questão da luta contra a homofobia e o trabalho do assistente social.

Serviço Social e a ética profissional

Um dos principais problemas da ética é o significado do que é certo ou errado, do que é bom ou mau. “Todos os atos que permeiam o comportamento social são frutos diretos e indiretos de uma consciência social, e esta, por sua vez, é composta sobre os valores, princípios e hábitos morais do povo que a compõe” (PIERITZ, 2012, p. 63).

“É importante compreender que não existe um bem ou mal absoluto, pois as diversas subjetividades humanas apresentam inúmeras diferenças, ou seja, a subjetividade é relativa de acordo com a visão de mundo e sociedade de cada ser humano” (PIERITZ, 2012, p. 64).

Portanto, compreende-se que a ética avalia as diversas escolhas conscientes dos homens e trabalha com as consequências subjetivas de cada ser humano em sociedade. Estas escolhas e suas consequências podem ser consideradas objeto da prática profissional do assistente social.

[...] a ética profissional é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas [...]. Ou seja, estas demandas, fruto direto das escolhas subjetivas dos homens e suas consequências, é que legitima o agir ético profissional do assistente social. Pois a consciência moral é formada pelos valores culturais de uma determinada sociedade, e estes são legitimados pela própria sociedade, ou seja, pelos seus integrantes. No qual criam e recriam constantemente novas necessidades, papéis e valores sociais (BARROCO apud PIERITZ, 2012, p. 64).

Neste sentido, segundo Barroco (apud PIERITZ, 2012, p. 64), o “ethos profissional é um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ídeo-culturais e a possibilidade de escolha inseridas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade”.

Assim, observa-se que a ética profissional do assistente social está abarrotada de conflitos e contradições sociais que se remodelam ao passar dos tempos, ou seja, o profissional do Serviço Social tem que se desprender dos seus conceitos, e ver o outro com o olhar do outro e não do seu olhar.

Direitos humanos e a cidadania: convergências e divergências

No Brasil, a luta pelos direitos humanos emerge como resposta a diversas violências sofridas pelas pessoas que vivem à margem da sociedade, a partir de intensa mobilização social, a fim de criar uma nova cultura político-social igualitária, que defenda os direitos humanos e a construção da cidadania.

Os direitos humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de responsabilidade e de garantia em qualquer país do mundo, porque eles não se referem a um membro de uma sociedade política; a um membro de um Estado; eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos (BENEVIDES, 2009 apud AQUINO; CASTRO MACIEL, 2010, p. 5).

Os direitos humanos são universais, naturais e históricos. De acordo com Benevides (2009 apud AQUINO; CASTRO MACIEL, 2010), ligam-se diretamente à natureza humana, superando fronteiras jurídicas e a soberania dos estados. O direito à cidadania não pode ser violado.

Nas últimas duas décadas houve um levantamento de dados significativos acerca das agressões contra os homossexuais e o descaso por parte da polícia e da sociedade. Atos ilícitos, danos morais e materiais, agressões físicas, assassinato, praticados em virtude da orientação sexual, cor da vítima, são práticas constantes; muitas mortes são antecedidas de tortura, uso de armas e golpes. Os crimes praticados contra pessoas que fazem parte do grupo LGBT tornam-se cada vez mais perceptíveis, muitas vítimas decidem se esconder, não efetuar denúncias, mudar de cidade, aderir a comportamentos aceitáveis para a sociedade. Padrões tidos como normais.

O Serviço Social tem como princípio fundamental promover o exercício da cidadania por meio de ações nas áreas da saúde, educação, direitos humanos, implementação dos direitos humanos e cidadania, tendo como público-alvo pessoas que pertençam ao grupo LGBT. A luta pelos direitos iguais em uma sociedade estigmatizada pelas diferenças é o desafio que atravessa as demandas do cotidiano dos assistentes sociais (BARROCO, 2010).

Serviço Social, direitos humanos e cidadania

Há vários desafios propostos nas abordagens temporais da trajetória do Serviço Social, fazendo-se necessário entender o percurso social e histórico das relações que são estabelecidas pelos âmbitos sociais, econômicos, culturais, políticos, levando em consideração os debates de natureza diversa, que criaram particularidades que caracterizam este percurso.

O Serviço Social é marcado por características de sua origem, porém no decorrer dos anos passou por um processo de renovação, incorporou conteúdos, foi marcado pelo funcionalismo e positivismo, passou a ampliar o campo no mercado de trabalho, adotando políticas sociais e influências como a de Marx (PIERITZ, 2012).

Em outras palavras, passou por processo de reestruturação e adequação. Atualmente, há a separação dos direitos e das políticas sociais, devido ao constante processo de exclusão social. Não há políticas sociais equilibradas ou isoladas, o que há é o desenvolvimento progressivo e histórico determinado pelas relações de poder da sociedade.

A violência homofóbica: questões contemporâneas para o Serviço Social

O Serviço Social tem como objetivo compreender as questões sociais, bem como o conjunto das expressões das desigualdades sociais, as diferenças, envolvendo sujeitos que estão à margem da sociedade, vivenciando estas desigualdades e resistindo. É neste contexto que os assistentes sociais trabalham, locais que são movidos pelos interesses sociais e que envolvem toda a sociedade, reinventando-se nas questões econômicas, políticas, culturais, sociais e sexuais. O Serviço Social possui o desafio de reconhecer uma problemática e construir um debate, a fim de tecer resultados. (BARROCO, 2010).

Em uma destas configurações, a partir da década de 90, os homossexuais passaram a ter maior visibilidade através das Paradas de Orgulho Gay, que colocaram em pauta questões relacionadas a este grupo e aos direitos humanos, como reconhecimento da união civil, criminalização da homofobia, liberdade de expressar a orientação sexual, direitos de usar o nome social, cirurgia para mudança do sexo, adoção de crianças por casais homoafetivos.

Nas últimas décadas do século XX, a partir das reivindicações, dentre outras, dos movimentos feministas e GLBT (gay, lésbico, bissexual e transgênero), a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além da sua dimensão estritamente biológica. Movimentos sociais e vários analistas trouxeram, para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais, dos direitos reprodutivos e, mais recentemente, dos direitos sexuais. Essas formulações confrontaram o modo dominante de pensar a sexualidade humana fundado na definição e imposição da heterossexualidade como norma (CFESS, 2006).

Nesse contexto, o assistente social depara-se com questões relacionadas à sexualidade, questões sobre o grupo LGBT, pouco discutidas e compreendidas, pelo motivo de que a temática sobre a sexualidade e a diversidade não faz parte dos discursos acadêmicos ou inclusões nas formações pessoais, sociais e profissionais, conseqüentemente, mais pessoas tornam-se preconceituosas, prejulgam uma pessoa pela orientação sexual.

O Serviço Social, preocupado com as violências cometidas contra a população homossexual, apoia as reivindicações e as lutas pelos direitos que todo cidadão possui em decidir sobre a sexualidade e com que se relaciona.

O assistente social na luta contra o preconceito

A resolução do CFESS nº 489/2006, de 3 de junho de 2006, estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação sexual, no exercício profissional do assistente social, regulamentado pelo Código de Ética Profissional.

Entender e desmistificar as formas de preconceitos é um importante tema existente no Código de Ética do Assistente Social. Deste código, há princípios fundamentais:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das “diferenças” e, ainda, exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

No mundo tão preconceituoso e intolerante, o Código de Ética torna-se instrumento iluminador e libertador para todos que dela necessitam, e traz para o assistente social a segurança

que precisa para lutar pelos direitos dos usuários, pois são princípios imprescindíveis para o sucesso contra o preconceito com as pessoas que não seguem o padrão dominante (PIERITZ, 2012).

A sexualidade torna-se questão importante na formação da individualidade. Qualquer obstáculo que torne impossibilitada a vivência homoafetiva, práticas preconceituosas, configuram-se como violação dos direitos humanos. Na realidade brasileira, esta violação se expressa na lesbofobia e homofobia, realidade esta que necessita que ocorram mudanças na promoção dos direitos e da cidadania e que a sexualidade não seja uma determinante (TELLES, 2006).

Considerações finais

Concluiu-se que expressar sua orientação sexual é vista por alguns âmbitos da sociedade como “perversão”, “desvio de conduta” ou “doença”. Por outro lado, há áreas que auxiliam na compreensão. As dificuldades de acesso a certos espaços públicos ainda são um obstáculo para a população LGBT. Há também a falta de profissionais especializados/capacitados para trabalhar com e para o público homossexual.

Por isso, o Serviço Social como profissão, que tem como objetivo comprometer-se com as transformações políticas, sociais e éticas, agrega esta discussão desde o século XX, reconhecendo a liberdade de expressão como princípio ético, e os agravantes das questões sociais tornam-se uma preocupação constante. Na questão da violência homofóbica, o profissional deve estar atento aos projetos criados em defesa dessa classe, para que todos os direitos sejam respeitados e cumpridos.

Constata-se que foram significativas as alterações ocorridas durante as últimas duas décadas para compreender as lutas realizadas pelo movimento homossexual. Fica claro que este movimento estará em uma perspectiva de mudança, pois a sociedade encontra-se em constante progresso, que muitas pessoas pertencentes a este grupo tornam-se excluídas pelo fato de terem uma orientação sexual diferente da normalidade, e que a exclusão destes grupos de socialização ocasiona um abismo entre estes com a sociedade.

O profissional do Serviço Social comprometido com o processo de transformação é um agente socializador de informações, preocupado principalmente com a garantia dos direitos sociais, proporcionando ao usuário uma educação crítica e libertadora. Por isso, é importante que a categoria dos assistentes sociais lute sempre pelos direitos sociais fundamentais de seus atendidos, usuários, pacientes ou clientes. Sempre com o intuito de que este indivíduo reflita acerca de seus direitos e deveres como cidadão e que passe a ter um olhar crítico acerca das políticas públicas que lhe são de direito, fazendo valer assim e, por conta própria, seus direitos mínimos para ser tratado como cidadão brasileiro.

Referências

AMARAL, M. Virgínia Borges. **O invisível da responsabilidade social na estrutura po-lêmica do discurso**. 2003. 12 f. Trabalho Acadêmico - Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Alagoas, 2003. Disponível em: <<https://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interdiscurso/mariavirginia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

AQUINO, Maura Alvarenga de; CASTRO MACIEL, Fabricia Cristina de. **Direitos humanos e cidadania: um desafio ao serviço social**. 2010. 17 f. Artigo (conclusão de curso). Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.funorte.com.br/files/>

servico-social/14.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

BARROCO, Maria Luca Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BORGIANNI, Elisabete. **O amor fala todas as línguas - assistente social na luta contra o preconceito**: campanha livre pela livre orientação e expressão sexual. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. 2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 21 maio 2014.

CFESS. PROJETO DA CAMPANHA PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL. **Assistente social na luta contra o preconceito**: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Brasília/DF. Maio de 2006. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/legislacoes/orientsexual_cress.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pd>. Acesso em: 21 maio 2014.

MARX; ENGELS. **Os direitos humanos na perspectiva de emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Alfa Ômega, 2011.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Ética Profissional do Assistente Social**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: Afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O OLHAR DOCENTE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIASSELVI

The teacher view on the learning process in distance education of the social service course at Uniasselvi

Vera Lúcia Hoffmann Pieritz¹

Cristiana Montibeller¹

Resumo: O principal objetivo deste artigo é expor as percepções, sentidos e significados que os professores e os tutores internos atribuem ao processo de ensino-aprendizagem na educação à distância em Serviço Social. O resultado da pesquisa de campo realizada com o corpo docente do curso do NEAD–UNIASSELVI demonstra o pensar dos profissionais sobre o processo de profissionalização dos discentes. Conforme relato, constatou-se aspectos significativos que os professores e os tutores internos atribuem ao processo de ensino-aprendizagem na educação a distância, tais como o sentido de trabalhar numa instituição de Ensino Superior na modalidade à distância, a satisfação em trabalhar na UNIASSELVI, principais ferramentas e recursos pedagógicos utilizados, sentimentos de prazer envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, principais preocupações e dificuldades, bem como responsabilidades enquanto corpo docente no Curso de Serviço Social. Um dos aspectos que chamou a atenção foram os relatos sobre a formação profissional dos acadêmicos, qualidade do material oferecido, qualidade do trabalho, relações interpessoais entre a equipe, ética, bem como a qualidade do ensino e ética profissional. Através da pesquisa, constatou-se que o assistente social no sistema educacional no Ensino Superior na modalidade à distância possui responsabilidades diversas, seu pensar e sua atitude prática situam-se numa perspectiva de análise, estudo, assimilação, transmissão, reflexão, crítica, pesquisa, envolvimento e participação socioeducacional no sentido da construção e reconstrução do conhecimento que interferirá significativamente na formação de outros, neste caso, os acadêmicos de Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação a distância. Ensino-aprendizagem. Corpo docente. Corpo discente. Assistente social.

Abstract: The main purpose of this article is to expose the perceptions, senses and meanings that teachers and home tutors attach to the learning process in distance education in social work. The result of conducted with faculty fieldwork travel ADEN - UNIASSELVI demonstrates the thinking of professionals about the process of professionalization of the students. As reported, there was significant aspects that teachers and home tutors attach to the learning process in distance education, such as the sense of working in a higher education institution in the distance, the satisfaction of working at Uniasselvi, main tools and teaching resources used, feelings of pleasure involved in the teaching-learning process, major concerns and difficulties and responsibilities as faculty in the Course of Social Service. One aspect that caught the attention were the reports on vocational training of academics, quality of the offered material, quality of work, interpersonal relationships between the staff, ethics as well as the quality of education and professional ethics. Through research, it was found that the social worker in the educational system in higher education distance has several responsibilities, his thinking and his practical attitude lies in a perspective of analysis, study, absorption, transmission, reflection, criticism, research, involvement and social and educational participation towards the construction and reconstruction of knowledge that significantly interfere with the formation of other, in this case the students of Social Work.

Keywords: Social Service. Distance education. Teaching and learning. Teachers. Students. Social worker.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa de campo realizada com os professores e tutores internos, todos assistentes sociais do Curso de Bacharelado em Serviço

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Social do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. O principal objetivo é expor as percepções, sentidos e significados que estes atores pedagógicos atribuem ao processo de ensino-aprendizagem na educação a distância, identificando os elementos indicadores das representações sociais sobre o processo de ensino-aprendizagem à distância.

A abordagem qualitativa de organização de dados foi utilizada como técnica de análise e investigação, para apurar as informações fornecidas pelo profissional pesquisado. A pesquisa priorizou possíveis análises e reflexões sobre as percepções, sentidos e significados do processo de ensino-aprendizagem na modalidade EAD, segundo a visão dos que constroem o saber com os acadêmicos.

Objetivos propostos

Teve-se por objetivo geral conhecer as percepções, sentidos e significados que os professores e tutores internos atribuem ao processo de ensino-aprendizagem na educação a distância, identificando elementos e indicadores das representações sociais sobre o processo de ensino-aprendizagem à distância.

De tal modo que os objetivos específicos pautaram-se em: a) perceber se o professor e tutor interno sentem satisfação em trabalhar na UNIASSELVI, no sentido de compreender seus sentimentos e sua motivação laboral e por que optaram pelo magistério superior na modalidade EAD; b) identificar que significados sociais são atribuídos à atividade docente e tutor na EAD, se os alunos os valorizam ou não, e como o fazem; c) desvelar e compreender suas principais preocupações, dificuldades, desafios ou desprazeres enfrentados; e, d) identificar os principais sentimentos e percepções envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Referencial teórico

O estudo das percepções, sentidos e significados, bem como as motivações dos atores pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem na EAD, são de extrema importância, pois trazem à tona fatores que podem ser identificados, analisados, compreendidos, discutidos e revisitados.

Cada pessoa, profissional ou docente adquire, seleciona, organiza e interpreta suas impressões sensoriais de uma forma diferenciada e única, constituídas através de sua percepção e visão de mundo, que proporcionam diversos significados ao seu meio. Assim, pelos sentidos o indivíduo obtém e codifica diversas informações, dando valor, importância e significado àquilo que acredita e considera importante.

Estudos sobre a compreensão dos saberes docentes e sua dinâmica no cotidiano do trabalho educativo têm demonstrado que os professores não apenas reproduzem e aplicam conhecimentos, mas instituem e legitimam em suas práticas sociais e simbólicas uma cultura docente, interpretando, compreendendo e ressignificando suas experiências. Compreende-se que o eixo central da formação docente é a mudança, e que ser professor não é uma etapa, e sim um processo contínuo e permanente de aprendizagem. Essa constatação nos leva a afirmar que os significados que os professores atribuem ao processo de aprendizagem docente em suas trajetórias de formação e atuação deve se tornar um campo temático de estudo, assumindo relevância nas investigações direcionadas à formação docente, bem como às representações sociais (SOARES, 2010, p. 2).

As motivações e as razões da natureza do trabalho docente, sejam do assistente social ou

de outro profissional que atue na EAD, sua importância enquanto pessoa, profissional e professor na formação de outros profissionais para o exercício da prática profissional, também fazem muita diferença no processo de ensino-aprendizagem. Simultaneamente à interação, influenciam o outro na busca de uma proposta educativa que não ocorre ao acaso ou sem finalidade.

Considerando que uma proposta educacional não ocorre num vazio, ou seja, que ela está sempre inserida num contexto social e depende, para sua efetivação, da forma de pensar, das atitudes e objetivos dos que ensinam, compreendemos que ela sofre influências das pessoas que se encontram diretamente envolvidas na sua efetivação, no caso, os professores (IANUSKIEWTZ, 2010, p. 16).

Vale ressaltar que a representação social deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, bem como as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal (ARRUDA, 2002). Desse modo, o conceito de representação social tem aparecido com grande frequência em diversos trabalhos de pesquisas, conseqüentemente o termo atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular, tem origens na psicologia social e uma presença marcante na sociologia, bem como em outras áreas de conhecimento.

Procedimentos metodológicos

Primeiramente, deu-se início ao estudo bibliográfico e exploratório para melhor compreensão da temática, após realizou-se a pesquisa de campo, e para a coleta de dados foi utilizada a técnica de questionário, enviado por *e-mail*. Na sequência, foi aplicado o questionário para a obtenção das respostas, além de ser coletado destes o termo de consentimento.

A investigação, a análise e a interpretação dos dados coletados foram tratadas de forma descritiva e qualitativa, sendo abstraídas as informações necessárias para atender aos objetivos propostos, correlacionando à revisão de literatura do objeto em estudo. Após a análise foi feita a apresentação dos resultados através da elaboração do relatório final, bem como a elaboração deste artigo científico.

Com relação aos dados de identificação

Os dados coletados com os participantes da pesquisa forneceram elementos que permitiram traçar o perfil da amostra da pesquisa. A população da pesquisa ficou especificada como todos os professores e tutores internos da UNIASSELVI do Curso de Serviço Social, sendo ao todo 14 profissionais, mas só 12 profissionais se dispuseram a participar da pesquisa. Com relação ao sexo, todos os profissionais pesquisados são do sexo feminino, com idade entre 31 a 52 anos. Ressalva-se que dos 12 profissionais que atuam como professores e tutores internos, seis atuam em outras organizações/instituições e exercem a função de assistentes sociais.

Das 12 profissionais pesquisadas que atuam no ensino, uma fez o curso de Serviço Social na modalidade EAD na instituição, era aluna do curso e atualmente é tutora interna, de discente passou a ser colega de trabalho.

Satisfação e motivação na docência em EAD

A motivação é de suma importância, sendo necessário saber o que impulsiona o corpo docente e de tutores a desenvolver a sua atividade educacional, buscando pautá-la na relação

teoria e prática. “[...] é preciso descobrir o que motiva, o que incita o docente a realizá-la; em outras palavras, qual o sentido desta atividade para o professor” (BASSO, 1998, web).

O que incita, motiva o professor a realizar seu trabalho? Este motivo não é totalmente subjetivo (interesse, vocação, amor pelas crianças etc.), mas relacionado à necessidade real instigadora da ação do professor, captada por sua consciência e ligada às condições materiais ou objetivas em que a atividade se efetiva. Essas condições referem-se aos recursos físicos das escolas, aos materiais didáticos, à organização da escola em termos de planejamento, gestão e possibilidades de trocas de experiência, estudo coletivo; à duração da jornada de trabalho, ao tipo de contrato de trabalho, ao salário etc. (BASSO, 1998, web).

No que diz respeito às motivações a continuar atuando como docente ou tutor interno na modalidade EAD, enfatizaram que a instituição como um todo proporciona o prazer em prestar serviço de qualidade aos acadêmicos, a busca pelo conhecimento e o prazer de ensinar, o salário, na inclusão das pessoas no Ensino Superior, luta da categoria pelo reconhecimento da EAD, desafio, a paixão pelo curso e a formação de futuros colegas de profissão. “O que me motiva é estar formando acadêmicos em todo o Brasil que acreditam na profissão do Serviço Social, que lutam pelos direitos sociais.” (RP1); “O que mais me motiva a continuar lecionando é perceber e constatar que pessoas que nunca imaginavam se formar estão se formando no Ensino Superior, para muitos era um sonho quase impossível” (RP2); “O que me motiva também é a novidade, o novo, os desafios, sempre tem coisa diferente e nova para fazer via departamento, o trabalho não é repetitivo, tem muitas coisas, porém diversificadas, e isso eu gosto” (RP3).

As principais preocupações descritas pelos profissionais estão relacionadas com a qualidade da formação profissional dos acadêmicos, com a qualidade do material oferecido, do trabalho realizado, do curso, das relações interpessoais entre a equipe, ética; da formação continuada dos tutores externos; da orientação que os docentes, tutores internos e externos repassam aos acadêmicos, principalmente no campo de estágio, com a orientação e supervisão no campo de estágio; dentre outras preocupações, que também impulsionam e motivam os profissionais a buscarem o melhor de si em termos de qualidade.

Significados sociais da docência e da tutoria interna e suas representações

Sobre o sentido de trabalhar como professor ou tutor interno numa instituição de Ensino Superior, especificamente no curso de Serviço Social na modalidade EAD, os profissionais enfatizaram vários sentidos. “O sentido de trabalhar é compreender a relação do corpo docente e de tutores internos e externos com os alunos, entender suas dificuldades, desafios, preocupações, visto que no processo de ensino-aprendizagem os alunos também precisam ser motivados, estimulados, compreendidos em suas diferentes realidades cotidianas de vida e aprendizado.” (RP4); “O sentido está em trabalhar na qualificação de futuros colegas de profissão, proporcionando a eles conteúdos e informações que os possibilitem desenvolver as aptidões necessárias para ser um excelente assistente social.” (RP5); “Responsabilidade em atender ao aluno da forma que realmente deve ser, muito orgulho em poder atuar numa instituição e poder fazer mais, fazer acontecer.” (RP6); “Sentido de satisfação e orgulho, visto que no mês de março deste ano o curso foi reconhecido pelo MEC com nota 4.” (RP7). O sentido pessoal do trabalho realizado pelos atores pedagógicos na educação a distância (forma de pensar e sentir, suas crenças, atitudes e motivações, razões e objetivos), bem como o significado social da atividade docente, sua importância no desempenho da prática docente no âmbito da educação a distância, são construídos cotidianamente no ato de ensinar e aprender, conviver e se comprometer, informar e construir.

No caso dos professores, o significado de seu trabalho é formado pela finalidade da ação

de ensinar, isto é, pelo seu objetivo e pelo conteúdo concreto efetivado através das operações realizadas conscientemente pelo professor, considerando as condições reais e objetivas na condução do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno (BASSO, 1998, web).

Os profissionais relataram que se sentem valorizados pelos alunos, através da procura nas orientações e esclarecimentos de dúvidas, através das falas, comentários e agradecimentos. “Eu percebo que sim, porque tento da melhor maneira possível sanar suas dúvidas e, quando não sei, vou buscar a resposta para repassar ao acadêmico, o qual sente que me interessa pelo seu problema” (RP8); “Quando atendemos aos alunos e resolvemos seus problemas, eles nos agradecem profundamente. Quando lhes passamos orientações pedagógicas, sentimos que estamos contribuindo para o seu crescimento profissional” (RP9).

Constatou-se que os significados sociais são apropriados pelos docentes e até mesmo reproduzidos em seus relatos, suas motivações e condições de trabalho permitem que as significações sejam efetivamente transformadas em ações práticas e que tragam resultados educacionais satisfatórios. O elo que existe entre sentido e significado faz com que os professores e tutores internos sintam que o seu trabalho tem sentido, assim o sentido da profissão docente torna-se uma questão de orgulho e prazer, comprometimento e responsabilidade. Os sentidos dados pela coletividade permitem identificar e interpretar alguns elementos indicadores das representações sociais sobre o processo de ensino-aprendizagem à distância.

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre nem imagens de, mas como “teorias”, como “ciências coletivas” *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade (MOSCOVICI; NEMETH, 1974 apud ARRUDA, 2002, p. 137-138).

Sobre as principais responsabilidades enquanto docente ou tutor interno no Curso de Serviço Social, descreveram que é necessário ter responsabilidade em melhorar os materiais e propor novas estratégias de qualificação, formação acadêmica, orientar sobre as diretrizes do estágio, atender bem aos acadêmicos, seguir as normas estabelecidas, ter ética, corrigir as provas de forma correta, disposição em ensinar e aprender; no geral, contribuir para a melhoria da qualidade do curso em todos os sentidos. “Uma das nossas principais responsabilidades é a orientação, o planejamento, desenvolvimento de material didático, correção de provas e mediação de alunos e tutores externos” (RP9). “Acredito que minhas principais responsabilidades são ser coerente e verdadeira com o aluno, aceitar opinião divergente e crítica do aluno, dar o meu melhor enquanto docente, ser competente e ética” (RP10).

“Sabemos que as representações sociais são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos” (FRANCO, 2004, p. 179). No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo, e assim por diante. Essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem.

Os profissionais pesquisados relataram diversos valores que consideram ter. Valores pessoais, tais como lealdade, ética, humildade, companheirismo, compreensão, caráter, honestidade, praticidade, responsabilidade, comprometimento, realização e felicidade; sobre os va-

lores profissionais como assistente social, citaram justiça social, respeito à opinião dos outros, lealdade, ética profissional, objetividade, comprometimento, persistência, profissionalismo, dinamismo, responsabilidade, inteligência e capacidade; e, enquanto professor ou tutor interno, relataram valores como comprometimento, honestidade, inteligência, ética, responsabilidade, humanidade, paciência, mediador, dinamismo, persistência, determinação, paixão por educar, respeito, trabalho colaborativo, transparência, interesse e dedicação.

Sentimentos e percepções no processo de ensino-aprendizagem

Os professores e tutores descreveram que o que mais valorizam no processo de ensino-aprendizagem diz respeito à interação entre professor-aluno-tutor interno e externo, o comprometimento dos profissionais envolvidos, a autoaprendizagem do aluno, a qualidade, a pesquisa, a ética, entre outros. “Os tutores internos do Curso de Serviço Social sentem-se, de modo geral, responsáveis pela qualidade educacional na formação dos alunos. Sempre orientam de forma responsável; se não sabem a resposta correta, procuram se informar, e sempre preocupados em saber o que está falando e sempre se informando e estudando, para que o repasse das informações seja transparente e correto.” (RP11). “Que o aluno compreenda o conteúdo de cada disciplina e o significado da profissão” (RP12). “A prática educativa de ensinar e aprender, ou seja, a questão da dialética que direcione a uma atitude transformadora que promova um desenvolvimento social do aluno. Que vá além do mero repasse de informações e que a aprendizagem não seja medida apenas por uma “nota” (RP1).

Sobre a importância do processo de ensino-aprendizagem para a formação profissional dos futuros assistentes sociais, descreveram que é primordial, de extrema importância para terem uma boa atuação no futuro. Enfatizam que um ensino de qualidade formará profissionais aptos para o mercado de trabalho, com comprometimento ético diante da realidade. O embasamento teórico-metodológico também é fundamental. “É importante que o acadêmico se forme com o objetivo de atuar como profissional de Serviço Social competente e ético. Tenha em sua consciência a importância da profissão no seu cotidiano de trabalho, que é lutar pelos direitos sociais” (RP2). “É fundamental que os futuros profissionais do Serviço Social busquem conhecimento e informação nos processos de ensino-aprendizagem oferecidos nos cursos de Serviço Social, pois assim possibilita a eles uma formação real e concreta do seu instrumental técnico-operativo, ético-político para a sua formação profissional” (RP3). Se o processo de ensino-aprendizagem tiver qualidade, este profissional também terá qualidade quando se formar” (RP4).

As maiores dificuldades, desafios ou desprazeres relatados estão relacionados com o preconceito da categoria profissional, daqueles que não atuam na EAD; com a falta de interação com os tutores externos, participação dos tutores externos e alunos, entre outros. “Acredito que a maior dificuldade é com alguns tutores externos, pois percebe-se que alguns destes tutores não informam e têm dificuldades em repassar informações e orientar os alunos sobre o estágio de forma correta, além da dificuldade de mais abertura nas instituições para campo de estágio” (RP5). “Percebe-se em alguns momentos que o aluno não assimila que o fato de estar cursando uma graduação à distância não significa que vai ser mais fácil; pelo contrário, ele precisa ter disciplina para dar conta de apreender todo o conteúdo. Como educadora, vejo essa questão como um desafio a ser superado, para que esta modalidade de ensino seja valorizada” (RP6). “Quando tem muita cópia, plágio nas provas, sinto desprazer, quando percebo que o aluno não raciocinou, e sim colou, fico triste” (RP7).

[...] as funções da tutoria são: acolhida, acompanhamento, orientação e avaliação. Cada uma delas precisa ser exercida com a colaboração do aluno. A ação do tutor não implica um movimento unidirecional, mas uma interação social comunicativa intencional que só acontece com efetividade e eficácia se houver a participação de todos os envolvidos (CORTELAZZO, 2013, p. 153).

Os principais sentimentos de prazer relatados no envolvimento como docente ou tutor interno, no processo de ensino-aprendizagem, foram: satisfação, contentamento, felicidade, realização, orgulho, responsabilidade, desafio, gratidão, entre outros. “É gratificante quando o acadêmico entende a matéria e na prova tira uma boa nota, merecida” (RP8). “Quando o acadêmico responde a uma prova com suas próprias palavras, mostrando compreensão sobre o assunto estudado” (RP9). “O prazer é saber que você está fazendo parte de uma pequena parcela da população na formação profissional de um ser humano, que tem sonhos, sentimentos e que às vezes encontra muitas dificuldades na vida para chegar onde chegou. Portanto, existe uma responsabilidade muito grande como tutor, compete a este estar sempre estudando, informado, para que o repasse de informações seja sempre correto” (RP10). “Formatura dos acadêmicos e destaque dos acadêmicos em concursos públicos, processos seletivos” (RP11).

Constatou-se que os significados sociais são apropriados pelos docentes e até mesmo reproduzidos em seus relatos, suas motivações e condições de trabalho permitem que as significações sejam efetivamente transformadas em ações práticas e que tragam resultados educacionais satisfatórios.

Considerações finais

É no âmbito das percepções, sentidos, ideias, significados, conceitos, interpretações, crenças, falas, gestos, comportamento, linguagem oral ou escrita, entre outras formas resultantes do envolvimento e processo de interação humana que o conceito de representações sociais é evidenciado.

Nesse sentido, acredita-se que os estudos das representações sociais implicam conhecer e compreender como este grupo social (docentes) constrói um conjunto de saberes que expressa a sua identidade enquanto tal.

Constatou-se que importantes indicadores dos atores pedagógicos sobre o processo de ensino-aprendizagem vieram à tona coletivamente, especificando a característica deste grupo social que se preocupa com a qualidade do ensino na modalidade EAD e demonstra seus ideais quanto ao dever do futuro profissional.

Referências

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 out. 2008.

BASSO, Itacy Salgado. **Significado e sentido do trabalho docente**. Cad. CEDES [on-line]. 1998, v. 19, n. 44, pp. 19-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0101-32621998000100003>. Acesso em: 21 mar. 2014.

CORTELAZZO, Iolanda de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. Curitiba: InterSaber, 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 out. 2008.

IANUSKIEWTZ, Andréia Dias. **Significado social e sentido pessoal da atividade docente do professor de inglês da escola pública**. São Carlos: UFSCar, 2010.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Representações sociais de trabalho docente**. 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.12/GT_12_04_2010.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

The social worker role in superior court

Celita Salvaro¹

Daiane Bento¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar a importância do assistente social na área judiciária, principalmente no Tribunal de Justiça – TJ. Foi com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, que se viu a necessidade da contratação de uma equipe multidisciplinar para o auxílio dos conflitos e processos que envolviam a sociedade. Dentre os profissionais que deveriam fazer parte do quadro do TJ estavam os assistentes sociais. Com o passar dos anos, as vagas na área judiciária foram aumentando gradativamente, sendo fundamental sua atuação nesta área. Assistentes sociais e psicólogos são peças-chave para que conflitos possam ser resolvidos no TJ, referentes aos direitos dos indivíduos. É importante que o assistente social judiciário se mantenha constantemente atualizado, e deve se manter comprometido, ser ético (respeitando a ética profissional), deve ter iniciativa e fazer um trabalho diferenciado. A área judicial requer profissionais propositivos e dinâmicos.

Palavras-chave: Tribunal de Justiça. Assistente social. Área judicial.

Abstract: This article aims to present the importance of the social worker in the judicial area, particularly in the Court - TJ. It was with the Statute of the implementation of the Child and Adolescent - ECA, with Law No. 8069/90 of 13 July 1990, which saw the need for contraction of a multidisciplinary team to the aid of conflicts and cases involving the society. Among the professionals who should be part of TJ frame were social workers. Over the years, vacancies in the judicial area were increasing gradually, being fundamental its performance in this area. Social workers and psychologists are key to that conflict can be solved in TJ, on the rights of individuals. It is important that the judiciary social worker is kept constantly updated and should remain committed, be ethical (respecting professional ethics), must have initiative and do a different job. The judiciary requires purposeful and dynamic professionals.

Keywords: Court of Justice. Social worker. Judicial area.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar a importância do assistente social na área judiciária, principalmente suas atribuições em um Tribunal de Justiça. É de grande valia este estudo, pois ele esclarece o quanto o assistente social tem um vasto campo para atuação, sendo que atualmente ele não atua somente dentro de um setor da prefeitura ou de uma instituição escolar, o papel dele na sociedade e em outras instituições é bem amplo, abrindo novos horizontes para os acadêmicos que pretendem se formar na área do Serviço Social.

Para chegarmos ao assunto principal de nossa pesquisa, foi necessário buscarmos o significado e a função do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e logo após no Poder Judiciário a verdadeira face do Tribunal de Justiça, para então apresentarmos as funções e as atribuições do assistente social dentro do Tribunal de Justiça (TJ). É necessária, portanto, uma equipe multiprofissional para atuar em defesa dos direitos da comunidade, propondo ações e desenvolvendo laudos técnicos para a melhoria dos problemas encontrados numa sociedade.

Trazemos também, no decorrer deste artigo, uma entrevista com uma assistente social

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

que atua no Tribunal de Justiça da Comarca de Criciúma, em que abordamos três questões fundamentais para dar suporte a este tema, a saber: o que é Tribunal de Justiça, as áreas de atuação do assistente social e as funções deste profissional dentro do Tribunal de Justiça.

Cabe ressaltar que as falas desta entrevistada encontram-se descritas no capítulo 4 desta pesquisa, muitas das informações tiveram que ser suprimidas, pois não eram interessantes para o tema abordado no momento. Então, foram colocadas apenas as informações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça – STJ

O STJ, também chamado de Tribunal da Cidadania, foi criado em 1988 com a Constituição Federal e tem por objetivo se responsabilizar para dar uniformidade na interpretação da lei federal brasileira que segue os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito (STJ, 2014).

“[...] a última instância da justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, não relacionadas diretamente à Constituição. Como órgão de convergência da justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 1). Em outras palavras, este órgão tem a função de unificar a interpretação, quando um tribunal de um estado se diverge de outro estado, então o STJ dá uma conclusão numa ação. O STJ é um dos órgãos máximos do Poder Judiciário do Brasil, ele é conhecido como guardião da Constituição brasileira.

O *site* da Wikipédia (2014) traz um quadro com a estruturação do Poder Judiciário brasileiro, em que é fundamental apresentarmos neste estudo, para sabermos nos localizar dentro do assunto, conforme podemos observar na Figura 1.

Figura 1. Estrutura do Poder Judiciário brasileiro

Poder Judiciário do Brasil		[Esconder]
Superiores	Supremo Tribunal Federal • Superior Tribunal de Justiça • Superior Tribunal Militar • Tribunal Superior do Trabalho • Tribunal Superior Eleitoral • (Conselho Nacional de Justiça)	
Da União	Justiça Federal	1ª Região • 2ª Região • 3ª Região • 4ª Região • 5ª Região • (Conselho da Justiça Federal)
	Justiça Militar	sem tribunais regionais
	Justiça do Trabalho	1ª Região • 2ª Região • 3ª Região • 4ª Região • 5ª Região • 6ª Região • 7ª Região • 8ª Região • 9ª Região • 10ª Região • 11ª Região • 12ª Região • 13ª Região • 14ª Região • 15ª Região • 16ª Região • 17ª Região • 18ª Região • 19ª Região • 20ª Região • 21ª Região • 22ª Região • 23ª Região • 24ª Região • (Conselho Superior da Justiça do Trabalho)
	Justiça Eleitoral	Acre • Alagoas • Amapá • Amazonas • Bahia • Ceará • Distrito Federal • Espírito Santo • Goiás • Maranhão • Mato Grosso • Mato Grosso do Sul • Minas Gerais • Pará • Paraíba • Paraná • Pernambuco • Piauí • Rio de Janeiro • Rio Grande do Norte • Rio Grande do Sul • Rondônia • Roraima • Santa Catarina • São Paulo • Sergipe • Tocantins
Dos Estados	Tribunal de Justiça	Acre • Alagoas • Amapá • Amazonas • Bahia • Ceará • Distrito Federal e Territórios • Espírito Santo • Goiás • Maranhão • Mato Grosso • Mato Grosso do Sul • Minas Gerais • Pará • Paraíba • Paraná • Pernambuco • Piauí • Rio de Janeiro • Rio Grande do Norte • Rio Grande do Sul • Rondônia • Roraima • Santa Catarina • São Paulo • Sergipe • Tocantins
	Tribunal de Justiça Militar	Minas Gerais • Rio Grande do Sul • São Paulo
	Comarcas	Comarcas do Brasil
	Fóruns	Fóruns do Brasil
Principais leis	Constituição e suas emendas • CC • CCo • CP • CPM • Código Eleitoral • CTN • CLT • CDC • LINDB • CPC • CPP	

Fonte: Wikipédia (2014)

Tribunal de Justiça – TJ

O TJ é o órgão colegiado formado por juízes de segunda instância, que são chamados de desembargadores. Este poder “[...] funciona descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, é competente para julgar os recursos das decisões de primeira instância e as causas originárias que lhe são reservadas por lei” (BRASIL, 1988).

Os TJs são organizados de acordo com os preceitos das normas de cada estado. A res-

ponsabilidade destes é a de reexaminar as decisões de primeira instância que devem ser julgadas diretamente pelos tribunais (JURISWAY, 2014).

O Tribunal de Justiça é um espaço institucional que tem como função determinar a aplicação das leis e garantir a viabilização dos direitos. Através da resolução de conflitos, procura fazer justiça e operacionalizar o direito. Nesta função, esta instituição acaba por realizar uma intermediação entre Estado e população (LANÇA, 2007, p. 24).

O TJ serve para julgar recursos dos processos decididos ou em andamento nas comarcas, onde atuam os juízes singulares (aqueles que julgam o processo individualmente). Enquanto que na comarca o juiz julga sozinho o processo, no Tribunal de Justiça o julgamento é feito por um grupo, por meio de votos. O Tribunal de Justiça também julga alguns tipos de ações desde o início, sem ter passado pelo juiz da comarca. Esses casos estão definidos em lei, como no caso de ação rescisória, mandado de segurança contra ato do juiz singular, entre outros (JURISWAY, 2014).

O TJ, segundo Fávero et al. (2005, p. 31 apud LANÇA, 2007, p. 26), é uma instituição “[...] cujo âmbito exerce uma função instrumental (dirimir conflitos), uma função política (promover controle social) e uma função simbólica (promover a socialização das expectativas à interpretação das normas legais)”.

Atribuições do assistente social judiciário

O assistente social judiciário surgiu por intermédio do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990), nos artigos 150 e 151, e dispôs da contratação profissional de diferentes profissões para assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, momento em que as equipes de serviços auxiliares foram formadas (FROIS, 2010). O assistente social judiciário dentro do TJ, segundo Lança (2007, p. 27), atua na:

[...] função instrumental de dirimir conflitos, na medida em que o laudo social que elabora auxilia a decisão judicial, e esta decisão é que determina a resolução do conflito. Já a função política, de promover o controle social, é sinalizada na atuação do assistente social desde sua origem, na medida em que atua na relação capital x trabalho. O Serviço Social é chamado a intervir, diante das manifestações da classe trabalhadora, objetivando a manutenção da ordem e o controle social.

Nota-se o quanto este campo de atuação é importante no Judiciário e vem se ampliando e crescendo de maneira considerável. Segundo Frois (2010, p. 1), “[...], a cada dia que passa o trabalho do assistente social está sendo solicitado em processos diferenciados, nos quais até então não havia atuação desse profissional”.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (2014), depois da implantação da lei em 1990 e da norma estadual COM-000308, de 2004, pontuou 17 atribuições aos assistentes sociais judiciários que são:

- 1- Ajudar as decisões judiciais que se referem à atuação do Serviço Social, em conformidade com a legislação que estabelece a profissão e o Código de Ética profissional;
- 2- Decorrer a avaliação dos processos, criando pesquisa ou perícia social, com o intuito de contribuir ou auxiliar a autoridade judiciária no entendimento das dimensões socioeconômicas, culturais, interpessoais, familiares, institucionais e comunitárias;

-
- 3- Lançar laudos técnicos, pareceres e resposta a preceitos, seja por escrito ou verbalmente em audiências, e ainda executar acompanhamento e reavaliação de casos;
 - 4- Produzir durante o Estudo Social e/ou Plantão de Triagem, ações de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, no que se refere às questões sociojurídicas;
 - 5- Elaborar ações específicas junto ao cadastro de adoção nas Varas da Infância e Juventude, CEJA e CEJAI;
 - 6- Fixar e adotar procedimentos técnicos de intervenção no grupo familiar em situação de conflito;
 - 7- Colaborar e/ou compartilhar trabalhos que pretendam a integração do Poder Judiciário com as instituições que elaboram ações sociais, trazendo a parceria com a rede de atendimento à infância, juventude e família, para o melhor encaminhamento;
 - 8- Conduzir visitas de pais às crianças, em casos excepcionais, quando determinado judicialmente;
 - 9- Investigar as instituições e/ou programas que recebem a criança e o adolescente sob medida protetiva e/ou em cumprimento de medida socioeducativa, quando da determinação judicial, em conformidade com a Lei nº 8.069/90;
 - 10- Fazer ações junto à equipe multiprofissional, principalmente com o setor de psicologia, com o objetivo de receber a solicitação de estudo psicossocial;
 - 11- Estruturar mensalmente relatório com levantamento estatístico, quantitativo e qualitativo sobre as ações desenvolvidas, bem como pesquisas e estudos que mantêm e melhoram a qualidade do trabalho;
 - 12- Desempenhar em programas de treinamento de juízes e servidores, inclusive os de capacitação de assistentes sociais judiciários, como coordenador, monitor e palestrante, promovidos pelo Tribunal de Justiça;
 - 13- Controlar os estágios de acadêmicos que cursam o curso de Serviço Social, mediante prévia autorização do Tribunal de Justiça;
 - 14- Programar e organizar as ações técnicas e administrativas específicas do setor social;
 - 15- Desenvolver e permanecer atualizado o cadastro de recursos da comunidade;
 - 16- Estruturar, implantar, organizar, desempenhar e avaliar, inspecionando e fiscalizando, se necessário, planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social, de acordo com as diretrizes propostas pela Presidência, nos serviços de atendimento a magistrados e servidores;
 - 17- Prestar auxílio como assessor da alta administração sempre que necessário, nas questões relativas à matéria do Serviço Social.

Como se pode notar, são inúmeras as atribuições do assistente social judiciário, e atualmente todo Tribunal de Justiça precisa ter em seu quadro de funcionários que atuam no serviço social.

Trabalhar no Serviço Social dentro do Tribunal de Justiça pode ser visto como um privilégio, por vários motivos. Há pouco tempo havia uma preocupação com a atuação e a qualificação profissional. Todos os profissionais que entravam no Tribunal passavam por um curso de iniciação funcional, e periodicamente havia cursos e assessorias técnicas, nos quais eram estudados temas específicos da área de atuação. Essas assessorias estão suspensas por falta de recursos financeiros do Tribunal de Justiça e porque a Equipe Técnica de Desenvolvimento Profissional dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal, que cuidava desta parte, foi desativada, sendo suas integrantes transferidas para o DRH (Departamento de Recursos Humanos), implantado no final de 2002, para trabalhar com todos os servidores (FROIS, 2010, p. 1).

O privilégio dos profissionais assistentes sociais judiciários é que estes atuam no desenvolvimento de ações na comunidade, auxiliando os indivíduos sobre seus direitos na sociedade. Por meio dos laudos desenvolvidos por estes profissionais, a justiça desenvolve suas decisões.

No TJ o assistente social atua em parceria com outros profissionais, principalmente psi-

cólogos; estes, numa ação conjunta, desenvolvem ações e elaboram os laudos técnicos que são entregues aos desembargadores para que sejam feitas as ações corretivas necessárias (FROIS, 2010).

Vale ressaltar que a ética profissional é muito importante nesta área, pois os assistentes sociais estão lidando com assuntos que na maioria das vezes são segredos de justiça.

Entrevista com uma assistente social judiciária

Para um melhor entendimento na prática do que vem a ser a função do assistente social judiciário, a acadêmica/pesquisadora entrevistou uma profissional que atua no TJ da cidade de Criciúma-SC, em que foram feitas três perguntas importantes para o desenrolar desta pesquisa.

Com relação à primeira questão, sobre o que é Tribunal de Justiça, a entrevistada respondeu o seguinte:

O Tribunal de Justiça é uma instituição jurídica que faz parte do Poder Judiciário. Todos os estados do Brasil têm o seu Tribunal de Justiça dentro do Poder Judiciário. É responsável por processar e julgar as demandas da população. É uma instituição muito grande, muito ampla, com muitas diretorias, muitas seções e muitas divisões internas. As Comarcas, os Foros, eles fazem parte do que chamamos de justiça de primeiro grau, que é a primeira instância da justiça. Quando eu tenho uma demanda, eu não vou à sede de Florianópolis, mas, sim, na Comarca à qual eu pertença. Se aqui na Comarca o juiz decidir o meu caso, mas eu não ficar satisfeita, então eu vou recorrer àquela decisão de primeiro grau (do Foro estabelecido) e vou até a sede do Tribunal de Justiça do Estado, que é em Florianópolis. A sede do Tribunal é sempre nas capitais de todo o país. A Comarca de Criciúma é composta por quatro cidades (Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Criciúma). A gente tem hoje 220 mil habitantes na Comarca. É uma Comarca bem grande. As comarcas são classificadas de acordo com o volume de processos que ela possui e o número da população. É uma empresa pública que presta estes serviços à população. Tribunal de Justiça é isso (K.Y.X., 2014).

Com relação à questão referente às áreas de atuação do assistente social, a entrevistada respondeu desta forma:

Então, a experiência que eu tenho é aqui na Comarca. Não conheço nas outras comarcas como funciona o Tribunal, como funciona o trabalho do assistente social nesta seção psicossocial. Eu não sei exatamente como funciona. Eu sei que aqui eu presto um atendimento aos servidores. Aqui na Comarca a gente faz desde o atendimento ao público, que vem aqui só buscar uma orientação, na maioria das vezes eles querem um advogado, vêm buscar um advogado para pedir na justiça o que eles desejam e não conseguem encontrar por outra via. Porque a via judicial é a última tentativa das pessoas. Quando a gente tem um problema, a gente tenta resolver de outras formas, e a justiça é o último caminho, mas muitas vezes tem que procurar a justiça (K.Y.X., 2014).

Por fim, sobre a questão referente ao trabalho desenvolvido pela assistente social, a entrevistada respondeu assim:

A gente atende a esse público que vem atrás de orientações, esclarecemos, a gente acolhe primeiro, na maioria das vezes, as pessoas que vêm com uma angústia muito grande, com dificuldades e a gente faz esse acolhimento, conversa, esclarece o que tem que esclarecer, tira as dúvidas, orienta as pessoas e encaminha para o serviço que

ela está procurando. Na maioria das vezes é o serviço jurídico, pois eles querem ajuizar uma ação. Então a gente faz o encaminhamento. Depois dessa orientação, o que a gente faz é o trabalho de estudo social dos processos. Estudo social é um processo metodológico, que é específico do serviço social, só os assistentes sociais podem fazer, que podem elaborar este documento, e ele é muito demandado aos assistentes sociais pelos juizes. Porque quando entra um processo lá na Vara, por exemplo, na Vara da Família e Infância, que são as que a gente mais atua, o juiz se vê diante de uma situação que ele não conhece, que é uma situação familiar, social, e aí ele precisa conhecer essa situação, e ele não vai lá na casa da pessoa para saber o que realmente acontece com ela, conversar com a pessoa, fazer entrevista com a pessoa, pois quem faz isso é o assistente social. Então os juizes pedem que façamos esse trabalho, ou seja, um estudo social do caso. Por isso que tem assistente social no quadro de funcionários do Judiciário das Comarcas para atender a essa demanda. Então a gente faz o estudo social, levanta todas as informações da família e através da entrevista e da visita domiciliar, da observação do ambiente e de outros instrumentos que, dependendo do caso, são necessários, a gente elabora esse estudo que é redigido, e no final o parecer social que deve dar conta daquela situação. O objetivo desse estudo para o Tribunal de Justiça é para subsidiar a decisão do juiz, mas para nós, assistentes sociais, o objetivo é garantir um direito, por isso a gente não pode confundir as coisas no exercício da profissão, não pode confundir. A gente também participa do curso de adoção dos pretendentes de adoção que são as pessoas que desejam adotar e que procuram o setor, que é a nova lei de adoção, 12.010, de 2009. Ela colocou algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e uma delas foi essa, de que os pretendentes à adoção precisam participar de um curso preparatório. Esse curso é oferecido aqui na Comarca e ele é ministrado pelos assistentes sociais e psicólogos. Ele é obrigatório, de acordo com a lei. Tem tanta coisa que a gente faz que nem me lembro de tudo (risos) [...] (K.Y.X., 2014).

É possível notar que, de acordo com as falas da entrevistada, o referencial teórico condiz com que a entrevistada falou e o quão é importante sua função no Judiciário.

Considerações finais

O Tribunal de Justiça é uma instituição que tem como competência a aplicação das leis e o ato de julgar. O assistente social judiciário realiza uma interface direta com a socialização, viabilidade, expectativa dos direitos e como eles podem ser garantidos.

De acordo com as falas da profissional, é possível perceber que sua função é de extrema importância no Judiciário, pois é este profissional que leva dados importantes (fatos reais) para o juiz poder determinar o processo.

O assistente social, como em qualquer outra área em que for trabalhar, deve atuar com ética e ser muito comprometido com seu trabalho, e no TJ sua atuação é indispensável.

Após estar no cargo pretendido, o assistente social precisa estar sempre se atualizando, lendo, estudando, precisa estar em formação contínua para trazer resultados positivos para o ambiente em que atua, pois outros profissionais dependem dos pareceres e ações desenvolvidas pelo assistente social para que certos conflitos e processos sejam finalizados.

Nota-se que a área judiciária não compete somente aos profissionais judiciários, mas, sim, a uma equipe de multiprofissionais que, com seus enfoques, auxiliam e realizam um trabalho positivo na resolução de problemas e solução de processos.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FROIS, Eliana A. G. Albonette. **Serviço social**: uma profissão indispensável no Tribunal de Justiça. 15 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.aasptjsp.org.br/artigo/servi%C3%A7o-social-uma-profiss%C3%A3o-indispens%C3%A1vel-no-tribunal-de-justi%C3%A7a>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

JURISWAY, Sistema Educacional *On-line*. **Qual a função dos tribunais de justiça**. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=6272>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

LANÇA, Aline Pereira. **O exercício profissional no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**: elementos para a compreensão da imagem do serviço social. TCC (Graduação em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/monografias/103108777.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Atribuições**. Disponível em: <http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=293>. Acesso em: 4 jun. 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJSP). **Atribuições de assistente social judiciário**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/Com308AtribuicoesAS.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

WIKIPEDIA. Enciclopédia Livre. **Poder Judiciário do Brasil**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_Judici%C3%A1rio_do_Brasil>. Acesso em: 4 jun. 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O PROJETO PROFISSIONAL E OS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE

The professional project and occupational areas of social worker in the present

Kátia Leide dos Santos da Silva¹

Jaciane Geraldo dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho relata a prática profissional do assistente social nos espaços ocupacionais como primeiro, segundo, terceiro setor e, em específico, na área da saúde. Ressaltando todo o trabalho que envolve o assistente social em cada setor, assim como a relação do mesmo com outros profissionais na mesma instituição empregatícia, seus projetos e ações mediante a necessidade da intervenção profissional devido a uma cultura distorcida, seletiva, exigindo muito mais do assistente social, que tem como objeto de trabalho a questão social, independente do seu setor de atuação. Foi realizada uma análise em livros e manuais com base em seminários e congressos realizados por assistentes sociais na atualidade. Ficou evidente que o projeto ético-político e as atribuições privativas do assistente social ainda são pouco reconhecidos e o seu trabalho se confunde com outras ocupações que não fazem parte da sua atribuição profissional. Isto exige a abertura para novos debates e discussões para esclarecer as verdadeiras atribuições do assistente social. Conforme o projeto ético-político e o Código de Ética, o profissional já tem base para atuar em valores e princípios morais e sociais que o instiguem em seu trabalho.

Palavras-chave: Projeto Ético-político. Assistente social. Atuação profissional.

Abstract: This study is reporting the professional practice of social workers in occupational areas such as first, second, third sector and specific in healthcare. Highlighting all the work that involves the social worker in each sector, as well as the relationship of the same with other professionals in the same institution employment, its projects and actions by the need for professional intervention because a distorted culture, requiring much more selective social worker. They have as object of work the independent social issue of its industry. Conducted a review in books and manuals based on seminars and congresses held by social workers today. Evidencing that the Political Ethics Project and Private Functions of the social worker there are few recognized and their work is indistinguishable from other occupations that are not part of their professional assignment. Requiring openness to new debates and discussions to clarify the true duties of the social worker. For as the Political Ethics Project and the professional Code of Ethics already has support for work in values and moral and social principles that instigate the same forward your work stop.

Keywords: Political Ethics Project; Social Worker; Professional Practice.

Introdução

O trabalho inicialmente aborda a profissão do assistente social com base no projeto ético-político, que define a atuação deste profissional perante as tomadas de ação nas camadas mais emergentes da sociedade, desde o amadurecimento do projeto, assim como suas dimensões que materializam e o compõem na atualidade.

Na sequência, apresenta-se o espaço ocupacional, no qual encontramos o profissional em atuação, assim como sua capacidade mediante outros profissionais na mesma área.

Em um terceiro momento, identificamos a atuação do assistente social nos três setores específicos: no setor público, no setor privado e nas ONGs, assim como as instituições empregatícias e a sua interferência em cada um dos setores.

No setor público, encontramos uma demanda grande de campos de atuação para o as-

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

sistente social na atualidade, em que relatamos a necessidade de maiores esclarecimentos mediante outros profissionais na área da saúde sobre o verdadeiro papel do assistente social, pois este não deve se ocupar de outras funções que não estejam estabelecidas em suas atribuições privativas como profissional, assim como o que definem o seu Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão.

Surgimento do projeto ético-político do serviço social

Em meados dos anos 70, o projeto profissional foi sendo costurado na sociedade brasileira com base nos interesses das classes trabalhadoras. O que deu impulso para essa renovação do Serviço Social foi o movimento de Reconceituação ocorrido nos países latino-americanos devido ao reflexo da redemocratização da sociedade (REIS, 2005).

O ápice ocorreu com o conhecido Congresso da Virada no III CBAS, em 1979, em São Paulo, quando os nomes oficiais da ditadura foram trocados por nomes do movimento dos trabalhadores na mesa de abertura (REIS, 2005).

Pode-se localizar a gênese do projeto ético-político na segunda metade da década de 70. Este mesmo projeto avançou nos anos 80, consolidou-se nos anos 90 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre (REIS, 2005, p. 1).

O projeto de renovação foi construído nos anos 80, assim como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais, como Código de Ética, que interligou o assistente social às classes trabalhadoras, sendo dirigido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS). O amadurecimento desse projeto ocorreu na década de 90, quando tivemos uma participação incontestável dos assistentes sociais através da área do conhecimento (REIS, 2005). E a cada passo dessa construção do projeto ético-político já encontramos obstáculos que nos vêm afrontar com o neoconservadorismo profissional.

Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. (REIS apud NETTO, 1999, p. 98).

Características do projeto ético-político na profissão

A característica do trabalho profissional do assistente social vincula-se a um processo ético-político, para recriar propostas que estejam voltadas para as vítimas do capitalismo e também para aqueles que lutam diariamente, sem desistir. Recriar propostas na esperança de soluções em comum acordo entre o Estado e a sociedade exige um esforço árduo e contínuo.

“Em 1980, a profissão estava voltada para o Estado e menos para a sociedade, num cenário visto apenas como objeto social” (IAMAMOTO, 2011, p. 75). O trabalho do assistente social enquanto não política era visto como uma ação social fundamentada pelo Estado e, após sua posição como política pública, passou a instigar não só as ações tomadas, mas a estudar os casos de vulnerabilidade, exploração, criando projetos que eliminem, que previnam a sociedade a essas situações.

Essa reforma que o trabalho do assistente social sofreu foi de grande valia para reconceituar os fundamentos da emergente necessidade da profissão, pois não adiantava só reverter

aquilo que já estava feito, tinha que criar projetos que impedissem de acontecer os mesmos problemas de novo.

Além da solução ofertada, deve-se estudar caso a caso, investigar o porquê a vítima sofreu a exploração, sua vida social, o que a fez desistir de algo melhor (IAMAMOTO, 2011). Com esse passo, o trabalho do assistente social sai de uma zona de conforto, de um simples atendimento a uma busca de informações que, reunidas, trazem o conhecimento, a experiência e a solução.

Muitas vezes, o assistente social pode ser considerado como um estranho por aqueles que são atendidos por ele, pois se ele se envolver até o ponto de dar a solução e não acompanhar cada caso com a intenção de descobrir as situações que levaram a pessoa ao estado de vulnerabilidade, ou que possam voltar novamente a acontecer, o trabalho não será realizado com êxito (IAMAMOTO, 2011).

Segundo Ernesto Cardenal (1980, p. 66 apud IAMAMOTO, 2011, p. 77), é este o papel do intelectual: “devolver claramente às massas o que delas recebeu”. E cada caso tem sua especificidade, pessoas com os mesmos problemas não significam que o obtiveram do mesmo modo, ou vão ter a mesma resposta na solução, por isso precisam ser abordadas, investigadas e esclarecidas todas as informações obtidas.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social (IAMAMOTO, 2011, p. 77).

Atuar como assistente social é fazer um trabalho democrático social com base nos direitos já legalizados; lutar pelos direitos que ainda não foram adquiridos devido às controvérsias persuasivas do poder capitalista. No Código de Ética encontramos os compromissos acordados e assumidos pela profissão que não podem ser esquecidos, e sim utilizados no desempenho da atuação (IAMAMOTO, 2011).

A luta é constante para aqueles que assumem esse compromisso profissional, pois alguns direitos já foram alcançados, mas a cada passo um novo caso exige mais aprofundamento, informação e direitos ainda não estabelecidos.

O assistente social deve tornar-se um agente da mudança pela garantia dos direitos humanos que, interagindo com a sociedade, formam pessoas questionadoras pela verdade, clareza das informações. Não importa o campo de atuação em que o assistente social atuará, ele sempre deverá agir com ações claras e objetivas no campo da política, pois é dela que provêm os projetos que transcendem o exercício da função após muito trabalho em campo, apresentado pelo profissional (IAMAMOTO, 2011).

A política social é uma ferramenta com suas alienações por onde percorre o trabalho do assistente social, com dificuldades, mas direito também já adquirido. “O Estado brasileiro foi historicamente privatizado por coronéis, grupos econômicos com interesses particularistas, fazendo com que o máximo de Estado tenha convivido com o mínimo da esfera pública” (IAMAMOTO, 2011, p. 79).

O profissional deve ser informado, crítico, culto e competente, para desfazer aos poucos uma mentalidade histórica privatizadora e os enlaces que criam obstáculos no processo social e nas estratégias de ação. Deve ser novo, ousado, inadequado nas atitudes que acomodam a política pública social (IAMAMOTO, 2011).

A profissão de assistente social é provocar revoluções com tomadas de decisões, propostas que venham a ser o antes, o durante e o depois dos casos estudados, que possam inserir

as pessoas abordadas novamente na sociedade com uma nova perspectiva de qualidade de vida. Chamar a atenção da sociedade, tornando-a mais crítica e questionadora da própria política.

Componentes que materializam as dimensões do projeto ético-político

Para dar efetividade ao trabalho do assistente social no projeto ético-político, tem-se como base três dimensões, como especifica-se a seguir.

A dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social é fazer um processo não conservador, muito menos comodista, e sim articulado e com atuação investigativa no processo (REIS, 2005).

Na dimensão político-organizativa da profissão encontram-se as entidades que tecem o papel da profissão, como o Conselho Federal e Regionais do Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Centros (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) das Escolas de Serviço Social e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Eles reafirmam seus compromissos com o projeto ético-político e seus princípios diante da sociedade (REIS, 2005).

Na dimensão jurídico-política da profissão encontra-se o aparato das leis que consolidaram o projeto ético-político. No aparato da primeira dimensão profissional, encontram-se o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Novas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC. No aparato da segunda dimensão, mais abrangente, encontram-se as leis do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que envolveram os assistentes sociais com o resultado do seu trabalho na construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (REIS, 2005).

Com essas três dimensões, tem-se a composição do projeto ético-político, construído coletivamente através de compromissos e valores sociais que, por mais que sejam discutidos, são o caminho ainda percorrido pelos assistentes sociais.

Projeto político na atualidade e seus princípios

O projeto ético-político profissional do Serviço Social é agregar na profissão do assistente social a teoria crítica das questões a serem abordadas. Na atualidade, o desempenho do profissional de Serviço Social encontra muitas adversidades perante as políticas sociais, por serem intermediadas pela política neoliberal.

A falta de argumento com base no fundamento teórico-metodológico deixa a atuação do profissional a desejar, dando espaço e força para atitudes contraditórias. Isto enfraquece o papel do projeto ético-político, que tem como base a defesa da liberdade e da emancipação social.

Por isso, a constante atuação do assistente social deve ser fortalecida no projeto ético-político, desvelando todas as discriminações com argumentos fortes, que não sejam vencidos pela alienação capitalista burocrática.

Um dos primeiros autores a escrever sobre o projeto ético-político foi Netto (2001), que esclarece a profissão do assistente social e todo o processo que envolve as ações de assistência, com base no propósito do projeto ético-político. (MOTA, 2011)

O autor sinaliza também que, em sua concepção, o projeto adota princípios e valores baseados no reconhecimento da liberdade, no reconhecimento da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo o tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no

acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros princípios e valores que aparecem elencados em várias publicações e documentos normativos do Serviço Social (MOTA, 2011, p. 58).

O assistente social, quando atua, independente do espaço profissional que ele ocupa, usando como base os princípios e os valores do projeto ético-político, torna-se capaz de lidar com diversas situações contraditórias, desde que seu perfil já seja investigativo e inovador, pois não adianta ter a base desses fundamentos, se o assistente não se envolver e querer criar espaços que se confrontem à realidade em busca da mudança, da renovação.

Apesar de ser atuante numa sociedade com cenário desfavorável, ele não deve ser o mais fácil, e sim o mais ardiloso e discutível, pois na atualidade esses princípios são preciosos aos olhos do assistente, que busca derrubar as muralhas impostas por um processo capitalista já antigo, defasado, que só cria desigualdade e aumento do índice da pobreza não assistida.

O trabalho do assistente social e o espaço ocupacional

O Serviço Social é uma profissão que pode atuar em organismos governamentais e não governamentais com o intuito de ajudar a classe mais empobrecida da sociedade (GENTILLI, 2006). Diversas são as áreas de atuação do assistente social, campos de atuação antigos, campos de atuação novos, independente do setor, todos esperando uma solução-resposta que se confronte com a realidade e que obtenha um retorno do governo ou dos órgãos responsáveis pela administração de instituições governamentais e não governamentais. “[...] No jargão profissional, essas formas são geralmente denominadas “campos de atuação”, cujos recortes são realizados em organizações públicas e privadas” (GENTILLI, 2006, p. 40).

Além desses, podem estar também enfrentando novos desafios em outras atividades – consideradas emergentes –, como nas novas especializações médicas; nos sindicatos e associações trabalhistas; em atividades de meio ambiente; em educação especial de deficientes; na formação e administração de recursos humanos; em assessoria de programas de administração para a qualidade total de serviços; no estabelecimento de estratégias de planejamento; nas entidades assistenciais ou filantrópicas; nos conselhos de representação; em organismos de defesa de direitos diversos etc. (GENTILLI, 2006, p. 41).

Hoje temos muitas áreas de atuação, todas com o mesmo intuito, e o que faz a diferença é a capacidade de o assistente social buscar e encontrar soluções, de investir no conhecimento, de chamar a atenção para aquilo que infelizmente resiste mascarado na sociedade, aumentando a pobreza, a miséria e a exploração.

A linha de raciocínio de um assistente social é encontrar meios em que ele possa ajudar a quem o busca com aquilo que ele já tem para oferecer, criando com isso uma imagem positiva, fazendo quem procura a assistência social baixar a guarda e adentrar a fundo em detalhes que farão a diferença na abordagem do assistente social, pois as pessoas que serão abordadas trarão consigo diversas dificuldades, sejam elas pessoais, profissionais, emocionais, tudo o que faz parte do cotidiano do indivíduo (GENTILLI, 2006).

O trabalho do assistente social é desenvolver projetos que tragam um retorno positivo, não só para o indivíduo, mas também para a sociedade, uma vez que cada indivíduo que é atendido requer um encaminhamento, amenizando a questão social: emprego, adoção, exploração, vício.

Cada indivíduo orientado trará para a sociedade uma nova realidade de mudança, de comportamento, de relacionamento, de atitudes que possam ser bem produzidas num grupo já existente, em que a pessoa se sinta inserida novamente na sociedade e no processo cotidiano.

No espaço governamental, o Serviço Social se estende às políticas sociais nas áreas de saúde, assistência, previdência, educação etc.[...]. No espaço não governamental, o Serviço Social realiza funções em atividades de proteção à criança e ao adolescente, prevenção de Aids, educação social etc. (GENTILLI, 2006, p. 43).

A atuação do assistente social na saúde

No primeiro setor, destaca-se a atuação dos assistentes sociais em uma das áreas: a saúde. Todo o trabalho realizado pelo assistente social na área da saúde deve ser bem planejado, bem elaborado, em que estejam explícitos seus deveres e obrigações na sociedade, contidos no Código de Ética (CFESS, 2009).

[...] O perfil do assistente social para atuar nas diferentes políticas sociais deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2009, p. 31).

Na atualidade, a atuação do assistente social deve confrontar-se com novas situações que fogem do habitual, mas, para isso, ele deverá estar informado e pronto para criar projetos que venham a mudar a cultura existente.

Com base nos princípios e atribuições do Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a questão social deve ser bem abordada de uma forma ativa, capaz de tomar novas ações que alavanquem processos parados ou ainda não idealizados pelos assistentes (CFESS, 2009).

As competências e as atribuições dos assistentes sociais, nessa direção e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção. Como apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade, entre outros (CFESS, 2009, p. 35).

Com toda essa bagagem de informação e definição no processo de atuação do assistente social, ficam claros seus objetivos e sua função perante a sociedade.

O conceito de saúde contido na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1.990 ressalta as expressões da questão social ao apontar que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, 1988, artigo 196), e indica como fatores determinantes e condicionantes da saúde, “entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país” (CFESS, 2009, p. 40).

A área da saúde tem sido um grande espaço de atuação do assistente social, pois nela encontram-se muitos desafios a serem defendidos, investigados, compreendidos, pois não se trata

apenas de apoiar a saúde do trabalhador já doente, deve-se criar projetos que delimitem novas doenças do trabalhador ainda saudável (CFESS, 2009).

O campo de atuação dos assistentes sociais exige uma atenção especial na área da saúde, mas esse é apenas um dos campos. Entretanto, devido à saúde ser hoje considerada um empecilho nos processos de ajuda ao trabalhador, ao idoso, à criança que se encontra doente, criou-se a necessidade de um olhar mais atento, projetos mais precisos, planos mais eficazes devido à situação emergente em que se encontra esse setor. [...] Exige o desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção e promoção da saúde, de fiscalização do ambiente e condições de trabalho, defesa das condições ambientais, de acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas envolvendo diferentes atores (CFESS, 2009, p. 40).

Observa-se, conforme o cotidiano do assistente social, que este tem trabalhado na assistência da saúde perdida para muitos trabalhadores, que sucumbiram sua vida, no esforço árduo da sobrevivência numa sociedade capitalista. E nessa busca de solução para tantas situações adversas, que oprimem e determinam o tempo de vida de um trabalhador já doente, em busca dos seus direitos, é que o assistente social já consegue antecipar projetos que previnem novas doenças ao trabalhador. Mudanças que tragam o bem-estar da população mais carente e menos atendida pela saúde.

O objeto de trabalho para qualquer assistente social é a questão social, voltada para o setor da saúde, encontrando-se aí uma grande complexidade, devido à grande demanda de situações emergentes que afetam este setor na atualidade, exigindo uma atenção mais que especial do assistente social que atua nessa área.

O atendimento dos assistentes sociais na área da saúde ocorre [...] a partir dos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades e hospitais gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários, independente da instância à qual é vinculado, seja federal, estadual ou municipal (CFESS, 2009, p. 20).

Então é nesses espaços citados que encontramos o trabalho dos assistentes sociais, em contato com o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) e outras instituições privadas. Na atualidade, a tendência é aumentar o trabalho do assistente social na saúde. Quanto mais projetos forem realizados, aprovados pelos órgãos competentes e administrativos de forma clara e objetiva aos usuários desse setor, mais ainda será exigido desse profissional, que ainda não é tão bem reconhecido e requisitado como deveria. “Hoje encontramos a ação dos profissionais da seguinte maneira na saúde: [...] assistencial, em equipe; socioeducativa; mobilização, participação e controle social; investigação; planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional” (CFESS, 2009, p. 21).

Ações assistenciais

É no tecer da história da saúde no Brasil que se insere a profissão do assistente social. Com margem à implementação do SUS em 1990, criaram-se novos espaços e novas formas do atuar na profissão. Entretanto, no cotidiano encontramos diversas barreiras no setor saúde, isso desde postos de saúde, hospitais, no atendimento ao usuário que busca auxílio por direito e muito mais por necessidade.

É nesse contexto que o assistente vai atuar, por isso seu trabalho deve ser claro, não se basear apenas em uma avaliação socioeconômica, ir além das aparências e dos conceitos pre-estabelecidos. “As principais ações a serem desenvolvidas pelo assistente social são: prestar orientações (individual e coletiva). Identificar a situação socioeconômica (habitacional, traba-

lhistas e previdenciária). Realizar abordagem individual e/ou grupal” etc. (CFESS, 2009, p. 22).

Independentemente da posição em que se encontra o usuário, o assistente social tem que atendê-lo, avaliá-lo, investigá-lo, procurar ajuda de outros profissionais competentes que têm o intuito de ajudar os usuários que recorrem ao SUS.

Ações em equipe

O assistente social, ao participar do trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde (CFESS, 2009, p. 23).

Apesar do assistente social atuar com outros profissionais, ele não pode deixar de expor suas ideias, projetos, avaliações dos casos abordados perante a equipe de saúde. Acima de tudo, ele deverá observar os seus princípios éticos e políticos existentes nos diversos documentos legais.

Os profissionais que atuam na saúde com os assistentes devem ter o conhecimento dos princípios dessa profissão, pois, apesar de não terem os mesmos princípios, eles não podem confundir o trabalho do assistente como marcação de consultas, exames, comunicação de óbitos, pesagem e medição de crianças e gestantes etc.

Por mais pressão que tenham todos os profissionais que trabalhem na saúde, que tenha a necessidade de se ocupar todos no trabalho conjunto, independente do seu cargo e setor, devido à grande demanda de usuários que recorrem aos postos de saúde.

Os assistentes sociais devem ter como parâmetros de ação na equipe de saúde: esclarecer as suas contribuições e competências, elaborando com a equipe propostas de trabalho. Elaborar com a equipe de saúde a organização e a realização de treinamentos e capacitação do pessoal técnico-administrativo etc. (CFESS, 2009, p. 27).

Ações socioeducativas

“Estas ações consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas através de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática” (CFESS, 2009, p. 28).

O profissional em assistência social não deve apenas atuar informando os usuários que procuram os postos de saúde, ele deve esclarecer as dúvidas que esse usuário tem e deixá-lo ciente dos seus direitos, fazendo-o buscar por si próprio, mudando a cultura já implantada por um processo burocrático e sem muita perspectiva de receber assistência.

Dentre as principais atividades a serem efetivadas, destacam-se: criar grupos socioeducativos e de sensibilização com os usuários, sobre direitos sociais, princípios e diretrizes do SUS; desenvolver ações de mobilização na comunidade, objetivando a democratização das informações da rede de atendimento e direitos sociais; realizar debates e oficinas na área geográfica de abrangência da instituição etc. (CFESS, 2009, p. 29).

É através da educação que se busca aprimorar o trabalho não só dos assistentes sociais, mas de toda a equipe, pois é mobilizando o usuário do serviço público que se consegue conscientizá-lo de seus direitos, como também a fazer as escolhas certas para manter uma vida

saudável.

Ações de mobilização, participação e controle social

Estas ações estão voltadas prioritariamente para a inserção dos usuários, familiares e trabalhadores de saúde nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação e a defesa dos direitos pelos usuários e trabalhadores nos conselhos, conferência e fóruns de saúde e de outras políticas públicas (CFESS, 2009, p. 30).

Como uma forma de inserir o usuário no atendimento ao SUS, buscando ao mesmo tempo prestar uma boa resposta, foi criada a ouvidoria do SUS. “[...] É um canal de articulação entre o cidadão e a gestão pública de saúde. Entre suas atribuições estão: receber as solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões encaminhadas pelos cidadãos e levá-las ao conhecimento dos órgãos competentes” (CFESS, 2009, p. 30).

Apesar de esse canal de ouvidoria não ser uma das atribuições do assistente social, ele está sendo muito requisitado nos setores públicos de saúde para implantar essa ouvidoria e analisar os relatórios já respondidos pelo usuário, por este profissional ter na sua condição de atuação um olhar mais crítico e diferencial das outras profissões.

Esse trabalho, de certa maneira, é importante para o assistente social, pois assim ele analisa relatórios e descobre o que está errado, o que pode ser mudado, ou a forma de atender aos usuários prontamente, evitando situações distorcidas no meio burocrático.

As principais ações desenvolvidas nesse âmbito são: socializar as informações e mobilizar os usuários e os familiares para a luta por melhores condições de vida, de trabalho e de acesso aos serviços de saúde. Contribuir para a discussão democrática e a viabilização das decisões aprovadas nos espaços de controle social. Estimular a participação dos usuários e trabalhadores de saúde nos diversos movimentos sociais (CFESS, 2009, p. 31).

Escutar para entender, planejar para responder, é nesse contexto que o assistente social se prepara para criar ações de melhoria no atendimento aos usuários do serviço público, com os órgãos aos quais compete disponibilizar recursos que façam trafegar os atendimentos de uma forma eficaz e tranquila.

Ações de investigação, planejamento e gestão

Estas ações têm como perspectiva o fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, em equipe e intersetorialmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos usuários e trabalhadores de saúde, na garantia dos direitos sociais (CFESS, 2009, p. 32).

Com base nos estudos realizados pelo assistente social no perfil dos usuários que buscam auxílio no sistema público de saúde, é possível agregar melhorias através de processos relacionados ao atendimento e à prestação de serviços nesse setor.

Por isso, o trabalho do assistente social não pode ser confundido como simples atendimento ao usuário, realizando marcação de consultas, exames etc. O trabalho é muito mais conciso, pois precisa ser abordado, investigada a fundo a situação de cada usuário, o que o levou a ficar dependente do setor da saúde, o que poderia melhorar para ele não ter que procurar tanto esse setor, às vezes, uma nova perspectiva de vida. Se há necessidade de ser amparado pelo se-

tor público de saúde, de que maneira ele poderá ser atendido para encontrar solução para o seu problema? O assistente social não pode ser mais um ocupando um espaço no setor público, ele tem que fazer a diferença no meio de tantos profissionais.

Considera-se importante a ocupação desses espaços pelos assistentes sociais, tendo como diretriz o projeto ético-político, com vistas às seguintes ações: elaborar a participação dos profissionais; utilizar a documentação técnica, a fim de produzir conhecimento no âmbito do SUS; registrar as ações realizadas com a elaboração de relatórios periódicos, a fim de possibilitar a análise e a avaliação do plano de ação (CFESS, 2009, p. 33).

Ações de assessoria, qualificação e formação profissional

“As atividades de qualificação profissional consistem em treinamento, preparação e formação de recursos humanos voltados para a educação permanente de funcionários, representantes comunitários, chefes intermediários e conselheiros” (CFESS, 2009, p. 34).

Propositalmente, o assistente social já formado em sua área, registrado no órgão correspondente CREA de sua região, ao atuar na área de assessoria, qualificação e formação profissional, busca trazer para a sua mesma realidade outros profissionais que visem a uma nova perspectiva no setor público, pois todos, independentemente de sua formação, buscam um melhor desempenho de suas atividades perante os usuários do setor público.

As principais ações a serem realizadas neste âmbito e intervenção são: prestar assessoria aos conselhos em todos os níveis na perspectiva de fortalecimento do controle democrático; garantir assessoria aos assistentes sociais na busca de qualificação do seu trabalho; organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para a política de saúde tanto nas instituições como nas outras esferas (CFESS, 2009, p. 35).

Escutar para entender, planejar para responder, capacitar o seu meio, para que todos falem a mesma língua e tenham uma nova visão crítica e humana no seu trabalho, tendo como resposta excelentes projetos realizados na comunidade, no bairro, no meio em que está inserido o assistente social.

A atuação do assistente social no setor privado

No segundo setor, podemos destacar a atuação dos assistentes sociais na área privada. O espaço profissional no setor privado tem aumentado muito nos últimos tempos, e devido a esse aumento também tem-se exigido muito do assistente social, como a capacitação perante outros profissionais atuando na mesma área (REISDÖRFER, 2011).

Na área empresarial, o assistente social tem sido requisitado para trabalhar nos setores de recursos humanos e gestão das empresas. Para isso, o profissional necessita de qualificação e especialização nas questões de planejamento, gerenciamento e coordenação de programas e projetos que são oferecidos pela instituição na qual trabalha (REISDÖRFER, 2011, p. 149).

Pode-se afirmar que o campo de atuação para o assistente social atuar, mais burocrático e mais questionável, é o segundo setor, pois, além de atuar com outros profissionais no mesmo setor, com intuítos diferentes, deve estar atualizado em seu meio e capacitado frente às situa-

ções adversas que possa vir a enfrentar.

[...] em programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros programas (IAMAMOTO, 2004, p. 130 apud REISDÖRFER, 2011, p. 150).

O setor privado contrata os assistentes sociais para a realização de vários trabalhos dentro da instituição com sua cultura já estabelecida. Cabe ao profissional desempenhar seu papel, interferindo nas relações que contradizem a profissão, sendo claro, objetivo, atual em suas tomadas de ação que venham a mudar aos poucos a cultura já preestabelecida pela instituição (REISDÖRFER, 2011).

Neste vínculo empregatício, vemos a importância de se estender o trabalho do assistente social, pois é nas relações de trabalho entre os assalariados e seus patrões que encontramos às avessas questões a serem repensadas e tratadas sob um aspecto e abordagem diferentes. Isso também vale para as relações de trabalho entre os assistentes sociais e outras profissões atuantes nos setores privados. Com muito trabalho, pesquisa e informação cria-se a legitimidade da atuação profissional.

A atuação do assistente social nas ONGs

Podemos destacar a atuação dos assistentes sociais em uma das áreas do terceiro setor, as Organizações Não Governamentais. O terceiro setor é conhecido como não governamental e não lucrativo, tendo como intuito a ação da área social, sendo constituído por organizações da sociedade civil de interesse público (CFESS, 2012).

“No marco legal do terceiro setor estão incluídas entidades de natureza mais variada, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada)” (CFESS, 2012, p. 58).

É nesse aspecto que o terceiro setor percorre, dando as mãos aos dois lados da moeda, tanto para a sociedade e todo o seu segmento de exploração e negação e ao setor privado e suas limitações burocráticas. Então, pode-se dizer que é o campo de atuação para o assistente social mais bem visto.

O trabalho quando projetado pelo assistente social no âmbito privado é passível de seleção, condicionada ao limite burocrático. E quando projetado pelo Estado tem como ordem prioritária a sociedade que tanto necessita de auxílio, mesmo com seus impasses que ainda não correspondem ao número de casos em questão na atualidade (CFESS, 2012).

Portanto, ainda que o trabalho concreto do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento, - o sentido e os resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e o seu nível de abrangência (CFESS, 2012, p. 59).

O terceiro setor, então, foge dessas limitações impostas e condicionadas a um sistema capitalista arcaico, que já vem assumindo diversas formas em diversas áreas. E não poderíamos deixar de relatar o espaço criado pelas ONGs, as quais são organizações que criam espaços de atuação para o assistente social trabalhar, desde que ele tenha um legítimo conhecimento de

qual intuito se propõe a organização e seus objetivos (REISDÖRFER, 2011). Reisdörfer (2011, p. 146) ratifica com suas palavras: “Essas organizações assumem a responsabilidade de desenvolver ações sociais com o apoio da sociedade civil”.

O trabalho das ONGs é criar projetos com base em ações concretas que venham aplacar as necessidades da sociedade que ainda não foram respondidas pelo Estado. Como o combate à fome, à desnutrição, ao abandono dos animais, à destruição do meio ambiente, a tudo o que engloba a corrente humana e sua evolução.

Pode-se constatar investimentos nas áreas sociais que são oriundos da participação de diversas fundações, empresas ou instituições ligadas ao ramo industrial ou comercial (IAMAMOTO 2004). A exemplo disso, podemos citar: Fundação Abrinq, Fundação Bradesco, Natura Cosméticos, O Boticário, Fundação Banco do Brasil (AABB Comunidades), Fundação Roberto Marinho, entre outras, que prestam atendimento a comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social e/ou ainda investem recursos em programas e projetos ligados à educação, à cultura, ao meio ambiente, à pesquisa etc., buscando a garantia de direitos sociais (REISDÖRFER, 2011, p. 148).

É nessa junção do Estado com a sociedade civil que se busca ampliar a atuação do assistente social em ações de parcerias com esses dois setores, em que um emprega e outro investe em ações de responsabilidade social. Por mais que se busque uma margem de retorno positiva para a instituição ou empresa privada, ainda se pode ter apoio em grandes casos emergentes que assolam a sociedade, como temos visto nos últimos tempos.

Considerações finais

Após pesquisar os temas abordados, nota-se a importância do espaço profissional do assistente social. O amadurecimento do projeto ético-político deu margem ampla à profissão, definindo o processo que o materializa perante a sociedade, como também controla e cobra as ações do assistente social em atuação.

Nos três setores constatamos a presença do assistente social em atuação, interferindo no processo com outros profissionais, deixando evidente que o seu espaço ainda é pouco reconhecido e que deve explorar seu ofício, conforme determinam seu Código de Ética e as atribuições que identificam seu trabalho em questão.

Numa análise mais aprofundada, no setor público é que encontramos um número elevado da contratação dos assistentes sociais, ficando claro que devem ser abertos novos debates e discussões na área da saúde, acentuando que o espaço do assistente social é atuar na abordagem relacionada à condição de vida do usuário que utiliza o setor público, e não ser apenas mais um elemento ocupando um cargo no setor público. Devido ao grande contingente de usuários que recorrem a esse setor na atualidade, ficou evidente que a mão de obra dos profissionais da área da saúde é insuficiente, sendo que o próprio assistente social se vê na obrigação de interagir com outras funções no mesmo espaço de atuação.

Referências

CONSELHO FEDERAL (CFESS). **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília, 2012.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde**. Brasília, 2009.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. Projeto Ético-Político do Serviço Social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 10, n. 1, p. 56-68, jan./jul. 2011.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. Brasília, 1999.

_____. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Brasília, 2001.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social**. 2002-2005.

REISDÖRFER, Lara Aparecida Lissarassa. **Fundamentos e História do Serviço Social**. 2. ed. Indaial: Uniasselvi, 2011.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES ÉTNICORRACIAIS

Social service and ethnic-racial issues

Alessandra dos Santos¹
Daniela do Amaral Alves¹
Selina Camargo¹
Silvana da Silva Guimarães¹
Luíza Maria Lorenzini Gerber¹

Resumo: Tendo como eixo o Serviço Social e as questões étnicorraciais, este artigo faz uma síntese destas questões e as relaciona ao espaço profissional do assistente social. O Brasil é considerado um dos países mais diversificados do mundo no quesito de sua constituição étnicorracial. Todavia, são notáveis as discriminações e as desigualdades na sociedade brasileira, principalmente contra negros e indígenas. E nestas contradições é que o assistente social está inserido, com posicionamentos orientados por valores, referenciais teóricos e prática profissional, lutando pelo desenvolvimento econômico, político e social da pessoa humana em consonância com seu projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistente social. Projeto ético-político profissional. Etnia racial. Preconceito. Discriminação.

Abstract: With the axis social work and ethno-racial issues, this article provides an overview of these issues and relates to the professional space of social worker. Brazil is considered one of the most diverse countries in the world in the category of their ethnic-racial constitution. However, they are notable discrimination and inequalities in Brazilian society, especially against blacks and Indians. And it is these contradictions that the social worker is inserted positions guided by values, theoretical frameworks and professional practice that struggle for economic, political and social of the human person in accordance with their professional ethical and political project.

Keywords: Social Service. Social worker. Professional ethical-political project. Racial ethnicity. Prejudice. Discrimination.

Introdução

O objetivo geral deste artigo é estudar, analisar e apresentar o Serviço Social e as questões étnicorraciais. Compreendendo estas questões no espaço profissional do assistente social, contribui-se positivamente para o aprendizado.

O presente artigo aborda a etnia racial, situa o espaço profissional e traz à discussão atual sobre esta sociedade marcada por índices alarmantes de desigualdades sociais, onde o espaço do assistente social se dá numa realidade de múltiplas violações de direitos.

A apropriação da categoria raça/etnia pelos profissionais de Serviço Social faz-se necessária para uma melhor apreensão crítica das relações raciais e suas múltiplas determinações. A realidade do espaço profissional nas questões étnicorraciais é complexa, e a discriminação e a desigualdade racial são atravessadas por determinantes de classe, de gênero e de geração.

Cabe ao assistente social refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação. É nessa perspectiva de totalidade social que se busca compreender o fenômeno do racismo e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira, com vistas à sua superação.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Raça e etnia

As etnias raciais são marcadas num contexto pelas raízes históricas, políticas e culturais de um país. A palavra “etnia” deriva do grego e significa “povo”. O termo etnia era utilizado para se referir aos povos não gregos, tinha também correlação de estrangeiro e foi usado posteriormente no catolicismo romano no sentido de gentio. O uso moderno do termo etnia teve início na metade do século XX, intensificando-se desde então.

A etnia, de acordo com o *site* “Sua Pesquisa”, representa a consciência de um grupo de pessoas que se diferencia dos outros. Esta diferenciação ocorre em função de aspectos culturais históricos, raciais, artísticos e religiosos. Não é um conceito fixo, mas pode mudar com o passar do tempo. O aumento populacional e o contato de um povo com outros, chamado de miscigenação cultural, podem provocar mudanças numa determinada etnia.

A formação étnica e racial da sociedade brasileira é resultado de uma confluência de pessoas indígenas originais, negros africanos, dos colonizadores portugueses, e de posteriores imigrantes europeus, árabes, japoneses, além de outros povos asiáticos e países sul-americanos.

Há uma diferença entre os conceitos de raça e etnia. A raça é uma construção social utilizada para diferenciar pessoas em termos de uma ou mais limitações físicas, na qual a cor é a mais significativa. A raça é um termo sociológico e não biológico. Em termos biológicos, considera-se que existe nas pessoas uma raça humana. Por outro lado, a etnia corresponde a uma categoria de pessoas cujas marcas culturais são consideradas socialmente significativas. Os grupos étnicos diferem entre si em termos de religião, línguas, costumes, valores, ancestralidade e outras marcas culturais.

Uma etnia é um conjunto de indivíduos possuindo uma língua em comum, uma cultura, uma história, um território e não necessariamente uma unidade política. Seus membros desenvolvem preconceitos culturais quando manifestam tendências de valorizar sua própria visão de mundo e menosprezar a de outras etnias.

Observa-se que entre os documentos que defendem os direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo I, preconiza que: “Todos nascem livres e iguais em direitos e dignidade e, sendo dotados de consciência, devem agir de forma fraterna em relação aos outros” (ONU, 1948). Esta declaração é um documento que também ancora o atual Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993).

O multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma predomine. Também pode ser definido como: hibridismo, diversidade étnica e racial ou novas identidades políticas e culturais. Sendo assim, na maioria dos casos não há o predomínio de uma raça ou cultura, mas uma igualdade no nível do número de pessoas proveniente dos diferentes e mais longínquos pontos do globo.

No Brasil, explica Cabral (2014), com a chegada dos portugueses, iniciou o processo de colonização europeia e houve a mistura de etnias, entre diversos povos indígenas do Brasil e os europeus. Os negros que aqui chegaram trouxeram sua cultura africana. Nesse período, a cultura europeia predominava no país, não dava margem aos costumes africanos, porém os negros tinham sociedades clandestinas, que chamavam de quilombos. Nessas comunidades eles tinham liberdade para manifestar costumes de sua terra natal, sendo a capoeira uma delas, assim como diferentes temperos da culinária, o acarajé, o vatapá, o bolo, a feijoada. Além disso, o coco, a banana, a pimenta malagueta, o café são produtos oriundos das terras africanas. Na música, o samba é uma herança dos afro-brasileiros. Na religião africana, o candomblé, a umbanda, a macumba e o omoloko.

Outros fatores importantes contribuíram para a miscigenação do Brasil, afirmam Luz e Feller (2011). O governo brasileiro incentivou a entrada dos imigrantes europeus por causa da

necessidade de mão de obra qualificada, para substituir os escravos. Luz e Feller (2011) explicam que milhares de alemães, italianos, japoneses e outros povos vieram e se fixaram no Brasil, e todo esse processo imigratório foi de extrema importância para a cultura brasileira.

No entanto, no Brasil existe a configuração de diferentes culturas, mistura de raças e etnias, religiões e modos de comportamentos, sem a predominância de uma cultura sobre a outra. Conforme expõem Luz e Feller (2011), o país tem sua identidade na mistura de todos estes elementos, e seu povo expressa isso fortemente, conforme a colonização e as características regionais de cada localidade, região ou estado. Também conta com as características de povos provenientes de várias partes do mundo. O país é um exemplo claro da diversidade cultural; sendo assim, encontramos no Brasil muitos Brasis.

Este estudo evidencia ações dos profissionais assistentes sociais nas questões raciais e na representação social étnica no Brasil e no mundo. No Brasil, a população negra é muito mais complexa que em outros países, formando assim uma população com a seguinte composição: brancos, negros, indígenas, pardos, mulatos, caboclos e cafuzos. Há uma maior população de negros nas regiões Nordeste e Sudoeste do Brasil, que foram as regiões mais exploradas pelo trabalho escravo, ou seja, a sociedade brasileira, por mais que seja um povo mestiço, ainda vive uma discriminação racial.

Alguns estudos mostram que em São Paulo, no começo do século XX, houve vários movimentos em defesa da raça negra. Com essas organizações negras, vários projetos foram elaborados e colocado em prática o principal: direitos iguais e o mesmo tratamento, sem discriminação. Esses movimentos antirracistas levaram os Estados Unidos, a África e a América Central a criar várias delegações formadas por afro-brasileiros a participarem nos congressos pan-africanos.

No Sul do Brasil, na Região Sul de Santa Catarina, Lima (2008) relata sobre a cidade de Criciúma, em que os negros foram reconhecidos pelo seu trabalho braçal. Seus serviços eram nas minas de carvão e na Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, assim formando famílias e buscando seu próprio sustento. Com o passar dos anos, as famílias afrodescendentes tiveram acesso à escola, mas não à dignidade, pois eram evidentes as relações conflituosas e discriminações raciais. “[...] o aluno afro-brasileiro, ao entrar na escola, encontra um mundo que nada ou quase nada reporta à sua identidade cultural e mantém uma postura discriminatória, quando da manifestação de suas características próprias” (COELHO et al., 1999, p. 74).

Na busca por mudanças, a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma cria o PME-DEC (Programa Municipal de Educação para a Diversidade Étnico-Cultural). Decretada pela lei municipal, vinculada à Lei Federal nº 10.639/03, estabelece que em todos os estabelecimentos de ensino, particulares e públicos, torna-se obrigatório o ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana.

A Lei nº 11.645/2008 foi sancionada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Romão (2010), acrescenta no currículo escolar brasileiro a obrigatoriedade do tema “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Assim sendo, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art.1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados torna-se obrigatório o

estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República. (BRASIL, 2008).

O assistente social é um profissional que trabalha com a questão social. Os espaços profissionais do assistente social situam-se nas áreas das políticas sociais públicas e privadas, ou seja, o assistente social é requisitado para o planejamento, a gestão e a execução de políticas, programas, projetos e serviços sociais. Atua prioritariamente no tripé assistência, saúde e previdência que compõem a seguridade social. Está presente também em ações relacionadas às políticas direcionadas aos segmentos populacionais: criança, adolescente, idoso, mulher, negro e índio.

Algumas áreas e instituições de atuação do assistente social:

a) Assistência Social Pública: Órgãos de Bem-Estar Social; Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência Social, Centros de Atendimento à população em situação de risco social (crianças, adolescentes, idosos, migrantes);

b) Saúde pública e privada: Secretarias de Saúde, Unidades Regionais de Saúde, Centro de Saúde, Hospitais, Clínicas, Ambulatórios;

c) Previdência Social: órgãos da previdência social pública ou privada em nível federal, estadual e municipal;

d) Área Empresarial: indústrias, empresas públicas e privadas, órgãos patronais de Serviço Social (SESC, SESI e SSR);

e) Habitação: Órgãos de financiamento e planejamento habitacional, companhias e cooperativas habitacionais;

f) Educação: Secretarias de Educação, escolas públicas e particulares, centros de educação especial, Centros de readaptação de crianças, universidades;

g) Área sociojurídica: Secretarias de Segurança Pública, Delegacias, Forças Armadas, Penitenciárias; Tribunais de Justiça, Promotorias, Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Jurídica;

h) Movimentos Sociais Populares: Associação de bairros e/ou moradores, movimentos populares; comunidade de base, núcleos de produção comunitária e cooperativas;

i) Terceiro Setor: Organizações Não Governamentais;

j) Conselhos de Políticas Públicas: Conselhos de Saúde, Conselhos da Assistência Social, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Idosos;

k) Ensino e Pesquisa em Serviço Social: ensino dos conteúdos específicos e supervisão de estágios em Serviço Social e desenvolvimento de pesquisas.

É sobre a realidade das desigualdades raciais que o profissional de Serviço Social será chamado a intervir. Para lidar com questões tão complexas, faz-se necessário o uso de ferramentas teórico-metodológicas adequadas.

Com base no Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), na Lei de Regula-

mentação Profissional (Lei nº 8662/93), assume o compromisso de não pactuar com nenhum tipo de discriminação, defendendo de forma intransigente os direitos humanos. Esse profissional deve buscar intervir de forma crítica e competente.

É nesta perspectiva que a discussão da questão étnicorracial no Serviço Social torna-se imprescindível para o exercício profissional comprometido com o combate a todas as formas de discriminação. Segundo Ianni (2004), há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças entre as classes.

[...] para dar conta da questão social, hoje é preciso decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. É preciso ainda decifrar as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 114).

O acúmulo de normas, leis e valores transmitidos ao conjunto societário é impregnado de uma ideologia machista, à qual a mulher tem que se submeter, caso não queira transgredir os costumes. Tal preceito é tido como prerrogativa que vem se reproduzindo ao longo dos séculos. As mulheres ocupam os postos menos qualificados do mercado de trabalho, ainda são predominantes nas universidades nas áreas de humanidades, enquanto os homens prevalecem nas ciências exatas e biológicas, ou seja, as consideradas ciências duras.

Enquanto relação de poder, explica Souza-Lobo (1991), a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo que fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os intelectuais passaram a utilizar nos seus textos científicos o termo “etnia” como estratégia de negação da existência do racismo. Com isso, o que se tem é a problemática do racismo, trazendo a emergência do movimento negro, exigindo o reconhecimento desse segmento, igualdade nos diversos espaços sociais e políticas específicas para os mesmos.

Nas palavras de Guimarães (1999), o racismo sempre foi considerado um epifenômeno, dentro de uma ordem societária em que vigorou o mito da “democracia racial”, que emerge no Brasil como um dogma no período da ditadura militar, entre os anos de 1968 e 1978. Tal mecanismo contribuiu para camuflar a realidade da população negra na sociedade brasileira, sem haver implementação de políticas sociais voltadas para esse público, o que redundou no acirramento das desigualdades sociais.

O racismo, o mito de superioridade racial de um povo sobre o outro, encobre, presentemente, os interesses expansionistas ou messiânicos de povos que se julgam eleitos e desejam, através dessa cortina de fumaça, conseguir hegemonia econômica, social e cultural sobre os povos mais fracos. Esta racionalização do preconceito através do racismo, por isto mesmo, não morreu e ainda exerce papel e função de importância em diversos blocos de poder de nações que disputam a hegemonia no mundo capitalista (MOURA, 1990, p. 214).

Tendo como premissas as diferenças, as desigualdades e as hierarquias estabelecidas nas relações entre homem e mulher, torna-se elementar fazer algumas considerações sobre o papel ocupado pela mulher na sociedade, pois, como afirma Saffioti (2004), é impossível negar que ainda vivemos numa sociedade de orientação patriarcal, não se conhecendo sequer uma sociedade onde se dá primazia às mulheres.

O Brasil começou, em fins do século XX, a debater a problemática étnicorracial, buscando atuar de forma efetiva em uma das múltiplas expressões da questão social. A classificação racial em nosso país ainda se apresenta inconsistente, e a luta no Brasil contra todos os mecanismos e manifestações de cunho discriminatório ganha uma nova dimensão orquestrada pela luta contra as desigualdades de ordem étnicorracial, com vistas a formular políticas voltadas para esses segmentos, com o intuito de reduzir as disparidades existentes nos cenários político, econômico, cultural e social envolvendo a população negra.

Com base nas análises de Guimarães (2002), a pobreza no Brasil atinge em maior escala os negros do que os brancos. Tal realidade não pode ser explicada única e exclusivamente sob a perspectiva da escravidão, como fator preponderante da posição do negro na atualidade. Tal reflexão seria reducionista, visto que esse quadro envolve a falta de oportunidades nos diversos espaços sociais para os negros, o que gera desvantagens diante de um contexto preconizado pela competição, além do preconceito e da discriminação que atinge essa parcela da população. Ainda sob a lógica de Guimarães (2002, p. 72), “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que os privilégios estão bem estruturados e sedimentados entre grupos raciais e de gênero”.

É imprescindível demonstrar que, mesmo diante de tal realidade, a população negra e o segmento feminino estão conquistando espaços na cena pública e exigindo seus direitos de cidadania e seu reconhecimento enquanto sujeitos partícipes do processo produtivo e reprodutivo da vida social. Isso se faz presente principalmente com o processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos 1970 e atuante até o ano de 1985, com a queda do regime militar e a Constituição de 1988.

A Lei Ordinária nº 7.717/1989, do Código Penal, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

[...]

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:

I- deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores.

II- impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional.

III- proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.

§ 2º Ficarão sujeitos às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.
Pena: reclusão de três a cinco anos.
Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).
Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.
Pena: reclusão de três a cinco anos.
Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.
Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público.
Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.
Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos:
Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido.
Pena: reclusão de um a três anos.
Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.
Pena: reclusão de dois a quatro anos.
Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.
Pena: reclusão de dois a quatro anos. [...]
Art. 16. Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses. [...]
Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença. [...]
Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
Pena: reclusão de um a três anos e multa.
§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.
§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza.
Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.
§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:
I- o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;
II- a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio;
III- a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.
Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação
Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1989).

Evidencia-se que não bastam leis, e sim o seu cumprimento. A efetivação destas leis é necessária para inibir ações de discriminação.

Considerações finais

A sociedade brasileira, apesar da sua multiculturalidade, tem seu trajeto histórico marcado nas desigualdades e discriminações. Com este artigo, pode-se observar que biologicamente existe o ser humano, indiferentemente das questões étnicorraciais. Infelizmente, socialmente ainda se tem a etnia e gênero como instrumentos a mais de repressão e opressão burguesa, branca e masculina.

O espaço profissional reside onde as desigualdades se destacam. O assistente social atua nas interfaces da questão social e, através do seu conhecimento científico, sua postura ética e sua prática profissional, prima por ações efetivas no trato de políticas públicas eficazes na questão étnicorracial em prol da dignidade da pessoa humana.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.645**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Código de ética do assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão – 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012.

_____. **Lei nº 7717**. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/17717.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Lei nº 7.716**. 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 4 jun. 2014.

CABRAL, Gabriela. **Cultura Africana**. Disponível em: <www.brasilecola.com/cultura-africana.htm>. Acesso em: 15 maio 2014.

COELHO, L. et al. Avaliação da gomose da acácia-negra em um povoamento no Rio Grande do Sul. In: **Ciclo de Atualização Florestal do Cone-Sul**, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**, 1993. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 1 jun. 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação**: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004.

_____. **Classes, raças e democracia**. 32. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, I. M. et al. **Caderno história de populações afro-brasileiras em Criciúma**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2008.

LUZ, Luciana da; FELLER, Nívea. **Multiculturalismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humano**. 1948.

ROMÃO, J. M. **A África está em nós: História e Cultura Afro-brasileira**. Paraíba: Grafset, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SARNEY, J. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 2 jun. 2014.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SUA PESQUISA. **Etnia**. Disponível em: <www.suapesquisa.com/o_que_e/etnia.htm>. Acesso em: 15 maio 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI FRENTE ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Teenagers in conflict with the law against educational measures

Simone Cristina Schreiner¹

Edna da Luz Lampert¹

Resumo: O presente trabalho aborda uma das expressões sociais que causa polêmica na sociedade: adolescentes em conflito com a lei. Hoje nos deparamos com um número de jovens infratores que vêm apresentando um aumento significativo. Este estudo procurou descrever o que leva este público a cometer estes atos. A metodologia desse assunto empregou a pesquisa exploratória, assim se utilizando da dialética através da pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa foi realizada nos municípios de Benedito Novo, onde atuei na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, e em Doutor Pedrinho, com colegas da área, a partir da realidade vivenciada com adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e à Liberdade Assistida. Foi analisada a relação dos adolescentes com a sua família, ato infracional cometido, contribuição da medida socioeducativa, o retorno à sociedade e suas perspectivas futuras. O objetivo geral desse estudo é conhecer e compreender as causas que levam os adolescentes infratores desses municípios a cometerem atos infracionais. Por fim, aponta-se a importância do Serviço Social nas decisões relativas ao adolescente em conflito com a lei.

Palavras-chave: Expressão social. Ato infracional. Medidas socioeducativas.

Abstract: This paper addresses a social expressions that causes controversy in society, adolescents in conflict with the law. Today is faced with a large number of young offenders who have shown a significant increase. This study sought to describe what takes this public to commit these acts. The methodology of this subject used the exploratory research, thus using the dialectic through documentary and bibliographic research. The survey was conducted in the municipalities of Benedito Novo, where I worked in the health department and social welfare, and Doctor Pedrinho with colleagues in the field, from the reality experienced by adolescents who met the socio-educational measures of the Community Service Delivery and Probation. It analyzed the relationship of adolescents with their family, offense committed, the socio-educational measure contribution, return to society and its future prospects. The overall objective of this study is to know and understand the causes that lead young offenders these municipalities to commit illegal acts. Finally, it points out the importance of Social Work in decisions related to adolescents in conflict with the law.

Keywords: Social expression. Offense. Educational measures.

Introdução

No Brasil, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei nº 8.096/90) revogou o Código de Menores, comportou inovações importantes para a política de atenção à infância e adolescência. Com a nova legislação, três aspectos fundamentais da política social para essa população foram alterados: a definição dos direitos das crianças e dos adolescentes, a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil, bem como sua interação, a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da municipalização do atendimento.

Diante do exposto, elege-se como tema deste estudo o adolescente em conflito com a lei frente à aplicação das medidas socioeducativas nos municípios de Benedito Novo e Doutor Pedrinho.

A primeira parte do trabalho busca contextualizar o resgate histórico da proteção social da infância e adolescência. Na sequência, aborda-se o adolescente na atualidade, a questão

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

social e a proteção social no Brasil. A seguir, abordam-se os adolescentes frente às expressões sociais, temas referentes à concepção de criança e do adolescente, à responsabilidade penal juvenil e à caracterização das medidas socioeducativas, bem como sua operacionalização de acordo com o estatuto. Essas três primeiras partes serão de cunho teórico e bibliográfico e necessariamente far-se-ão presentes no corpo de trabalho.

Por fim, elenca-se a importância do Serviço Social no atendimento do adolescente em conflito com a lei. Contextualizando os elementos fornecidos pelas outras três partes, levanta-se algumas conclusões e propõe-se um conjunto de sugestões, tanto para a correta aplicação das medidas socioeducativas, como também para os diferentes órgãos na implementação de políticas sociais que visem à prevenção da marginalização.

Resgate histórico da proteção social da infância e adolescência

Roda dos expostos

A roda dos expostos foi introduzida no Brasil durante o período colonial e refere-se ao abandono de crianças. Mulheres solteiras abandonavam seus filhos em decorrência do preconceito e da opressão social. Muitos bebês foram jogados em rios, deixados em calçadas e ruas, ocasionando sua morte por doenças, fome e ataque de animais.

A quase totalidade desses pequenos expostos nem chegava à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pela roda, pelas câmaras ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil – incluindo neles os escravos. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. [...] a pressão era tanta perante a sociedade que as mulheres usavam faixas na barriga para esconder a gravidez, muitas delas tinham complicações e acabavam morrendo por infecção generalizada, porque o bebê morria no ventre, outras tinham os seus bebês e davam um jeito de sumir com o corpo ou deixavam na roda dos expostos” (MARCÍLIO, 2003, p. 55-56).

Este fato ocorrido nos faz refletir o quanto as crianças e os adolescentes estavam vulneráveis frente às condições humanas e à compreensão que a sociedade tinha com os mesmos, visto que os comparavam aos animais, pois não havia legislação que os protegia contra as mais diversas negligências oriundas da família ou da sociedade.

Ao passar dos anos se iniciam algumas transformações com relação às mesmas, fazendo com que saíssem do anonimato, para obter respeito por parte da família.

No ano de 1923 estabeleceram-se os Princípios dos Direitos da Criança, por meio da Liga das Nações, sendo divulgada a primeira Declaração dos Direitos da Criança. Mattos foi o primeiro juiz de menores da América Latina. Após alguns anos, foi promulgado o primeiro documento legal para a população com menos de 18 anos, o Código de Menores.

O Decreto nº 17.943-A/27 do Código de Menores já definia, em seu Artigo 1º, sua aplicação: “Art. 1º- O menor, ambos os sexos, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”.

Neste contexto, houve o surgimento dos “Comissários de Menores”, eles eram os res-

ponsáveis pela execução das medidas pela organização das “Carrocinhas”, que era o veículo utilizado para retirada de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas, sendo levados para os orfanatos, local fechado onde crianças e adolescentes viviam presos entre os muros.

No ano de 1979 foi reformulado o Código de Menores, trazendo consigo um novo termo: “menor em situação irregular”. Em resumo, estariam em situação irregular crianças e adolescentes de até 18 anos que se encontravam abandonados, vítimas de maus tratos, em perigo moral, desassistidos juridicamente, com desvio de conduta e, ainda, autores de ato ilícito.

Com o passar do tempo, o Código de Menores se tornou insuficiente frente à realidade, e a sociedade declarou a falência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).

“A falta de políticas públicas atuantes” direcionadas à infância e à juventude e as várias interpretações dadas pelo Código de Menores de 1979 contribuíram para os adolescentes, que foram crianças em situação irregular, misturarem-se às novas crianças, descerem o morro e tomarem conta dos asfaltos e se espalharem nos semáforos, em busca de “maturidade física, intelectual, sexual e emocional”. Não teria longa duração desta vez a lei vigente no final da década de 70. Novos ares inauguraram os anos 80, trazendo transformações significativas no campo político-social brasileiro, com importantes consequências para a legislação à infância (RIZZINI, 2009, p. 73).

O Código de Menores de 1979, por ter características e normas repressivas, não partilhava das novas propostas e conquistas de direitos que originaram a Constituição Federal de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, a Constituição de 1988 foi promulgada no dia 5 de outubro, sendo a atual Carta Magna de República Federativa do Brasil, considerada a mais completa entre as constituições brasileiras, garantido acesso à cidadania.

A Constituição de 1988 foi marcada por avanços sociais, reafirmando garantias e direitos para crianças e adolescentes. Pode-se destacar os artigos: 227 e 228, que contemplam essa população no citado dispositivo legal.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 228 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 acabou com a doutrina da “situação irregular” e adotou a doutrina de proteção integral, que futuramente foi regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Adolescente na atualidade: Questão social e proteção social no Brasil

Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado em 13 de julho de 1990, com transformações significativas com relação ao Código de Menores de 1927 e 1979. O ECA traz a regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988, garantindo a proteção integral de crianças e adolescentes, tendo a absoluta prioridade, conforme os artigos seguintes:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 6º Na interpretação desta lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e os deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (BRASIL, 1990, p. 4-5).

Com o ECA, as crianças e os adolescentes passam a ser prioridade absoluta da família, do Estado e da sociedade, sendo reconhecidas como sujeitos de direitos, que precisam do amparo destes para o seu desenvolvimento absoluto.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990, p. 4).

O ECA adotou medidas gerais e especiais de proteção contra a ameaça ou a violação dos direitos das crianças e adolescentes. O atendimento aos adolescentes em conflito com a lei passa a ter caráter educativo, mais apropriado à sua condição peculiar, procurando garantir que a sua formação seja mais sólida e harmoniosa diante da sociedade.

Podemos afirmar que o ECA é uma das leis mais modernas e completas, mesmo que muitas pessoas ainda desconheçam o ECA e outras o criticam. Esta lei não requer mudanças, mas, sim, efetivação total e seu cumprimento integral, para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, criou o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA). Sendo um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, está previsto no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É responsável por tornar concretos os direitos, os princípios e as diretrizes contidos no ECA. Atribui-se a ele o papel de promover e defender as ações executadas pelo poder público. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, as principais pautas do CONANDA são:

- o combate à violência e à exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes;
- a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador ado-

-
- lescente;
 - a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência;
 - criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos; e
 - o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no CN referentes aos direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988b).

O CONANDA possui formação de 28 conselheiros titulares e 28 suplentes; destes, 14 representantes são do Poder Executivo e 14 representantes de entidades não governamentais. Estes conselheiros desenvolvem ações de nível nacional e seu objetivo é a promoção e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Adolescente frente à expressão social

Em um primeiro momento, faz-se necessário compreender o que é questão social. Caracteriza-se como um conjunto de expressões das desigualdades sociais, resultantes de desemprego, pobreza, drogadição, exploração do trabalho, entre outros.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMA-MOTTO, 2014, p. 27).

Como consequência das múltiplas expressões da questão social, vamos abordar com mais primazia a temática dos adolescentes em ato infracional. As desigualdades sociais têm grande influência na vida dos adolescentes, colocando-os à mercê da violência, pobreza, entre outros aspectos que acabam fazendo-os vítimas e colocando-os em situação de risco social.

Para finalizar, não podemos deixar de falar de vínculos familiares fragilizados. Dentre estes, temos pais alcoólatras, situações de violação de direitos, como abusos sexuais, violência física, negligência, entre outras.

Medidas socioeducativas

O ECA impõe um tratamento diferenciado para as crianças e os adolescentes infratores, classificando-os como sujeitos de direitos. O ECA busca a garantia de que a sua formação seja sólida e harmoniosa perante a sociedade, possibilitando sua retomada à vida social. O sistema judiciário é responsável por estabelecer as medidas socioeducativas de acordo com o ato infracional cometido (BRASIL, 1990, 46).

De acordo com Volpi (2011, p. 20), “as medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstância sociofamiliar e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual”. De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com a características da infração cometida.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção

em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (BRASIL, 1990, p. 46-47).

Advertência: trata-se de um ato que visa a uma repreensão branda, uma advertência sobre o ato infracional praticado, aconselhando o adolescente a não praticá-lo novamente. Essa medida trata-se de um ato infracional leve. A advertência deverá ser reduzida a termo e assinada pelas partes. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990, p. 47): “Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada”.

Obrigação de reparar dano: caracteriza-se no ressarcimento do dano causado ou compensação do prejuízo à vítima. Trata-se de uma medida educativa, levando o adolescente a reconhecer e repará-lo. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990, p. 47). Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Prestação de serviço à comunidade: determina-se na prestação de serviços gratuitos, determinado exclusivamente pela Justiça da Infância e da Juventude. Essa medida consiste em um forte apelo comunitário e educativo, sendo utilizado para melhorar a sua socialização e poder refletir sobre o ato infracional cometido. Essa medida leva em consideração as aptidões do adolescente, de modo que não prejudique sua frequência escolar.

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990, p. 48)

Liberdade assistida: esta medida constitui-se no acompanhamento do adolescente na sua vida social (escola, trabalho e família), através de um acompanhamento personalizado, garantindo a proteção, inserção comunitária, cotidiano, conservação de vínculos familiares, frequência escolar e inserção no mercado de trabalho. A liberdade assistida necessita de orientadores sociais, desenvolvidos pelo órgão executor de nível municipal, sendo supervisionada pelo Judiciário.

Semiliberdade: consiste em uma medida restritiva e privativa, estabelecendo o seu direito de ir e vir. No decorrer do dia realiza suas tarefas normais, como estudar e trabalhar, dentro ou fora da instituição, cumprindo as normas estabelecidas da instituição, sendo que à noite o adolescente se remete à unidade.

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, serem utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (BRASIL, 1990, p. 49).

Internação: sendo a última medida socioeducativa prevista no ECA, é aplicada ao infrator de ato infracional grave. Essa medida restringe o adolescente de ir e vir. Deve ser aplicada e realizada em entidades exclusivas para adolescentes, com a supervisão de uma equipe técnica.

Esta medida deve ser analisada e aplicada somente quando o adolescente comete ato grave, por reincidência em infração grave ou descumprimento de outras medidas sem justa causa.

Proteção Social do Sistema Único da Assistência Social

Foi implantado em 2005 o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que organizou um sistema descentralizado e participativo, explica Simões (2014, p. 333). O SUAS é um sistema descentralizado, participativo e não contributivo, que organiza e regula as responsabilidades de cada esfera de governo e da sociedade civil, com relação à política nacional de assistência social. A atuação da assistência social no SUAS é organizada em dois tipos de proteção: a básica e a especial, sendo coordenada e desenvolvida pelas unidades públicas (CRAS; CREAS).

O CRAS é uma unidade pública da assistência social, de base territorial municipal, localizada em áreas de vulnerabilidade social, seu trabalho deve ser focado na família. Pode-se dizer que o CRAS é o principal instrumento de proteção básica no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, constituindo um espaço de concretização dos direitos, materializando a política de assistência social.

O CRAS tem como objetivo ser uma referência local de assistência social e concretizar os direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando, em rede, as ações que previnam situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (SIMÕES, 2014, p. 341-342).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública de atendimento especializado de abrangência municipal e regional, oferta serviços destinados a indivíduos em situação de risco pessoal e social, como a violência, abuso e exploração sexuais contra crianças e adolescentes, podendo ofertar serviços de acordo com as situações de violação existentes no município.

A proteção social especial é uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras (SIMÕES, 2014, p. 344).

De acordo com as proteções sociais citadas, o CREAS é a unidade pública mais ideal para o desenvolvimento das medidas socioeducativas. No município de Benedito Novo essas medidas são desenvolvidas no CREAS, que foi implantado com o CRAS na mesma época. Ressalta-se, contudo, que no município de Doutor Pedrinho as medidas socioeducativas, como prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, são desenvolvidas na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, por não contar com CRAS e CREAS. Essas medidas são através de determinação do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Timbó/SC.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Sendo instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, o SINASE regulamenta as medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional. O SINASE trouxe muitas inovações no que diz respeito à aplicação e à execução das medidas socioeducativas aos adolescentes autores de ato infracional. Desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, o SINASE define os papéis e responsabilidades, procurando corrigir algumas distorções sobre o atendimento dessa importante demanda.

De acordo com o SINASE, a partir de 18 de janeiro de 2012 passam a ser obrigatórias a elaboração e a implementação desta norma nas três esferas de governo. Sob a responsabilidade dos municípios, ficou a oferta de programas e projetos destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Aos estados ficou a responsabilidade das medidas privativas de liberdade, além de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes. O SINASE é a efetiva implementação de uma política pública, destinada ao atendimento dos adolescentes autores de ato infracional e suas famílias.

A importância do Serviço Social no atendimento do adolescente em conflito com a lei

O Ministério do Desenvolvimento Social, através da Norma Operacional Básica – NOBSUAS/2005, descreve o atendimento da população nos espaços dos CRAS e CREAS. Na atuação do Serviço Social nas questões pertinentes à temática do adolescente em conflito, nos CRAS e CREAS, abordou-se um ponto estratégico dentro das relações sociais que articulam os meios em que o Serviço Social possa circular para que haja efetivação da sua prática (BRASIL, 2005).

Implica, neste contexto, uma nova maneira de se pensar e articular o Serviço Social na construção de um trabalho hegemônico com a sociedade, pois entendemos que o assistente social não trabalha sozinho e nem as organizações reorganizam grupos sem a inserção do profissional como suporte teórico do conhecimento do real.

De acordo com Nogueira Neto (2005, p. 5-29), o saber profissional é que produzirá, através das redes de relações, a construção teórica e prática, ainda vinculada ao poder das relações existentes nas organizações. É neste contexto que se encontram as questões em que os próprios sujeitos se veem sem força para articularem seus direitos como cidadãos.

De acordo com Carneiro e Costa (2011), os aspectos de se desenvolver um trabalho em rede são uma proposta nova dentro da área social, mas que merece um estudo aprofundado nesta questão, frente à possibilidade da construção de estratégias que fortaleceriam as alianças no processo de reconstrução de um trabalho em parceria com instituições com os mesmos fins.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Optamos pelo método dialético, porque através dele nos é permitido analisar e interpretar a realidade e suas contradições, refletindo na prática, aprendendo assim a trabalhar com as diferenças. Partindo da realidade apresentada na prática desenvolvida no município de Benedito Novo em conjunto com Doutor Pedrinho na troca de experiências, por ser uma ação que envolve a sociedade tanto em suas representações, bem como em sua totalidade e contradições, demonstrando de certo modo o desrespeito com os sujeitos sociais quanto ao direito de exercerem sua cidadania, é que reforçamos nossa opção pela dialética.

A dialética como processo e movimento de reflexão do próprio real não visa apenas a conhecer e interpretar o real, mas por transformá-lo no interior da história da luta de classes. É por isso que a reflexão só adquire sentido quando ela é um momento da práxis social humana (CURY, 1987, p. 26).

Portanto, este método abre caminhos para que se possa conhecer a realidade apresentada durante nossa prática, sendo que nossa intenção no momento está vinculada, descrevendo a realidade vivenciada por nós, profissionais, de modo que seja possível compreender os fatos, as situações vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei.

Partindo do conhecimento da realidade apresentada, levamos em consideração o conteúdo dos fatos que possibilitaram a realização deste estudo exploratório, pois, no momento, o nosso interesse é desvendar os significados das relações sociais, abordando a temática da ampliação do trabalho desenvolvido em rede.

Assim, entende-se que a dimensão da cidadania vai além da garantia dos direitos já determinados. Ela está presente no exercício da escolha, cidadania que nos norteou neste estudo.

Considerações finais

Ao concluir este trabalho, na sua primeira etapa foi necessário resgatar o contexto histórico da criança e do adolescente, assim como suas leis vigentes. A Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – decreta diversos mecanismos que podem ser utilizados para a responsabilização do adolescente infrator. Importante ressaltarmos que o ECA visa à socialização do adolescente em conflito com a lei.

Este trabalho fundamentou-se especificamente no Serviço de Proteção Social Básica, nas Secretarias de Assistência Social. Concluimos que esta não é a unidade ideal para o cumprimento de medidas socioeducativas, porém, de acordo com o ECA, o adolescente deve cumprir a liberdade assistida na cidade em que mora, e, por não haver um CREAS na Prefeitura de Doutor Pedrinho, medidas como prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida são realizadas na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

No entanto, a Prefeitura de Benedito Novo já implantou o CREAS, e os atendimentos são realizados por este setor, que atualmente ainda acredita que vem desenvolvendo os trabalhos de forma precária, devido à falta de equipe multidisciplinar como a lei exige.

Durante a construção desta pesquisa foi possível compreender que a família tem um papel importante na vida do adolescente, pois a família é o alicerce da educação e referência para o cidadão em desenvolvimento.

Destacam-se os fatores de risco que podem ter levado adolescentes a entrar em conflito com a lei, quais sejam: desestrutura familiar, vulnerabilidade social e contato com substâncias psicoativas.

Cabe destacar que o profissional de Serviço Social tem um papel importante no acompanhamento destes adolescentes, buscando com ética e respeito a sua ressocialização na sociedade, e muito tem que ser feito, pois se sabe que a sociedade os estigmatiza.

O profissional de Serviço Social tem o papel de intervir na realidade dos usuários, buscando romper com as práticas de atos infracionais, trabalhando também a família, e tem o dever de lutar para que tenham seus direitos assegurados.

A família tem um papel de destaque sobre o desenvolvimento de seus integrantes, sendo de fato a base mais importante para o ser humano. A adolescência é uma fase compreendida como um processo de transição, marcada por grandes transformações, uma vez que é definida por um período de curiosidade permeado por novas descobertas e anseios.

A ausência da família pode fazer com que o adolescente procure outras maneiras de suprir suas necessidades afetivas, em sua tentativa de compensar o vazio deixado pela família, muitas vezes resultando no ato infracional.

É importante destacar que a integração efetiva da família no processo de ressocialização do adolescente pode colaborar para o sucesso da medida socioeducativa.

Referências

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos - Presidência da República**: Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Lei n.º 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Projeto gráfico. Gráfica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social: **Norma Operacional Básica – NOBSUAS**. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Secretaria de Direitos Humanos - Presidência da República**: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 1988b. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

_____. **Decreto 17.943-A**. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CARNEIRO, Mauricéria L. C.; COSTA, Tereza Cristina. **A perspectiva do trabalho em rede nos CRAS de Teresina**: o olhar dos assistentes sociais. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Piauí. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/impasses_e_desafios_das_politicas_da_seguridade_social/a_perspectiva_do_trabalho_em_rede_nos_cras_de_teresinapi_o_olhar_dos_assistentes_sociais.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2015.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**: a roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. **O “Menor – problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM.** Rio de Janeiro: MPAS/FUNABEM, 1978.

_____. **Funabem ano 20.** Rio de Janeiro: MPAS/FUNABEM, 1984.

NOGUEIRA NETO, W. **Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 83, p. 5-29, 2005.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (Org.) **O Adolescente e o Ato Infracional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho Acadêmico.** Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; TOMENLIN, Janes Fidélis; SIEGEL, Norberto. **Módulo Fundamental: Pós-Graduação.** Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

TAVARES, Fabrício André. **Pesquisa em Serviço Social.** Indaial: Grupo Uniasselvi, 2011.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

PROGRAMA DE RÁDIO “MENTES E VERTENTES”: UMA EXPERIÊNCIA EM REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

“Minds and sheds” radio program: an experience in psychosocial rehabilitation

Bruna Camila Schuhardt¹
Alessandra Maria de Sousa²

Resumo: A contemporaneidade tem mostrado novos rumos a serem trilhados para a reabilitação psicossocial, através de atividades artísticas e culturais. O presente artigo se propõe a relatar a utilização de um programa de rádio como uma experiência de reabilitação para os usuários da rede de atenção psicossocial. O programa de rádio Mentos e Vertentes é produzido e apresentado por usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Blumenau/SC e está no ar há oito anos, através de uma parceria com a Rádio Comunitária Fortaleza, 98.3 FM, como uma estratégia de promoção de saúde através da inclusão social, da comunicação, do aumento da autoestima e do empoderamento dos usuários.

Palavras-chave: Saúde mental. Reabilitação psicossocial. Inclusão social. Promoção de saúde.

Abstract: The contemporary world has shown new directions to be followed for psychosocial rehabilitation, through artistic and cultural activities. This article intends to report the use of a radio program as a rehabilitation experience for users of psychosocial care network. The radio program Minds and Sheds is produced and presented by members of the Psychosocial Care Center of Blumenau/SC, on air for 8 years, through a partnership with the Radio Comunitária Fortaleza, 98.3 FM, as a health promotion strategy through social inclusion, communication, increased self-esteem and empowerment of users.

Keywords: Mental health. Psychosocial rehabilitation. Social inclusion. Health promotion.

Introdução

O programa de rádio Mentos e Vertentes é uma produção dos usuários da rede de atenção psicossocial do município de Blumenau/SC. O programa está no ar desde 2008, através de uma parceria com a Rádio Comunitária Fortaleza, e é transmitido ao vivo uma vez por semana.

A ideia do grupo surgiu da necessidade de melhorar a comunicação, e a formação de ideias dos usuários começou como oficina gravada em fita cassete dentro do Centro de Atenção Psicossocial II de Blumenau (destinado ao tratamento de pessoas com transtornos mentais). Após um convite por parte da rádio, a oficina se tornou um programa que hoje alcança o bairro Fortaleza, em Blumenau, considerando que a rádio, por ser comunitária, tem uma abrangência limitada. Ter este programa no ar tem sido uma grande conquista para os usuários da rede de atenção psicossocial, pois além dos objetivos iniciais de comunicação e formação de ideias, que estão sendo possíveis, também estão tendo a oportunidade de mostrar à sociedade suas capacidades.

Este artigo se propõe a apresentar uma experiência possível de reabilitação psicossocial através de um programa de rádio. Assim, para compreender melhor, será apresentado de forma breve o que é um Centro de Atenção Psicossocial, qual sua função na sociedade, a sua ligação com o programa de rádio, bem como a importância deste campo de estágio em Serviço Social no município de Blumenau/SC.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

² Assistente social, supervisora de Campo de Estágio da acadêmica no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS em Blumenau-SC.

Breve contextualização da reforma psiquiátrica e o surgimento dos centros de atenção psicossocial

Os Centros de Atenção Psicossocial surgiram como uma resposta à reforma psiquiátrica, que foi um movimento de luta e denúncia dos trabalhadores dos hospitais psiquiátricos, sendo que até aquele momento todo e qualquer indivíduo que não se enquadrava nos padrões do que era considerado correto pela sociedade naquela época estava sujeito a este tratamento, que era o asilamento e o afastamento da sociedade, das suas famílias, muitos entravam em um manicômio e eram abandonados pelas famílias, passando a sua vida inteira lá.

Segundo Amarantes (1994), o movimento dos trabalhadores em saúde mental se mobilizou na década de 80 em busca da discussão sobre a loucura, a psiquiatria e seus manicômios, levantando o lema “por uma sociedade sem manicômios” e discutindo a adoção de experiências de desinstitucionalização, ou seja, de um novo lugar para tratar a doença mental que não fosse a internação no hospital psiquiátrico.

Foi um longo processo de luta e conquistas legais que possibilitaram a criação dos dispositivos de cuidado e tratamento que existem hoje: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS são os dispositivos substitutivos aos hospitais psiquiátricos, são um serviço de saúde aberto e comunitário pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde).

Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida (BRASIL, 2004, p. 13).

Os Centros de Atenção Psicossocial ofertam um atendimento humanizado, em meio aberto, objetivando a reinserção social e respeitando as características individuais de cada um, através de um plano terapêutico individual, em que cada usuário toma seu medicamento e frequenta as atividades compatíveis com a sua necessidade.

O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitário (BRASIL, 2004, p. 13).

Este acompanhamento é realizado através de atendimentos individuais, atendimentos à família dos usuários, bem como através de grupos terapêuticos, de artesanatos, atividades manuais, de geração de renda, diversas atividades que possam proporcionar, aos usuários deste serviço, promoção de vida, reinserção social, fortalecimento de vínculos.

As práticas realizadas no CAPS são em meio aberto, ou seja, o usuário não fica internado como ocorria anteriormente nos hospitais psiquiátricos, ele tem a liberdade de ir e vir. Os projetos, muitas vezes, ultrapassam a estrutura física, buscando práticas inseridas na cidade, no bairro, na comunidade, focando o sujeito em sua singularidade, subjetividade, sua cultura e a vida cotidiana (BRASIL, 2004).

Um exemplo exitoso de atividade desenvolvida na comunidade é o Programa de Rádio Mentes e Vertentes, que saiu do CAPS II de Blumenau, rompendo as suas barreiras físicas e se inserindo na comunidade. O CAPS do tipo II, segundo Brasil (2011), é a modalidade que atende ao tratamento de transtornos mentais para municípios acima de 70 mil habitantes, segundo a Portaria 3.088/2011, que regulamenta a rede de atenção psicossocial.

Do nascimento da ideia à concretização do grupo

O Programa de Rádio “Mentes e Vertentes”, assim denominado através da escolha dos próprios locutores, é transmitido ao vivo todas as segundas-feiras das 14h às 15h, na Rádio Comunitária Fortaleza, 98.3 FM. De acordo com Sousa (2011), é um programa elaborado e desenvolvido por usuários da rede de atenção psicossocial do município de Blumenau, o programa surge a partir de uma oficina realizada no Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) de Blumenau, que começou em 2005, em que os usuários simulavam estar em um programa de rádio e faziam uma gravação em uma fita cassete.

Na época, o objetivo deste grupo era trabalhar a questão da comunicação e a formação de ideias e opiniões dos usuários. Em 2008, o CAPS recebeu um convite da Rádio Comunitária Fortaleza para transmitir o programa, e desde então está no ar sob a orientação da assistente social do CAPS II (SOUSA, 2011, p. 4)

Dinâmica do programa de rádio: “Mentes e Vertentes”

Atualmente, o grupo também contempla os usuários do CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial destinado ao atendimento de pessoas com dependência de álcool e outras drogas), bem como a assistente social do mesmo, R. M.

O programa segue uma dinâmica de entrevistas, em que são convidadas pessoas que possam trazer assuntos de importância para os usuários, assim como assuntos de interesse comum para a comunidade local e a sociedade, como alguns recentes, sobre feminismo e a lei do feminicídio, sobre os ciclistas, seus direitos e deveres e mobilidade urbana, educação para o trânsito, redução da maioria penal, entre outros assuntos.

Em todos os programas não existe uma pauta de perguntas preestabelecidas, todas são elaboradas na hora pelos usuários. Alguns entrevistados são convidados a pedido deles; entretanto, muitas vezes, eles ficam sabendo do assunto do programa pouco antes de entrar no ar e todos têm a liberdade de fazer perguntas. Em meio às entrevistas, também são tocadas músicas escolhidas por eles e, às vezes, oferecidas a amigos e familiares. O ambiente é descontraído e o programa é transmitido ao vivo. Portanto, nada do que os locutores e os entrevistados falam ou perguntam sofre alteração.

Conquistas e resultados

O programa é uma forma de empoderar os seus usuários participantes. Na perspectiva de Vasconcelos (2003, p. 20), o “Aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, sofrem dominação e discriminação social”.

Ao longo da participação no grupo, é possível perceber a mudança de postura dos usuários, pois, à medida que eles vão participando dos programas, vão se soltando, sentindo firmeza de falar ao microfone, inclusive para improvisos em casos de imprevistos, inclusive na falta de entrevistados, principalmente pelo fato de o programa ser transmitido ao vivo. Através das entrevistas se tem a oportunidade de receber pessoas que podem trazer informações sobre determinados assuntos, dando oportunidade ao debate e à formação de ideias e opiniões dos usuários.

Ao articular estrategicamente arte, comunicação e saúde mental e ter como “horizonte ético” o respeito à diversidade, à diferença e à liberdade, muito vem contribuindo com

o avanço do processo de reforma, ampliando as possibilidades de participação e intervenção na cultura e, por conseguinte, a produção de novos sentidos sobre a loucura, facilitando sua reinserção na rede complexa e dinâmica de trocas sociais, políticas, econômicas e simbólicas (CALICCHIO, 2007, p. 18).

O grupo, enquanto formação de ideias e opiniões, em nenhum momento impõe algo aos seus participantes. A importância de entrevistas com assuntos atuais relevantes para a sociedade como um todo, como, por exemplo, o tema da diminuição da maioria penal, parte do conhecimento que o entrevistado traz, podendo os locutores escutar, debater e tirar suas conclusões.

Através do programa, os usuários são colocados em destaque, proporcionando o aumento da sua autoestima. Eles são os protagonistas naquele espaço onde não tem mais usuários e profissionais, todos são locutores, todos possuem direito a falar, expressar-se e perguntar.

O foco dos programas são assuntos de interesses deles, e também relevantes aos ouvintes, mas não focados apenas nos transtornos mentais, e sim na promoção deles como sujeitos, como qualquer sujeito composto de potencialidades e fragilidades, conquistas e derrotas, o que possibilita também desconstruir a imagem do ‘louco’ na sociedade, não só através dos ouvintes da rádio, como também os que são convidados para entrevistas, que estão tendo a oportunidade de conhecer o trabalho de pessoas que anteriormente eram tachadas de incapazes de produzir e se socializar, podendo desmistificar essa ideia e transmitir esse novo olhar a outros núcleos aos quais pertençam, pois eliminar este estigma é uma luta constante.

Vasconcelos (2003) nos traz a possibilidade de transformação do estigma e dependência na relação com a loucura e o louco na sociedade por meio de atividades cotidianas permanentes, tanto individuais como coletivas, mas de caráter cultural, social e artístico, que possibilitem promover a pessoa vista como louca, na comunidade, na mídia e na sociedade de forma ampla, no empenho da mudança das atitudes discriminatórias.

Nesta perspectiva, uma das conquistas do programa de rádio como reabilitação psicossocial é o fato deste acontecer na comunidade, em um bairro de Blumenau, fora do CAPS, promovendo de fato a reintegração social dos usuários, o acesso à cidade, à liberdade de ir e vir, que já é uma luta da reforma psiquiátrica. “Esta implica não apenas um processo de desospitalização, mas de invenção de práticas assistenciais territoriais; um processo prático de desconstrução dos conceitos e das práticas psiquiátricas” (AMARANTE, 1994, p. 80).

Muitas vezes, na prática do dia a dia, alguns usuários acabam apenas indo de casa para o CAPS e do CAPS para casa, por isso são tão importantes as atividades desenvolvidas fora dele, para que aos poucos os usuários possam se empoderar e ser mais independentes. Hoje os participantes do programa vão sozinhos para a rádio, apenas alguns do CAPS ainda se utilizam do acompanhamento de um profissional, pela condição de estarem em tratamento para álcool e outras drogas e se sentirem mais confiantes na companhia do profissional. Esta independência também se reflete na autonomia que eles passam a ter até para lutar pelos seus direitos, pois o programa, através das entrevistas, traz muita informação sobre cidadania, bem como sobre direitos e deveres.

Mello (2001) acredita que a oficina de rádio é um importante espaço terapêutico para o tratamento das pessoas com transtornos mentais, pois facilita a comunicação e as relações interpessoais, a produção, a criatividade, é onde elas podem expressar seus sentimentos, ressignificar suas histórias de vida e o seu sentido.

Desafios

Um desafio encontrado inicialmente pelo grupo, e certamente é o motivo pelo qual não

se tem tantas experiências desse tipo, é o acesso aos meios de comunicação, neste caso as rádios. Como citado por Sousa (2011), em seu artigo sobre o programa, já havia um interesse em busca por uma parceria para a produção de um programa de rádio. No entanto, as rádios comerciais não tiveram interesse, pois sua programação é construída a partir do interesse dos seus anunciantes.

Hoje o Programa de Rádio “Mentes e Vertentes” é possível através da parceria com a Rádio Comunitária Fortaleza, e pelo fato de esta ser comunitária, tem uma abrangência limitada, o que acaba limitando também os resultados na sociedade.

Registros de experiências exitosas de programas de rádio em saúde mental

Muitas são as experiências exitosas de reabilitação psicossocial, de atividades artísticas, culturais de sociabilidade e reinserção.

O novo paradigma para o cuidado da pessoa em sofrimento psíquico vem apresentando inúmeras experiências exitosas na inserção social do usuário pela via da arte, da cultura e do trabalho; esses instrumentos apresentam um passo importante para a emancipação e autonomia dos usuários da rede de atenção psicossocial. Podemos citar diversas experiências em que a música, a pintura, a dança, enfim, a arte e o trabalho, puderam contribuir para a subjetivação do usuário de saúde mental, possibilitando outras formas de sociabilidade (MACHADO, 2014, p. 17).

A proposta de olhar para o caminho da reabilitação psicossocial através da arte, da cultura e do trabalho tem proporcionado resultados positivos. Para conhecimento, serão apresentadas experiências de outros programas de rádio desenvolvidos com usuários da saúde mental.

Programa de rádio Maluco Beleza

O programa de rádio Maluco Beleza é uma experiência dos usuários do Serviço de Saúde de Dr. Cândido Ferreira, em Campinas, no interior de São Paulo. Segundo Fachini (2008), o programa é totalmente produzido pelos usuários, desde a pauta à edição e transmitido através de uma parceria do Cândido Ferreira com a Rádio Educativa FM 101,9 Mhz, que pertence à prefeitura. O programa vai ao ar uma vez por mês, e acredita-se que a rádio pode ser um instrumento de resgate à cidadania de grupos excluídos da sociedade. “Pela primeira vez esses pacientes falam, em um meio de comunicação, de suas vidas, seus problemas, suas potencialidades e conquistas, sem interferência do jornalista profissional” (FACHINI, 2008, p. 5).

Esse espaço da mídia que está sendo ocupado é então considerado por Fachini (2008) como uma dívida social sendo paga, considerando que a mídia sempre foi um instrumento utilizado para difundir o preconceito, veiculando a imagem do usuário da saúde mental como louco, impotente, um ser que não poderia se socializar.

Hoje, a comunicação no Cândido é entendida como fonte de poder, de direitos, cidadania, liberdade, como instrumento de mobilização social, de construção e reconstrução de identidade, como produtora de sentido através da afetividade, de ampliação de possibilidades pessoais e coletivas, tudo isso formando um conceito mais amplo de reabilitação psicossocial (FACHINI, 2008, p. 9).

O programa de rádio Maluco Beleza, como outros aqui descritos, tem contemplado aos seus locutores aquilo que propõem os serviços de saúde substitutivos aos hospitais psiquiátri-

cos, mas que, às vezes limitados à sua estrutura física, não conseguem efetivar.

Papo-cabeça: oficina de rádio

O papo-cabeça é uma experiência de oficina de rádio em saúde mental, realizada em Santa Cruz de Sul (RS), através de uma parceria do CAPS com a universidade da cidade. “A oficina é ministrada no laboratório de Rádio do Curso de Comunicação Social da UNISC” (MELLO, 2001, p. 5) e foi desenvolvida com base em três fundamentos:

O rádio como espaço a ser ocupado por grupos sociais excluídos, isso devido às características próprias do veículo; o segundo diz respeito à importância da comunicação comunitária, visando à promoção da cidadania e da sociabilidade de um grupo que ainda luta contra o preconceito social; o terceiro traz elementos que apresentam as oficinas como um espaço terapêutico para os portadores de sofrimento psíquico que rompa com o modelo asilar de tratamento da loucura (MELLO, 2001, p. 1).

Todos os fundamentos são importantes, pois remetem às reivindicações e às conquistas da Reforma Psiquiátrica, que objetivam a inclusão, as relações sociais, a participação social e o exercício da cidadania.

De acordo com Fortuna (2013, p 21), “o contexto da reforma deu abertura a novas formas de cuidado para com o portador de transtorno mental, que não se resumissem apenas à internação”; as novas estratégias buscam a inserção social através de atividades de cunho artístico, cultural e comunitário, com destaque para as oficinas terapêuticas psicossociais.

Quanto aos resultados conquistados e percebidos na oficina, Mello (2001) aponta que os encontros são um espaço favorável à socialização, os participantes desenvolveram habilidades de comunicação que foram perceptíveis na evolução da locução nas entrevistas. Já com relação a criar uma consciência na comunidade sobre o movimento de saúde mental e as capacidades da pessoa com sofrimento psíquico, não é possível mensurar, pois não houve nenhuma pesquisa, mas se subentende que houve retornos, pelo fato de o programa ir ao ar em uma rádio comercial.

As experiências aqui citadas foram utilizadas para ampliar o debate acerca da questão da reabilitação psicossocial através de atividades como os programas de rádio. Ainda são poucos os registros de experiências assim, certamente em virtude do acesso aos meios de comunicação, que normalmente visam ao lucro e programas mais comerciais possíveis, não abrindo espaço para desenvolver atividades como esta.

A importância do campo de estágio: possibilidades de conhecimento, reconhecimento, processo de ensino e aprendizado

O Serviço Social nas instituições em que existem campos de estágio visa a garantir direitos sociais aos usuários. Assim, neste contexto, o estagiário torna-se conhecedor da realidade, compreendendo a relação teoria/prática, e com o supervisor de campo – assistente social – aprende a intervir na problemática das demandas existentes, expressões sociais da questão social, neste caso especificamente os transtornos mentais.

O Estágio Supervisionado Curricular, além de contribuir para a formação profissional, complementa o processo de ensino/aprendizagem, sendo uma exigência do currículo do Curso de Serviço Social, tendo a orientação da supervisora de campo, proporcionando ao acadêmico conhecimento e apoio nos trabalhos desenvolvidos.

Para melhor compreensão do conceito de estágio presente na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e também na legislação específica, é oportuno recuperar algumas das expressões já utilizadas na Lei Federal nº 6.497/77 para caracterizar essa atividade de estágio supervisionado, que descrevia como “complementação do ensino e da aprendizagem”; “instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural-científico e de relacionamento humano”; “participação [...] em empreendimentos ou projetos de interesse social”. No entanto, aprimorou-se o entendimento da matéria utilizando fundamentalmente expressões como: “atividades de aprendizagem social, profissional e cultural”; “participação em situações reais de vida e de trabalho, de seu meio”; “procedimentos didático-pedagógicos [...] de competência da instituição de ensino” em parceria com “pessoas jurídicas de direito público e privado” cedentes de “oportunidades e campos de estágio”, como colaboração no processo educativo (MEC, 2011 apud PIERITZ; MONTIBELLER, 2011, p. 64).

Neste contexto, o estagiário torna-se conhecedor da realidade, compreendendo a relação teoria/prática, num processo de reflexão, partindo de sua própria experiência de vida, estudo, prática.

No que diz respeito à definição do estágio, a legislação federal brasileira (2008, web), Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, descreve em seu art. 1º que o estágio “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]” (PIERITZ; MONTIBELLER, 2011, p. 64).

O trabalho de observação e o levantamento de demandas contribuíram para o conhecimento das expressões da questão social, aqui enfatizada como a saúde mental. No levantamento de demandas, com a utilização dos instrumentais de pesquisa social, registrando e analisando todas as atividades no diário de campo, podemos analisar e refletir constantemente sobre a problematização e a compreensão de uma experiência de estágio sob orientação, análise e assinatura do supervisor de campo, bem como do professor tutor/orientador pedagógico que nos proporciona a segurança necessária.

No campo de estágio, o assistente social-supervisor de campo é o profissional de extrema importância e merece todo o nosso apreço, pois é o responsável pelo acompanhamento de todos os nossos passos, atividades pretendidas, fazer, agir, pensar etc.

A partir dos elementos de pesquisa, resultado da observação e análise realizadas no campo de estágio, podemos realizar com o supervisor de campo o desenvolvimento do projeto de intervenção articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente às necessidades sociais identificadas. Assim identificados as estratégias e os objetivos de intervenção profissional, temos como formular o referido projeto.

Para poder intervir junto à população usuária do campo de estágio, a orientação do supervisor de campo é de extrema importância, visto que colocar em prática um conjunto de técnicas e habilidades profissionais, no sentido de efetivar seu exercício profissional junto a indivíduos, grupos, não é algo tão simples assim; atender às demandas, com o uso do devido instrumental técnico-operativo da profissão não é tarefa simples, tampouco fácil, pois exige dedicação, competência, estudo, análise, cuidado, respeito, ética, entre outras inúmeras questões.

[...] o estágio supervisionado possui uma dimensão socioeducativa muito maior do que se imagina, não é apenas uma simples aprendizagem ou treinamento profissional,

mas engloba diversas faces e oportunidades. O estágio não pode ser considerado apenas como uma oportunidade de “treinamento em serviço”, no sentido tradicional do termo, uma vez que representa, essencialmente, uma oportunidade de integração com o mundo do trabalho, no exercício da troca de experiências, na participação de trabalhos em equipe, no convívio socioprofissional, no desenvolvimento de habilidades e atitudes, na constituição de novos conhecimentos, no desenvolvimento de valores inerentes à cultura do trabalho, bem como na responsabilidade e capacidade de tomar decisões profissionais, com crescentes graus de autonomia intelectual, portanto as dimensões do social, do profissional e do cultural também constituem a essência do conceito de estágio supervisionado.

Acredita-se realmente no estágio em SES como um processo educativo e reflexivo de ensino-aprendizagem, que envolve a supervisão pedagógica, o conhecimento do acadêmico e o acompanhamento do profissional *in loco* e que consequentemente desenvolve em todos os envolvidos um comprometimento com um projeto político-pedagógico e de corresponsabilidade social na busca da qualidade dos serviços prestados aos usuários de direitos (MEC, 2001 apud PIERITZ; MONTIBELLER, 2011, p. 68).

Nesse sentido, percebemos que o estágio é de extrema importância, sendo um espaço de aprendizado e um processo de comprometimento e “[...] que se inicia, desenvolve-se e se transforma por toda uma vida profissional. Assim, a principal função da prática de estágio é fazer com que o sujeito-educando se confronte com as questões e dilemas de sua profissão no dia a dia” (PIERITZ; MONTIBELLER, 2011, p. 68).

Considerações finais

O Programa de Rádio “Mentes e Vertentes” tem sido uma experiência possível de reabilitação social, é um espaço de discussão e formação de ideias, de fortalecimento de vínculos entre os participantes. A prova e o retorno disso vêm através da fala de um dos locutores (PC, 2015) que participam do programa, em que afirma:

É uma satisfação poder participar na rádio, porque, além de em cada programa Mentes e Vertentes podermos debater assuntos de interesse de nossos ouvintes, nos sentimos mais perto da comunidade que nos acompanha e também amizades com os membros da rádio comunitária, é muito bom.

Este é um espaço de protagonismo dos usuários, de novos papéis sociais em que eles não são mais usuários, e sim locutores. Uma conquista importante também é a desconstrução da imagem do “louco” na sociedade e a quebra de estigmas e preconceitos.

É possível perceber a transformação dos usuários com relação à melhora da comunicação, o sentimento de participação de uma rádio e de pertencimento. Um dos relatos é de um locutor que diz ter “muito prazer em participar da rádio, porque podemos entrevistar várias pessoas de vários segmentos da sociedade”. Outro locutor afirma ser “muito gostoso estar na rádio, porque temos a oportunidade de debater novos assuntos da comunidade toda semana”.

De forma geral, o sentimento dos locutores, quando falam na rádio seus depoimentos, sempre é em torno da alegria de fazer um programa de rádio, de estar nesse espaço em que nunca imaginaram dele fazer parte, de entrevistar pessoas, de aprender algo com as entrevistas e com a interação com seus colegas.

Como enfatizam as professoras do Curso de Serviço Social, Pieritz e Montibeller (2011, p. 70), também compactuo com esta perspectiva: “Acredita-se que em qualquer lugar e espaço pode-se proporcionar a transformação de vidas que carecem de significados, porém são neces-

sários a qualificação profissional e o comprometimento sociopolítico e ético de cada assistente social.”

Portanto, o objetivo do presente artigo foi o de relatar e registrar a experiência do Programa “Mentes e Vertentes”, que tem se mostrado eficaz em sua proposta de reabilitação em saúde mental e, conforme as possibilidades, é um exemplo a ser adotado em outras cidades e em outros dispositivos como promoção de saúde, bem como ao CAPS, espaço de ensino, aprendizado e enriquecimento pessoal e profissional, instituições que são e serão parte da minha história de vida.

Referências

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ, 1994.

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Diário Oficial União. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/dr_drogadicao/dr_legislacao_drogadicao/Federal_Drogadicao/Portaria%20n%C2%BA%203088-2011%20-%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2004.

CALICCHIO, Renata Ruiz. **Vinte Anos de Luta Antimanicomial no Brasil: arte e comunicação como estratégia de participação e transformação social no contexto da reforma psiquiátrica**: ECO-PÓS – v. 10, n. 1, janeiro-julho, 2007, pp.13-21.

FACHINI, Fabiano. **Maluco Beleza: como é, na prática, a produção de um programa feito por usuários da saúde mental**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1488-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

FORTUNA, Danielle Barros Silva. **O Papel do Rádio no Campo da Saúde no Contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Estudo de Caso da Web-rádio Revolução FM**. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/bitstream/handle/icict/7089/Danielle%20Barros.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 maio 2015.

MACHADO, Maria Lúcia Teixeira (Org.) **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

MELLO, Veridiana Pivetta. **Papo-cabeça: a experiência de uma oficina de rádio para usuários de serviços de saúde mental**. Anais do 24 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10642188878>>

3102963036477010951290221552.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann; MONTIBELLER, Cristiana. Estágio supervisionado em serviço social na educação superior a distância no Brasil. **Revista Maiêutica Bacharelado em Serviço Social**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – GRUPO UNIASSELVI. v. 1 n. 1 - jun./dez. 2011. Indaial: UNIASSELVI, 2011. p. 63-70.

SOUSA, Alessandra Maria de. **Programa de Rádio “Mentes e Vertentes”**: as experiências dos usuários do CAPS II de Blumenau. Maringá-PR: Revista Eficaz, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão**: Empowerment, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

PSICOLOGIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Social psychology and social service: an interdisciplinary relationship

Ana Paula Aparecida Magalhães¹
Angelina Markiv Kotcz Germach¹
Cleonice Gonçalves de Oliveira¹
Ivone Sebold da Silva¹
Marisa Paula Castilho Schwawbach¹
Silmara Marques¹

Resumo: A atuação do psicólogo junto à assistência social pode ser considerada recente, apesar de relevante e de se constituir como algo necessário no campo profissional. O objetivo deste trabalho é conceituar a psicologia, estabelecendo seus compromissos com a sociedade, contextualizar os estágios do desenvolvimento da criança teorizados por Jean Piaget, estabelecer a importância da psicologia para a prática do Serviço Social. Para uma compreensão das questões sociais, essa realidade ainda impõe profusos desafios e problemas aos profissionais, em um cenário de profundas desigualdades sociais que se revelam de modo direto no cotidiano do sistema público. O trabalho dos psicólogos, apesar dos esforços, confirma o quanto a psicologia, como ciência e profissão, manteve um distanciamento histórico das questões sociais, sendo que hoje em dia os estudos relacionados à psicologia estão cada vez mais fazendo parte dos recursos sociais, o saber como lidar com essa profissão, de como oferecer assistência a quem depende do profissional, são aspectos importantíssimos. Compreende-se que o indivíduo não precisa só de uma atenção social, que estuda seus sentimentos e sua mente. Nesse enredo, entendemos que a pesquisa bibliográfica estará no melhor caminho para ampliarmos nosso trabalho, aprimorando nossos conhecimentos. Demonstraremos como é necessária e fundamental a relação interdisciplinar entre os profissionais do Serviço Social e Psicologia Social.

Palavras-chave: Envolvimento. Desigualdades. Relação interdisciplinar.

Abstract: The psychologist with the social assistance can be considered recent, although relevant and to be as necessary in the professional field. The objective is to conceptualize psychology, establishing their commitment to society, contextualize the stages of child development theorized by Jean Piaget, establish the importance of psychology to the practice of social work. For an understanding of social issues, this reality also imposes profuse challenges and problems to professionals, against a backdrop of deep social inequalities that are revealed in a direct way in the public system daily. The work of psychologists, despite the efforts, confirms how much psychology as a science and profession, has kept a historic detachment from social issues, and nowadays the psychology related studies are increasingly part of social resources, knowledge how to deal with this profession as offering assistance to those who depend on professional are very important aspects. It is understood that the individual need not only a social attention, studying your feelings and your mind. In this scenario, we believe that literature is the best way to broaden our work, improving our knowledge. Demonstrate how necessary and important the interdisciplinary relationship between professionals of Social Work and Social Psychology.

Keywords: Involvement. Inequalities. Interdisciplinary Relationship.

Introdução

A psicologia analisa a decisão mútua entre o indivíduo e o seu meio social, apresentando deficiências de publicações de referências privadas, ainda que aconteça a existência de muitos trabalhos já desenvolvidos na ciência psicológica social, particularmente a de orientação comunitária. Por fim, estuda a conduta social do ser e se atenta à convivência em grupo e entre si própria.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Jean Piaget explana sobre o desenvolver do indivíduo e como ele se relaciona e quais são suas facilidades de refletir e agir, observando basicamente os conhecimentos que adquire ao longo do tempo.

No assunto das relações sociais, é fundamental o desenvolvimento da psicologia junto ao trabalho social. É preciso dar significado às ações vinculadas em ambas profissões para o reconhecimento e o aumento do atendimento e comprometimento dos indivíduos que compõem a sociedade.

A relação interdisciplinar dos profissionais contribuirá com elementos que permitirão a direção das ações diárias de forma integrada, oportunizando o desenvolvimento de um trabalho social que atenda às necessidades reais do indivíduo. Desta forma, atuaremos com a potencialização de um trabalho mais bem-sucedido, contribuindo para a formação e a experiência dos profissionais envolvidos.

A psicologia social e seus compromissos com a sociedade

A psicologia social começou a ter seu desenvolvimento no início do século XX nos Estados Unidos da América. É um ramo da psicologia que tem como princípio o estudo da personalidade e como a sociedade funciona. Desta forma, estuda o indivíduo e sua interação em seu meio cultural e social. Através destes processos sociais são classificadas as características da psicologia humana.

A psicologia social estuda as formas comportamentais que os indivíduos apresentam em seu meio social, ou seja, esta ciência analisa os aspectos sociais do comportamento e do funcionamento mental.

Todos os comportamentos que manifestamos em nosso encontro são chamados, na Psicologia Social, de papel desempenhado. Tais comportamentos, por sua vez, podem ou não estar de acordo com prescrição social, isto é, as normas prescritas socialmente para o desempenho de determinado papel (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 178).

A psicologia social tem a função de estudar não só o indivíduo, mas o ser e a sociedade à qual ele pertence, desconstruindo a imagem de um indivíduo frente aos grupos sociais. Nesta disciplina, as pessoas, por mais diversificadas que sejam, apresentam comportamentos sociais distintos, tornando-se evidentes caso estas estivessem isoladas, pois muitos encontram-se submersos a uma mente coletiva. É desta forma que o indivíduo leva o seu agir de forma diferente do que ele assumiria individualmente.

Os grupos sociais são conjuntos de indivíduos que, com objetivos comuns, desenvolvem ações na direção desses objetivos. Para garantir essa organização, possuem normas; formas de pressionar seus integrantes para que se conformem às normas; um funcionamento determinado, com tarefas e funções distribuídas entre seus membros; formas de cooperação e de competição; apresentam aspectos que atraem os indivíduos, impedindo que abandonem o grupo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 182).

Partimos da premissa de que toda psicologia é interessante e completa, tornando-se social a partir do momento em que percebe o ser humano como um todo, passa a se preocupar com as interações e relações sociais, percebendo que o ser humano é um ser relacional e histórico, pois ao mesmo tempo em que acaba sendo modificado por ela, também encontra uma maneira

de modificá-la.

É necessário pensar que a psicologia social se encontra mais comprometida com a realidade social do que com as condições de vida das pessoas no ambiente em que estas estão inseridas, e, portanto, deve-se acabar com a ideia de que o mundo psicológico está oposto ao social.

Os estágios do desenvolvimento da criança teorizados por Jean Piaget

Jean Piaget nasceu em 1896, em Neuchâtel, na Suíça, e faleceu em 1980, em Genebra. Piaget foi uma criança precoce, tendo publicado seu primeiro artigo aos 11 anos de idade, tornou-se doutor em ciências naturais no início de sua carreira acadêmica, em 1915 formou-se em biologia, e em 1918 defendeu a tese de doutorado. Começou a estudar psicologia e um ano após iniciar seus estudos trabalhou com testes de inteligência infantil, ficando intrigado com as respostas erradas das crianças da mesma faixa etária. Esses dados permitiram o lançamento da hipótese de que o pensamento infantil é diferente do pensamento do adulto.

Através da minuciosa observação de seus filhos e, principalmente, de outras crianças, Piaget impulsionou a Teoria Cognitiva, que se divide em quatro fases:

- Sensório-motor (0 - 2 anos)
- Pré-operatório (2 - 7 anos)
- Operatório concreto (8 - 11 anos)
- Operatório formal (a partir dos 12 anos aos 16 anos em média)

Piaget enfatizou a continuidade do crescimento adaptativo em todos os seres vivos. No desenvolvimento cognitivo do homem, vê uma continuação desse processo. O bebê se adapta ao mundo ao seu redor principalmente através de ações: a isso Piaget denomina “inteligência prática”. Ela capacita o bebê a interagir com as pessoas e coisas de sua vida através de seus gestos, gritos e movimentos autorregulados. A esse período, que vai do nascimento até 18 meses ou dois anos, Piaget chama período sensório-motor (PULASKI, 1983, p. 39).

Nesta fase que vai do nascimento até aproximadamente os dois anos de idade, a criança se desenvolve e se adapta interagindo com o meio em que vive, aprimorando seus reflexos neurológicos, assimilando assim suas ações e construindo suas noções de espaço, tempo e causalidade, interagindo com tudo à sua volta, reagindo aos reflexos, levando tudo à boca, desenvolvendo seus meios de comunicação formados por gestos, choros e gritos, conseguindo assim que o adulto perceba em seus gestos a sua vontade. Esse estágio é caracterizado como pré-pensamento, pois suas ações estão caracterizadas somente pelas ações práticas.

O pensamento da criança pré-escolar ainda é egocêntrico, vinculado à sua experiência limitada. Seus conceitos iniciais são vagos e confusos. Lentamente, ela trabalha por construir seu caminho em direção a ideias um pouco mais lógicas do mundo, a que Piaget chama semilógicas. Esse período, que vai aproximadamente desde os dois anos até seis e meio ou sete, é chamado pré-operacional, pois a criança ainda não atingiu as verdadeiras operações descritas acima (PULASKI, 1983, p. 40).

Esta fase que vai dos dois anos até os sete anos de idade é caracterizada pelo início da linguagem oral, aprimorando sua comunicação, pois ela referencia as palavras aos objetos, isso só é possível graças à função simbólica, dando assim nomes aos objetos com os quais tem

contato. Entretanto, a atividade sensório-motor não deixou de existir, ela só se sofisticou, ocorrendo então na criança uma melhora da aprendizagem, surgindo o pensamento, mas ainda sem o amparo psicológico, pois não se recordará dos fatos acontecidos nesta fase. Neste estágio, a criança ainda é egocêntrica, pois acredita que o mundo gira ao seu redor, muitas vezes tornando-se teimosa.

A criança em idade escolar, em seu sexto ou sétimo ano, é capaz de formular operações verdadeiras, que percebe como irrefutáveis e logicamente necessárias. Trabalhando com modelos concretos, pode agora operar em pensamento, classificando-os às suas representações (retratos, palavras) em diferentes tipos de agrupamentos. Pode seriar, ampliar, subdividir, diferenciar ou combinar as estruturas existentes em novas relações. Pode efetuar as quatro operações matemáticas de adição e seu reverso, a subtração, e de multiplicação e seu reverso, a divisão. Mas seu raciocínio ainda é limitado por suas próprias experiências concretas; ainda não é capaz de lidar com abstrações puras, sob a forma de inferências e hipóteses. Assim, Piaget chama esse período que vai dos sete até aproximadamente 11 ou 12 anos de período de operações concretas (PULASKI, 1983, p. 40).

Neste estágio, a criança desenvolve valores como o companheirismo e a amizade, devido à diminuição do egocentrismo, aprendendo assim a relacionar-se com mais afinidade e a dividir e ter empatia para com o próximo. A característica que marca a passagem da fase do sensório-motor para a operacional concreta é a do pensamento, pois adquire a capacidade de fazer a conservação e a reversão do pensamento, o estágio que era anteriormente descritivo do mundo empírico agora passa a aperfeiçoar o pensamento, podendo assim realizar operações matemáticas, deixando de confundir o real com a fantasia.

Devido à estruturação do pensamento, dá-se o desenvolvimento da linguagem, e deixa de existir o monólogo, passando ao diálogo inteiro. Nesta fase começa a dar valor aos grupos de pares, meninos com meninos e meninas com meninas.

O último período do desenvolvimento cognitivo descrito por Piaget aparece no início da adolescência. O jovem começa agora a “operar com operações”, o que significa que pode pensar o pensamento e as ideias, assim como as coisas concretas. As operações formais são “operações elevadas à segunda potência”, referem-se às leis gerais por trás da multiplicidade de acontecimentos particulares, tais como as leis mendelianas, que se manifestam na surpreendente variedade das mutações genéticas. Nesse estágio, o adolescente é capaz de considerar hipóteses e de imaginar o que se seguirá, caso elas sejam verdadeiras. Pode seguir a forma do raciocínio ao mesmo tempo em que ignora o conteúdo, razão pela qual as operações desse período são determinadas formais (PULASKI, 1983, p. 41).

Esse momento inicia-se na adolescência, quando a criança desenvolve a capacidade de criar teorias sobre o mundo, não necessitando de referências concretas, tirando suas próprias conclusões, rebelando-se contra o mundo, sendo caracterizado assim como antissocial. O adolescente imagina o mundo passível de transformação, gradativamente compreende a importância da reflexão sobre seus atos e as consequências que podem gerar. Deseja ser aceito em grupos de amigos e sofre grande influência moral dos grupos que o cercam, tendendo a aceitar e a participar de certas atitudes que muitas vezes não acha corretas, mas sente necessidade de estar presente neste grupo para se tornar popular.

A importância da psicologia para a práxis do Serviço Social

A psicologia é importante na instrumentalização da práxis do Serviço Social que promove mudanças sociais e na atuação da resolução de problemas das relações humanas para a melhoria do seu “bem-estar”. Aplicando a teoria do comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social tem como foco a intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia, trata-se de uma difícil relação entre o conhecimento teórico e a prática profissional. Conforme a afirmação de Barroco (2010, p. 31), “[...] as mesmas relações sociais que ampliam as capacidades e as possibilidades humanas produzem mecanismos de sua negação, impedindo sua realização concreta”.

Já a Psicologia e a práxis psicológica tratam-se de um desafio para os profissionais desta área. Como sugere Sawaia (2002, p. 72), “[...] o psicólogo deve direcionar seu trabalho para a prevenção terapêutica das situações de sofrimento oriundas do processo socioeconômico, nos quais as famílias atendidas estão expostas”. O trabalho do psicólogo passa a ser a promoção da autonomia do sujeito, contrapõe-se à violação de seus direitos, proporcionando o seu desenvolvimento interpessoal, fortalecendo-o como pessoa.

Percebe-se então que, tanto na práxis do assistente social como na do psicólogo, é realizado um trabalho voltado às relações sociais do ser humano. Sendo assim, é necessário que se desenvolva um trabalho conjunto, estabelecendo uma relação interdisciplinar, em que os princípios dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social.

Considerações finais

Finalizamos compreendendo que a psicologia social pertence a uma área de conhecimento da psicologia que busca entender as relações sociais vividas pelo indivíduo. Sua função é revelar o grau de conexão entre o indivíduo e a sociedade à qual ele pertence.

Durante as diversas fases do desenvolvimento humano, vivenciamos várias situações. Algumas pessoas conseguem superar suas dificuldades e limitações através de seus pares. No entanto, a questão social que está absolutamente presente na relação capital x trabalho subjuga o indivíduo, limitando-o ao exercício mínimo dos seus direitos, uma vez que ele não se reconhece como membro consumidor da sua própria produção.

Analisamos que a atuação do Serviço Social se dá neste âmbito das desigualdades sociais, em suas mais diversas formas de expressão, especificamente na busca frequente das transformações sociais.

Concluimos que o Serviço Social e a psicologia social possuem uma ação recíproca, uma aproximação. Essa relação pode ser vislumbrada através das práxis dos trabalhos realizados pelos profissionais que atuam através de uma relação interdisciplinar, buscando ampliar as possibilidades de atendimento dos anseios e necessidades da população.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: Fundamentos Sócio-Históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PULASKI, Mary Ann Spenser. **Compreendendo Piaget**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2002.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

RESILIÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES FRENTE AO SABER E FAZER PROFISSIONAL NA PÓS-MODERNIDADE

**Resilience: some reflections about the professional performance
in post-modernity**

Cristiana Montibeller¹
Graciela Fochi¹
Edilson Duarte dos Santos²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo explorar, analisar e refletir sobre o conceito de resiliência, frente ao saber e ao fazer profissional na pós-modernidade, assunto que vem sendo abordado com afincamento diante de tantos dilemas na era da complexidade que abrange não somente uma ou outra profissão, mas envolve diversas profissões, em qualquer lugar e tempo. A resiliência é um termo que, quando entendido, faz reconhecer o sentido que se quer ter quando falamos em sujeito e objeto, assim o ser humano sujeito é aquele resiliente. No entanto, o ser humano objeto é o oposto, é o não resiliente. Assim, a resiliência é uma capacidade desenvolvida na pessoa por ela própria no decurso da vida pessoal e profissional. Pretende-se trazer à tona reflexões importantes, abrangendo discussões e análises a partir do referencial teórico de cada autor, discutindo temas e desafios da pós-modernidade.

Palavras-chave: Resiliência. Educação. Profissão. Pós-modernidade.

Abstract: This work aims to explore, analyze and reflect on the concept of resilience, compared to the knowledge and professional do in postmodernity, an issue that has been tackled hard on so many dilemmas in the era of complexity that covers not only either profession, but involves various professions, in any place and time. Resilience is a term that, when understood, does recognize the sense that we want to have when we talk about the subject and object, so the subject human being is one resilient. However, the human object is the opposite, it is not resilient. Thus, resilience is a capacity developed in person for itself in the course of personal and professional life. It is intended to bring up important reflections, covering discussions and analysis from the theoretical framework of each author, discussing issues and challenges of postmodernity.

Keywords: Resilience. Education. Profession. Postmodernity.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo explorar, analisar e refletir sobre a resiliência, frente ao saber e ao fazer profissional na pós-modernidade, assunto que vem sendo abordado com afincamento diante de tantos dilemas na era da complexidade que abrange não somente uma ou outra profissão, mas diversas, em qualquer tempo e lugar.

Pretende-se abranger e trazer à tona reflexões importantes, abrangendo discussões e análises a partir do referencial teórico e prático de cada autor, discutindo temas tais como a pós-modernidade e seus entraves.

Por que refletir sobre o termo resiliência?

Bem, para começar a discussão, precisamos entender o significado da palavra resiliência, que possui pouco uso na linguagem comum, tanto falada como escrita, e não é frequentemente utilizada na prática por não ser conhecida e difundida.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

² Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto Federal do Pará – IFPA, Grupo FORMAR Ciências, da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas/SP - Unicamp.
E-mails: prof.edilson santos@gmail.com; edilson.santos@uol.com.br

A resiliência é um termo que, quando entendido, faz reconhecer qual o sentido que se quer ter quando falamos em sujeito e objeto, assim o ser humano sujeito é aquele resiliente. No entanto, o ser humano objeto é o oposto, é o não resiliente. Assim, a resiliência é uma capacidade desenvolvida na pessoa por ela própria no decurso da vida pessoal e profissional.

[Resiliência é] Originária do latim, a palavra *resilio* significa retornar a um estado anterior, sendo utilizada, na Engenharia e na Física, para definir a capacidade de um corpo físico voltar ao seu estado normal, depois de haver sofrido uma pressão sobre si. Os experimentos clássicos que proporcionaram a descoberta do construto resiliência foram realizados a partir da aplicação de determinada pressão a um fio, visando a determinar sua deformação elástica; quando cessava a pressão, o material voltava à sua condição original. Tais descobertas indicaram que os materiais possuem curvas de deformação elástica e que sua resiliência está associada ao grau de elasticidade que este suporta sem se deformar. Transportado para o campo das Ciências Humanas, esse conceito tem sido utilizado para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades. Iniciadas com a observação de formas positivas de conduta de crianças e/ou grupos de indivíduos que vivem ou viveram em condições adversas, as pesquisas estenderam-se posteriormente para o estudo das reações psicológicas diante de situações traumáticas individuais - tais como estupro e abuso sexual - ou coletivas - ataques terroristas e catástrofes ambientais (YUNES, 2003; BARLACH, 2005 apud BARLACH; LIMONGI-FRANCA; MALVEZZI, 2008, p. 102)

Cabe ressaltar que o termo resiliência tem a ver com voltar a um estado anterior, em retorno, assim como na Engenharia e na Física, novamente enfatizando, visto que por incrível que pareça, os experimentos clássicos que proporcionaram a descoberta do construto resiliência foram realizados a partir da aplicação de determinada pressão a um fio, visando a determinar sua deformação elástica, que, quando cessava a pressão, o material voltava à sua condição original, por isso que muitas experiências e descobertas indicaram que os materiais possuem curvas de deformação elástica e que sua resiliência está associada ao grau de elasticidade que este suporta sem se deformar. Assim, fazendo uma analogia e comparando à área humana, esse conceito tem sido utilizado para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades.

Compreende-se a resiliência como uma espécie de competência, que se manifesta diante dos problemas da vida, possibilita o desenvolvimento pessoal e a reunião de forças diante das circunstâncias desfavoráveis; a resiliência “refere-se à capacidade de o indivíduo enfrentar as adversidades, manter uma habilidade adaptativa, ser transformado por elas, recuperar-se ou conseguir superá-las” (SORDI; MANFRO; HAUCK, 2011, apud NASCIMENTO, 2015, p. 72). Assim, podemos constatar que é possível que indivíduos que vivem ou já viveram condições adversas possam reconstruir de forma saudável suas vidas, superando situações adversas, traumáticas, ditas irreparáveis.

Em latim, *resilio* significa retornar a um estado anterior. Na Física, o termo descreve a capacidade de um corpo físico de voltar ao normal, após ter sofrido pressão sobre si. Trata-se de uma energia de deformação máxima que um corpo é capaz de armazenar, sem sofrer deformações permanentes; em outras palavras, diz respeito à capacidade de um corpo absorver energia sem sofrer transformação plástica irreversível. [...] Cabe observar que a transposição da ideia de resiliência do mundo das coisas físicas para o mundo humano requer mediações e cuidados, bem como algumas indagações. Por exemplo: será possível ao ser humano “voltar a ser o que era”, após sofrer uma

grande pressão? E, se isso for possível, ou seja, se o ser humano não se transformar verdadeiramente frente a uma adversidade, será isso saudável? (GOLDSTEIN, 2012, p. 328).

Interessante se faz relacionar a física com as demais ciências, sejam elas naturais ou humanas, abordadas por filósofos ou cientistas. Por exemplo: podemos recordar sobre a primeira forma de definição da Sociologia, enquanto física social: estática e dinâmica - que procurava analisar e compreender a sociedade no sentido da organização (ordem) e da reformulação (progresso). O francês Augusto Comte (1798-1857), filósofo e matemático, foi o primeiro teórico a definir a Sociologia nessa perspectiva, sendo que ficou conhecido como o fundador da primeira forma de pensamento social caracterizado como o positivismo (estado científico) (MONTIBELLER, 2011).

Podemos enfatizar de forma bem rudimentar e subjetiva que as principais leis da física, como, por exemplo, na dinâmica dos fluidos, fazendo uma analogia com o social, também não deixa de ser, pois assim como o comportamento de um fluido se move ao longo de um tubo ou conduto, o comportamento humano também fluiu e continua fluindo através dos sistemas sociopolíticos e econômicos (condutos sociais) que foram instituídos pelos próprios homens ao longo da história e continuam sendo alterados, transformados, construídos na atualidade de forma amena e, por vezes, de forma vulgar e contraditória, ou seja, pacificamente enquanto homem ser objeto e ativamente enquanto sujeito da história humana e social (MONTIBELLER, 2015).

Sendo assim, constata-se que a física compreende tudo o que diz respeito ou está relacionado à lógica, à racionalidade, à cientificidade, à certeza, à verificação, à constatação, ao experimento, à vida pura, objetiva, prática e concreta. Nesse sentido, pensando na lógica da vida e na natureza humana que não é racional, mas essencialmente emotiva, percebe-se que a resiliência é um termo muito importante e pouco difundido e trabalhado em todas as áreas, pois algumas pessoas apresentam maior resistência aos fatores agressores que perpassam pela vida, porém inúmeras não. Algumas pessoas, quando se defrontam com dificuldades e problemas, sejam eles de qualquer tipo ou natureza, criam inúmeras alternativas não racionais para controlar os desafios e responder à altura, no sentido da superação. No entanto, muitos não conseguem superar os obstáculos e procuram fugas diversas, que ao invés de melhorar pioram ainda mais uma situação que aparentemente não era tão vulnerável quanto parecia ser.

Assim refletindo, percebe-se uma preocupação com este termo, visto os inúmeros problemas sociais que temos e que precisamos enfrentar em todas as esferas: psíquica, física, social, ambiental, educacional, econômica, política, entre outras diversas. Mesmo que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – divulgue os resultados de três anos do **Plano Brasil Sem Miséria**, dados de junho de 2011 a junho de 2014, com demonstrações de gráficos e relatórios diversos, dos eixos do Plano Brasil Sem Miséria, constata-se que os desafios a serem enfrentados pelo Estado ainda são inúmeros, visto a quantidade de problemas que não são resolvidos, sanados ou diminuídos (MONTIBELLER, 2015).

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, enfatiza um dado importante sobre os progressos consideráveis que os governos trazem à tona, especificando o tanto que fazem e resolvem, porém questiona se não é algo apenas paliativo:

A maioria dos países tem registrado progressos consideráveis em matéria de desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas. Todavia, face aos níveis de vulnerabilidade elevados e crescentes, aumenta a possibilidade de erosão dessas conquistas de desenvolvimento humano, a necessidade de verificar se essas conquistas são

sólidas e sustentáveis, bem como a necessidade de identificar políticas destinadas a reduzir a vulnerabilidade e reformar a resiliência (PNUD, 2014, p. 31).

Diante das vulnerabilidades humanas, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 (PNUD, 2014), os níveis cresceram consideravelmente no sentido de que o desenvolvimento humano está fragilizado, não garantido plenamente, visto que as conquistas efetivadas até então por alguns países e governos parecem não ser sólidas e concretas, pois não diminuem as expressões. Dessa forma, a preocupação e a necessidade estão no sentido de diminuir situações de vulnerabilidade e expressões da questão social e de reformar a resiliência, ou seja, qualificar as pessoas para o enfrentamento das adversidades que no decorrer da vida vão enfrentar ou estão já enfrentando (MONTIBELLER, 2015).

No contexto destas reflexões sobre resiliência, implicitamente, tem-se analisado a formação inicial e continuada do profissional que atuará ou está atuando no ensino da Física e/ou Ciências Naturais, na Educação Básica. Urge que a temática sobre a resiliência, na formação do profissional, nas diferentes áreas do conhecimento, seja estudada (SANTOS, 2001).

Sendo assim, desenvolver competências, habilidades e estratégias para o fortalecimento dos sujeitos resilientes na sociedade é um dos grandes desafios para todos os profissionais, sejam eles da área da saúde, humana, social, educacional ou não, educadores, professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais, historiadores, físicos, químicos, administradores, advogados...

Aonde e como estamos na atualidade? Todos nós somos vulneráveis?

A geração da qual fazemos parte situa-se no momento histórico das últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do século XXI; em que negociamos e renegociamos com a herança e as circunstâncias do passado, circunscrevemos e registramos nossas ações/existência no presente e projetamos nossas expectativas de futuro/devir.

O século XX talvez seja o período mais brilhante e criativo da história da humanidade, em especial nos campos da mecânica, da eletrônica, da informática, da robótica, entre outros; os feitos como a chegada do homem à Lua, a fertilização em laboratório, a eficácia de métodos anticoncepcionais, popularização dos telefones móveis, a invenção do GPS, a ampliação das nações e países com regimes democráticos.

Entretanto, existe o outro reverso que envergonha e faz com que se suspeite progressivamente sobre qual será o uso e a finalidade que estes avanços e estes recursos receberão. Esta ressalva é decorrente da experiência das guerras mundiais, da crise financeira de 1929, das experiências de revoluções socialistas tanto na Rússia como na China, de holocausto e campos de concentração, a exploração das riquezas naturais e da exploração humana no interior da África, da Índia, da China e da América Latina, bem como as desigualdades sociais e a concentração da riqueza e de tecnologias cada vez mais nas mãos de poucos, entre outros.

Agora, em meados do século XXI, a crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia, os regimes totalitários na Coreia do Norte e na China, a perpetuação das situações de fome, miséria, a exploração humana pelo sistema econômico, entre outros, atestam que os des-caminhos do progresso da humanidade do século passado ainda não foram superados, fazendo com que uma sensação e sentimento de mal-estar, desconforto e até mesmo de desencanto se instaure no imaginário e nas expectativas dos indivíduos do tempo presente.

Por outro lado, os estados nacionais e os sistemas econômicos, desde o século XVIII, tornaram-se cada vez mais poderosos, agora estruturados e geridos de forma burocrática, que lutam para expandir seu poder sobre as grandes massas e nações, a fim de obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando pessoas e instituições rumo a uma economia/

mercado capitalista mundial.

A sociedade civil, os cidadãos propriamente ditos, foram, gradualmente, sendo enfraquecidos. O acúmulo de fatos, objetos e tecnologias tornaram os indivíduos incapazes de se situar diante das proporções que a economia e o capital ganharam, o que favoreceu ainda mais o quadro do processo civilizatório da globalização.

O modelo econômico fez com que cada vez mais o Estado reduzisse a sua estrutura e interferência nas formas de obtenção de matéria-prima, nos modos de produção e nas relações e transações do comércio. Assim, no interior da sociedade abriu-se o caminho para que instituições financeiras terceirizadas atuassem no sentido de garantir bem-estar e serviços de infraestrutura que deveriam ser oferecidas pelo Estado (DIEHL; TEDESCO, 2001).

O sistema econômico do capitalismo se instaurou no interior dos governos, fazendo com que as estruturas políticas da democracia e o exercício de cidadania por parte da população fossem enfraquecidos. O passo seguinte foi o da revolução científica e tecnológica, que encontrou a liberdade de investigação e criação para ultrapassar a censura que havia sofrido nos tempos pré-modernos. (DIEHL, 1993).

Bauman (2001) aponta que o responsável por este contexto de mudanças também é o próprio homem mediante a (des)configuração que este sofreu diante das exigências competitivas do mundo moderno. Hoje, mais do que nunca, o homem necessita de produtos pré e/ou fabricados, e em função destes são programadas as demais necessidades, como o tempo de trabalho, o tempo livre, os períodos de intervalo, os momentos das refeições, as férias, entre outros.

Como as sociedades nunca foram estáticas e nunca serão, desde a Antiguidade vivencia-se processos de liberdade e democracia, servidão e autoritarismo, necessidades supridas e não supridas, avanços e retrocessos sociais, por isso que o princípio da ação e reação também pode ser caracterizado por analogia, visto que, se para a física as forças atuam sempre em pares, assim, para toda força de ação existe uma força de reação. Percebe-se que, na sociedade contemporânea, com a mundialização da economia, os sentidos não se alteram e não deixam de ser diferentes, principalmente no que tange à relação do Estado com a sociedade civil e com a sociedade de mercado, entre a esfera pública e privada. Forças existentes nas sociedades nunca deixaram de existir, sendo que no capitalismo também atuam em forma de ação e reação, reação e outra nova ação, e assim sucessivamente, fazendo emergir novas perspectivas de análises, novos saberes, novos fazeres profissionais, novas configurações e acirramentos, tanto da esfera econômica quanto social (MONTIBELLER, 2015).

A contemporânea economia mundializada possui meandros e aspectos de alta complexidade, importando em diferenciadas análises a depender das ideologias e dos projetos societários que as embasam. O projeto do novo desenvolvimentismo, numa economia dependente como a do Brasil, embora em tese intente aproximar os índices de crescimentos econômicos e sociais, esbarra nos componentes estruturais de formação da sociedade brasileira, que acumula séculos de miséria e pobreza (CASTRO, 2013, p. 364).

Nesse sentido, vamos compreendendo que a mundialização da economia proporcionou o acirramento das expressões sociais, em que averiguamos novas e multifacetadas expressões degradantes na sociedade que aparecem inevitavelmente no cenário contemporâneo.

O desafio do saber e fazer nos tempos contemporâneos

Neste aspecto, as reflexões de Fromm (1976) se fazem pertinentes no ponto em que ele

discute que a técnica nos tornou onipotentes (pode-se tudo); a ciência nos fez oniscientes (sabe-se tudo).

O homem moderno e contemporâneo encontra-se ávido e sedento por mais, e alcançar cada vez mais níveis mais específicos, profundos e complexos. A partir de então, a natureza, os corpos e os materiais tinham de ser “acossados em seus descaminhos”, “obrigados a servir” e “escravizados”. O comando foi o de “reduzir à obediência”, e o objetivo do cientista foi de “extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos” (CAPRA, 1982).

Os custos desta abordagem foram corrompidos, e perdidos os sentidos da visão, do som, do gosto, do tato e do olfato, e com eles comprometeu-se também a sensibilidade estética e ética, os valores, a qualidade, a forma, o belo, o sublime, o espírito, o transcendental; todos os sentimentos, as emoções, os motivos, as intenções, a alma, a consciência, o espírito.

Em outras palavras, no intuito de se estudar o sistema respiratório, isolou-se o sistema digestivo, não foi levado em conta o sistema nervoso e nem o circulatório, quando cada um possuía relação com os demais sistemas e estruturas do organismo. A visão do mundo e da vida moderna e que ainda prevalece nos tempos contemporâneos foi conduzida a partir de duas distinções fundamentais, entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, por um lado, e entre a natureza e a pessoa humana, por outro, ambos completamente dissociados (SANTOS, 1995).

A exemplo disso, tem-se que diante do aumento da taxa de suicídios na Europa do século XIX, os estudiosos e os pesquisadores sociais procuravam pelos motivos reais dos suicidas na verificação de condições tais como o sexo, o estado civil, a existência ou não de filhos, na religião dos suicidas, o trabalho, entre outros, e ao invés de procurar por indícios nas relações mais íntimas, pessoais, subjetivas, mentais, nas literaturas que os indivíduos liam ou nas cartas que escreviam (SANTOS, 1995).

O desenvolvimento das máquinas artificiais rumo à autonomia crescente, à auto-organização e o desenvolvimento futuro das inteligências artificiais faz imaginar a era das metamáquinas, que, associadas às micromáquinas nas nanotecnologias, liberariam os seres humanos de todas as obrigações secundárias e tarefas subalternas, permitindo-lhes viver poeticamente, dedicar-se ao desenvolvimento moral e espiritual; no entanto, percebe-se a permanência de sistemas totalitários, a concentração de renda e riqueza, a exploração do trabalho, a violação dos direitos humanos, intolerâncias religiosas, questões raciais e de gênero cada vez mais acirradas (MORIN, 2007).

O conhecimento e a ciência emergentes a partir das reflexões da época moderna e contemporânea devem ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funde na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco tempo eram consideradas insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa. Devem ser formulados e propostos numa lógica em que as ciências naturais se aproximem das ciências sociais, e estas, por sua vez, aproximem-se das humanidades.

Depois da euforia cientista do século XIX e da conseqüente aversão às reflexões filosóficas, históricas e sociológicas expressas pelo pensamento positivista, chegamos ao início do século XXI possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos cada vez mais os conhecimentos que possuímos das coisas, isto é, em especial o conhecimento que supomos ter sobre nós mesmos.

Reflexões sobre a pós-modernidade: novos tempos, modernos?

A pós-modernidade pode ser entendida como uma condição sociocultural e estética do

capitalismo contemporâneo, conjunto de ideias, valores e estilos. Ela emerge no processo de crítica e contestação das certezas metafísicas do pensamento moderno na segunda metade do século XX. Diversas mudanças significativas se tornam evidentes no que diz respeito ao modo de pensar, criar, expressar, inovar e fazer a sociedade capitalista pós-industrial. Surgem, então, correntes interpretativas de pensamento da sociedade pós-moderna, envolvendo a arte, a cultura e a ciência.

O filósofo Lyotard³ discute a questão da modernidade e da emancipação do sujeito, enfatizando a “condição pós-moderna” como uma necessidade de superação humana, sobretudo superação de uma crença absoluta na ciência e na razão como formas de emancipação humana. Estas são, na verdade, responsáveis pela continuação da subjugação do indivíduo. De acordo com Lyotard (2002), a emancipação do ser humano, enquanto sujeito, deve ser alcançada através da valorização do intuitivo, do sentimento e da arte, daquilo que o homem possui de mais criativo e, portanto, de mais livre. Enfatizou a “condição pós-moderna”, que se caracteriza pelo fim das metanarrativas, ou seja, de grandes referenciais, nas quais os grandes esquemas de análise, interpretação e explicação da sociedade teriam caído em total descrédito e não haveria mais garantias e certezas, posto que mesmo a ciência já não poderia ser considerada como a fonte da verdade e de emancipação humana.

Lyotard, em seu livro *A Condição Pós-Moderna* (1979), utiliza exatamente a expressão “jogos de linguagem”, originalmente desenvolvidos por Wittgenstein, enfatizando uma característica da experiência da pós-modernidade, de fragmentação e multiplicação de centros de referência e de certeza, de complexidade das relações sociais dos sujeitos, bem como do desamparo do ser humano tanto como ser de linguagem como da própria linguagem. Uma determinada cultura, por mais estranha que pareça, é legítima em si mesma, ainda que a razão instrumental da modernidade não veja nela nenhum significado. O conhecimento narrativo de uma cultura tem o seu jogo de linguagem próprio e não precisa de legitimação, ainda que o discurso científico interprete esse jogo de linguagem narrativo como sendo ignorância, barbárie ou superstição (LYOTARD, 2002).

Nesse sentido, Lyotard fala das metanarrativas, ou grandes referenciais, que expressam os valores que caracterizam a modernidade, os quais são: a emancipação da razão e liberdade, o enriquecimento da humanidade, o progresso da sociedade capitalista e tecnocientífica, o Estado burocrático moderno ou os grandes nomes da revolução comunista [...]. Segundo o autor, apesar da afirmação de legitimidade e de totalidade das metanarrativas da modernidade, a ciência e a tecnologia não concretizam as suas propostas (metanarrativas) de universalidade do bem comum. Ao contrário, aceleram o processo de pulverização e de destruição (WESTPHAL, 2006, p. 122-123).

Frente a esta dicotomia das metanarrativas da modernidade cuja ciência e tecnologia não concretizam suas propostas de inclusão e universalidade do bem comum, algumas reflexões e questionamentos são inevitáveis.

Assim, seguindo a linha de pensamento de Dufour e Bové (2001), será que a quebra das tradições, costumes e valores não evidenciam conseqüentemente, dessa forma, uma falta de sentido da vida, bem como de significados simbólicos? O que está acontecendo com os quadros de referência, grandes sagas de legitimação, especialmente as da religião e da política, que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social? Que perspectiva idealista

3 Jean-François Lyotard (1924-1998), filósofo francês, foi considerado um dos expoentes do pensamento pós-moderno, também denominado pós-metafísico.

de libertação e de autonomia está se formando na consciência dos indivíduos? Que fenômenos estão vinculados à transformação da condição do sujeito nas “democracias de mercado” e nas novas formas de alienação e desigualdade sociocultural? Será que a humanidade não está amparada por um vazio existencial, vinculado às paixões momentâneas e diversas, a crenças cegas à ciência, às tecnologias, às religiões, ao exagero, ao consumo, ao prazer sem reservas, à liberdade sem limites?

Para aqueles teóricos que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 1999, p. 9).

Será que o desenvolvimento científico está a serviço da humanidade? Será que os jogos de linguagem da ciência não proporcionam a quebra das tradições? Levam ao vazio existencial e à dificuldade ou impossibilidade de se construir um pensamento ideal e pessoal, ou até mesmo de construção coletiva de ideais e valores culturais?

A quebra das tradições na modernidade leva ao desamparo existencial, pois são o suporte para que os valores sejam transmitidos e que moldem o imaginário e o mundo simbólico das pessoas. Os mitos, as narrativas, as poesias, os contos, as orações do dia, as orações fúnebres, são fundamentais para que o simbólico e os valores sejam transmitidos para as novas gerações (WESTPHAL, 2006, p. 125).

Vários teóricos constatarem que a cultura pós-moderna está sendo desafiada a retomar a discussão em torno de valores éticos agregadores. Isso parece ser necessário, porque estão sendo priorizadas as promessas de desenvolvimento e de progresso, que são os bens materiais, sem, contudo, priorizar os bens imateriais como valores, família e vínculos sociais, assim se tem uma cultura do ter em detrimento do ser, que não consegue estabelecer relações de sentido para a vida (SENNET, 2004).

Assim, o vazio de sentido para a vida pode ser preenchido com qualquer coisa, como, por exemplo, com as drogas ilícitas como também pelas lícitas, visto que não é de se estranhar o número considerável de transtornos psíquicos na sociedade dita pós-moderna.

Constatamos a erosão da visão humanista do homem - da sua centralidade nas relações sociais igualitárias, fraternas e no postulado de liberdade -, que foi tão cara para a Revolução Francesa e para as sociedades que se organizaram a partir dessa premissa. Percebemos que a sociedade pós-moderna radicalizou a máxima do Iluminismo, que dizia que o ser humano é a medida de todas as coisas, concomitantemente aprofundou e permitiu a alienação do ser humano para consigo mesmo, para com os seus semelhantes e para com a natureza. Nessa perspectiva, o ser humano passou a ser apenas uma coisa, que existe na medida em que interessa ao mercado. Desta forma, o próprio homem colocou o fundamento conceptual no ter, no adquirir, na matéria. Segundo Gianni Vattimo (2002), importante filósofo italiano, a pós-modernidade rompe com a noção de história, dilui com a visão humanística e rompe com a tradição judaico-cristã,

ou seja, a pós-modernidade é pós-humana, pós-histórica e pós-cristã. Segundo ele, o conceito de humanismo e a identidade histórica da cultura ocidental estão fundamentados na tradição hebraico-cristã, porém distorcida fundamentalmente (VATTIMO, 2002).

Conforme Farago (2006), a modernidade aprofundou o anonimato e dissolveu o indivíduo na multidão das ideologias e dos povos sacrificados de sua individualidade. Assim sendo, a vida não pode ser reduzida a uma aventura trivial. Infelizmente, na atualidade, a vida para muitos está sendo considerada uma aventura trivial, sem sentido, sem razão, sem objetividade, findada no vazio existencial de medo e insegurança em todos os sentidos, um vazio do e para o próprio ser humano que não é mais pensante, nem emotivo, mas consumista e alienado.

Considerações finais

Que tempos são esses que não garantem estabilidade, segurança e qualidade de vida para as pessoas? Na atualidade, indiferente do termo que se deseja empregar ou falar, estamos todos em situação de vulnerabilidade e risco social; alguns menos, alguns mais.

Pretende-se achar caminhos para a reconstrução dos valores, como bens imateriais e culturais, visto que a pós-modernidade rompeu com a identidade do sujeito e com os vínculos sociais, pois particularizou a percepção da realidade ao romper com os valores universais como a família, a religião, entre outros valores. Assim desenvolveu e desenvolve conflitos diversos, conflitos éticos significativos, pois desconstruiu vínculos históricos e sociais fundamentais, como o sentimento de valorização de si e de pertença familiar e social.

A ausência de valores e de referências e o vazio de sentido são preenchidos por atitudes autodestruidoras por parte de muitas pessoas que não conseguem enfrentar e superar seus próprios problemas, conflitos, situações adversas de vulnerabilidade social.

Referências

BARLACH, Lisete. O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito. 2005. Dissertação de Mestrado. Inédita. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

BARLACH, Lisete; LIMONGI-FRANCA, Ana Cristina; MALVEZZI, Sigmar. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Interam. j. psychol.** Porto Alegre, v. 42, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Ed. Pensamento/Cultrix, 1982.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DIEHL, Astor Antônio; TEDESCO, João Carlos. **Epistemologia das ciências sociais**: considerações introdutórias de um debate. Passo Fundo: Clío, 2001.

DUFOUR, François; BOVÉ, José. **O mundo não é uma mercadoria**. São Paulo: UNESP, 2001.

FARAGO, France. **Compreender Kierkegaard**. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOCHI, Graciela. **Cultura e sociedade na modernidade**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?** Rio de Janeiro: LTC, 1976.

GOLDSTEIN, Thaís Seltzer. Entre o conceito e a metáfora: a resiliência como abordagem do humano a partir da física dos materiais. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, 2012, p. 327-331. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/93/art08.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 7. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MONTIBELLER, Cristiana. **A filosofia da linguagem de Wittgenstein**: um pensar cultural sobre os “jogos de linguagem”. Joinville: UNIVILLE, 2011.

_____. **Questão social e serviço social**. Indaial: GRUPO UNIASSELVI, 2015.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Botelho de Melo. **Estigma, sociabilidade e práticas terapêuticas**: a terapia comunitária como âncora e alívio do transtorno mental. 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife: Pernambuco. 136 f. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13983/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Alvaro%20Botelho%20de%20Melo%20Nascimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto/Lisboa: Afrontamento, 1995.

SANTOS, Edilson Duarte dos. **A Experimentação no Ensino de Ciências de 5ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental**: Tendências da Pesquisa Acadêmica entre 1972 e 1995. 2001. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8. ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

WESTPHAL, Euler Renato. **Brincando no paraíso perdido**: as estruturas religiosas da ciência. São Bento do Sul: União Cristã, 2006.

_____. **O oitavo dia na era da seleção artificial**. São Bento do Sul: União Cristã, 2004.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

SERVIÇO SOCIAL E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS

Social services and reproduction of corporate relations

Viviane Orizenco¹
Diana Ceolin¹

Resumo: Em meados da década de 30 surgiu no Brasil o Serviço Social. Registrava-se no país uma intensificação no processo de industrialização. Nesse período houve crescimento da população urbana, crescimento este que trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, infraestrutura, entre outros. Neste contexto, surge o papel da Igreja Católica na realização dos trabalhos de assistência social, com o objetivo de difundir a fé cristã, além de se manter no poder com os burgueses, para assim manter a ordem diante dos graves problemas sociais surgidos. O Serviço Social age no processo de reprodução das relações, como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Industrialização. Igreja Católica. Serviço Social.

Abstract: In the mid-30, appeared in Brazil Social Services. It was recorded in the country intensified in the industrialization process. During this period, there was growth of urban population growth that brought with service issues, education, housing, sanitation, infrastructure, among others. In this context, there is the role of the Catholic Church in the achievement of social service work, in order to spread the Christian faith, and to stay in power with the bourgeois, so as to maintain order in the face of serious social problems arising. The Social Service acts on the reproduction of relations process, as an auxiliary and subsidiary activity in the exercise of social control and spreading the ideology of the ruling class among the working class.

Keywords: Industrialization. Catholic Church. Social Service.

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever como ocorreu o surgimento do Serviço Social no Brasil, tendo em vista que a industrialização que ocorria nos grandes centros urbanos atraiu para as cidades um número elevado de pessoas que estavam em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Como estas cidades não possuíam infraestrutura para abrigar esse grande número de pessoas, começaram a surgir os problemas de ordem social. Estas pessoas não tinham condições mínimas de sobrevivência. Não possuíam boas condições de moradia, não tinham acesso à saúde e à educação, além de serem exploradas por aqueles que detinham o capital.

Começou a partir de então uma deficiente relação entre o capital e o trabalho, que foi a razão do surgimento do Serviço Social, o qual foi uma conquista dos trabalhadores. Apesar da luta dos trabalhadores, o Serviço Social surgiu como uma estratégia da Igreja e dos burgueses para manter-se no controle, já que a revolta dos trabalhadores ameaçaria os seus sagrados valores morais, ordem e poder. Também será detalhado como foi a história e a trajetória do Serviço Social no Brasil, dando ênfase aos principais acontecimentos ocorridos.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

O Serviço Social no Brasil

A industrialização é o processo de modernização pelo qual passam os meios de produção de uma sociedade, é acompanhada pela ampliação tecnológica e o desenvolvimento da economia. Foi o que ocorreu no Brasil em meados da década de 1930, em que sua economia estava voltada principalmente à produção cafeeira. Neste período ocorreu a crise de 1929 na bolsa de valores em Nova York, e o Brasil deixou de exportar o café. Com isso, houve a necessidade de buscar novas alternativas produtivas (MARTINELLI, 2005).

Um dos fundamentais elementos para a industrialização foi a aplicação dos capitais gerados pela produção do café para a indústria. Foi nos grandes centros urbanos do Brasil que surgiram as fábricas de diversos setores, como siderúrgica, química, automobilística, entre outras. Com a queda das exportações de café, a população que morava no campo foi em busca de trabalho e melhores condições de vida nos grandes centros urbanos.

Como estas cidades não tinham infraestrutura adequada para abrigar estas pessoas, surgiram os problemas sociais. Estas pessoas amontoavam-se em locais inadequados de sobrevivência, junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência ou mesmo a falta de água, esgoto, luz; não tinham acesso à saúde, à educação, e grande parte das empresas funcionava em prédios adaptados, com mínimas condições de higiene e segurança, o que tornava frequentes os acidentes (MARTINELLI, 2005).

O operário vivia apenas com a venda diária da sua força de trabalho, de sua mulher e de seus filhos; não tinha direito a férias, descanso semanal remunerado e/ou qualquer espécie de seguro regulado por lei; dentro da fábrica estava sujeito à autoridade absoluta do patrão. Diante da difícil situação que enfrentavam, os trabalhadores, que não podiam esperar muita coisa do governo e nem dos patrões, criaram uma forma de lutar por melhores condições, começaram a realizar greves.

As greves eram geralmente organizadas pelos sindicatos, sendo fundados inúmeros destes. Mas não era fácil organizar um sindicato e promover uma greve. Washington Luís, que foi presidente de 1926 a 1930, proferiu uma frase que ficou famosa, pois seguindo ele a questão social era caso de polícia (MARTINELLI, 2005).

O movimento operário era muito perseguido. Quando o patrão descobria que um empregado estava organizando uma greve ou convidando companheiros para uma reunião de sindicato, demitia todos. O governo também era severo com os trabalhadores; os grevistas eram considerados criminosos e até mesmo eram enviados para a cadeia e condenados a trabalhos forçados.

A industrialização enfraquece substancialmente as redes tradicionais de proteção, como a família, a Igreja, a comunidade, na medida em que recruta homens, mulheres, crianças para o trabalho nas fábricas. Os idosos são descartados, pois a produção industrial requer habilidades manuais mais juvenis. Os riscos relativos à saúde se agravam com as condições de trabalho nas fábricas e com as condições de vida decorrentes da urbanização acelerada. Nesse cenário, a pobreza se agravava (MARTINELLI, 2005).

Surge uma nova forma de organização social (sistema capitalista), que institui a sociedade de classe e um novo modo de produção nas relações sociais mediatizadas pela posse privada de bens. “O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p. 54).

A população inserida nesse modelo de produção vivencia no seu cotidiano o agravamento dos problemas sociais, denominado como “questão social”, e quaisquer formas de enfrentamento dos trabalhadores a esse modelo eram visualizadas pela classe dominante como uma

falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações entre eles, e não como um problema estrutural (FALEIROS, 2001). A questão social é pensada como

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engrenadas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicorraciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

Ajudar a solucionar os graves problemas da população carente, revoltada e oprimida transformou-se em questão política, por causa das inúmeras greves que surgiram nesse período. O governo, os burgueses e a Igreja Católica uniram-se para tentar acalmar a voz do povo, proporcionando acalantos para os trabalhadores e suas famílias, na ilusão de que ajudar os pobres seria a solução para a crise.

Por haverem se instalado os ideais comunistas e liberais no país, a Igreja Católica viu seus sagrados valores ameaçados. Como cabia ao Estado promover a paz e acabar com a desordem nas relações sociais, e isto não estava acontecendo, o fantasma do comunismo ameaçava o capitalismo no Brasil. Então, o Estado criou sindicatos, instituições assistenciais com o apoio da Igreja Católica, financiados pelos burgueses (IAMAMOTO, 2005).

Foi criado em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que promoveu em seu início um curso intensivo para moças, cuja formação era direcionada a moças católicas, com um estudo voltado para o neotomismo, aprofundando o seu conhecimento dos problemas sociais, no intuito de aperfeiçoar o trabalho social (IAMAMOTO, 2005).

As trabalhadoras sociais eram moças ricas e de famílias abastadas que lidavam com o proletariado diretamente, geralmente das próprias empresas da família. O Serviço Social era o de adaptar o homem ao meio em que vivia e o meio ao homem, mas estas trabalhadoras sociais não observavam de maneira crítica e consciente o seu trabalho e a sua intervenção na sociedade, a sistematização e a teorização da profissão, alienando a população e iludindo-se de que serviam em amor ao próximo, segundo pregava a Igreja.

Sua função enquanto profissão era para a classe burguesa seguir na direção de amenizar os conflitos, uma vez que “se alicerçava tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança de comportamento em função de higiene social, recuperação de indivíduos” (FALEIROS, 2005, p. 13).

Os assistentes sociais atuavam na mudança de hábitos das famílias e das pessoas, com o objetivo de melhorar os comportamentos, as condições de higiene, a moral e a sua inserção na ordem social.

Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou então certidão de nascimento para os filhos e a evitar relações promíscuas e/ou perigosas; era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar “a boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadios” (FALEIROS, 2005, p. 13).

A partir dessa análise, considerando o contexto socioeconômico, político e cultural, o objeto de intervenção profissional se configurava a partir da moral, numa perspectiva de manter

a ordem advinda das pressões da sociedade, que se encontravam em situação de miserabilidade.

“Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social, e este rompe com o estreito de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO, 2004, p. 93). Segundo estudos com base em teóricos como Faleiros (2001), Martinelli (2005) e Yamamoto (2008), algumas datas e fatos históricos serão claramente vistos no decorrer deste período, anos de 1930 até 1960, para o Serviço Social no Brasil, como segue.

Criado o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) em setembro de 1932

Com o objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, foi fundado o CEAS, voltado para a preparação de trabalhadores sociais. Esta entidade teve papel preponderante na criação da primeira escola de Serviço Social do Brasil.

Criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936

Como consequência da expansão das práticas de assistência social ocorrida no período, ainda marcadas pelo assistencialismo e de caráter fortemente religioso, foi criada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira no Brasil. O curso tinha caráter de formação técnica e recebia, ainda, forte pensamento neotomista, então predominante nos meios cristãos e que embaçou as primeiras escolas da área. Era a concepção do homem como ser livre, inteligente e social, com o direito de encontrar na sociedade os meios necessários à sua sobrevivência e pleno desenvolvimento como pessoa humana. Daí se deduzia o sentido do bem comum e a imperiosidade da justiça social. O indivíduo para a sociedade e a sociedade para a pessoa humana/cidadão.

Nasce o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938

Em pleno regime do Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas, em dezembro do mesmo ano a Escola de Serviço Social de São Paulo realizou a primeira formatura da turma de assistentes sociais, após dois anos de curso. Também houve a introdução de uma nova classe, masculina, no curso de Serviço Social.

Serviço Social na Previdência em 1944

O Estado brasileiro começou a abrir espaço para a inclusão do assistente social no funcionalismo público. Até então, as ações sociais eram implementadas pelo setor privado, com a ajuda da Igreja Católica. A Previdência Social foi uma das primeiras áreas de atuação do assistente social no setor público. Instituída por meio da Portaria nº 25, de 08/04/1944, do Conselho Nacional de Trabalho (CNT), foi implantada em todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Diversas alterações sofridas pelo órgão em sua história não impediram que a profissão se firmasse naquele espaço institucional, o que envolveu uma luta da categoria que ainda continua nos tempos atuais.

Nasce a PUC de São Paulo em 1946

Foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que regulamentada passou a incorporar a Escola de Serviço Social de São Paulo. Em outubro houve a criação

da metodologia de ensino em Serviço Social. Reformulando a grade curricular das escolas, foi criada a ABESS: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social.

Primeira associação da categoria em 1954

Com a finalidade de promover a profissão de assistente social e defender seus interesses, foi criada a Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) no Rio de Janeiro. Em 1956 se tornou o primeiro sindicato da categoria.

A profissão é regulamentada em 1957

Sancionada a Lei nº 3.252, em 27 de agosto de 1957, foi regulamentada a profissão do assistente social no Brasil, vigorando essa legislação por 36 anos.

Foram destacados apenas alguns fatos mais importantes ocorridos na trajetória do Serviço Social no Brasil, pois é uma história muito complexa e profunda. Chega-se à conclusão de que a assistência social era prestada a princípio ao povo brasileiro, que se encontrava em situação caótica, de forma assistencialista, mas no decorrer dos anos foi reformulada, pautando-se numa perspectiva aprofundada e crítica dos problemas sociais; e assim tornou-se uma profissão de suma importância para a evolução e transformação das pessoas e da sociedade brasileira.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo a pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil antes do movimento de reconceituação, período de 1930 a 1960. Desta forma, o processo de industrialização e urbanização que ocorreu nesse período no país foi o que deu início ao Serviço Social.

O Brasil não tinha infraestrutura capaz de abrigar todas as pessoas que vinham para a cidade grande, motivadas pelo processo de industrialização e ofertas de emprego, já que no campo a situação também era ruim. Surgiram assim os problemas sociais e a exploração da classe operária pelos burgueses. Insatisfeita com a vida miserável que levava, a população começou a se revoltar e lutar por melhorias. A classe burguesa aliou-se à Igreja Católica e ao Estado, todos com seus subinteresses, procurando amenizar a situação, com a Igreja tomando a frente e começando a realizar ações sociais.

Desenvolvendo trabalhos de assistência, que se denominaram ao longo dos anos de Serviço Social, tornou-se profissão no país, realizando trabalhos com pessoas em situações precárias de sobrevivência. Suas concepções de Serviço Social assumem características próprias de acordo com o momento histórico das sociedades.

Referências

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

SIGILO PROFISSIONAL NO DESEMPENHO DA PROFISSÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Professional secrecy in social worker performance

Maria Lúcia Machado Airoidi¹
Ivete Eloi Cruz¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o sigilo profissional no desempenho da profissão do serviço social. Como parte inicial, apresentamos as principais concepções e origem do serviço social, a seguir as principais diretrizes sobre o sigilo profissional e, por fim, analisaremos as fundamentações apresentadas acerca do tema proposto. O serviço social nasce como profissão advinda da ideologia dominante da Igreja Católica com as classes capitalistas, para a monopolização da classe trabalhadora na busca de melhores condições sociais. O primeiro código de ética da profissão foi discutido no ano de 1947, pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais. Em muitas profissões, ouvimos muito o termo sigilo profissional/segredo. E quase sempre nos deparamos com a dualidade que estes termos nos demandam quando no exercício da profissão. Avaliaram-se questões de sigilo profissional no ambiente de trabalho dos profissionais de serviço social, a fim de propormos melhorias neste processo. Conclui-se que o regramento legislativo vigente vem para garantir um ambiente seguro, aumentando a eficácia no exercício da profissão do assistente social, além da preservação da individualidade dos agentes envolvidos.

Palavras-chave: Profissão. Sigilo. Segredo. Regramento legislativo.

Abstract: This article aims to present the professional secrecy in the performance of the profession of social work. As an initial part we present the main concepts and origin of social service, then the main guidelines on professional secrecy and, finally, analyze the reasoning presented on the proposed theme. The social work profession arising born as the dominant ideology of the Catholic Church with the capitalist classes, to the monopolization of the working class in search of better social conditions. The first of the profession's code of ethics was discussed in 1947 by the Brazilian Association of Social Workers. In many professions, really we heard the term professional secrecy / confidentiality. And often we are faced with the duality that these terms require us when in the profession. They evaluated professional secrecy issues in the working environment of social service professionals in order to propose improvements in this process. It is concluded that the existing legislative regramento is to ensure a safe environment, increasing efficiency in the profession of social worker, in addition to preserving the individuality of those involved.

Keywords: Industrialization. Catholic Church. Social Service.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar o sigilo profissional no desempenho da profissão do serviço social. Como parte inicial, vamos apresentar as principais concepções e origem do serviço social, a seguir as principais diretrizes sobre o sigilo profissional e, por fim, analisaremos as fundamentações apresentadas acerca do tema proposto.

Principais concepções sobre o serviço social

O serviço social nasce como profissão advinda da ideologia dominante da Igreja Católica com as classes capitalistas, para a monopolização da classe trabalhadora na busca de melhores condições sociais.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Origem do serviço social

A exploração da força de trabalho desencadeou algumas lutas travadas pelos partidos operários, unindo forças em torno dos sindicatos na busca de garantias e ampliações das condições de sobrevivência. Ao passo que esta luta começa a tomar maiores proporções, passa a ser para a burguesia, segundo Yamamoto e Carvalho (2007, p. 126), “[...] uma ameaça a seus mais sagrados valores: a moral, a religião e a ordem pública”.

O primeiro código de ética da profissão foi discutido no ano de 1947, pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). Desde então, ao longo de algumas décadas, sofreu modificações pertinentes ao desenvolvimento e diversidades nas necessidades e cultura do povo.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 994, em 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e a fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) [...] (CFESS, 2014, p. 1).

Os primeiros códigos de ética, de 1947 a 1975, se caracterizavam pelo viés conservador, refletindo de forma direta no desempenho da profissão. Em 1965 foi criado o Conselho Federal de Serviço Social (CFAS), tendo um novo código aprovado, desempenhando caráter legal, mas algumas reformulações posteriores foram feitas em 1975, 1986 e 1993, tendo um marco significativo em suas alterações.

Diretrizes do sigilo profissional

“Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional no Brasil, de 1948 a 1975” (BARROCO, 2001, p. 95).

Em muitas profissões, ouvimos muito o termo sigilo profissional/segredo. E quase sempre nos deparamos com a dualidade que estes termos nos demandam quando no exercício da profissão. Desta forma, veremos a evolução dos estatutos normativos do profissional assistente social, que norteiam a forma como o processo de sigilo se caracteriza e reforça a compreensão da melhor forma de resguardar estas informações.

Segundo Oster (1928, p. 306), “Aquilo que no exercício ou fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade eu tiver visto ou ouvido, eu conservo inteiramente secreto”.

Temos no Dicionário Aurélio o descritivo de “sigilo” sendo sinônimo de “segredo”, referindo a “sigilo profissional”, como sendo dever ético que impede a revelação de assuntos confidenciais, ligados às profissões (FERREIRA, 1995). Sendo assim, vemos direito-dever, o primeiro caracterizando o direito do indivíduo à confidencialidade, e o segundo ao profissional como dever de garantia da mesma.

As informações que pertencem a um indivíduo e que ao profissional são reveladas no exercício de sua profissão se caracterizam por sigilo profissional. O indivíduo que revela tem o direito de que o fato revelado seja mantido em sigilo, resguardando seus interesses e proteção de sua intimidade, gerando assim confiabilidade entre o indivíduo e o profissional que o assiste.

O sigilo profissional, para o desenvolvimento pleno do exercício da função, não é absoluto, cabendo ao profissional, no desenvolvimento e cumprimento do seu trabalho, avaliar subjetivamente se deve manter ou divulgar o fato sigiloso, devendo prevalecer o disposto no Código de Ética Profissional do Assistente Social, atentando-se para o conteúdo ético-político

que o rege.

O primeiro código de ética, instituído em 1947, na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) - Seção São Paulo, em 29.09.1947, era baseado no princípio filosófico de deontologia, que é filosofia moral contemporânea, significa a ciência do dever e da obrigação no âmbito profissional. Deontologia é um tratado dos deveres e da moral.

Esta filosofia nada mais é que as escolhas dos indivíduos, o que é moralmente necessário e serve para nortear o que realmente deve ser feito.

Immanuel Kant dividiu deontologia em dois conceitos: razão prática e liberdade. Para Kant, agir por dever é a maneira de dar à ação o seu valor moral; e, por sua vez, a perfeição moral só pode ser atingida por uma livre vontade.

Para os profissionais, Deontologia são normas estabelecidas não pela moral, e sim para a correção de suas intenções, ações, direitos, deveres e princípios.

Neste código, retrata-se sigilo profissional, na Seção I, como dever fundamental do assistente social: “2. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão de seu ofício” (CFESS, 1986).

Neste mesmo código fica resguardado no capítulo, como dever fundamental do profissional de assistência social, o sigilo rigoroso sobre as informações obtidas na função de seu trabalho, mesmo sob depoimento policial.

Nos anos de 1965 houve algumas alterações no Código de Ética do Assistente Social, no capítulo III, feitas pelo CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais), no que diz respeito ao resguardo de informações citadas neste capítulo como segredo profissional.

Art.15º- O assistente social é obrigado pela ética e pela lei (art. 54 do Código Penal) a guardar segredos sobre todas as confidências recebidas e fatos de que tenha conhecimento ou haja observado no exercício de sua atividade profissional, obrigando-se a exigir o mesmo segredo de todos os seus colaboradores.

Art. 7º- O assistente social deve observar o segredo profissional: I - Sobre todas as confidências recebidas, fatos e observações escolhidas no exercício da profissão; II - Abstendo-se de transcrever informações de natureza confidencial; III - Mantendo discrição de atitudes nos relatórios de serviço, onde quer que trabalhe.

§ 1º- O sigilo estender-se-á à equipe interdisciplinar e aos auxiliares, devendo o assistente social empenhar-se em sua guarda.

§ 2º- É admissível revelar segredo profissional para evitar dano grave, injusto e atual ao próprio cliente, ao assistente social, a terceiro ou ao bem comum.

§ 3º- A revelação do sigilo profissional será admitida após se haverem esgotado todos os recursos e esforços para que o próprio cliente se dispunha a revelá-lo.

§ 4º- A revelação será feita dentro do estritamente necessário, o mais discretamente possível, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devem tomar conhecimento.

§ 5º- Não constitui quebra de segredo profissional a revelação de casos de sevícias, castigos corporais, atentados ao pudor, supressão intencional de alimento e uso de tóxicos, com vista à proteção do menor.

Podemos observar que certas alterações são significativas na questão do sigilo e sua quebra. Esta quebra de sigilo será relevante no caso do profissional que obtiver uma informação em exercício de sua profissão, que configure perigo para o relator, para o próprio profissional ou a uma coletividade.

O capítulo V, do Código de Ética profissional do Assistente Social/1993, trata deste assunto.

Art. 15 Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo fato ou não delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Métodos e resultados

Quanto aos métodos, por se tratar de um assunto extenso e que abrange uma série de fundamentos, foram utilizadas referências teóricas de fontes bibliográficas referentes ao assunto que agregaram conhecimento sobre o tema proposto, além da prática que proporcionou a troca de conhecimento para desenvolvimento do presente artigo.

Para discussão dos resultados, baseando-se nos fundamentos apresentados, avaliamos as questões de sigilo no ambiente de trabalho do profissional de Serviço Social, a fim de demonstrar sua importância na eficácia do exercício da profissão.

Análise dos dados

Para análise e apresentação dos dados foram utilizadas consultas a referências bibliográficas, bem como análise dos fundamentos teóricos apresentados, em que se buscou evidenciar a importância de garantir um ambiente de trabalho seguro tanto para a empresa quanto para os funcionários. Foram utilizados referenciais de outros artigos, bem como dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFAS).

Conclusões

Ao longo deste artigo buscamos demonstrar a importância do sigilo profissional nas relações de trabalho, com isso concluímos que o regramento legislativo vigente vem para garantir um ambiente seguro, aumentando a eficácia no exercício da profissão do assistente social, além da preservação da individualidade dos agentes envolvidos.

O trabalho traz novas informações à discussão, possibilitando que outros estudos sejam realizados, partindo dos princípios e das diretrizes apresentados, principalmente por se tratar de um assunto complexo e que cada vez mais está presente nas organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Antecedentes**: a origem sob controle estatal. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1986. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboços de uma interpretação histórico-metodológica. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OSTER, William. **The Principles and Practice of Medicine**: Designed for the Use of Practitioners and Students of Medicine. Oxford: Taylor & Francis, 1928.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: NUANCES E CONSEQUÊNCIAS

Violence against children: shades and consequences

Josiane Ferreira¹

Rosana Rosa Silveira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal oferecer subsídios para potencializar o trabalho do assistente social, referente à área da violência sexual contra crianças. Está dividido em três seções: a primeira seção aborda o fenômeno da violência contra a criança, em que temos o abuso, a exploração sexual e as principais legislações, bem como as políticas públicas de proteção à criança. A segunda seção encontra-se focada na rede de proteção social, destacando a importante atuação dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança. A terceira seção apresenta uma pesquisa acerca do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual com base no trabalho de Brito (2010).

Palavras-chave: Criança. Violência sexual. Serviço Social.

Abstract: This paper aims to offer subsidies to boost the work of the social worker, referring to the area of sexual violence against children. It is divided into three sections: the first section discusses the phenomenon of violence against children, where we abuse, sexual exploitation and key legislation and public policies to protect children. The second section is focused on the social safety net, highlighting the important role of Guardianship Councils and Child Rights Councils. The third section presents a survey about the service Confronting Violence, Abuse and Sexual Exploitation based on Brito's work (2010).

Keywords: Children. Sexual violence. Social Service.

Introdução

O que se pretende com o presente estudo é dar um breve panorama sobre o trabalho profissional, alinhado com as diretrizes das políticas públicas voltadas às crianças e com as suas respectivas legislações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu 4º artigo, preconiza que se constitui como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É importante destacar que o trabalho do assistente social está à frente das principais demandas recebidas na área da violência sexual contra as crianças. A atuação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional identifica as políticas públicas que compõem a rede de proteção social, identificando as principais condições sociofamiliares das crianças que possam ter contribuído para a situação de violência, do abuso e da exploração sexual. Orientada pelo método dialético, a presente pesquisa classifica-se como estudo exploratório de natureza qualitativa, delineada como pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Violência, suas nuances e consequências

Algumas vezes, e não raro, escolas e creches, até mesmo o próprio lar, comprometem-se em cuidar e educar, e tornam-se, algumas vezes, os piores alvos da infância saudável. Nesses casos, as crianças são vítimas de agressões, sejam dos próprios educadores, dos colegas, dos familiares, sem que nada seja feito ou denunciado. Muitas vezes, sintomas de angústia e fobias dos ambientes, sem contar com depressão e mudanças bruscas de atitude, são as maiores armas e fundamentos para se investigar o que está ocorrendo (ABRAMOVAY, 2002).

Diante de uma sociedade perplexa com o que faz com suas próprias crianças, a preocupação com o bem-estar desses pequenos vem se efetivando em ações de amparo e assistência. Hoje há um olhar das nações para as reais necessidades nos diversos contextos em que a criança aparece.

Algumas reflexões foram sendo feitas com a medicina, a sociologia e a psicologia a respeito desses espaços, e muitas dessas se positivaram em normativas e leis de amparo à infância, seja no ambiente em que ela se encontrar. No entanto, a caminhada apenas começou, e de fato a proteção contra a violência na infância pouco avançou. O uso do poder como força e da ameaça como coação são inscritos também como formas de violência, e os resultados desse tipo de comportamento são comprometedores para um desenvolvimento saudável do ser humano.

Assim sendo, governo, família ou escola, todos estão em seu exercício de autonomia e autoridade sob a mesma regra de preservar psicológica e fisicamente a integridade e o desenvolvimento adequado e positivo do ser humano em sua mais delicada e frágil fase.

No entanto, mesmo com essa percepção e com leis que assegurem esse direito, verifica-se que há hoje uma compreensão ampla e profunda das necessidades da infância. Por outro lado, ela ainda se apresenta por altos índices de violência, maus tratos e agressões de todos os tipos. Rosa (2004, p. 22) destaca que, no “Brasil, foram os jesuítas que implantaram um estilo europeu de educação dos filhos baseada na prática de castigos corporais”.

Eles pregavam uma disciplina rígida, em outras palavras, com “gosto de sangue”. A questão central que se impõe na violência contra crianças é principalmente a relação de poder entre adultos e crianças. A criança é frágil fisicamente e fica à mercê de cuidados de quem, em muitos casos, não atende à sua condição peculiar de desenvolvimento.

A violência física pode apresentar-se como um apertão no braço, um tapa, um arranhão, uma queimadura com cigarro, um beliscão ou chacoalhões violentos. Aqui fica claro que o grau e a gravidade dessa violência podem mudar, mas a natureza do ato continua a mesma.

A violência psicológica e moral, segundo tipo de violência relatado, tem os aspectos desapercivelmente rotineiros e casuais, e talvez por não serem entendidas como violência, não são combatidas. Aqui, neste caso, muitas vezes obrigam a criança a assistir cenas de sexo pesado e, assim, por não entenderem o que está acontecendo, muitas vezes se calam, até mesmo porque são ameaçadas pelos fazedores, e assim se perpetuam.

A violência sexual é a última forma de violência cometida contra a criança, entre outras relatadas. Essa se apresenta tanto na forma de estimulação em relações homo ou heterossexuais, como em jogos sexuais; como na própria participação ativa do ato. Esse tipo de violência traz marcas profundas e consequências nefastas para quem a sofre.

O fenômeno da violência contra crianças

Muitas crianças no mundo ainda são vítimas de violência. Na história das civilizações, há registro de diversas formas de violência e opressão contra esse segmento, o que remete à fragilidade física e à falta de reconhecimento desse ser em desenvolvimento, e que requer atenção

especial.

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente (AMARO, 2003, p. 25).

Muitas crianças são exploradas pelos pais ou pelas pessoas em que a elas tenham plena confiança. Muitas vezes, a criança não entende o que está acontecendo, e quem a abusa se prevalece, mas esta criança cresce e as consequências - muitas vezes, danos que não têm volta - são irreparáveis.

Posteriormente, torna-se um adulto quiçá deprimido, sem autoconfiança, sempre dependendo da aprovação do próximo para se aceitar por completo, ou então se torna um adulto agressivo que tratará os outros da mesma forma como foi tratado quando criança. A criança vai crescer, mas as marcas dos maus tratos permanecerão. Quem sabe, com a ajuda de um bom profissional, pode ser que elas diminuam, porém não significa que as marcas desaparecerão.

Dados alarmantes no Brasil

No Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes, a Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 54) traz que “somente nas décadas de 1960 e 1970 começou a despontar no Brasil uma consciência maior sobre a questão da violência contra as crianças no âmbito das relações familiares”. Neste sentido, segundo o referido plano, “os primeiros casos analisados pareciam apontar para casos isolados cometidos por famílias de baixa renda, por “mães desequilibradas” “e pais alcoólatras”. Com esta pesquisa foi demonstrado que os casos não eram tão isolados assim e que os agressores se distribuem por todas as camadas e grupos sociais (AMARO, 2003).

O Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, vem realizando pesquisas sobre a ocorrência desse tipo de violência no país. As investigações têm mostrado que três entre dez crianças sofrem diariamente algum tipo de violência dentro da própria casa. “O número de casos não notificados pode ser maior ou menor conforme o pacto do silêncio de quem, muitas vezes, participa, como profissionais, vizinhos, família ou até mesmo a própria vítima” (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2002).

Segundo os dados obtidos pela equipe que elaborou o plano, oriundo do Ministério da Saúde, aponta-se que a violência e os acidentes constituem o primeiro fator de mortalidade no Brasil, na faixa etária de cinco a 19 anos com (59%). Já as agressões ocupam o primeiro lugar nas estatísticas, sendo responsáveis por 40% do total de óbitos.

[...] deve ser analisada como um problema social de múltiplas faces que deve ser combatido através de uma rede especializada no atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias vitimizadas, através de campanhas de prevenção e de recepção de denúncias, bem como da capacitação dos agentes participantes do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Foram criados programas e foram desenvolvidas ações nestas frentes, como, por exemplo, o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, oferecido nos CREAS, que atende às crianças, adolescentes e suas famílias. Em 2003, esses serviços eram oferecidos em 314 municípios, em 2006 atingiram 1.080 municípios, dentre os mais de 5.000 municípios existentes no país. Entretanto, há a necessidade de expansão, fortalecimento e ampliação da qualidade desses serviços (PLANO NACIONAL, 2006, p. 56 apus BRITO, 2010, p. 17-18).

Segundo dados do Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente (2010), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência República (SDH/PR), a cada dia, 77 casos de violência contra crianças e adolescentes são registrados pelo Disque 100; de janeiro a julho de 2010 foram recebidas 16.348 mil denúncias.

A Região Nordeste foi a que mais denunciou, com 37%. Em seguida, a Região Sudeste, com 33%. No Sul foram registrados 12% e nas regiões Norte e Centro-Oeste, 9% cada uma. A violência física e psicológica lidera o número de denúncias, seguida por negligência, abuso sexual, exploração sexual, pornografia (pedófilos), e o tráfico de crianças e adolescentes também está incluído.

Na Região Sul, segundo dados do Ministério Público de Santa Catarina, publicado em setembro de 2010, entre 2006 e 2010 foram atendidos pelo Programa Sentinela 21.856 casos de abuso sexual e exploração sexual contra crianças (OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2015).

Considerações finais

Conclui-se que as crianças e os adolescentes no Brasil ainda sofrem descasos por parte do governo, da família e da sociedade, não tendo os cuidados básicos que merecem, como educação de qualidade, saúde com bons profissionais e lazer.

A criança e o adolescente que se ocupam do esporte ficam salvos da marginalidade. E o principal é receber o amor e o carinho da família. As crianças têm que ser tratadas com dignidade desde a sua concepção, pois lá no ventre elas já sentem se são queridas ou não.

É triste ouvir no noticiário que mais uma criança foi achada na lata do lixo, ou então na beira de um rio, ou ainda que foi abandonada em qualquer outro lugar. Há tantas mulheres que não podem engravidar; ficam anos fazendo tratamento, não conseguem e vão para a fila de adoção, que é um ato nobre.

Referências

ABRAMOVAY M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**. Brasília: Unesco, BID, 2002.

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência**. Porto Alegre: AGE/EDIPUCRS, 2003.

ARIEL, Philippe. **Histórico social da criança e da família**. Tradução. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BRITO, Robson Alves de. **A atuação profissional do serviço social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Tijucas-SC**. 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial291258.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária** - Conanda 2006, p. 54-56. Disponível em: <<http://www.obscriancaeadolescente.org.br>>. Acesso em: 26 out. 2013.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **O fim da omissão**. 2002. Disponível em: <http://www.sedes.org.br/Centros/o_fim_da_omissao.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias>>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.obscriancaeadolescente.org.br>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

ROSA, Edinete Maria. **Radiografia de um processo social**: um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.